

PORTUGALIA

NOVA SÉRIE - VOLUME XXV



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

2004

PORTVGALIA

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
(SECÇÃO DE ARQUEOLOGIA)

DIRECTOR

Mário Jorge BARROCA

COMISSÃO EDITORIAL

Carlos Alberto Brochado de ALMEIDA

Mário Jorge BARROCA

Rui Manuel Sobral CENTENO

Susana de Oliveira JORGE

Vítor de Oliveira JORGE

António Baptista LOPES

Sérgio Emanuel Monteiro RODRIGUES

Maria de Jesus SANCHES

Armando Coelho Ferreira da SILVA

Teresa SOEIRO

INTERCÂMBIO:

PORTVGALIA

Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

A/C Mário Jorge BARROCA

Via Panorâmica, s/nº

4150-564 PORTO

IMPRESSÃO E ACABAMENTOS:

Tipografia Nunes Lda

R. Novo Horizonte, 313-Frejufe

4475-839 Maia

ISSN: 0871-4290

Depósito Legal: 106923/97

Solicita-se permuta - On prie bien de vouloir établir l'échange
Sollicitiamo scambio - We would like exchange - Tauschverkerhr erwünscht

Resultados da escavação da Mamoa D'Alagoa (Toubres - Jou) - Murça (Trás-os-Montes)

Maria de Jesus Sanches¹ e Susana Andreia Nunes²
(com a colaboração de Margarida Santos Silva³)

ABSTRACT:

Results from excavation work carried out at Mamoa d'Alagoa (Trás-os-Montes, North-eastern Portugal) in 2000-2001, are presented here. This is a megalithic monument, with chamber and other access structures - megalithic corridor, corridor opened directly in the clayey sediments, antechamber – in connexion with a covering sub-circular mound. Special emphasis is given to the different phases of construction / use / “closure” during the first half of the 4th millennium BC. The intentional and constant use of fire is also pointed out. This may have a ritual significance.

1. LOCALIZAÇÃO DO MONUMENTO, SEU ENQUADRAMENTO ARQUEOLÓGICO E OBJECTIVOS DA ESCAVAÇÃO

Destina-se este texto a publicar os resultados dos trabalhos de escavação desenvolvidos nos anos de 2000 e 2001 na mamoa d'Alagoa, localizada no local de Sapateiros, lugar de Toubres, freguesia de Jou, concelho de Murça e distrito de Vila Real. O monumento apresenta as seguintes coordenadas: latitude – 41° 28' 17,8" N; longitude – 7° 24' 13,3" W (meridiano internacional) e encontra-se a 733 metros de altitude (segundo a Carta Militar de Portugal, na escala 1:25 000, fl. 75 – Santa Maria de Émeres, Ed. 2, 1998) (Fig. 1).

Este monumento, assim como o conjunto de vários monumentos que ocupam o território entre o rio Tinhela e a serra de Passos/Sta Comba, isto é, nas encostas ocidentais que descem para a bacia de Mirandela – que passaremos a denominar de “Terras de Jou” –, foi localizado durante a prospecção conduzida no âmbito do projecto LAMARL⁴, onde contámos com a ajuda contínua do Sr. António A. Aires, presidente da Junta de Freguesia de Jou, a quem agradecemos a incansável colaboração. Também agradecemos ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Murça, Sr. José Gomes, a receptividade e apoio contínuo dado e sem o qual não poderiam ter sido possíveis quer as acções de escavação, quer as de musealização.

¹ Departamento de Ciências e Técnicas de Património (DCTP) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (e-mail: msanches@vianw.pt).

² Mestre em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (e-mail: susana.andreia@netcabo.pt).

³ Mestre em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (e-mail: margosantosilva@netvisao.pt).

⁴ “Levantamento arqueológico de Murça e Área Adjacente à Ribeira de Lila” (LAMARL), financiado no âmbito do PNTA- IPA e desenvolvido pelas signatárias e ainda por Margarida Santos Silva e por Rafael Morais (licenciado em Arqueologia pela FLUP), durante os anos de 1998 a 2001; foi apoiado ainda pela Câmara Municipal de Murça e pelo Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (FCT).

As referências bibliográficas a este tipo de vestígios arqueológicos nesta área geográfica são praticamente inexistentes⁵, contrastando fortemente com a região a ocidente, em que as já conhecidas necrópoles de *tumuli* do Alto das Madorras/ Pópulo e de Sabrosa, na zona sul da Serra da Padrela, dão conta de uma intensa ocupação pré-histórica. Desconhecia-se se o vazio nas terras adjacentes, a leste daquela serra, era real ou se decorria de destruições, ou mesmo da ausência de prospecções sistemáticas, numa paisagem difícil de prospectar devido à diversidade topográfica e à cobertura vegetal natural. Refira-se, porém, que, mais do que a ausência de prospecções, terá sido a intensa exploração agro-pastoril realizada até aos anos 70 a grande responsável pela destruição de monumentos deste tipo. Em anos recentes, a maquinaria pesada de remoção de terras acrescentou as destruições anteriores.

Nas “Terras de Jou” –, e se excluirmos os monumentos da deprimida bacia de Mirandela⁶, que lhe é contígua – documentam-se actualmente 13 *tumuli* em diversos estados de conservação, ainda que a maioria esteja grandemente destruída, sendo que desapareceram já quatro nas últimas décadas⁷ (Fig. 2 e 3).

Em termos de implantação topográfica, os monumentos situados nas “Terras de Jou” – que se apresenta como uma sucessão de colinas de vertentes mais ou menos acidentadas, com altitudes entre os 600 e os 800m –, *localizam-se maioritariamente em pontos onde o campo visual é cortado pelo menos num dos lados devido à existência de pontos de cota mais elevada nas proximidades*. Assim, temos monumentos implantados no topo aplanado de pequenas colinas de vertentes muito suaves não culminantes (como é o caso da mamoa d’Alagoa, cuja visibilidade só é cortada por uns afloramentos quartzíticos a NE), em pequenos esporões ou em pequenas chãs, e um caso de um monumento implantado no topo aplanado de uma colina, topograficamente sobrelevada relativamente às circundantes, dominando assim uma ampla área (mamoas 1 do Alto do Picoto) (Fig. 2 e 3).

Em termos de dispersão, e ao contrário do que acontece na região a ocidente do rio Tinhela, onde encontramos grandes necrópoles implantadas em áreas planálticas e onde a intervisibilidade entre monumentos é comum, os *tumuli* dispõem-se aqui de forma mais dispersa – isolados ou em pequenos “núcleos” de dois a três monumentos –, o que pensamos estar intimamente relacionado com o substrato geológico e com a orografia específica da região (Nunes 2003; *Idem* no prelo).

A mamoa d’Alagoa, embora se encontre relativamente isolada (os monumentos mais próximos – mamoas 2 e 3 do Castelo – encontram-se a 975 metros de distância) integra-se num “conjunto”/ necrópole⁸ de 8 *tumuli* – conjunto do Castelo – de que fazem parte as mamoas 1 a 3 do Castelo, mamoa dos Borrallheiros, mamoas 1 e 2 do Tremediro e mamoa do Cabeço d’Assedande (Fig. 3).

Os monumentos das “Terras de Jou” que permitem um registo mais pormenorizado apresentam na sua maioria um *tumululus* de médias dimensões e uma altura que varia entre o muito baixo e o elevado⁹.

Ainda que, com excepção das duas mamoas que foram alvo de escavações recentes (mamoas d’Alagoa e mamoa 1 do Castelo), em nenhum dos restantes monumentos seja visível a sua estrutura interna, as dimensões da mamoa, e por vezes a própria forma do *tumululus* (como no caso da Mamoa do Parque das Merendas), levam-nos a colocar a hipótese de uma parte significativa deste conjunto conter

⁵ Somente conhecemos duas referências à existência deste tipo de monumentos na freguesia de Jou (Azevedo, 1895; Costa, 1992), sendo que nenhuma menciona especificamente a mamoa d’Alagoa.

⁶ Veja-se, por exemplo, Sanches, 1994.

⁷ Referimo-nos às mamoas 2 e 3 do Castelo (localizadas na Carta Geológica de Portugal, folha 6D, escala 1:50 000 -1998, sendo uma delas visível na fotografia aérea de 1950), mamoa do Alto do Moução/ Agudinhas e mamoa do Cabeço d’Assedande.

⁸ Entendidos aqui como grupos de núcleos de monumentos, implantados numa região geograficamente individualizável.

⁹ Os monumentos são classificados, em termos de dimensões da mamoa, em pequenos (diâmetro médio até 10 m), médios (10-20 m) e grandes (superior a 20 m); em termos de altura máxima podem ser muito baixos (inferior a 0,50 m), baixos (0,50 e 1 m); médios (1 e 1,50 m) e elevados (superior a 1,50 m). Temos de ter em atenção que no caso dos monumentos não escavados tratamos com as medidas actuais, que muito dificilmente corresponderão às reais, dado que grande parte dos monumentos sofreram arrasamentos nas suas mamoas, causados maioritariamente por trabalhos agrícolas (Nunes, 2003).

dólmens no seu interior, como aliás parece acontecer em grande parte dos monumentos que temos identificado na restante região mais alargada que vai dos rios Corgo ao Tua¹⁰.

Porém, o conhecimento não só da arquitectura das massas tumulares, como ainda das estruturas internas só poderá ser obtido pela escavação.

No caso da Mamoa d'Alagoa, pertencente portanto ao *conjunto do Castelo*, colocara-se um problema relacionado com o programa de florestação do local (que é um baldio), o que levou à escavação como modo de salvar a informação que ainda se conservava. De qualquer modo, dada a sensibilidade da Junta de Freguesia de Jou, o terreno ficou desde logo afecto ao estudo arqueológico, que incluiu tanto a escavação do monumento propriamente dito, com a recolha sistemática de quartzos com marcas de talhe em todo o terreno periférico, bem como a realização de sondagens fora da área ocupada pelo monumento, precisamente com a finalidade de definir a natureza da estação arqueológica em causa. Esta revelou ser um local de exploração de quartzo de filão¹¹, cuja laboração se terá iniciado pelo menos antes da construção do monumento d'Alagoa pois a maioria dos quartzos que constituíam a couraça do monumento evidenciavam extracções o que nos leva a pensar, numa primeira interpretação, que se trataria de um reaproveitamento da matéria-prima abandonada durante a laboração da “pedreira” pré-histórica. Mas a esta razão devem juntar-se, cremos, outras, tal como indicamos mais adiante neste texto.

Constava também do programa inicial a conservação e musealização do monumento, caso este fosse susceptível de tais acções.

2. CARACTERIZAÇÃO GEOMORFOLÓGICA E CLIMÁTICA DA REGIÃO

A região onde se localiza o monumento em estudo apresenta-se-nos como uma sucessão de colinas suaves de topo aplanado, com altitudes entre os 500 e os 800 metros, só raramente quebrada por pontos mais elevados, de natureza quartzítica, como são as serras de Santa Comba (1002 m) e Garraia (892m).

Para oriente o território baixa gradualmente até à bacia do Tua, atingindo altitudes de 250 metros na cidade de Mirandela; para ocidente, em especial a partir do rio Tinhela e do seu afluente Curros, as altitudes elevam-se, ainda que de forma suave, para o domínio de extensas áreas planálticas, com altitudes a rondar os 700 metros, até à serra da Padrela (1148 m).

Em termos geológicos dominam as rochas metassedimentares, onde se encontra uma variedade considerável de xistos, além de quartzofilitos e quartzitos.

Segundo a Carta Biogeográfica de Portugal (COSTA *et al.*, 1998) esta região integra-se na Província Carpetano-Ibérico-Leonesa, sector Lusitano – Duriense, superdistrito da Terra Quente, com um clima que varia de sub-húmido na Serra de Santa Comba, a sub-húmido seco no restante território. Caracteriza-se por bosques mistos de sobreiro e zimbro (*Rusco aculeati – Quercetum suberis juniperetosum oxycedri* inéd), matos pré-florestais (com *Cytisus*, *Lavandula* e *Retama*) e estevais (Figueiral e Sanches, 1998-1999: 72).

A agricultura baseia-se na exploração de cereais de Inverno, alternada com pousio, dedicado sobretudo ao pastoreio de gado ovino e caprino. Destacam-se as hortícolas e pequenos pomares, em

¹⁰ Além dos monumentos identificados no âmbito do projecto LAMARL, uma das signatárias (S.A. Nunes) tem vindo a desenvolver um outro projecto, denominado MARCT, no âmbito do PNTA- IPA, cujo objectivo principal é a prospecção e registo de monumentos sob *tumulus* na região entre os rios Corgo e Tua.

¹¹ A interpretação avançada, pelos responsáveis do trabalho (Maria de Jesus Sanches, com a co-direcção de Isidro Gomes e Pedro Rafael Morais) relativamente à recolha sistemática de quartzos e às sondagens aí realizadas é a de que “neste local terá existido uma exploração intensiva dos filões de quartzo (...); este local era basicamente uma pedreira para extracção dos filões, porquanto a restante cadeia operatória deve-se ter desenvolvido noutra local.” (p. 2 da Ficha de Sítio) (“Pedreira d'Alagoa – Toubres/Jou, Murça” – Relatório de Progresso apresentado ao IPA relativo aos trabalhos de prospecção e de sondagem realizados em 2001).

especial junto das povoações, e a importância do castanheiro e do pinhal que, devido ao abandono agrícola dos campos, está a cobrir extensas áreas.

3. ALGUMAS NOTAS SOBRE A METODOLOGIA DE ESCAVAÇÃO E DE REGISTO

Antes do início dos trabalhos foi realizado o registo fotográfico, tendo-se procedido de seguida à limpeza da vegetação (carqueja, urzes e alguns pinheiros) que cobria o monumento (Fig. 15).

Posteriormente foi marcado o quadriculado, com uma malha de 2 metros de lado, orientado aproximadamente pelos eixos N-S (a que foram atribuídas letras, excluindo-se a letra I para evitar confusões com a letra J) e E-W (a que foram atribuídos números), tendo sido incluída a mamoa d'Alagoa num quadrado de 28 metros. Este quadriculado foi utilizado posteriormente no levantamento topográfico, feito de metro a metro¹² (Fig. 4 e 5).

Sobre este quadriculado foram marcadas quatro sanjas, a serem posteriormente decapadas e escavadas¹³, orientadas sensivelmente segundo os pontos cardeais¹⁴, descontraídas, mas unidas no local que pensamos ser o centro do monumento. O avançar da escavação obrigou à abertura posterior de outras quadrículas, de forma a perceber a própria arquitectura do monumento (Fig. 5).

A decapagem fez-se sempre por camadas naturais e o registo por “complexos” (Lx.)¹⁵.

Os materiais exumados foram referenciados em relação à quadrícula e “complexo”, sendo sempre que possível “coordenados” segundo o sistema X, Y, Z, no contexto da quadrícula.

Em diferentes momentos da escavação foram feitas recolhas de macrorrestos carbonizados, por flutuação e de modo insistente em todos os “complexos” do monumento, tendo em vista o seu estudo antracológico e carpológico de que dá conta o texto publicado por Isabel Figueiral, neste volume¹⁶, e ainda a realização de análises radiocarbónicas, sempre que o contexto o permitisse e de que se apresentam também aqui os resultados.

4. MAMOA D'ALAGOA

4.1 Construção/uso e encerramento: algumas reflexões

Verifica-se na mamoa d'Alagoa, bem como na vizinha mamoa 1 do Castelo (Sanchez e Nunes, 2005), e em tantas outras que têm sido ultimamente publicadas¹⁷, que a “construção” prefigura uma sucessão de acções que não podem ser olhadas exclusivamente do ponto de vista técnico-construtivo. Por razões formais e de exigência na explicação da sequência e caracterização das acções que originaram esta construção particular, vamos propor e discutir uma hipótese de “faseamento”, ou seja, a sequência ou sequências que a escavação permite formular.

¹² O levantamento foi feito com um nível óptico, pelo que as cotas são todas negativas. Foi escolhido para ponto 00 de referência o ponto mais elevado da mamoa, nomeadamente o topo do esteio 4 (esteio de corredor).

¹³ As sanjas marcadas correspondem às seguintes quadrículas: sanja S – G10 a K10; sanja N – L11 a P11 (parcial); sanja W – K6 a K9; sanja E – L12 a L15. O prosseguimento dos trabalhos levou ao alargamento da área a escavar a leste, em especial devido à extensão da violação de que o monumento havia sido alvo: N13 a N14, M9 a M10, M12 a M14, L9 a L10, K11 a K14, J13 a J16, H12 a H13, G11 a G12 e F10 (parcial).

¹⁴ O alinhamento do quadriculado, patente na sanja N, está desviado 25 ° para E relativamente ao Norte magnético.

¹⁵ Entendemos por complexo uma unidade estratigráfica uniforme, qualquer que seja a sua dimensão; contudo, por facilidade de registo, também pode ser denominado de “complexo”, uma estrutura pétreia ou uma estrutura em negativo.

¹⁶ Foram recolhidas, no total, 47 amostras. O texto de Isabel Figueiral refere-se somente à amostragem por contextos que aquela investigadora julgou necessário estudar.

¹⁷ Por ex.: (i) no monumento 2 de Lameira Travessa (Pendilhe - Vª Nª de Paiva) (Castro, *et al.*, 1997), ou (ii) em Madorras 1 (Sabrosa) (Gonçalves e Cruz, 1994: 220), onde se descrevem os passos da construção/deposição, no primeiro caso, e da construção, no segundo.

Embora desconheçamos quanto tempo esteve a câmara e corredor em funcionamento – quer dizer aquilo que tradicionalmente se denomina de “utilização” –, todos os actos construtivos devem, a nosso ver, ser assumidos como sendo de “uso”, ou melhor, deveremos entender que o monumento mamoa d’Alagoa esteve desde o início e até ao seu encerramento sempre “em construção” e “em uso”¹⁸. Mesmo após o encerramento o monumento manteve-se como marco territorial/memorial durável, pois foi precisamente criado para transcender o tempo, mas por ora só nos referimos aos actos que implicaram uma manipulação física, arquitectónica. Como dizíamos atrás, o faseamento é formal e acima de tudo inclui acções particulares onde os procedimentos técnicos são inseparáveis de outras escolhas não técnicas, e que denominamos de opções ligadas à tradição e/ou à *praxis* presente na construção e utilização deste monumento. Nada de “naturalmente” técnico ocorre aqui. Desde a escolha do local – no topo duma suave elevação no terreno inserida numa “pedreira” de exploração de quartzo de filão (ainda em laboração? já abandonada?) –, à marcação no terreno da planta da câmara e corredor, seguida do escavamento das valas para a inserção dos esteios, etc., até ao seu encerramento definitivo, pela condenação, estamos perante uma utilização continuada. Nessa medida parece-nos ser de relativizar o valor, normalmente superlativo, atribuído, sem discussão, às deposições de artefactos ou a outras acções no espaço da câmara-corredor, pois estas *devem ser avaliadas comparativamente* com outras acções e deposições durante a construção e encerramento, e onde o investimento técnico e cerimonial parece ultrapassar, em muitos casos, grandemente aquele do “uso” de câmaras e corredores ortostáticos. É nessa perspectiva que continuamos a “descrição”, expondo, em simultâneo, a nossa mais consistente hipótese de faseamento.

4.2 Construção/uso e encerramento: faseamento e descrição

A sequência de acções – construção/uso e encerramento – da mamoa d’Alagoa pode ser formalmente sintetizada em 4 “tempos construtivos”. Porém, não temos condições de avaliar e de comparar o tempo que decorre em cada uma das acções no interior da sequência. A antiguidade das datas de radiocarbono obtidas para a base da câmara (Ua 19119) e câmara/ corredor (Ua 19118) (Quadro 1), e que datarão um período anterior à construção, como comentaremos adiante, impedem qualquer avaliação do tempo em que a câmara poderia ter estado aberta, isto é, antes da condenação.

Adiantamos que a câmara se encontrava *quase* totalmente destruída por violações que perfuraram inclusivamente o solo geológico, tendo os “intrusos” sido retidos somente porque bateram num afloramento de quartzito. Todos os esteios da câmara foram removidos para parte incerta, mas deles ficaram, bem marcadas, as valas de inserção e mesmo, nalguns casos, os calços (Fig. 7 e 17). Também se conservou, em pequenas áreas, o piso original, ou o que dele restava. A cratera de violação foi-se enchendo de sedimentos vários, onde se destacam aqueles com muito carvão e terra queimada, esta decorrente, segundo cremos, quer do revolvimento da câmara, quer da posterior realização de fogueiras naquela depressão (Fig. 8 e 9)¹⁹.

¹⁸ Como se verifica noutros monumentos, de que damos, como exemplo, a Mamoa 1 de Madorras (Sabrosa) (Gonçalves e Cruz, 1994: 198-210) e o dólmen 1 de Lameira de Cima (Penedono - Viseu) (Gomes, 1996: 32, 36, 80). No primeiro caso temos percutores ou moinhos inseridos na construção do monumento (couraça, contraforte, fecho do corredor, átrio), em locais onde a maioria das vezes não eram visíveis do exterior; nesta situação estão também seixos de rio, particularmente aqueles integrados no contraforte. No segundo caso foi depositada uma enxó de silimanite no topo do contraforte, um machado de anfíbolito sob os calços dum dos esteios da câmara e com a lâmina apontada para esta, além das deposições de outras peças na selagem do corredor intratumular, sendo estas últimas deposições nos acessos extensíveis à maioria dos monumentos conhecidos, onde Madorras 1 e Lameira de Cima 1 são só dois exemplos.

¹⁹ Temos informações orais para a vizinha Mamoa 1 do Castelo de que a cratera aberta pelos violadores era usada para a realização de fogueiras, aqui abrigadas dos ventos, pelos pastores, enquanto os rebanhos pastavam na periferia. Na Mamoa d’Alagoa existem, tal como no Castelo, vestígios de várias fogueiras nas zonas remexidas, pelo que poderemos talvez interpretá-las do mesmo modo.

1º Tempo

Foram retiradas, segundo supomos, as pedras soltas, de quartzo, que cobriam o terreno a ser ocupado pelo conjunto do monumento (e que abundam na sua periferia²⁰), tendo-se procedido (em simultâneo?) à abertura das valas para o assentamento dos esteios da câmara e do corredor ortostático. Estes delineiam uma câmara poligonal alargada, composta por 9 esteios, com cerca de 3,40m de eixo maior (N-S) e 2,50 m de eixo menor (W-E) (medidas tiradas no contorno exterior). Esta câmara abre-se a nascente através dum corredor pétreo curto (em V), que se torna progressivamente mais estreito na direcção da entrada. Este corredor encontrava-se quase intacto, sendo formado por 6 esteios de xisto quartzítico, 3 de cada lado (Fig. 6 e 7).

Os esteios foram inseridos em “fossas” ou pequenas valas e escorados com calços, quer dizer, pequenos blocos de quartzo ou quartzito. Este procedimento é confirmado tanto no corredor, onde se conservaram os esteios, como no interior ou em torno das fossas dos da câmara (Fig.7). Logo neste acto *construtivo começa a primeira deposição de artefactos*. Na realidade um machado de anfíbolito (peça nº 3) (Fig. 14.4) foi usado como calço do esteio 4 (corredor), e um outro pequeníssimo machado de meta-vulcanito (peça nº6) (Fig. 13.4) foi encontrado no interior da fossa de assentamento do esteio 13 (câmara), supondo-se que talvez estivesse encostado ao primitivo esteio, ou mesmo na base deste (Quadro 2); um micrólito geométrico (nº 28) (Fig. 12.14) encontrava-se encaixado entre os calços do esteio 3 do corredor ortostático (ou Zona A, como explicitaremos adiante).

A destruição em torno da câmara não permite avaliar correctamente o primitivo contraforte pois deste já só restavam, cremos, as pedras mais afastadas dos esteios (Fig.6). Pensamos, aliás, *que o contraforte da câmara seria similar ao do corredor* – formado por lajes finas e compridas, similares a pequenos esteios e dispostos “em escama” contra o exterior dos esteios – o que teria levado os destruidores da câmara à ilusão de que ainda se encontrariam no “lugar do tesouro” (Fig.8).

A contrafortagem exterior dos esteios foi realizada num ambiente de combustões sucessivas, sendo o combustível usado composto maioritariamente de cortiça, em menor grau, de urzes, e ainda carvalho (pouco significativo)²¹. Na realidade, as amostras foram recolhidas entre as pedras do contraforte e sobre este, o que indica a realização de fogo não só após terminada a deposição de pedras, mas durante esse acto. A cortiça, neste caso, pode ter sido usada porque é um combustível de longa duração, e que, simultaneamente, fornece uma chama duradoira, talvez escolhida com a finalidade de iluminar por período mais prolongado toda a periferia da câmara e corredor, durante a após esta fase de construção. Mas, sendo de longa duração é também de difícil combustão, pelo que a adição de madeira de urze, que arde muito bem (e usada por certo para atear a cortiça), criaria o ambiente propício a uma combustão eficaz e prolongada. Uma amostra deste conjunto foi datada pelo C14 (Ua 19256), o que permite datar o início da construção do monumento entre 3940-3650 AC (data calibrada para 2 sigma).

Trata-se aqui de uma acção onde não vemos finalidade técnica particular²², sendo de admitir um comportamento ritual ou cerimonial.

²⁰ Por toda a periferia da mamoa espalham-se grandes e médios núcleos de quartzo com vestígios de extracções, bem como lascas espessas, a par de blocos não talhados. Na recolha sistemática deste tipo de material à superfície, em que o monumento foi inserido numa área de 160 m (N-S) por 92 m (E-W), recolheram-se várias centenas destes “dejectos” de talhe. Ora, sob o *tumulus* da mamoa, esse material, bem como outros blocos não talhados, está ausente em todas as áreas abertas, o que nos leva a supor uma limpeza prévia do terreno. Este material volta a parecer, mas integrado nas couraças, contrafortes, etc. Porém, 1 dejecto foi encontrado na base da câmara, 21 no corredor ortostático (Zona A) e 9 no interface do corredor ortostático/corredor intratumular (peças nº 32 a 41, 44, 45 e 46 a 65). Tal concentração sobre o solo geológico do corredor tanto pode resultar de deposições intencionais como duma ausência de “limpeza” anterior.

²¹ Ver texto de Isabel Figueiral, quadro relativo à Mamoa d’Alagoa, no que diz respeito à identificação das espécies de 5 amostras do contraforte: amostras 27, 28, 29, 33 e 30. Muitas outras amostras foram recolhidas neste contexto, mas não se julgou necessário analisar uma amostragem maior.

²² Mesmo que o fogo seja útil na secagem da argila, caso esta tenha sido usada húmida, acrescentamos que poucos sedimentos, além de carvão, se encontravam entre as pedras do contraforte. A quase ausência desses sedimentos afasta assim uma hipótese de carácter funcional.

Em termos formais erigiu-se *um dólmen de câmara e corredor indiferenciado em planta*, uma vez que não existe uma quebra clara entre estes dois espaços, mas provavelmente *distintos em alçado*. No entanto, aquando da construção da câmara/corredor, ou, *mais provavelmente durante o uso específico daqueles espaços* (3º Tempo), foi criada uma “fronteira” física entre a zona terminal da câmara e o início do corredor, conseguida através da colocação na vertical de duas pequenas lajes (L2 e L3). Este espaço de fronteira foi denominado de *Zona A*, pertencendo, depois da colocação daquelas lajes, formalmente ao corredor (Fig. 7, 10 e 17). As Lajes 2 e 3, sub-rectangulares, pousavam no solo geológico pelo seu lado maior, sendo parcamente escoradas pelos sedimentos que foram depositados na base da câmara/início do corredor (Lx. 35 e 25). Tratava-se assim duma “fronteira” mais formal que estrutural, na medida em que as Lajes 2 e 3 podiam, se assim se desejasse, ser facilmente deslocadas e re-colocadas no local original ou noutro, no decurso do acesso à câmara, ou noutras acções desenvolvidas neste espaço. De qualquer modo, na posição em que foram registadas por nós, constroem o acesso à câmara, tornando mais estreita a passagem, a não ser que se passasse por sobre elas (o que seria possível se a câmara fosse mais alta do que o corredor, como pensamos). Acrescente-se que estas Lajes parecem ter sido escolhidas pela sua forma, tendo a Laje 2 sido toda talhada numa das extremidades, de forma a criar-lhe um contorno convexo, ou ogival, pelo que supomos poder tratar-se de pequenas estelas anepígrafas (Fig. 11).

É provável que arquitectonicamente a câmara também se diferenciasse, ainda que levemente, do corredor em altura (em alçado), repetimos, mas a ausência de todos os esteios na câmara não permite confirmar esta suposição. O corredor seria bastante baixo pois os esteios mais altos, contíguos à câmara, só se destacam do solo geológico em 1,40m (mais cerca de 12-14cm incluídos nos buracos de assentamento) (Fig. 16).

A laje de cabeceira, a julgar pela “fossa” de assentamento, seria de muito maiores dimensões que os restantes esteios (Fig.7). O encaixe dos esteios leva a supor que a construção se iniciou com a laje de cabeceira, à qual foram encostando, com leve sobreposição, todos os restantes esteios, incluindo os do corredor ortostático, de modo que seria aquela laje que manteria em equilíbrio toda a construção megalítica.

2º Tempo

Já que a câmara estava destruída até à base do contraforte, foi a escavação em torno do corredor que nos permitiu perceber que a mamoa – ou *tumulus* –, foi construída através do lançamento de terra argilosa, clara ou mais avermelhada, de encontro ao contraforte e aos ortostatos (marcada no corte 1 com o nº 2 e denominado de Lx.3), originando um montículo de contorno subcircular e perfil semicircular (Fig. 8). Na fase média desta deposição de argila, foi realizado fogo por sobre ela, acção de que permanecem as marcas visíveis no corte estratigráfico 1. É provável que estas queimadas, de que não restaram carvões mas somente terra queimada, tenham tido como objectivo primeiro a secagem da argila.

Este *tumulus* foi completado através de acções técnico-rituais que passamos a expor de seguida. Porém, estas acções se podem ser colocadas num segundo momento sequencial deste 2º Tempo, como pensamos, estratigraficamente admitem ter tido lugar no final, talvez como acto de condenação. A esta segunda hipótese, que cremos mais remota, voltaremos adiante.

Na primeira hipótese o supra citado montículo de terra foi coberto de lenha, a que se ateou fogo. A julgar pela quantidade de carvão deve ter ficado em combustão mais do que um dia. Sobre as cinzas, mas sobretudo sobre as brasas ainda vivas (dado que se encontraram pedaços de carvão que mostram que a combustão dos elementos vegetais não foi completa), foram sendo colocadas as primeiras pedras que definem o arco da couraça. Por sobre estas pedras continuou a realizar-se fogo, ao mesmo tempo que outras iam sendo colocadas até esta estrutura pétreia estar concluída. Simultaneamente foram colocadas esquirolas ou quartzo “esmigalhado” e cristais de quartzo na parte terminal, periférica da mamoa (sobre Lx.3, particularmente na zona Oeste) e ainda na sua periferia, fora do montículo, pois estes elementos também estiveram integrados na grande fogueira (Fig. 6).

Devido ao arrasamento da parte superior da mamoa, causado por lavras e pela erosão, não é possível saber se este nível de terra negra com carvão, que corresponde a esta “queimada” intencional, se prolongava até ao topo da mamoa cobrindo-a completamente, ou se se limitava à zona da couraça pétreo. Cremos que além da acção ritual envolvendo o fogo, este terá proporcionado uma mais rápida consolidação do solo argiloso do *tumulus*, particularmente se o monumento tivesse sido construído com argila húmida, mais fácil de “enformar”.

Este nível de terra negra com carvão encontra-se marcado nos cortes com o número 4, tendo sido denominado de Lx. 6 na sanja norte, de Lx. 7 na sanja oeste e de Lx. 8 na sanja sul; na sanja leste o nível de terra negra corresponde, como veremos adiante, não a este contexto, mas claramente ao da condenação da zona de entrada do corredor, tendo sido denominado de Lx. 5 (Ver cortes estratigráficos 1, 2 e 3). Foi datada uma amostra de carvão da sanja sul (CSIC 1811), cujo resultado, demasiado recente no conjunto do monumento, nos parece anómalo – 2400-2140 AC –, embora haja hipóteses, se bem que pouco consistentes, de esta ser avaliada noutros parâmetros, como comentaremos adiante.

A couraça, composta por elementos pétreos, marca o limite exterior da mamoa, de contorno subcircular (Fig. 6). É constituída maioritariamente por quartzo, quartzito e ainda algumas pedras de xisto quartzítico, de pequena e média dimensão. Juntam-se-lhe os cristais de quartzo e pequenos fragmentos de quartzo (como que decorrentes de blocos maiores “esmigalhados”, podendo ser também esquirolas de talhe). Esta couraça seria, *em princípio*, aberta a nascente, na direcção da entrada do corredor intratumular. Trata-se de uma couraça periférica, uma vez que a sua extensão é ligeiramente superior a 1 metro (Fig. 6 e 8), não cobrindo desta forma toda a mamoa. Na sanja oeste e no quadrante nordeste verificou-se que esta couraça, onde cerca de metade dos elementos de quartzo e quartzito são dejectos de talhe, é sobretudo “informal”, quer dizer não parece ter tido funções de retenção de terras. Na sanja oeste quase só se encontravam cristais e quartzos “esmigalhados” por entre a argila queimada e com muito carvão (Fig. 6). No seu conjunto, talvez esta discreta couraça decorra mais de tradições locais do que de motivos técnicos pois o montículo de argila, após seco ao sol (ou por queimadas), permaneceria firme na sua forma original. Tecnicamente proporcionava, é certo, uma melhor consolidação da parte periférica do *tumulus* – nos sítios onde era mais espessa, ou onde as pedras periféricas se dispunham em forma de travejamento, como é o caso das sanjas norte e sul –, mas acima de tudo *marcaria os seus limites externos*.

Consideramos quer a utilização, na couraça, de blocos com vestígios de extracções, bem como os cristais e “esquirolas” na sanja oeste e na periferia do *tumulus*, como uma escolha intencional que, de certo modo, pode configurar *uma deposição* no sentido ritual.

A identificação dos carvões provenientes desta extensa queimada mostrou tratar-se quase exclusivamente de urzes/torga, que ardem rapidamente, criando grandes chamas e atingindo em pouco tempo temperaturas muito elevadas²³. Cremos assim que a utilização de urzes/torga, em detrimento doutras espécies que existiam na periferia²⁴, não devem ser interpretadas somente em termos da sua disponibilidade no ecossistema já que a contígua Serra de Passos/Sta Comba, no mesmo período cronológico, mostra uma variedade florística muito grande, onde dominam os sobreiros/ carvalhos, seguido do medronheiro e só depois, de urzes, e que são todos bons combustíveis (Sanchez, 1997²⁵).

No primeiro ou no segundo momento deste 2º Tempo *foi moldado* na argila o *corredor intratumular*, na continuidade de corredor ortostático, logo, aberto a nascente. O corredor intratumular consiste numa depressão alongada com 3,40m de comprimento, 2,40m de largura máxima e cuja altura acompanhava

²³ Ver texto de Isabel Figueiral, quadro relativo à Mamoa d'Alagoa, relativo à identificação das espécies de 6 amostras da couraça: amostras 8, 10, 5, 1, 45 e 46.

²⁴ Mostradas no artigo de Isabel Figueiral

²⁵ Volumes I e II. Ver síntese no vol. I, pág. 57. Buraco da Pala IV: *Quercus* (total) - 42,72%; *Arbutus unedo* - 27,24%; *Erica* (total) - 19,51%.

aquela do *tumulus*, sendo mais alto (ou mais fundo) junto do corredor ortostático (50 cm) e diminuindo progressivamente, até desaparecer, na zona do átrio (Fig. 10). Desenhava-se em sentido levemente descendente do exterior para o interior, pois na parte exterior (leste, no átrio) só é levemente escavado no *tumulus* (L 13), mas atinge o solo geológico junto dos esteios do corredor (Fig. 9). Frente ao corredor intratumular parece desenvolver-se um átrio que não foi possível definir correctamente em planta, mas sim em corte (pela estratigrafia). Com efeito, de ambos os lados da couraça as pedras pequenas em quartzo do *tumulus* prolongam-se pela área frente ao eixo do corredor, encerrando este espaço. Estavam inseridas e cobertas também por terra queimada, tal como as da couraça (Fig. 6). Só estratigraficamente foi possível verificar que estas pedras assentam não na terra do *tumulus* (Lx.3), mas no solo primitivo da mamoa, o que nos indicou tratar-se então do fecho exterior do pequeno átrio que teria cerca de 2 m² (0,80 de comp. por 2,5 m de largura) (Fig. 9).

Em termos formais a Mamoa d'Alagoa apresenta um *tumulus* de forma subcircular, levemente alongado no eixo W-E, cujas medidas originais deveriam ser de 15,20 metros de eixo menor (N-S) e 16,40 metros de eixo maior (W-E) (Fig. 4, 5 e 6). A escavação mostrou que a mamoa tem, na parte central, cerca de 1,20 metros de altura máxima (medida do topo do solo geológico ao topo do esteio 4) (Fig. 8). No entanto, o facto de assentar numa pequena colina, confere-lhe uma maior visibilidade, sendo a diferença de cota entre o terreno aplanado circundante e o topo do monumento de 1,50 metros (Fig. 5). Pensamos que a altura inicial do *tumulus* deveria ainda ser superior, uma vez que o esteio 4 (do corredor), apesar de inclinado, e presumivelmente mais baixo que os da câmara, ainda se destacava 7 cm acima do nível do topo da mamoa; este esteio, erguido, elevar-se-ia do solo geológico onde se insere, em 1,40 m (embora meça na totalidade 1,52 m, 12 cm encaixados na sua fossa). Desta forma, a altura inicial da mamoa seria, no mínimo, de 1,50 metros, se contarmos que por sobre os esteios assentaria ainda uma laje de cobertura.

3º e 4º Tempos

O carácter transformador das acções levadas a cabo com o objectivo de (i) encerrar intencionalmente a câmara, “os corredores” e o átrio, que colocamos num 4º Tempo de uso, (ii) as violações posteriores, bem como (iii) a dificuldade de avaliar correctamente todas as datas de radiocarbono, não nos permitem distinguir de modo discreto a condenação da utilização propriamente dita do espaço criado pela construção megalítica interna, utilização que, *teoricamente*, corresponderia ao 3º Tempo. Mesmo assim, indicamos a sequência permitida pelas observações de campo.

A violação não afectou o solo primitivo da câmara, na sua totalidade e o corredor só se encontrava remexido nas camadas superiores da Zona A (na zona de contacto câmara/corredor as remoções eram mais profundas, mas no topo do corredor só atingiram as camadas superficiais) (Fig. 8 e 9). Assim, do lado esquerdo da câmara (lado sul), para quem entra, e logo imediata à Laje 2 (ver acima), vertical, e frente ao esteio 4 e 7, foi assente, na horizontal, uma outra laje fina e aplanada - Laje 1. É provável que seja deste momento o assentamento das Lajes 2 e 3, indicadas no 1º momento, bem como de *um bloco alongado e espesso de xisto quartzítico*, mas também com uma extremidade ogival, que se encontrava, tombado, sobre a fossa de assentamento da laje de cabeceira (Fig. 7 e 11). É de todo possível que este monólito, pela sua forma, volumetria e contorno, que sugere uma figura antropomorfa, estivesse, assente na vertical, frente à laje de cabeceira, no interior da câmara, tal como acontece em muitos outros casos indicados na bibliografia referente não somente à P. Ibérica, como à Europa Atlântica (ver, por ex: Bueno e Behrmann, 2004). Foi denominado de Laje 4 (Fig. 11).

Como se disse acima, a violação não foi total na câmara, permitindo que se registasse a deposição, nalgumas zonas e sobre o solo geológico, de uma fina camada de areão misturada com pequeníssimos seixinhos boleados pelas águas correntes, pelo que depreendemos que este “sedimento” tivesse sido recolhido, selectivamente, junto dum rio ou ribeiro, ou num antigo leito daqueles. Na verdade, a dimensão

dos diferentes elementos – areão e seixinhos – era tão uniforme que exigiu por certo uma escolha de onde os elementos maiores devem ter sido retirados. Preservaram-se três áreas cobertas por este piso de seixinhos/areão: uma, bastante extensa do lado sul, entre o extremo sul da fossa da laje de cabeceira, a Laje 1 (devendo cobri-la parcialmente) e a Laje 2; outra, mais reduzida, entre o extremo norte da laje de cabeceira e o esteio 12; a terceira pavimentava ainda o corredor, na zona mais próxima da câmara (Zona A), mas não chegava a atingir a entrada daquele. Este pavimento encostava aos primeiros esteios do corredor (esteios 3 e 4), às Lajes 2 e 3 (subverticais) e 1 (horizontal), cobrindo parcialmente esta última, como se disse (Fig. 10).

Também variado espólio se inseria neste piso, onde apareciam ainda pequenos blocos de hematite (/ocre), e onde parecia, pelas manchas avermelhadas, que a área teria sido polvilhada de ocre.

Creemos então que de seguida terão sido depostos na câmara e corredor vários artefactos. Na câmara temos: 12 micrólitos geométricos *in situ* (nº 9,10,11,12,13,14,15,17,18,20,23 e 29), e um outro, nº 16, que teria sido deslocado por violações ou remeximentos; um machado em anfibolito (nº 30) que apesar de se encontrar em sedimentos remexidos, entre o esteio 7 e a Laje 1, deve ser entendido como fazendo parte do uso da câmara (ou da sua construção, no Tempo 1) e um colar de contas de xisto cuja maior concentração se regista em torno e sobre a Laje 1 (Fig. 10 e 18). Com efeito, apesar dessa incidência maior naquela área, as contas também se dispersavam por outras áreas contíguas a esta, perfazendo um total de 490 contas na câmara e 5 na contígua Zona A (Fig. 10). Foi exumado ainda um dejecto de talhe em quartzo (nº 32) de que não estamos seguras de que seja uma deposição intencional ou resulte de uma deficiente limpeza do terreno (no Tempo 1). Na contígua Zona A (corredor), mas na parte mais próxima da câmara, foram colocados os seguintes artefactos: duas enxós (nº 4 e 67), uma grande goiva (nº1), uma lâmina (em dois fragmentos que colaram, nº 8 e 24), 2 micrólitos geométricos (nº 19 e 70), 21 dejectos de talhe em quartzo (nº 44, 45 e 46 a 65) (Figs.12, 13 e 14). Já entre a parte terminal do corredor ortostático e o início do corredor intratumular, foram depositados, agora sobre o solo geológico (e não sobre o pavimento de seixinhos que não atingia esta área), 9 dejectos de talhe (nº 33 a 41), e 3 cristais de quartzo (nº 42, 43 e 66).

Quatro artefactos exumados e que não se encontravam sobre o piso primeiro do uso da câmara/corredor, podem relacionar-se ainda com o uso deste ou, possivelmente, com uma segunda utilização. Temos uma enxó (nº 5) recolhida no contexto Lx. 25 – terra argilosa, vermelha, uniforme, que, vindo do corredor ainda cobria parcialmente a Laje 1 (e a enxó estava sobre aquela Laje, quase encostada ao esteio 4, mas já inserida nos sedimentos referidos atrás); um machado (nº 2) recolhido na câmara, a meia altura da Laje 1, em sedimentos de que não estamos certos se estavam levemente revolvidos (Lx. 28), mas cuja uniformidade nos leva a supor que seja provável que o machado estivesse pouco deslocado. Estes dois artefactos poderiam relacionar-se, como se disse, com uma eventual segunda deposição, ou mesmo com o encerramento. Uma lâmina (nº 7) foi recolhida nos sedimentos revolvidos da câmara, podendo provir de qualquer momento de uso. Um recipiente cerâmico deve ter sido deposto, inteiro, a 30 cm da base do esteio 2 ainda na fase final desta utilização ou imediatamente antes da condenação. Assentava numa fina camada de terras amarelas escuras (de 3cm), mas era totalmente rodeado de sedimentos queimados, acumulados aquando da condenação, como veremos (Fig. 10, 11, 19 e 20). O achado dum pequeno fragmento do seu bordo no contexto 29 (início da condenação), sobreposto ao 25, que consideramos de segunda utilização, indica que aquele recipiente já se encontrava depositado sob o esteio antes deste ter sido tombado para o interior. Ora a estratigrafia só indica então que o recipiente se integra na 2ª utilização, ou, mais seguramente, no início da condenação. Uma vez que já discutimos o contexto de recolha, de seguida assumimo-lo provisoriamente no contexto do início da condenação.

O que mostra uma condenação intencional (bem como uma utilização anterior) alicerça-se no facto de o corredor ortostático e o corredor intratumular estarem quase intactos (estratos não remexidos) embora os esteios 2, 3 e 4 se apresentassem lascados na parte superior.

Sobre o piso de areão/seixinhos, e de “artefactos” inseridos naqueles ou em terra argilosa avermelhada, desenvolve-se uma estratigrafia e deposições que testemunham a utilização insistente de fogueiras num contexto que cremos já ser de condenação (Corte 3, Fig.9). No corredor ortostático foram realizadas combustões sucessivas, alternadas com a colocação de pedras e de outros sedimentos, o que mostra que as fogueiras, embora podendo ser sequenciais, foram realizadas com paragens de combustão, pelo menos localizadas. No decurso destas queimadas, mas ainda na sua fase inicial, foi colocado, a 30 cm da base do esteio 2, um recipiente cerâmico completo, que se encontrava cheio de terra argilosa clara com alguns carvões.

Quando os sedimentos, formados largamente de estratos de carvão e terra queimada, ultrapassaram a meia altura dos esteios, estes foram tombados para o interior, de encontro uns aos outros (Fig. 16). Esta acção implicou uma grande pressão sobre o recipiente cerâmico, que “esmagou”, criando sobretudo fracturas verticais e distais (Fig. 19) e fazendo soltar um fragmento de bordo para uma área próxima. Em tempo recente, um lagarto penetrou por uma das fracturas para aí hibernar, o que contaminou as terras do recipiente pois os carvões daí retirados forneceram, na análise pelo C14 (Ua-19120) uma data histórica muito recente (1455-1950 DC)²⁶ (Quadro 1).

De seguida, ou em simultâneo, a abertura do corredor ortostático foi colmatado com pedras bem encaixadas, em cunha, do exterior para o interior – estrutura de fecho do corredor ortostático –, tendo sido iniciadas as combustões alternadas com a colocação imbricada de pedras e deposição de terras na depressão do corredor intratumular.

A estratigrafia não permite vislumbrar claramente se as queimadas nos “dois corredores” se desenrolaram em simultâneo – como leva a supor o estrato inferior de terra queimada –, se por separado – como sugere o fecho de pedras entre o corredor megalítico e o intratumular. Uma terceira hipótese é de considerar também e que é a seguinte: numa primeira “etapa” realizaram-se combustões de material lenhoso numa área que ia do corredor megalítico ao primeiro troço do corredor intratumular (L11 e L12); numa segunda foram levemente inclinados os esteios megalíticos para dentro seguidos do fecho deste corredor com pedras bem encaixadas; num terceiro realizaram-se combustões simultâneas em ambos os corredores, a par da colmatação com pedras, particularmente no corredor intratumular; no final inclinaram-se definitivamente os esteios uns contra os outros, até ficarem muito próximos entre si, mas a queimada e a colocação de pedras continuou no corredor intratumular. É provável que tenham continuado sobre o corredor megalítico, e que as remoções de terra posteriores, bem como a agricultura tenham destruído estes “restos” pois aí a terra humosa entrava já na parte superior dos esteios e alguns estavam mesmo danificados no topo. O incêndio estendeu-se ao átrio, onde as antigas lavras do terreno ainda deixaram conservada terra argilosa enegrecida pelo fogo, e, mais à superfície, uma lenticula de terra queimada (Fig.9). Uma amostra, que situamos na 1ª “etapa” do fecho do corredor megalítico/fecho do corredor intratumular (recolhida sob a estrutura de fecho) foi datada pelo C14 (CSIC 1812), tendo o seguinte resultado: 3700-3530 AC. Este datará por certo o início das acções de condenação do espaço megalítico (Quadro 1).

Encontrámos uma grande conta de colar em xisto esverdeado (nº 21) na fronteira entre o corredor intratumular e o átrio, em sedimentos não queimados (Fig. 10 e 14). Esta deposição tanto pode referir-se a um dos tempos de uso, como ao início do encerramento.

As espécies florísticas queimadas merecem de novo um comentário. A cortiça é o material insistente em todas as amostras (mesmo naquelas não analisadas), tanto no corredor megalítico como no corredor intratumular. Porém, é *sobre e entre as pedras que fecham o corredor megalítico e na área contígua do corredor intratumular* que mais cortiça se recolheu²⁷. *Volta então esta a ser a zona mais marcada por fogo*

²⁶ Esta é a explicação mais viável para esta data pois no momento da escavação encontrámos aí um grande lagarto, que vinha cá fora espreitar os primeiros raios de sol de Abril e que fugiu do recipiente cerâmico quando levantámos o esteio 3.

²⁷ Ver texto de Isabel Figueira, neste volume. Amostras 25, 19, 16, 3, 24,22.

e chamas que se querem prolongadas, enfatizando assim o fecho do corredor megalítico pelo seu exterior. Note-se que um procedimento similar – anotado por F. Gomes (1996:150) no corredor intratumular do dólmen 2 de Lameira de Cima (Viseu) – e que consistia na queima de cortiça –, foi interpretado por aquele arqueólogo como resultante de “fogueiras rituais aquando do encerramento do monumento” (*Idem, Ibidem*: 150). A par da cortiça, na Alagoa voltam a surgir urzes/torga em quantidades ainda elevadas; residualmente temos carvalho/ sobreiro, e, em menor grau, giestas .

Duas amostras retiradas da parte média do corredor intratumular²⁸ apresentam já uma composição proporcionalmente diferente, pois a cortiça só aparece residualmente numa delas²⁹. Dominam largamente as urzes/torga, voltando os carvalhos e sobreiros a serem pouco frequentes. Deste modo, no contexto das queimadas da condenação, a cortiça foi usada somente no interface corredor megalítico/corredor intratumular, bem como na do corredor megalítico (como veremos) mas não na parte média e terminal do corredor intratumular. No corredor megalítico embora dominem as urzes/ torga, foi queimada grande quantidade de medronheiro, seguido de cortiça, bem como algumas giestas.

No átrio/fecho do átrio temos quase só urzes.

A grande variedade de espécies identificadas nas amostras³⁰ da câmara e câmara/corredor refere-se porventura aos vestígios da vegetação local muito antes da construção do monumento, por volta do final do 7º-inícios do 6º mil. AC.

4.3. A relação entre a cronologia absoluta e a hipótese de faseamento proposto.

Indicámos no ponto anterior o contexto de recolha das 6 amostras datadas pelo radiocarbono. Estas figuram também no Quadro 1 e Gráfico 1.

Ref. Lab	Datação BP	Calibração (AC)						Obs.
		Método A		Método B				
		1 sigma	2 sigma	1 sigma	%	2 sigma	%	
Ua 19118 (AMS)	7365±75	6334-6901	6400-6031	6369-6363 6342-6312 6296-6293 6220-6195 6195-6159 6140-6088	2,3 14,3 1,2 36,1 19,4 26,6	6392-6064 6036-6034	99,9 0,1	Carvão vegetal. Base do interface câmara/corredor, sobre o solo geológico
Ua 19119 (AMS)	7175±85	6158-5926	6221-5843	6198-6193 6160-6138 6093-5979 5947-5920	2,2 11,6 72,5 13,7	6220-5882 5853-5843	99,1 1,0	<i>Idem</i> . Base da câmara, sobre o solo geológico
CSIC 1811	3818±32	2296-2201	2400-2142	2301-2200	100	2401-2378 2350-2190 2180-2142	4,7 86,9 8,4	<i>Idem</i> . Entre as pedras da couraça (sanja sul).
Ua 19256 (AMS)	4975±50	3887-3700	3939-3651	3889-3883 3797-3697 3677-3669	4,2 91,5 4,4	3939-3859 3814-3652	17,8 82,2	<i>Idem</i> . Entre as pedras do contraforte (encosta da ao esteio 3).
CSIC 1812	4834±34	3650-3543	3661-3536	3657-3632 3575-3574	59,8 2,1	3698-3676 3671-3625 3589-3525	5,3 49,7 45,0	Cortiça. Sob estrutura de condenação na entrada do corredor megalítico.
Ua 19120 (AMS)	260±65	AD 1524-1797	AD 1474-1948	AD 1516-1599 1616-1676 1764-1769 1775-1802 1939-1946	43,6 37,4 1,7 14,1 3,2	AD 1455-1694 1726-1813 1848-1868 1918-1949	72,6 21,0 1,2 5,3	Carvão vegetal. Interior de um recipiente cerâmico colocado no corredor imediatamente antes ou no início da sua condenação.

Quadro 1 – Mamoá d'Alagoa: datas de 14C.

²⁸ Amostras 16 e 22.

²⁹ Amostra 22.

³⁰ Amostras 35, 39 e 40.

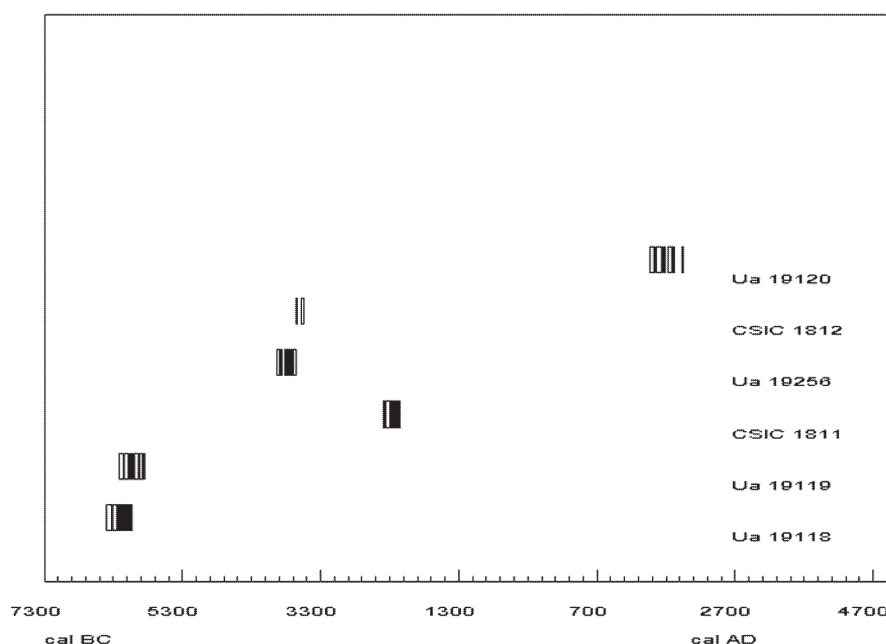


Gráfico 1 – Representação gráfica das datações de 14C da mamoa d'Alagoa.

Deste conjunto cremos que só duas datas correspondem, ou datarão, dois dos momentos de construção e uso propostos atrás. Uma delas – Ua 19256 –, que consistia em cortiça semi-queimada, foi recolhida entre as pedras do contraforte do esteio 3 (do corredor), resultando de uma das queimadas realizadas em torno do corredor (e provavelmente da câmara) no momento do escoramento destes ortostatos pelo exterior. Quer dizer naquele que denominamos o 1º Tempo. O seu valor, calibrado a 2 sigma, situa-se entre 3940 e 3650 AC (para 100% de probabilidade). Porém, a probabilidade maior na distribuição dos valores (82/%) contem a data no intervalo de 3815-3650 AC.

A segunda é a CSIC 1812, também realizada sobre cortiça semi-queimada e recolhida sob a estrutura de fecho do corredor megalítico, no interface com o corredor intratumular, datando portanto o início da condenação do espaço megalítico, no 4º Tempo. Situa-se entre 3700-3530AC (para 100% probabilidade-2 sigmas). O intervalo de maior probabilidade (94%, que resulta da soma de 45% com 49,7%) situa-a no período de 3670-3530 AC. Datará o início das queimadas relativas à condenação (4º Tempo).

Dado que a cortiça é de grande longevidade, e neste caso não vinha agarrada ao tronco original (pois não há, ou quase não há vestígios de *sobreiros* aqui), é de supor que as datas reais embora estejam contidas nos valores acima, nunca devem apontar para os mais antigos; este motivo leva-nos a valorizar o intervalo de maior probabilidade adentro dos 2 sigma. Mesmo assim as datas recobrem-se estatisticamente, sendo por volta de 3700 AC que podemos colocar um dos momentos de utilização da cripta interior (3º Tempo).

Porque as 2 amostras atrás se encontravam em contexto selado, é que descartamos o valor daquela CSIC 1811 (2400-2140 AC para 2 sigma), que se afasta notoriamente tanto da construção como da utilização. Ainda em abono desta hipótese de vida curta para este monumento está o espólio, marcadamente arcaico, mas perfeitamente articulado com contextos regionais da primeira metade do 4º milénio AC. De modo algum esta amostra se encontrava em contexto remexido, mas as pedras da couraça estão sujeitas à penetração de raízes, tanto actuais (de urze, carqueja e pinheiro), como ao longo dos tempos. E estas realmente entravam a grande profundidade, atingindo até o solo geológico, o que por certo terá “rejuvenescido” a amostra.

A aceitação desta data só poderia ser feita, e mesmo assim com muitas reservas, se considerássemos a 2ª hipótese de queimada por sobre o *tumulus*, bem como a colocação da couraça,

como um acto de encerramento. Esse encerramento teria começado então já no final da 1º metade do 4º milénio (3670-3530 AC), e ter-se-ia prolongado por bastante mais de 1 milénio!

Ora, ante os dados disponíveis para outros monumentos pouco complexos e pequenos como este, não é avisado aceitar esta acção de encerramento tão dilatada no tempo; também nada na couraça nos indica “visitas” ou deposições posteriores, pelo que se as queimadas na couraça foram feitas no contexto do encerramento, então foram por certo contemporâneas do encerramento do corredor/ átrio, o que tornará a data CSIC 1811 inaceitável.

Os valores das datas Ua 1918 e Ua 1919, situadas no seu conjunto entre 6390 e 5840 AC, porque recolhidas na base da câmara e câmara/corredor, sobre o solo geológico apontam para uma cronologia prévia à construção do monumento. Talvez devam ser entendidas no contexto da exploração do quartzo de filão neste local, mas claro, esta é só uma hipótese a considerar nos futuros estudos desta pedra e na relação daquela com a construção e uso da mamoa d’Alagoa.

Finalmente a amostra Ua 1912, que se situa entre 1455-1950 da nossa Era, não inviabiliza que aquele fosse o enchimento original do recipiente cerâmico deposto no corredor; quer dizer, que as espécies vegetais identificadas não sejam coetâneas da deposição (o mesmo acontecendo para o sedimento, que ainda não foi analisado) pois o vaso estava selado pelo esteio. Cabe dizer antes que por qualquer motivo os carvões foram afectados no seu teor de radiocarbono e que neste caso essa alteração pôde provir do grande lagarto que aí vimos hibernando.

5. SOBRE AS PEÇAS (INSTRUMENTOS, ADORNOS, ETC.) INTEGRADAS NA CONSTRUÇÃO E USO DA MAMOA D’ALAGOA

A intervenção levada a cabo na mamoa d’Alagoa permitiu a recolha de um conjunto significativo de instrumentos líticos, contas de colar e um vaso cerâmico. Excluimos daqui os “dejectos de talhe”, que perfazem várias centenas, e que foram exumados fundamentalmente na couraça pétrica. Encontram-se ainda em estudo, a par daqueles recolhidos na periferia da mamoa e nas sondagens aí realizadas, que puseram à vista tanto veios de quartzo de filão em exploração, como parcial e mesmo totalmente esgotados³¹.

A descrição consta dos respectivos quadros, pelo que não vamos aqui repetir a informação daqueles, mas somente fazer alguns comentários.

Os artefactos, depositados como “memória” ou metáfora de alguma ideia que se queria perpetuar, ou que se queria que vencesse o tempo (à semelhança da consistência dada ao conjunto desta arquitectura que incarna de forma física um memorial que une o Passado, na forma de ancestrais e seus feitos, e o Futuro), encontravam-se maioritariamente em estado de uso. A despeito de serem maioritariamente instrumentos que acarretaram grande investimento técnico e social – dado que as suas matérias-primas não são somente locais, como regionais e extra-regionais (sílex) – e de poderem ser usados nas actividades quotidianas, subsistenciais ou outras, foram como que desviados do seu uso tradicional, para um contexto de activação de outras necessidades tão ou mais humanas e prementes que as anteriores. Estamos a falar da legitimação identitária, ou valoração genealógica das acções que a comunidade desenvolve na esfera da sua vida corrente.

Pormenorizemos algumas ideias que nos sugerem estes instrumentos e adornos, mas para os quais não temos um entendimento claro. Estas referem-se tanto à distribuição espacial, como à morfologia/técnica, estado de uso e natureza das matérias-primas.

³¹ Este estudo está a ser feito por Rafael Morais e Isidro Gomes.

N.º Inv.	Peça	Proveniência	Matéria prima	Estado de conservação	Medidas (máx. cm)		Silhueta			Gume			Tallo		Observações	
					comp.	larg. esp.	frontal	longitudinal	transversal	silhueta	secção	plano	estado	larg.		esp.
1	goiva	L11; Lx.35	anfíbolite	completo	21,1	2,9	2,7	rectangular	quadrangular	convexa	convexa	Curvo (tipo U)	picoado	pontagudo	parcial	Zona A, "in situ"
2	machado	K10; Lx.26	anfíbolite	fragmento	indet.	3	3	rectangular	quadrangular	convexa	duplo-simétrico	Curvo (tipo U)	lascado/picoado	indeterminado	total	Câmara/Zona A
3	machado	L11; Lx.37	anfíbolite	completo	15,9	5	3,3	rectangular	rectangular	convexa	duplo-simétrico	Curvo (tipo U)	lascado	truncado (forma rectangular)	parcial	base do esteio 4, "in situ"
4	enxó	L11; Lx.35	anfíbolite	completo	14,5	5	2,1	rectangular	rectangular	convexa	convexa	sinuoso	picoado	truncado (forma rectangular)	parcial	Zona A, "in situ"
5	enxó	L10; Lx.25	anfíbolite	completo	14,3	5,3	2,2	rectangular	semicircular	plano-convexa	duplo-convexo assimétrico	sinuoso	picoado	truncado (forma rectangular)	parcial	Sobre a Laje 1, "in situ", junto do esteio 4.
6	machado	M9; Lx.38	meta vulcanito	completo	5	2,9	0,9	triangular	elíptica	convexa	duplo-convexo assimétrico	curvo (tipo U)		pontagudo	total	fossa de assentamento do esteio 13 da câmara
30	machado	K10; Lx.25	anfíbolite	completo	11,9	3,9	4,2	elíptica	ovalar	convexa	duplo-convexo simétrico	curvo (tipo U)	picoado	truncado em cunha	total	câmara, violação
67	enxó	L11; Lx.35	anfíbolite	fragmentado	13,5	4,5	2,5	rectangular	rectangular	rectilínea	cunha	rectilíneo	lascado/martelado	pontagudo	parcial	Zona A, "in situ"

Quadro 2 - Mamoa d' Alagoa: instrumentos líticos polidos.

N.º Inv.	Proveniência	Matéria Prima	Classificação (seg. G. E. M.)	Secção	Retoques	Medidas (mm)		Observações	
						comp.	larg. esp.		
9	K10; Lx.35	silix	trapézio rectângulo com truncatura maior curta	trapezoidal	abruptos em ambas as truncaturas	22	14	1,5	câmara, "in situ"
10	L11; Lx.35	silix	trapézio rectângulo com truncatura maior curta	trapezoidal	abruptos em ambas as truncaturas	21	10	2	peneiração
11	K10; Lx.35	quartzó hialino	trapézio simétrico com truncaturas muito oblíquas	indet.	abruptos em ambas as truncaturas				câmara, "in situ"
12	L10; Lx.35	silix	trapézio assimétrico com truncatura maior longa	trapezoidal	abruptos em ambas as truncaturas	30	15	3	câmara, "in situ"
13	L10; Lx.35	quartzó hialino	trapézio rectângulo com truncatura maior curta	triangular	abruptos em ambas as truncaturas	24	16	3	câmara, "in situ"
14	K10; Lx.35	silix	trapézio assimétrico com truncatura maior curta	trapezoidal	abruptos em ambas as truncaturas	27	16	3,5	câmara, "in situ"
15	K10; Lx.35	silix	trapézio assimétrico com truncatura maior longa	trapezoidal	abruptos em ambas as truncaturas	21	12	3	câmara, "in situ"
16	L9; Lx.26	silix	trapézio assimétrico com truncatura maior longa	trapezoidal	abruptos em ambas as truncaturas	27,5	11,5	2,5	câmara, deslocado??
17	K10; Lx.35	silix	trapézio assimétrico com truncatura maior longa	trapezoidal	abruptos em ambas as truncaturas	24	14	3	câmara, "in situ"
18	K10; Lx.35	silix	trapézio assimétrico com truncatura maior curta	trapezoidal	abruptos em ambas as truncaturas	23	13,5	3	câmara, "in situ"
19	L11; Lx.35	silix	trapézio (fragmentado)	triangular	abruptos em ambas as truncaturas	indet.	11	1,5	zona A - peneiração
20	K10; Lx.35	ágata	trapézio assimétrico com truncatura maior longa	triangular	abruptos em ambas as truncaturas	27,5	12	3	câmara, "in situ"
23	M10; Lx.35	silix	trapézio assimétrico com truncatura maior longa	triangular	abruptos em ambas as truncaturas	24	10	2	câmara, "in situ"
28	L11; Lx.39	silix	triângulo escaleno	triangular	abruptos em ambas as truncaturas	18	9	3,5	base do esteio3/ zona A
29	L10; Lx.35	silix	trapézio simétrico com truncaturas muito oblíquas	triangular	abruptos em ambas as truncaturas	22	7,5	1,5	câmara, peneiração
70	L11; Lx.35	silix	triângulo isósceles	trapezoidal	abruptos em ambas as truncaturas	19	11,5	2,5	zona A - peneiração

Quadro 3 – Mamoa d'Alagoa: micrólitos geométricos.

N.º Inv.	Proveniência	Matéria Prima	Perfil	Secção	Retoques	Medidas (mm)			Observações
						comp.	larg.	esp.	
8-24	L11; Lx.35/36	sflex	curvilíneo	trapezoidal	não retocada	150	16	2	Zona A, "in situ"
7	L10; Lx.15/24	sflex	curvilíneo	triangular	semi-abruptos, unificiais e descontínuos em ambos os bordos	68	14,5	4	violação, deslocado

Quadro 4 – Mamoa d'Alagoa: lâminas.

Proveniência	Forma	Medidas (cm)			Secção	Aspecto das superfícies	Afeição
		eixo maior	eixo menor	espessura média			
Laje 1 L10-11; K10-11	sub-retangular	83	45	4	sub-retangular	sub-retangular	não tem
Laje 2 L11	sub-retangular com extremidade ogival	67	43	6	sub-retangular	sub-retangular	talhada numa das extremidades
Laje 3 L10	sub-retangular	57	43	6	sub-retangular (irregular)	sub-retangular (irregular)	não tem
"Laje" 4 L9	sub-retangular com topo ogival	73	37	25	sub-paralelográfica	sub-paralelográfica	possivelmente afeição numa das extremidades

Quadro 4 – Mamoa d'Alagoa: lâminas.

No momento da construção da câmara/corredor foram depositados 2 machados diferentes entre si. Aquele nº 3 (Fig. 13.4), se comparado com as restantes peças polidas, é rugoso (porque só parcialmente polido) e tem o gume lascado, pelo que, se não fosse “afiado” estava tecnicamente inoperacional. É provável que o lascado se deva ao seu uso como machado, ou, mais provavelmente, como enxada. O pequeno machado nº 6 (Fig. 14.3) é uma peça duma beleza extraordinária (para os parâmetros actuais), feito de metavulcanito de cor ocre amarelo escuro-avermelhado. Todo cuidadosamente polido e sem vestígios de uso, seria uma peça criada por certo com finalidades votivas ou rituais já que as suas dimensões não permitem o uso em actividades como o abate de árvores ou a remoção de terra. Deste 1º Tempo de construção/deposição, um pequeno triângulo escaleno em sílex - nº 28 - pelo contrário, encontrava-se teoricamente em uso (Fig.12.14).

Em síntese, os 3 instrumentos votivos inseridos na estrutura megalítica – 2 machados e 1 micrólito –, fabricados em 3 tipos de matéria-prima – anfibólito, metavulcanito e sílex –, configuram também 3 situações diferentes quanto à sua operacionalidade técnica: em curso de uso ou mesmo desuso (machado nº 3), potencialmente em uso (micrólito nº 28) e um machado por certo fabricado somente para contextos rituais ou sociais (nº 6).

No Tempo de uso do espaço megalítico – câmara e Zona A – deparamos com situações diversas.

No conjunto do total dos micrólitos geométricos dominam os trapézios, tendo sido os dois únicos triângulos recolhidos já na Zona A. Um foi referido atrás, pertencendo ao contexto de construção (nº 28) e o outro é um triângulo isósceles (Fig. 12.9). Nesta mesma Zona A estava um trapézio, mas fragmentado. Dada a sua posição estratigráfica, terá sido depositado já neste estado.

Na câmara encontramos os restantes micrólitos (todos trapézios) e em condições técnicas de utilização. Nas matérias-primas os micrólitos da câmara são predominantemente em sílex, ou rochas siliciosas (ágata), surgindo só um em quartzo hialino; na Zona A são todos em sílex/rochas siliciosas.

No que respeita ao material lítico polido parece haver mais diferenças entre a câmara e a Zona A. Na câmara temos um machado completo (nº 30), com polimento total³²; justamente na zona de separação teórica entre a câmara e a zona A, temos uma enxó (nº 5); na Zona A temos duas enxós (nº 4 e 67) e uma goiva (nº 1). Deste modo, as enxós e goiva incidem na zona A e estão como que ausentes da câmara; nesta temos um (ou possivelmente dois³³) machados, instrumentos que estão ausentes da Zona A (Fig. 10, 13 e 14).

Todos estes instrumentos da câmara/zona A têm morfologia e dimensões apropriados às funções para que cremos serem criadas (no seio duma economia agro-pastoril) e encontram-se em perfeito estado de uso, sendo então de enfatizar o facto de um machado (nº30), bem como a goiva e uma das enxós (nº 4) não apresentarem indícios de utilização.

A lâmina de sílex recolhida na Zona A estava partida (nº8+24), tendo fragmentado, cremos, já quando deposta; uma outra lâmina de sílex, esta retocada (nº 7), ao contrário da anterior, provém de violações. Foi encontrada na câmara, mas desconhecemos se resulta estritamente de violações deste espaço (Fig. 10 e 12). Ambas as lâminas parecem não ter vestígios de uso.

As contas de colar, em número de 495, são pequenas contas de xisto circulares, com uma perfuração central e que deviam fazer parte de um só colar. Este colar teria sido deposto a nosso ver sobre a Laje 1, ou encostado a esta, já que é sobre ela e na sua periferia que se registam as maiores concentrações.

Uma outra conta grande de xisto (nº 21), circular (diâm. max. 2,5 cm), espessa (1,4 cm), de secção sub-rectangular e perfuração bitroncocónica, localizada na zona de contacto entre o corredor intratumular

³² Peça que pode corresponder a uma provável 2ª utilização, pois provém duma área imediata a perturbações estratigráficas.

³³ O machado partido nº 2 (Fig. 15.2) estava numa zona violada, mas a proximidade da câmara leva-nos a admitir que seria proveniente desta (do 1º ou 2º Tempo de uso).

e o átrio, estava bastante deteriorada (superfícies rugosas e em desintegração) (Fig.10 e 14.5). Quer pertença ao 1º Tempo de uso do acesso, quer ao encerramento, terá sido a percolação de águas e a humidade da terra (estava a fraca profundidade) que contribuíram para a sua má conservação.

O *recipiente cerâmico inteiro* tem forma esférica (esférico alto), de boca fechada (com pequena quebra no lábio) e fundo convexo (Fig.11). Corresponde à forma 2A do vizinho abrigo do Buraco da Pala. Possui uma decoração formada de linhas incisivas verticais, pouco profundas e espaçadas entre si, que atingem cerca de 2/3 da altura do recipiente. Estas linhas são pouco profundas e foram feitas com um instrumento de duas pontas, embora o movimento de incisão faça com que por vezes só uma delas rasgue a pasta mole. Tem superfícies alisadas de cor castanho amarelado no exterior (por vezes com manchas negras, localizadas) e mais escura no interior (Fig.20). A espessura média das paredes é 6 mm. A pasta é compacta, bem cozida e com desengordurante formado de mica e quartzo (calibre entre 0,5 e 1mm).

Esta forma é corrente no contexto habitacional do vizinho abrigo do Buraco da Pala IV (datado do mesmo período aproximado), onde dominam formas lisas, mas onde existem mais raramente algumas outras com o corpo inciso verticalmente. As incisões verticais alongadas são muito raras nos contextos da época. Assim, embora o recipiente da Alagoa seja *uma forma* comum aos contextos habitacionais e sepulcrais desta época (4º milénio AC), a *decoração*, com a carga simbólico/identitária que poderá acarretar, pode apontar para a escolha dum recipiente pouco vulgar, ou até excepcional para jogar com a simbologia doutros elementos ou acções, nas deposições do corredor ou no início da sua condenação.

Foram ainda recolhidos no corredor megalítico mais dois fragmentos de bordo de recipientes diferentes, de fabrico manual mas onde não é possível deduzir a forma³⁴. Um deles – c. a – foi recolhido em L11 (Lx.26) no interface com os sedimentos da condenação, e o outro – c. b – também em L10 (Lx. 32.2), já nas camadas de condenação do corredor.

Como se encontravam em zonas não remexidas, é provável que tenham sido trazidos com as terras que intercalam as queimadas da condenação no corredor, sendo possível colocar a hipótese (ainda que não seja a única) de terem sido usados em contexto habitacional próximo do monumento, ou em contextos de uso relacionados com a construção daquele.

6. NOTAS FINAIS

O estudo da Mamoa d'Alagoa, bem como da Mamoa 1 do Castelo (Sanches e Nunes, 2005) que consideramos pertencerem a um mesmo conjunto megalítico, vem complexificar o conhecimento relativo aos monumentos megalíticos, ou somente *tumuli*, conhecidos em Trás-os-Montes maioritariamente pela prospecção. Embora a exposição atrás diga respeito somente à Mamoa d'Alagoa, algumas das considerações que aqui fazemos decorrem também da escavação da Mamoa 1 do Castelo bem como do registo analítico realizado por uma de nós (SAN) nos *tumuli* da região de entre os rios Corgo e Tua (Nunes, 2003), pelo que se remete o leitor para a respectiva bibliografia.

Muitos aspectos merecem destaque, mas dada a extensão deste texto, incidimos naqueles que nos parecem de momento mais pertinentes.

Um deles diz respeito à utilização do fogo nos diferentes passos da construção, uso e condenação do monumento. Parece-nos que as espécies queimadas foram escolhidas em função das suas propriedades físicas como combustível, e em simultâneo, da valorização social e cosmogónica que a comunidade lhe atribuía, como foi exposto atrás.

34 c. a : fragmento com 5mm de espessura, alisado em ambas as superfícies, com cor castanha no exterior e cinzenta no interior. Tem pasta compacta com desengordurantes (mica e quartzo) de calibre inferior a 5mm; c. b - fragmento com 6mm de espessura, em tudo similar ao anterior mas provém dum recipiente diferente não somente pela forma do bordo mas também porque a pasta é mais grosseira já que o desengordurante (mica e quartzo) varia entre 0,5 e 1mm.

A utilização e manipulação do fogo na construção, uso, destruição, reconstrução e encerramento é um aspecto que, de tão frequente, tem vindo progressivamente a chamar a atenção da investigação relativa ao fenómeno funerário e à multiplicidade de acções e intenções que se vislumbram nestas construções aparentemente similares, aparentemente com a mesma função – a de dar guarida a alguns cadáveres, ou aos seus restos, aqui transformados em ancestrais – mas afinal tão peculiares se prestarmos atenção não somente a pormenores arquitectónicos e espaciais, como aos vestígios de práticas específicas.

De tal modo o uso do fogo está a ser, justamente, valorizado que sobre o tema foi realizado em Setembro de 1999, na Universidade de Valladolid, um encontro científico³⁵ de cujo programa fez parte uma simulação de Arqueologia Experimental sobre destruição pelo fogo dum monumento da Meseta Norte (Peña de la Abuela, Ambrona). A respectiva publicação do encontro (Rojo, M. e Kunst, M. eds., 2002) dá conta da diversidade do uso de fogo não somente em monumentos da vizinha Espanha (Meseta Norte e Sul, Navarra e Catalunha, ou mesmo ilhas Canárias), como em França, Inglaterra e Irlanda. Porém, uma rápida passagem pela bibliografia publicada nomearia monumentos “funerários” em quase todas as regiões da Europa atlântica.

Reflectindo nestes características das Mamoas d'Alagoa e 1 do Castelo, uma de nós apresentou recentemente uma comunicação³⁶ onde se defendeu que a manipulação do fogo, similar em ambas as mamoas, fosse considerada uma tradição local nas Terras de Jou; uma tradição tão enraizada nas práticas construtivas e rituais que teria conduzido à mesma sequência, e quase à mesma natureza de procedimentos tanto na mamoa d'Alagoa, datada do 2º quartel do 4º mil AC., como na mamoa 1 do Castelo, esta construída, com toda a probabilidade, no último quartel do 4º mil. AC, isto é, quando aquela já se encontrava há muito encerrada. Outros monumentos poderão ter sido construídos entretanto pelo que se nos afigura necessário escavar com muito mais cuidado e atenção no sentido de precisar esta ideia, quer dizer, a da existência dum “esquema” arquitectónico e ritual enraizado no modo de fazer e de pensar colectivamente estes monumentos ligados aos ancestrais.

Outro aspecto diz respeito à deposição de artefactos e sua integração no monumento durante os diferentes passos de construção, uso e condenação. Nem sempre o estado de conservação dos monumentos permite este tipo de observações; outras vezes à destruição juntam-se transformações arquitectónicas de natureza variada que afectam intencionalmente a vida e forma dos monumentos. Estas últimas complicam, mas frequentemente também enriquecem, a leitura da relação dos objectos com a acção (*praxis*) e o espaço arquitectónico. Na Alagoa, as observações realizadas sugerem-nos que no momento da construção, entram em acção numa mesma tradição procedimentos que podemos considerar locais, uns, regionais e/ou extra-regionais, outros. No primeiro caso, além do uso selectivo do fogo, já referido, temos a deposição de cristais de quartzo e quartzo esmigalhado em toda a periferia da mamoa³⁷.

No segundo temos por ex. a deposição de artefactos (ou de peças recolhidas do mundo natural, como seixos, cristais) no momento da construção das estruturas megalíticas e em geral das mamoas ou *cains*, onde jazem na maioria dos casos escondidos do olhar público, ou seja, onde corporizam uma mensagem que se pretende secreta ou uma acção propiciatória. Este comportamento tem sido sistematicamente registado em monumentos peninsulares e extra-peninsulares escavados segundo metodologias cuidadas, e de que demos só alguns exemplos atrás. Ainda os colares de xisto (ou outras

³⁵ Reunião Internacional “Sobre el significado del fuego en los rituales funerários del neolítico”, posteriormente publicada .

³⁶ No 3º Curso Intensivo de Arte Pré-histórica Europeia (Tomar, Abril de 2003), intitulada “ O monumento megalítico como unidade arquitectónica, ritual e identitária”.

³⁷ Embora a deposição de cristais se registre noutros monumentos por toda a P. Ibérica, na Alagoa e particularmente na do Castelo, foi usada de modo extensivo na sua periferia.

contas, particularmente de cor verde) manifestam o valor social atribuído aos adornos pessoais, tão frequente nos monumentos megalíticos. Isto independentemente de pensarmos que se trata de artefactos que foram pertença do indivíduo em vida, como nos sugeriu o enterramento individual (provavelmente infantil), da mamoa 3 de Pena Mosqueira, em Sanhoane-Mogadouro. Na verdade no monumento adquirirão outro estatuto, o da manifestação do respeito por um indivíduo transformado em antepassado da comunidade. Instrumentos como enxós, machados, lâminas, micrólitos, recipientes, e mais raramente, goivas, ocorrem em quantidades e associações diferentes nos monumentos de todo o NW peninsular, desde os seus momentos mais antigos, no 5º e 4º milénios AC (Fabregas, 1991). A estes somam-se muitas vezes pontas de seta, ausentes da Mamoa d'Alagoa, embora neste caso não tenhamos condições regionais de avaliar se se tratará duma questão cronológica, ou simplesmente ritual.

Também estes instrumentos são muitas vezes realizados em matérias primas locais e regionais, como acontece na Alagoa (argila, xistos variados, quartzo, ágata, anfíbolito, metavulcanito) o que indicia a valorização de territórios de procedência extensos, bem como das comunidades que os ocupam, e com as quais se estabelecem relações sociais estreitas e frequentes. No caso da Alagoa não pudemos ainda deslindar especificamente quantos dos micrólitos são realizados em sílex, de procedência forânea, extra-regional, ou somente em rochas siliciosas (como ágata, opala ou quartzo hialino), pois estas últimas ocorrem no maciço de Morais-Bragança, basicamente no curso do Alto Sabor, tal como o anfíbolito, o que sobrevalorizaria as relações regionais. Mas não havendo regionalmente condições geológicas para a ocorrência de nódulos que permitissem o fabrico das lâminas, e verificando-se que muitos dos micrólitos (trapézios) são extremamente *standardizados* e por certo produzidos a partir de lâminas (Fig. 12), então a matéria-prima destas terá de ser de procedência muito mais longínqua. Afinal a própria *ideia* ou *plano arquitectónico* do monumento com mamoa, câmara dolménica, corredor megalítico, corredor intratumular e átrio (este de reduzidas dimensões), obedece por certo a um esquema territorialmente muito estendido, o que reforça a ideia de que os monumentos na sua maioria resultam do cruzamento de ideias relativas ao modo de venerar os antepassados partilhados por outras comunidades, a par de tradições de índole marcadamente local.

Do conjunto de artefactos presente neste monumento (e no do Castelo) notar-se-á a ausência de moinhos (moventes ou dormentes), tão frequentes nos monumentos de Trás-os-Montes, Minho e outras regiões e tão significativos na economia agro-pastoril (e mesmo recolectora). Talvez por razões que terão a ver com tradições locais, a moagem, ou o seu instrumento mecânico, não mereceu o mesmo destaque de outras actividades que temos por rotineiras (agricultura, desflorestação, caça, trabalho da madeira, etc.).

O monumento assume-se assim como um microcosmos onde parecem cruzar-se múltiplos significados cuja abrangência social, territorial, económica e cosmogónica intuímos, mas que estamos longe de nomear de modo mais concreto.

Adentro desta ideia, devemos indicar, ainda que de passagem, a presença de elementos antropomorfizados no interior do espaço megalítico. Referimo-nos às lajes alongadas, nº 2 e 3, fincadas sobre o seu lado maior, a primeira de contorno ogival, que materializam a divisão do corredor/câmara, e que poderão evocar entidades de carácter genealógico. Um outro bloco de forma sub-rectangular, mas muito espesso e com o topo ogival, que denominámos de "Laje 4", e que também evoca, pela volumetria e topo superior, uma entidade antropomorfa, estaria, segundo cremos, assente na vertical junto da laje de cabeceira.

Partilhamos da opinião de P. Bueno e B. Behrmann (2004, 1997) de que as figurações antropomorfas megalíticas, de forma sugerida (como pedras de contornos geométricos, as placas anepígrafas, por ex.) ou de modo mais claramente individualizado e claro (na relação da figura com o suporte, e que nomeamos como menires, estelas, betilos), mostram o seu carácter identificador com entidades *menos pela sua tipologia formal do que pelo local que ocupam no espaço funerário*. São, segundo aqueles autores, que verificaram pessoalmente dezenas de monumentos, mas que procederam também a uma sistematização

com base em estudos publicados (*Idem*, 2004), as zonas da entrada do corredor, aquelas da passagem dos corredores à câmara e a parte frontal da câmara, os lugares de eleição destas figuras que, frequentes vezes, aparecem de forma gravada ou pintada nos esteios de cabeceira e seus laterais (o que localmente acontece na Mamoa 1 do Castelo, ou no monumento nº 4 do Alto de Madorras/ Pópulo). Deste modo, cremos que as “lajes” 2, 3 e 4 evocarão neste monumento da Alagoa figuras antropomorfas. A laje nº 1, assente no solo da câmara, poderá ter um significado de mais difícil interpretação. Contudo, o grande seixo de contorno antropomórfico, também coberto de ocre, e uma laje polida sub-rectangular com restos de pintura (de uma figura antropomorfa), registados deitados no enterramento não remexido da Mamoa 3 de Pena Mosqueira (Sanhoane-Mogadouro) (Sanches, 1987), sugerem que também esta laje nº 1 poderia sugerir algo de similar. Mas, evidentemente, esta é, por ora, só uma possibilidade se atendermos não somente à proximidade regional entre ambas as mamoas transmontanas, como aos seus espólios e cronologia similares. Como a Mamoa 3 de Pena Mosqueira não continha qualquer estrutura megalítica, teríamos de admitir que no que respeita ao espaço funerário, as comunidades regionais, mesmo que tenham tradições arquitectónicas distintas, comungam de vários elementos simbólicos, neste caso móveis (artefactos, “estelas”) ligados ao espaço funerário. Apoiando esta ideia ocorre um outro achado mais perto da Mamoa d'Alagoa. No final do séc. XIX, Henrique Botelho (1898) recolheu na câmara do dólmen K de Perafita (Alijó-Pópulo) uma placa rectangular de granito, com apêndice superior e 4 sulcos na parte inferior, que também sugere vagamente uma figura antropomorfa. Situava-se no mesmo nível de duas lâminas de sílex e de um fragmento de quartzo vermelho, portanto com artefactos também presentes na Alagoa.

Para terminar, assinalamos uma ideia que nos parece ser de reter e que é a de que os monumentos megalíticos conhecidos nas Terras de Jou/Bacia de Mirandela, portanto da parte leste de Trás-os-Montes, embora não concentrados em grandes necrópoles como nas regiões mais litorais, mostram, pela sua arquitectura e rituais, uma grande semelhança com aqueles e em simultâneo, uma especificidade que só as necessárias escavações ajudarão a precisar.

Vila Nova de Gaia/Porto, Janeiro de 2005

Agradecimentos: Agradece-se a Rafael Morais e a Paulo Santos a digitalização de imagens; a Miguel Almeida os desenhos dos micrólitos geométricos e lâminas e a Lília Basílio os desenhos do material lítico polido.

BIBLIOGRAFIA

AGROCONSULTORES E COBA (1991), *Carta dos solos, carta do uso actual da terra e carta da aptidão da terra do Nordeste de Portugal*, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes (com “Memórias” e “Anexos” policopiados).

AZEVEDO, M. de (1895), “Notícias archeológicas de Trás-os-Montes”, *O Archeologo Português*, 1, Lisboa, pp. 130.

BOTELHO, H. (1898), “Antas do concelho de Alijó”, *O Archeologo Português*, 4, Lisboa, pp.186-198.

BUENO RAMIREZ, P. e BEHRMANN, B. (1997), “Arte megalítico en sepulcros de falsa cúpula. A propósito del monumento de Granja de Toniñuelo”, *Brigantium*, 10, pp.91-121.

BUENO RAMIREZ, P. e BEHRMANN, B. (2004), “Imágenes antropomorfas al interior de los megalitos: las figuraciones escultóricas”, *In Actas do 1º Colóquio Internacional sobre Megalitismo e Arte Rupestre da Europa Atlântica – Sinais da Pedra (Évora, 24-26 Janeiro 2003)*, Fundação Eugénio de Almeida, Publicado em CD, pp.1-19.

- CASTRO, A. S. et al (1997), "Trabalhos de escavação arqueológica realizados no monumento 2 da "Lameira Travessa" (Pendilhe, Vila Nova de Paiva, Viseu)", *Estudos Pré-históricos*, 5, Viseu, Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, pp. 29-53.
- COSTA, A. L. Pinto da (1992), *O Concelho de Murça (Retalhos para a sua História)*, Câmara Municipal de Murça.
- COSTA, J. C. et al. (1998), "Biogeografia de Portugal Continental", *Quercetea*, vol. 0, Bragança, Associação Lusitana de Fitossociologia, pp. 5-56.
- FÁBREGAS VALCARCE, R. (1991), *Megalitismo del Noroeste de la Península Ibérica. Tipología y Secuencia de los Materiales Líticos*, Aula Aberta, 58, Madrid, U.N.E.D..
- FIGUEIRAL, I.; SANCHES, M. J. (1998-1999), "A contribuição da antracologia no estudo dos recursos florestais de Trás-os-Montes e Alto Douro durante a Pré-história recente", *Portugália*, Nova Série, vol.19-20, Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 71-101.
- GOMES, L.F.C.(1996), *A Necrópole megalítica da Lameira de Cima (Penedono-Viseu)*, Estudos Pré-históricos, 4, Viseu, Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta.
- NUNES, S. A. (2003), *Monumentos sob tumulus e meio físico no território entre o Corgo e o Tua (Trás-os-Montes): aproximação à questão*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2 vols., (policopiada).
- NUNES, S. A. (no prelo), "Reflexões sobre a paisagem tumular entre o Corgo e o Tua (Trás-os-Montes, NE de Portugal)", *In Actas do 4º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Faro, Setembro de 2004.
- ROJO GUERRA, M. e KUNST, M. eds.(2002), *Sobre el Significado del Fuego en los Rituales Funerários del Neolítico*, "Studia Archaeologica", 91, Secretariado de Publicaciones e Intercâmbio Editorial de la Universidad de Valladolid.
- SANCHES, M.J. (1987), "A mamoa 3 de Pena Mosqueira, Sanhoane (Mogadouro)", *Arqueologia*, 15, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, pp.94-115.
- SANCHES, M. J. (1994), "Megalitismo na bacia de Mirandela", *Actas do Seminário "Megalitismo no Centro de Portugal"*, (Mangualde, Nov. 1992), Viseu, Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta, pp.249-284.
- SANCHES, M. J.; NUNES, S. A. (2004), "Monumentos pétreos do 4º e 3º mil. BC: suas formas, topografias e contextos na área central de Trás-os-Montes (Nordeste de Portugal)", *In Actas do 1º Colóquio Internacional sobre Megalitismo e Arte Rupestre da Europa Atlântica – Sinais da Pedra* (Évora, 24-26 Janeiro 2003), Fundação Eugénio de Almeida, Publicado em CD, pp.1-26.
- TABORDA, V. (1987), *Alto Trás-os-Montes. Estudo geográfico*, "Coleção Espaço e sociedade", 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte (Lisboa, 1932).

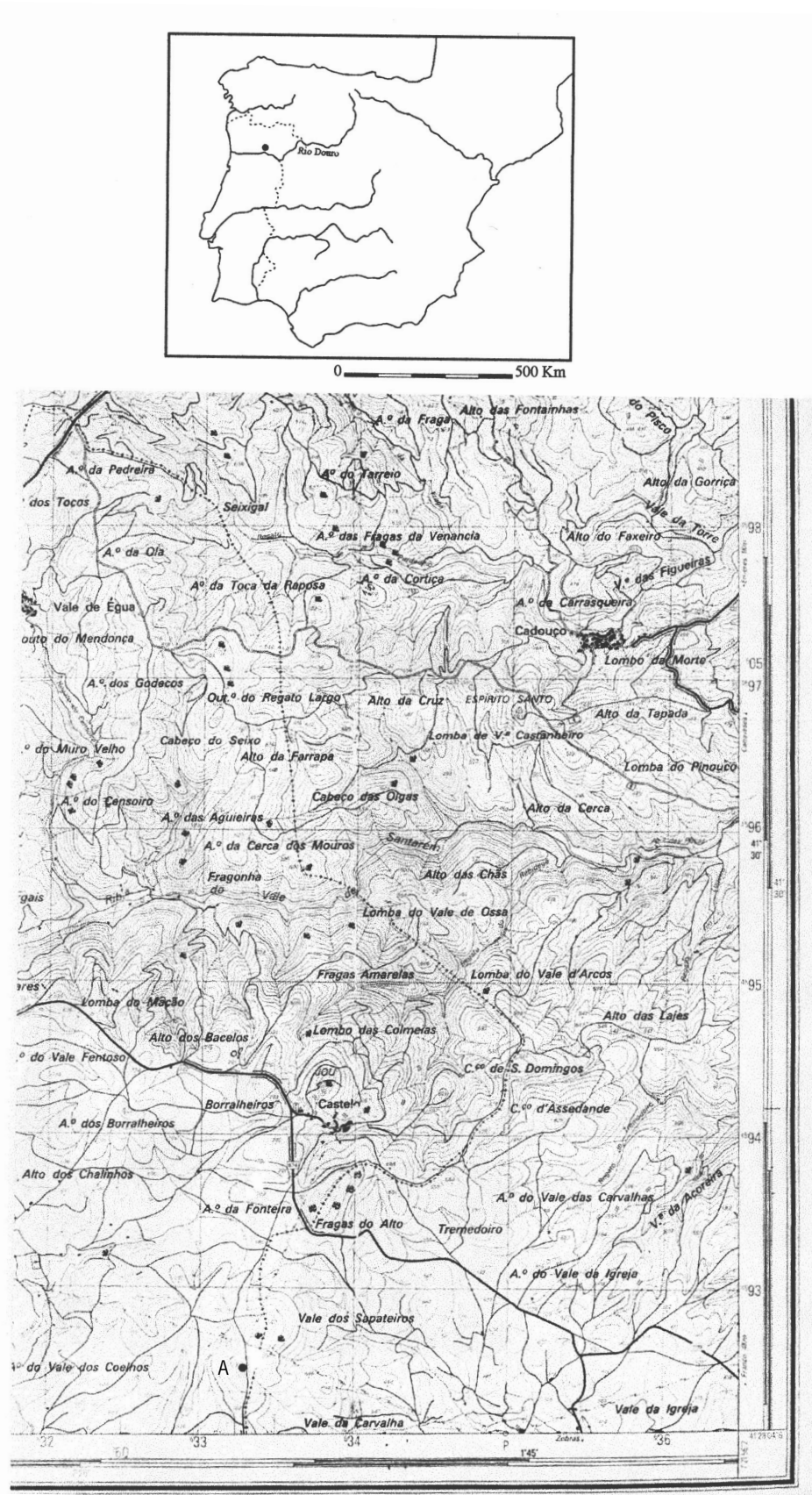


Fig. 1 - Localização da mamoa d'Alagoa na Península Ibérica e na carta Militar de Portugal, na escala 1:25 000, fl 75, Sta. Maria de Émeres, 2ª ed., 1998.

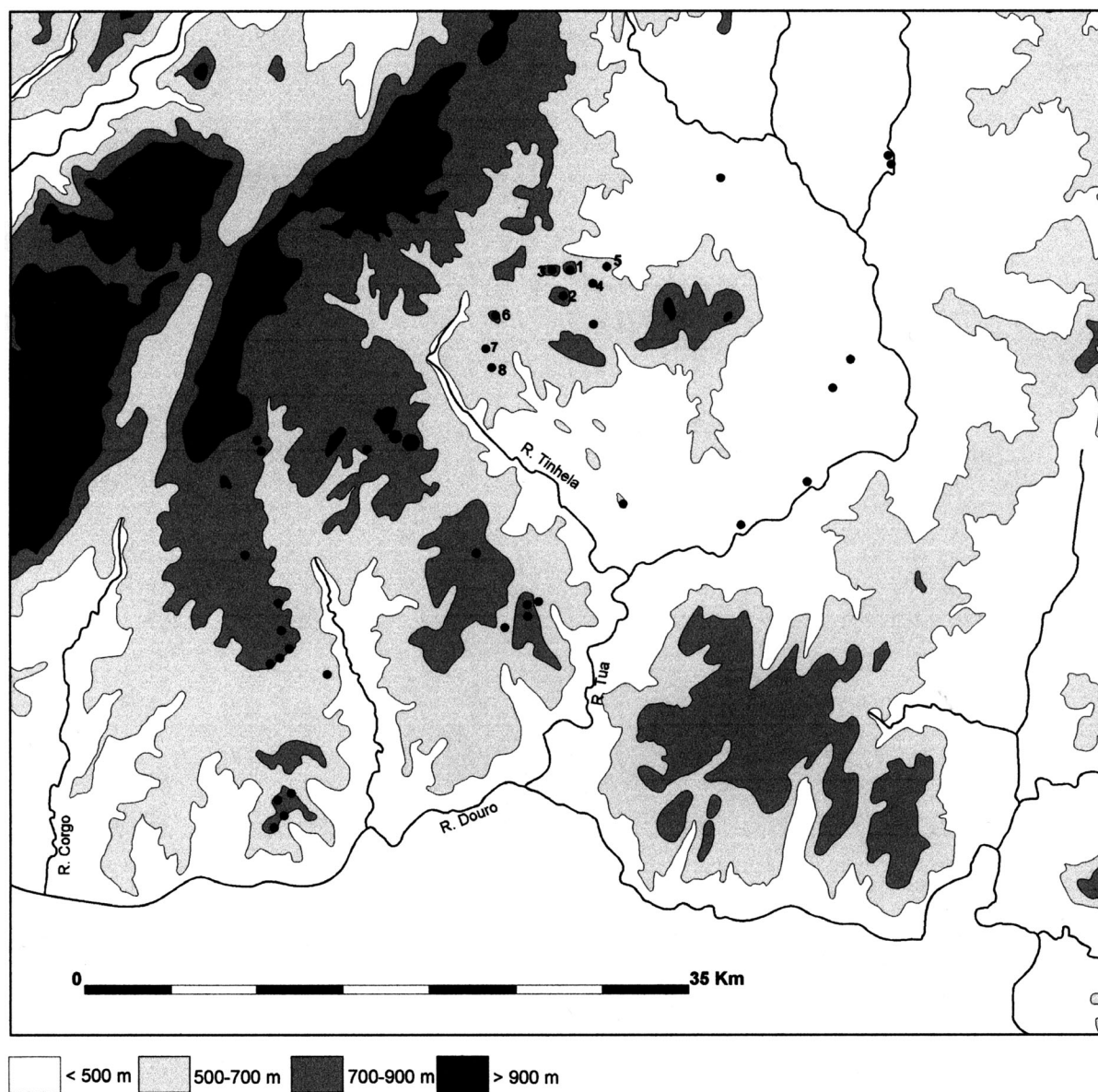


Fig. 2 - Localização dos monumentos sob *tumuli* das “Terras de Jou” segundo os seguintes patamares altimétricos: <500/500-700/700-900/>900 m. 1- Mamoas 1 a 3 do Castelo; 2 - Mamoas d’Alagoa; 3- Mamoas dos Borrallheiros; 4- Mamoas 1 e 2 do Tremedeiro; 5- Mamoas do Cabeço d’Assedande; 6- Mamoas 1 a 3 do Alto do Picoto; 7- Mamoas do Parque das Merendas; 8- Mamoas do Alto do Moução/Agudinhas.

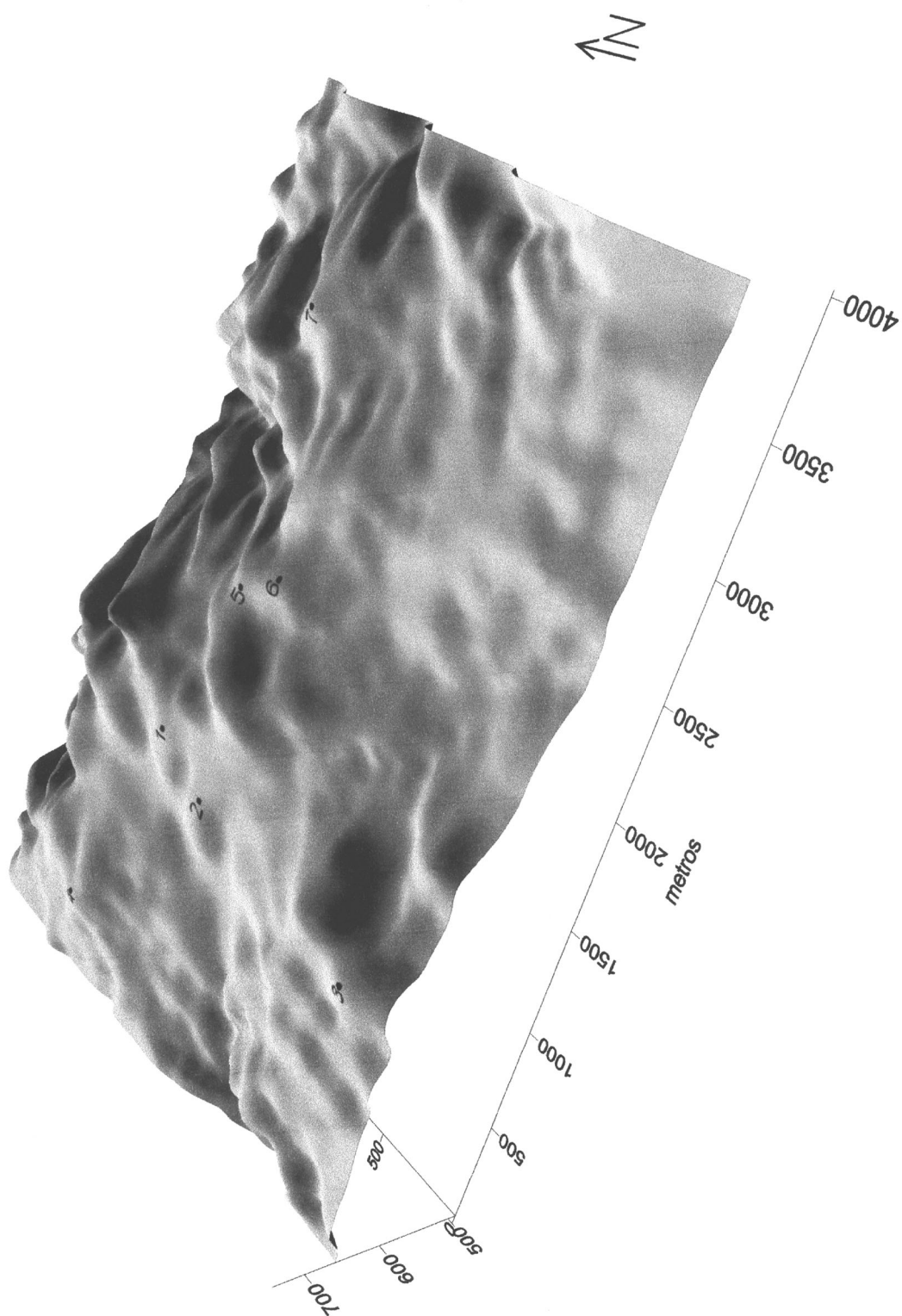


Fig. 3 - Localização dos monumentos do conjunto do Castelo; 1- Mamoa do Castelo; 2- Mamoas 2 e 3 do Castelo; 3- Mamoa d'Alagoa; 4 - Mamoa dos Borrallheiros; 5- Mamoa 1 do Tremedeiro; 6 - Mamoa 2 do Tremedeiro; 7 - Mamoa do cabeço d' Assendande. Vista em perspectiva wireframe (aplicação do software Surfer 8).

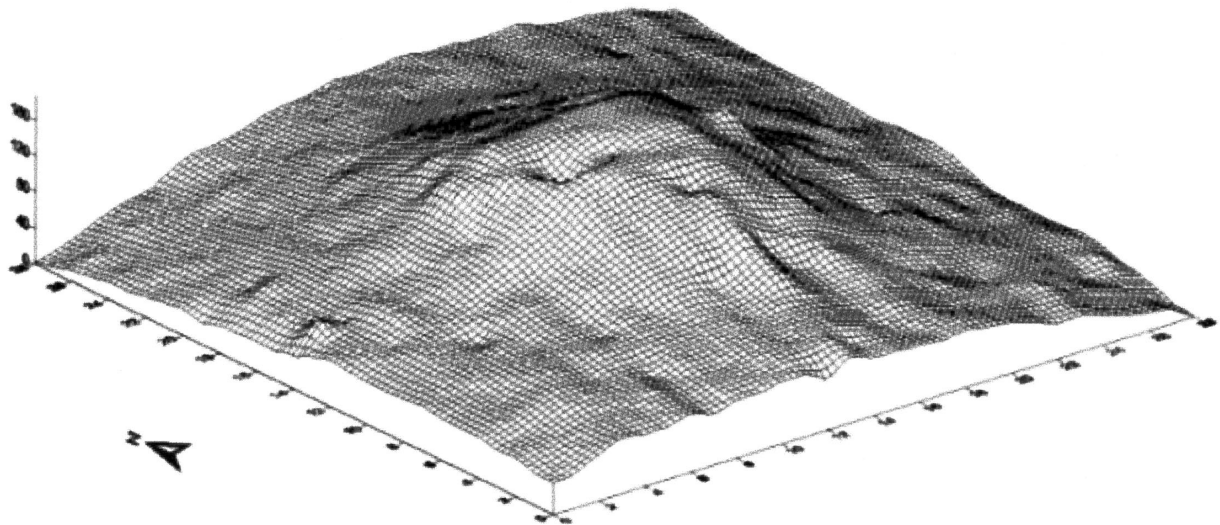


Fig. 4 - Mamoa d' Alagoa: vista em perspectiva wireframe (aplicação do software surfer 8).

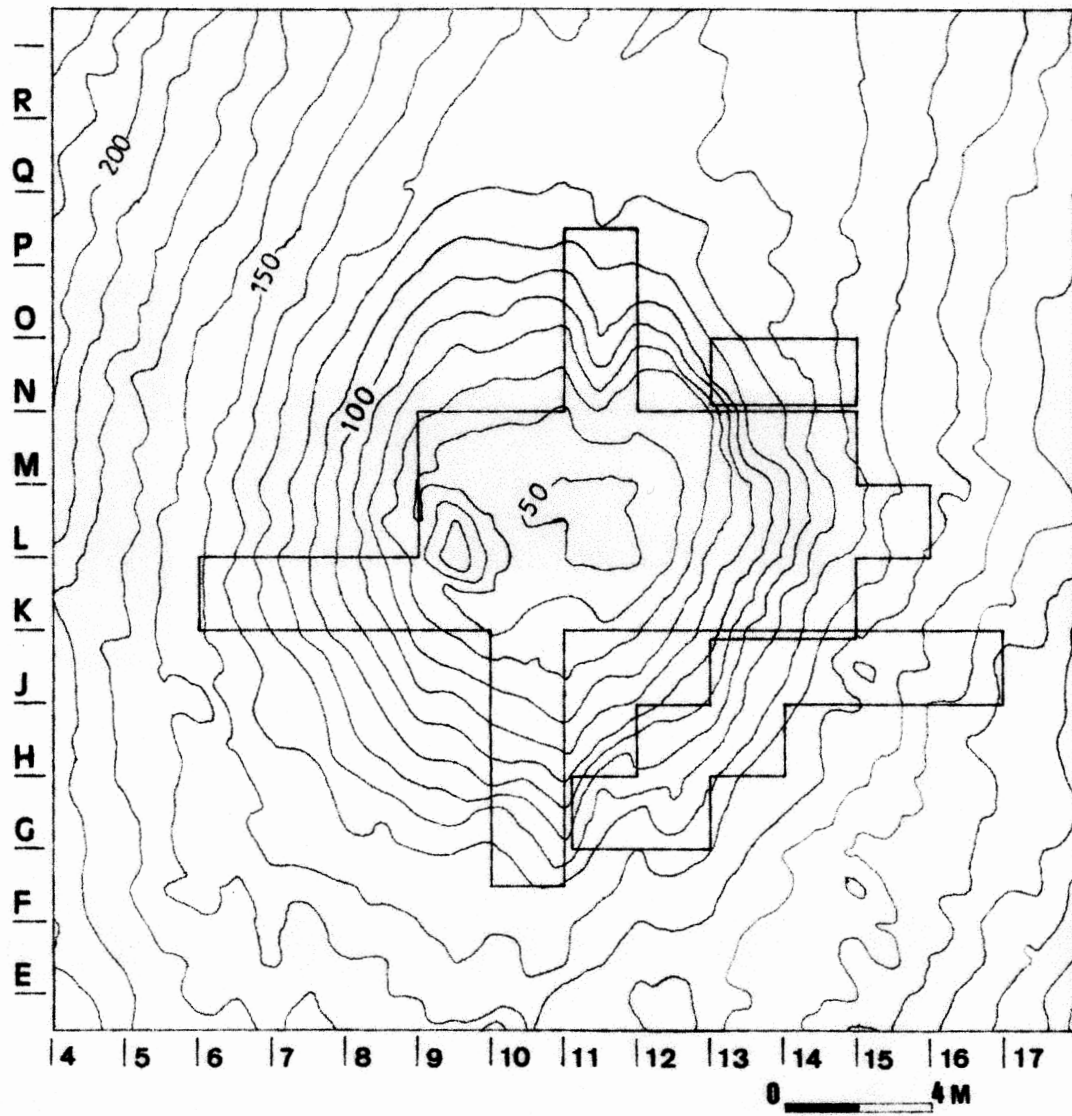


Fig. 5 - Mamoa d'Alagoa: levantamento topográfico com a marcação da área escavada.

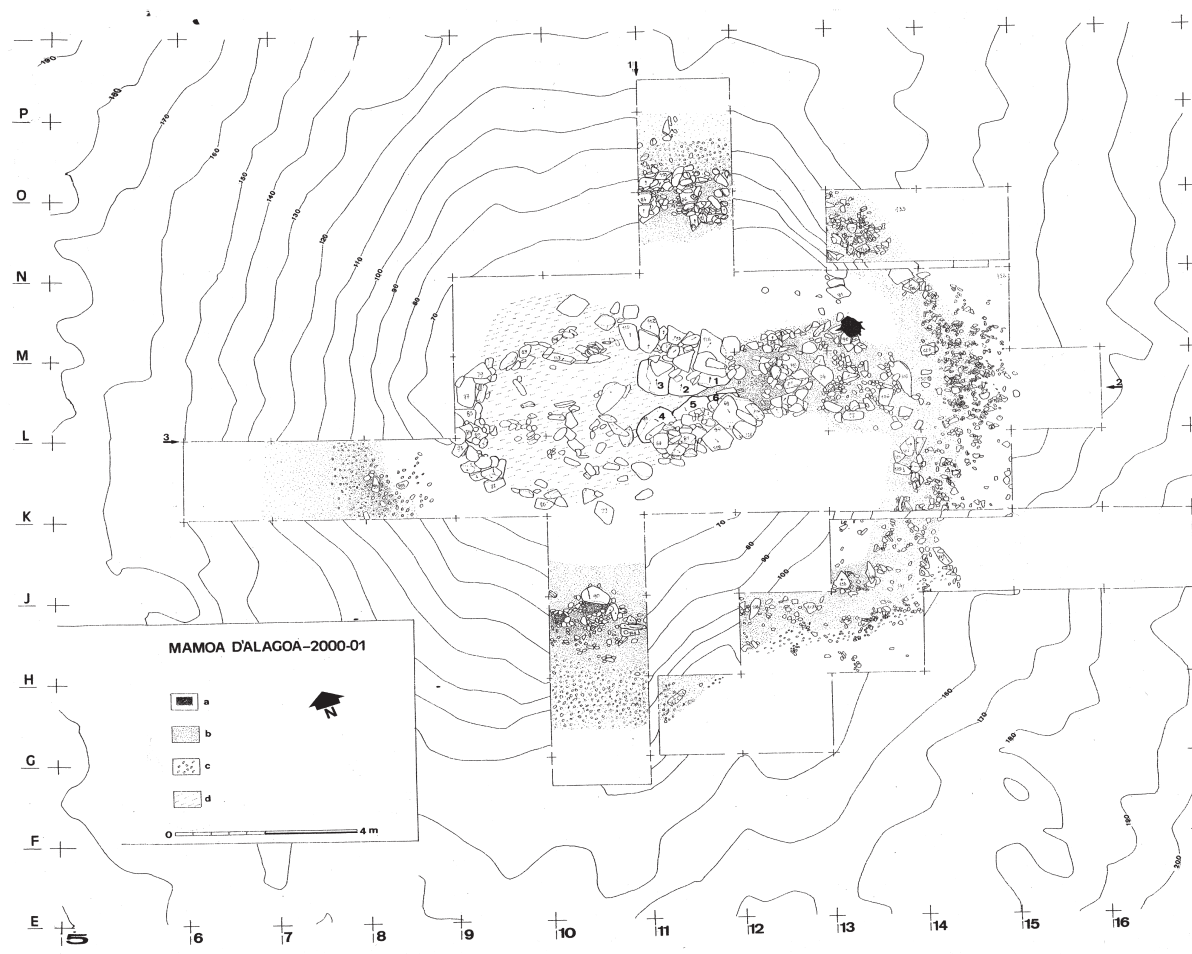


Fig. 6 - Mamoa d'Alagoa: planta geral.

- a- Árvore
- b- Terra queimada
- c- Seixinhos e cristais.
- d- Violação.

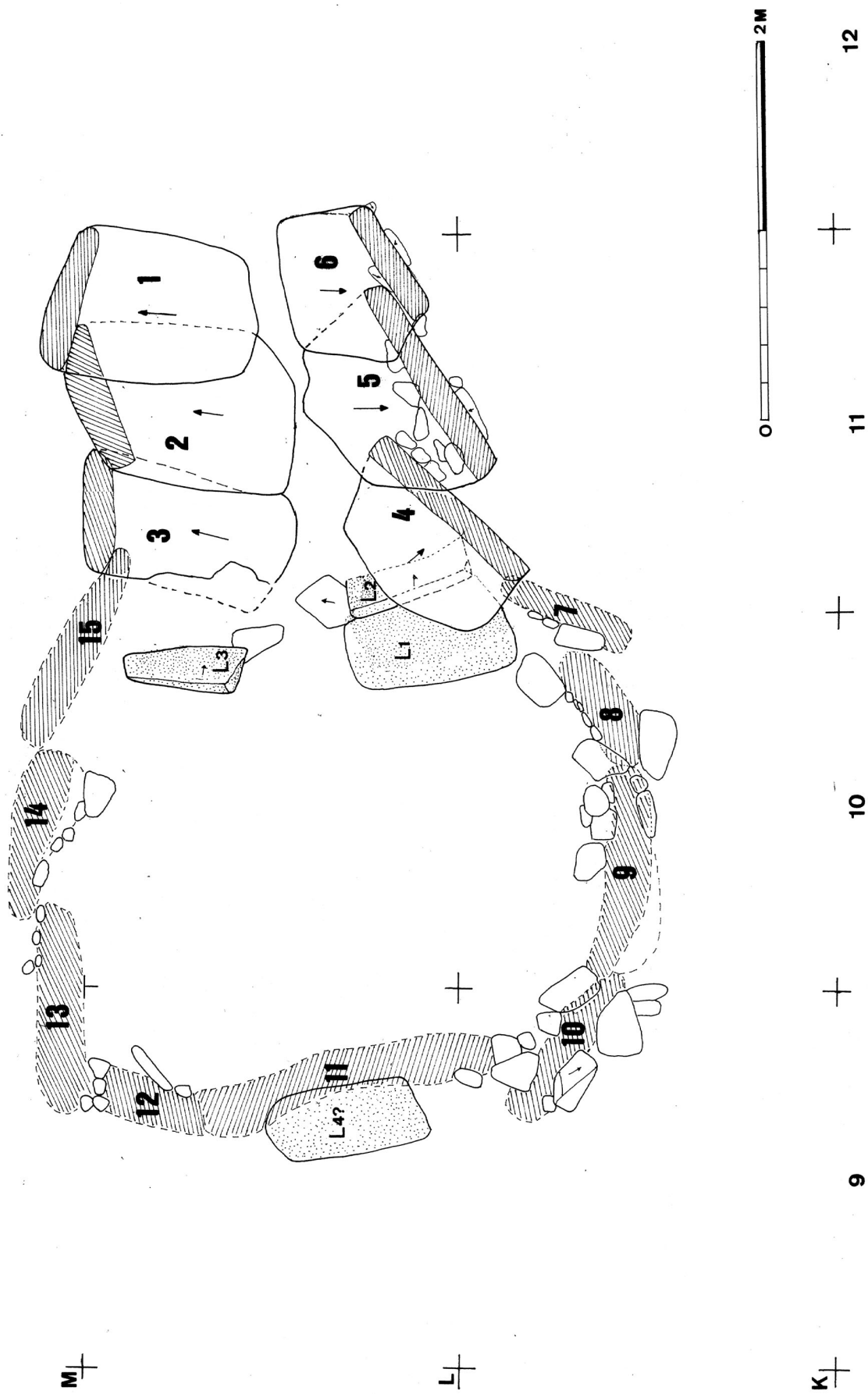


Fig. 7 - Mamoa d' Alagoa: planta da câmara (com as fossas dos esteios marcadas a traçado - 7 a 15) e corredor (esteios 1 a 6). Marcam-se as "Lajes" 1, 2, 3 e 4 (L1, L2, L3 e L4).

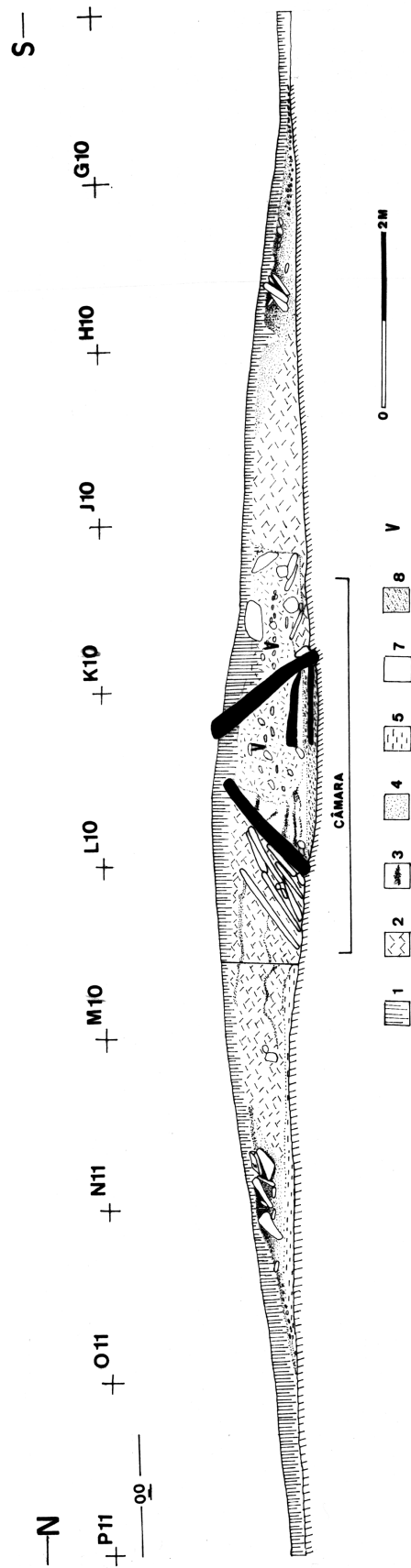


Fig.8 - Mamoa d'Alagoa: corte estratigráfico 1.

1- Terra humosa; 2 - Terra do tumulus, argilosa, de cor amarela-clara (Lx.3); 3 - Manchas de terra queimada no tumulus; manchas de carvão e terra muito queimada, que integrava cortiça semiqueimada na zona da câmara e na condensação e corredor intratumular; 4 - Terra do tumulus, de cor negra, que decorre da realização de fogo intenso sob e sobre as pedras de couraça identificado nas sanjas norte (denominado de Lx. 6), oeste (Lx. 7) e sul (Lx. 8); 5 - Solo geológico, argiloso; 6 - Terra argilosa, de cor vermelha, decorrente da condensação do corredor e do corredor intratumular; 7 - Terra argilosa, de cor vermelha, decorrente da passagem da câmara e do corredor; 8 - Terra argilosa, de cor vermelha, decorrente da passagem da câmara e do corredor; V - Violação. Marcam-se ainda os esteios 3 e 4 da passagem da câmara ao corredor.

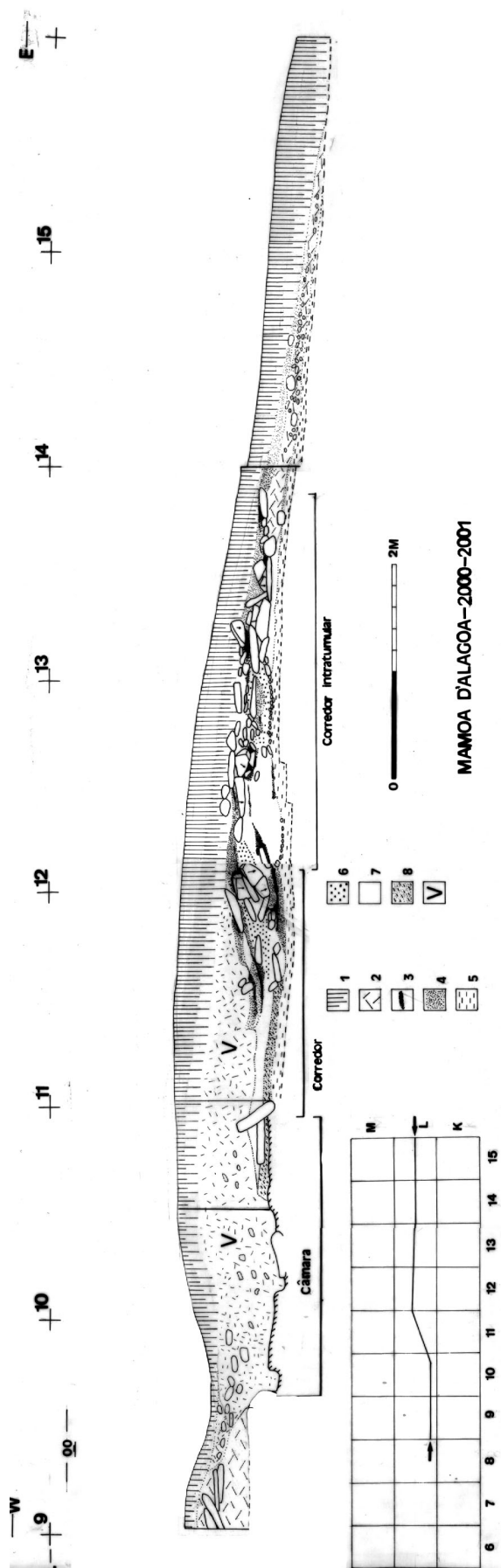


Fig.9 - Mamoa d'Alagoa: corte estratigráfico 3.

1 - Terra humosa; 2 - Terra do *tumulus*, argilosa, de cor amarela-clara (Lx. 3); 3 - Manchas de carvão e terra muito queimada, que integra cortiça semiqueimada na zona da câmara e na condenação do corredor e corredor intratumbular; 4 - Terra do *tumulus*, de cor negra, que decorre da realização de fogo na condenação intencional da zona de entrada do corredor intratumbular e átrio; 5 - Solo geológico, argiloso; 6 - Terra argilosa, de cor castanha muito escura, decorrente da proximidade do fogo, ou seja, da terra negra indicada com o número 4, relacionada com a condenação; 7 - Terra argilosa, de cor vermelha, decorrente da condenação do corredor e do corredor intratumbular; 8 - Nivel de pequenissimos seixos rolados e areão, da base da câmara e do corredor; V - Violação.

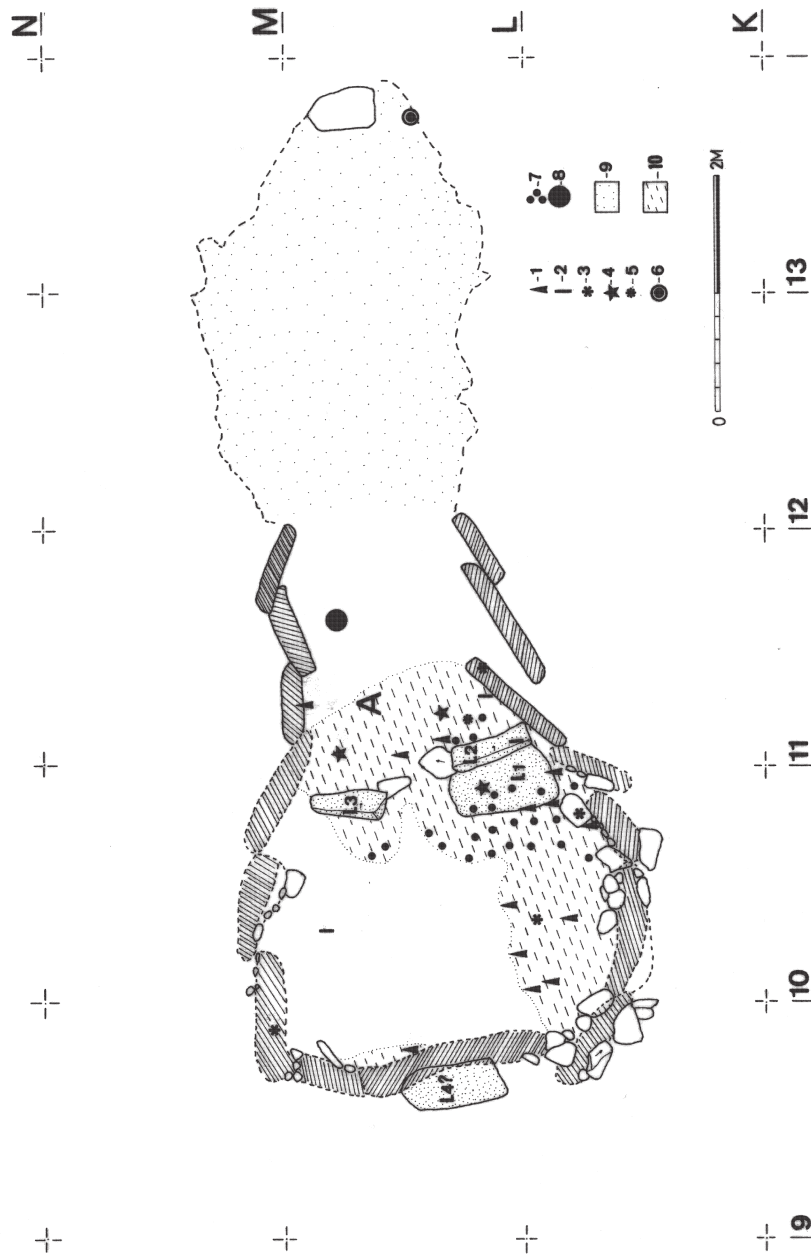


Fig.10 - Mamoa d'Alagoa: planta da câmara, corredor e corredor intratumbular com a distribuição do espólio. Marcam-se ainda as "Lajes" 1, 2, 3, e 4

- 1- Micrólito.
- 2- Lâmina.
- 3- Machado.
- 4- Enxó.
- 5- Goiva.
- 6- Conta de colar.
- 7- Pequenas contas de colar.
- 8- Recipiente cerâmica.
- 9- Corredor intratumbular.
- 10- Nivel de área e seixinhos da base da câmara e corredor. Marca-se ainda a zona A.

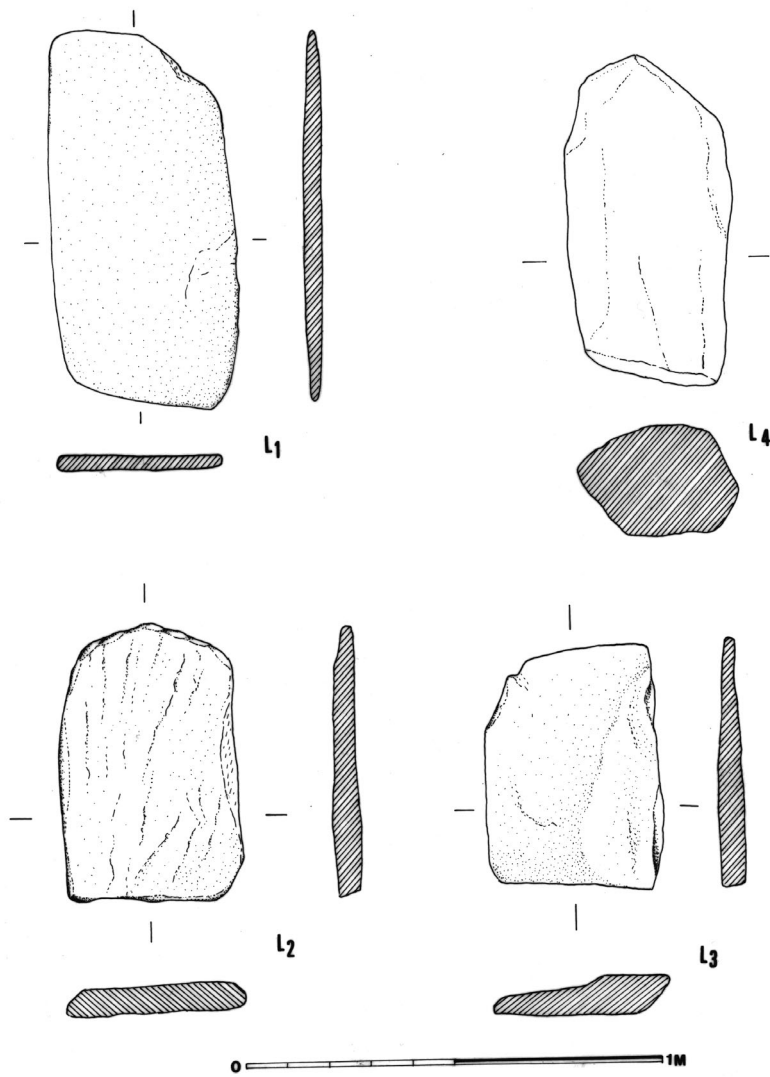
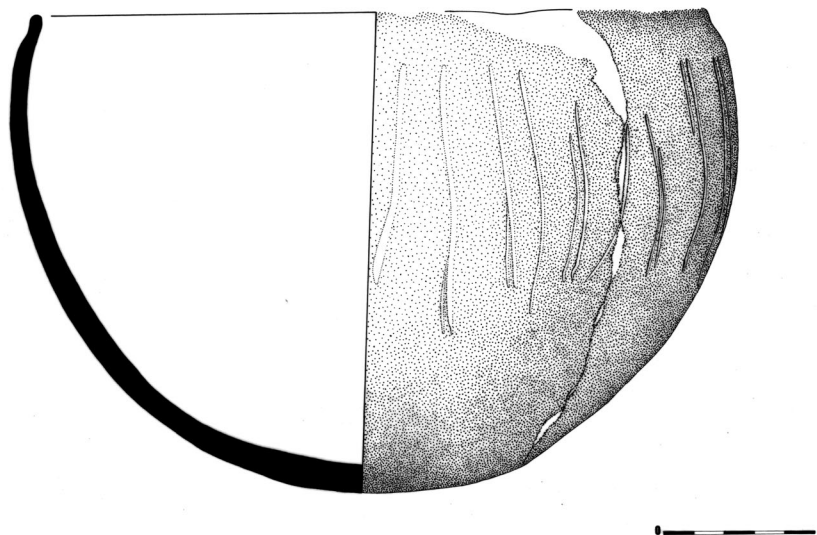


Fig.11 - Mamoa d'Alagoa: lajes/"estelas" exumadas na câmara (em cima) e recipiente cerâmico (em baixo).



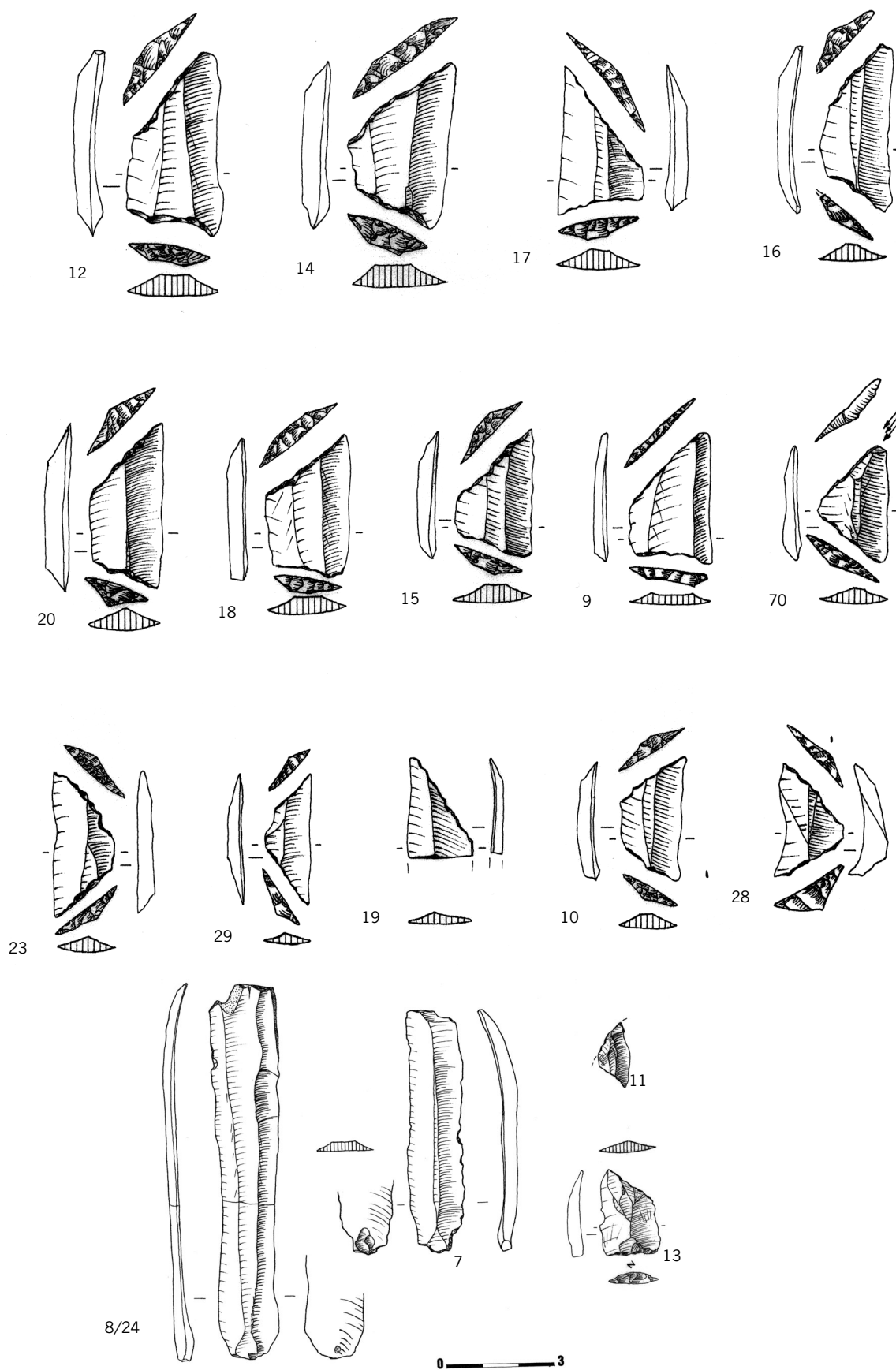


Fig.12 - Mamoa d'Algoa: micrólitos geométricos e lâminas.

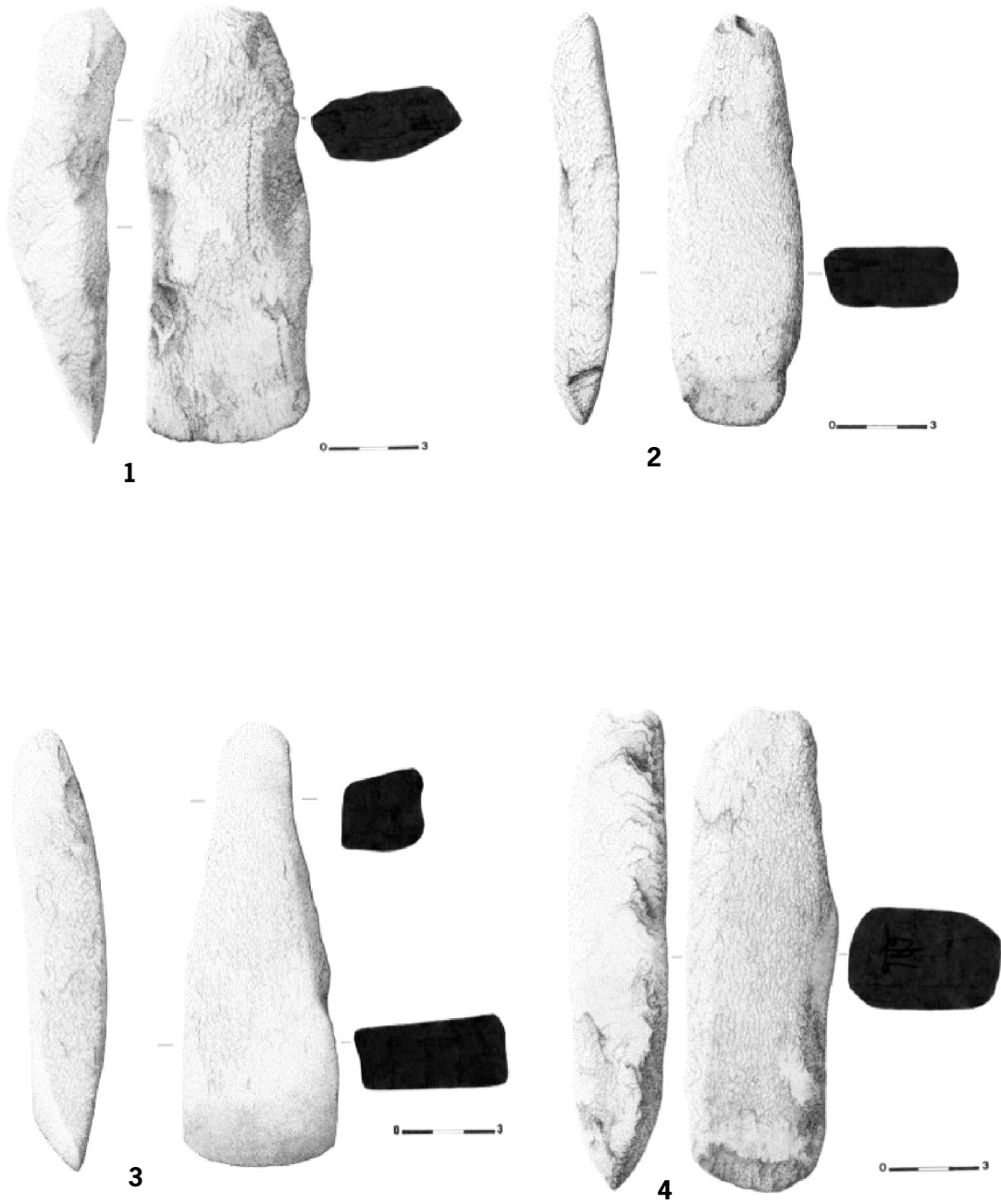


Fig.13 - Mamoa d'Alagoa: Enxós (1 a 3) e Machado (4).



Fig.14 - Mamoa d'Algoa: Machados Polidos (1 a 3), Goiva (4) e conta de colar (5).



Fig.15 - Aspecto Geral da Mamoia D'Alagoa após cortada a vegetação de maior porte.



Fig.16 - Vista do corredor megalítico, com o seu contraforte, e da câmara violada. No canto esquerdo vê-se parte da couraça queimada.



Fig.17 - Câmara e passagem ao corredor vista de oeste. Destacam-se os negativos dos esteios da câmara e seus calços; a fossa de violação ao centro; as lajes 1, 2 e 3 e o primeiro esteio de passagem ao corredor.

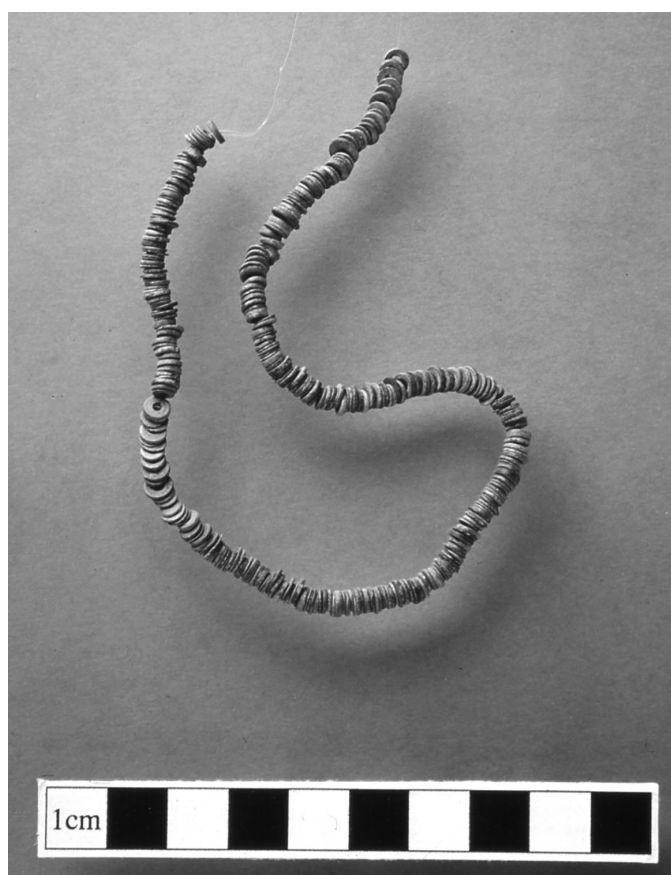


Fig.18 - Colar de contas em xisto.



Fig.19 - Recipiente cerâmico “esmagado” sob o esteio.



Fig.20 - Recipiente cerâmico restaurado.

Antracologia e Megalitismo na região Corgo / Tua (NE Portugal): as mamoadas da Alagoa e do Castelo.

Isabel Figueiral¹

ABSTRACT:

Charcoal analysis results from two megalithic monuments, situated in north-eastern Portugal, are presented. The abundance of heathers, light demanding plants, is particularly striking. This contrasts with local present-day vegetation, and testifies to the existence of open areas, devoid of an important arboreal cover. The identification of *Pinus tipo sylvestris* and *Taxus baccata*, nearly extinct in Portugal, is also noted.

I. INTRODUÇÃO

A análise dos fragmentos de carvão vegetal recolhidos em contexto arqueológico fornece-nos informações de carácter paleoecológico (flora e vegetação) e paleo-etnológico (relação homem / plantas) necessárias a uma melhor compreensão da vida das populações humanas que nos precederam. As informações paleoecológicas mais relevantes são fornecidas pelo estudo dos carvões dispersos nos sedimentos de sítios de habitat, resultantes de uma deposição efectuada durante um espaço de tempo relativamente longo. Nos povoados, as informações de ordem etnológica são obtidas através do estudo dos carvões concentrados em estruturas específicas (ex: lareiras, fossas).

O estudo de material proveniente de monumentos megalíticos suscita questões particulares, no que diz respeito à metodologia e à interpretação dos dados obtidos (VERNET e FIGUEIRAL 1993; ZAPATA e FIGUEIRAL, 2003). Por um lado, trata-se de estruturas de carácter funerário, impregnadas de religiosidade e simbolismo, e erigidas não só para os mortos mas igualmente para os vivos, que as utilizam como local de culto dos antepassados. Os carvões encontrados *in situ* podem ter sido depositados antes da erecção do monumento, durante a sua construção, aquando da primeira utilização ou durante reutilizações posteriores. Em alguns casos, os carvões poderão ter sido trazidos de outros locais (incorporados por exemplo em sedimentos a utilizar na construção do monumento).

Neste aspecto, as mamoadas da Alagoa e do Castelo são dois monumentos excepcionais. O abundante material recolhido resulta sobretudo de queimadas intencionais realizadas "in situ" durante a construção, ou durante o encerramento deliberado dos monumentos. O controle cronológico é igualmente efectivo, graças ao número elevado de datas ¹⁴C efectuadas. Das amostras estudadas apenas as da câmara da mamoadas da Alagoa poderão ser anteriores à construção do monumento (ver SANCHES e NUNES, 2004, nesta mesma revista).

¹ Centre de Bio-Archéologie et d'Ecologie, Institut de Botanique, 163 Rue A. Broussonet, 34090 Montpellier, France

II. INSERÇÃO BIOGEOGRÁFICA

Os monumentos estão situados na freguesia de Jou, concelho de Murça, distrito de Vila Real e implantados a altitudes similares: Mamoá da Alagoa (733m altitude). Mamoá do Castelo (709m altitude). Estamos aqui numa zona de contacto entre três serras: Passos (a leste), Garraia (a sul) e Padrela (a oeste).

Segundo a Carta Biogeográfica de Portugal (COSTA *et al.*, 1999) a zona onde as mamoas estão implantadas está inserida actualmente na

Região Mediterrânica,
 Sub-região Mediterrânica ocidental
 Superprovincia Mediterrânico-Iberoatlântica
 Provincia Carpetano Ibérico Leonesa
 Sector Lusitano Duriense
 Superdistrito da Terra Quente

com um ombroclima variando entre o sub-húmido a seco, uma litologia dominada pelos xistos e pelos afloramentos quartzíticos no cimo das encostas, e uma vegetação potencial de (1) bosques mixtos de sobreiros e zimbrós (*Rusco aculeati-Quercetum suberis juniperetosum oxycedri* inéd), (2) bosques edaxerófilos de azinheira (*Genisto hystricis- Quercetum rotundifoliae juniperetosum oxycedri*), com comunidades arbustivas de estevais e giestais. No entanto, a pressão humana alterou inexoravelmente a vegetação natural, alterando o equilíbrio entre espécies, introduzindo novas plantas, e criando assim uma cobertura vegetal humanizada.

III. MATERIAL ESTUDADO E METODOLOGIA

O material estudado foi recolhido durante os trabalhos de escavação realizados em 2000-2001, sob a direcção de M.J. Sanches (co-dir. M.M.S. Silva e S.A. Nunes) (cf. relatórios de escavação). As recolhas efectuaram-se mediante a flutuação dos sedimentos, método considerado como o mais eficaz.

As 26 amostras (c.1270 fragmentos) analisadas da Mamoá da Alagoa foram recolhidas:

- na couraça (6 amostras),
- no corredor intratumular (7) que consiste numa pequena depressão alongada moldada na argila do tumulus
 - no átrio (1),
 - no contraforte (5),
 - na câmara poligonal alargada formada por 9 esteios (2)
 - no corredor ortostático (5), que apresenta uma contrafortagem formada por lages dispostas em “escama” e um solo de seixos rolados e areão.

No que diz respeito à Mamoá do Castelo as 16 amostras estudadas (total de 927 fragmentos) foram recolhidas:

- na couraça (4 amostras),
- no átrio – espaço demarcado por uma fiada de pequenas pedras e seixos, em frente ao corredor intratumular (3 amostras),
 - no corredor intratumular – depressão alongada moldada em argila (8 amostras)
 - no vestibulo, formado no espaço entre dois esteios assentes em comprimento (1 amostra)

Nem todas as amostras, recolhidas durante o trabalho de campo, foram analisadas, devido a falta de tempo. Com o material seleccionado pretendeu-se ter uma visão de conjunto, e obter dados estatisticamente fiáveis.

Os fragmentos de carvão foram identificados mediante utilização do microscópio à reflexão, e graças à comparação do material arqueológico com atlas de anatomia da madeira (Schweingruber, 1990) e com material de uma colecção de referência actual do Centre de Bio-archéologie et d'Ecologie, Univ. Montpellier II (França).

IV. RESULTADOS E INTERPRETAÇÃO

IV.1. Mamoa da Alagoa

A lista taxonómica identificada inclui (ordem alfabética):

Alnus cf. *glutinosa*, (Amieiro), *Arbutus unedo* (Medronheiro), cf. *Calluna vulgaris* (Queiró), cf. Compositae, Cortiça, *Erica arborea* (Urze branca / Torga), *Erica* sp. (Urze), Ericaceae / Cistaceae, Fabaceae (Leguminosas tipo Giestas), Gimnosperma indet., cf. Labiatae, *Pinus* tipo *sylvestris* (Pinheiro tipo silvestre), *Pinus* sp. (Pinheiro), *Quercus* folha caduca (Carvalho), *Quercus* folha persistente (Azinheira/ Carrasco / Sobreiro), *Quercus suber* (Sobreiro). De assinalar igualmente a presença de uma planta Indeterminada.

Os resultados quantitativos são apresentados no quadro 1. Como podemos observar as urzes dominam. Elas estão presentes em 19 das 26 amostras analisadas (Fig. 1). Fragmentos de cortiça são assinalados em 14 das amostras. Os outros taxa são identificados mais esporadicamente.

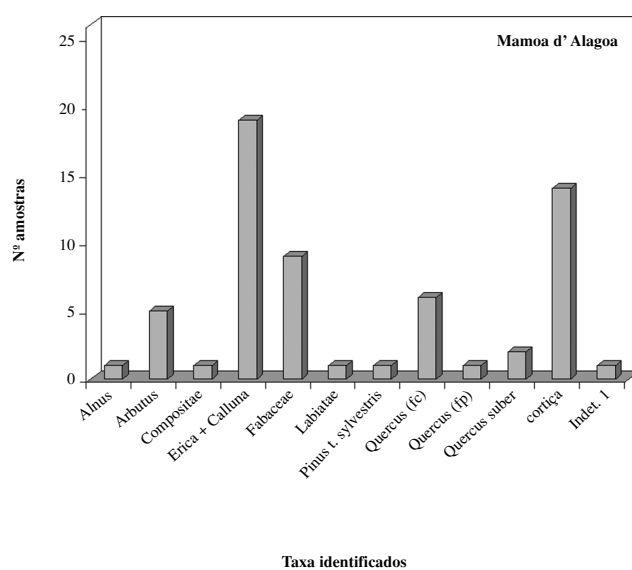


Figura 1: Ubiquidade dos taxa na mamoa d' Alagoa. As urzes e a cortiça são os elementos mais frequentes (identificados num número elevado de amostras).

A presença constante das urzes e as frequências absolutas atingidas poderão reflectir a importância real destas plantas na área envolvente do monumento. A grande abundância de cortiça (sobretudo no encerramento do corredor e na construção do contraforte) é de sublinhar. Tanto quanto sabemos trata-se de um caso único em Portugal. A interpretação desta abundância é, de momento, problemática. A cortiça poderia ter sido utilizada na confecção de “contentores” ou como material de construção (na cobertura ou no solo do monumento). De momento é-nos impossível privilegiar uma hipótese. A cortiça não teria sido utilizada como fonte de iluminação nem como combustível uma vez que não arde verdadeiramente mas emite muito fumo. De referir que nalgumas das amostras nem todos os pequenos fragmentos de cortiça foram contados, dada a sua grande abundância (Quadro 1).

Algumas amostras merecem um destaque especial.

- O vaso in situ encontrado no corredor – quadrado L11, complexo Lx.36 (amostra MA/ZN-01-48) poderá ter eventualmente um carácter simbólico; no entanto os taxa identificados no sedimento do seu interior são os mesmos que os identificados na maioria das amostras.

- Por outro lado, material recolhido em contextos menos evidentes, parece reflectir um comportamento “ritual”. No caso deste monumento, a amostra recolhida na área limite entre a câmara e o corredor (quadrado L11, Complexo Lx. 35) aparece como particularmente sugestiva (amostra MA/ZN-01-39). Num monumento onde a lista taxonómica identificada nas diversas áreas é dominada pelas urzes, com identificações esporádicas de Fabaceae, *Arbutus* e *Quercus*, a amostra em questão inclui, os taxa já mencionados acrescidos de *Pinus* tipo *sylvestris*, *Alnus*, Labiatae e uma espécie indeterminada (de um pequeno arbusto lenhoso). O taxon *Pinus* tipo *sylvestris* inclui habitualmente três espécies de pinheiro de montanha, com caracteres anatómicos muito similares: *Pinus sylvestris*, *Pinus nigra*, *Pinus uncinata*. No nosso caso, os elementos observados permitem excluir *Pinus uncinata*, espécie considerada aliás como não espontânea em Portugal. Das duas espécies restantes apenas *Pinus sylvestris* é considerado nativo pelos fito-sociólogos. Recordamos, que actualmente *Pinus sylvestris* não cresce espontaneamente na região; trata-se mesmo de uma espécie em vias de extinção em Portugal (FRANCO e AFONSO, 1982). Os povoamentos de *Pinus sylvestris* existentes actualmente em Trás-os-Montes são artificiais. Com efeito, esta espécie tem sido utilizada na arborização dos baldios serranos. No que diz respeito ao amieiro (*Alnus*) é uma árvore que cresce normalmente ao longo dos cursos de água.

A riqueza taxonómica desta amostra não nos parece fortuita; um significado especial poderia ser reservado a esta zona em particular.

IV.2. Mamoá do Castelo

Os taxa identificados neste monumento são (por ordem alfabética):

Cf. *Calluna vulgaris* (Queiró), Cortiça, *Erica arborea* (Urze branca/ Torga), *Erica* sp. (Urze), Ericaceae, Fabaceae (Leguminosas tipo Giestas), *Quercus* (folha caduca), *Quercus* (folha persistente), *Taxus baccata* (Teixo).

Os resultados quantitativos são apresentados no Quadro 2. Como podemos ver as urzes (*Erica* + *Calluna*) dominam, estando presentes em 15 das 16 amostras analisadas (Fig. 2). As fabáceas do tipo giestas são identificadas em 7 das amostras. Fragmentos de cortiça são assinalados em 5. As concentrações mais importantes de cortiça ocorrem nos complexos Lx. 20.1 e Lx. 6.1., os quais correspondem ao encerramento intencional, com realização de fogo, da depressão criada pelo vestíbulo e corredor intratumular. Os outros taxa aparecem mais esporadicamente. As diferentes amostras fornecem dados relativamente homogéneos.

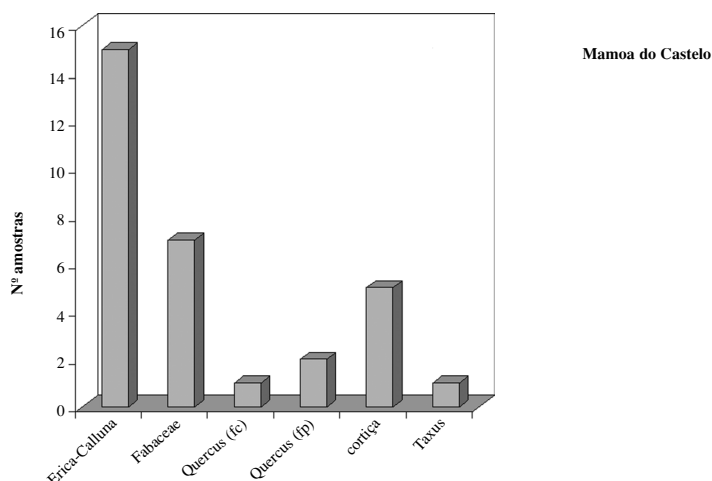


Figura 2: Ubiquidade dos taxa na mamoas do Castelo. As urzes e as fabáceas são os elementos mais frequentes no conjunto das amostras.

De sublinhar a presença do teixo, uma conífera de montanha, actualmente em vias de extinção em Portugal (amostra MC/ZN-00-33.2, complexo Lx. 6). A sua presença, numa amostra proveniente da condenação do corredor intratumular, poderia ter eventualmente uma conotação especial. Trata-se com efeito de uma árvore tóxica, utilizada, segundo Silo (citado por Schulten, 1958-61), como veneno, pelas populações do norte da Península Ibérica que não aceitavam a velhice. Florio (citado por Schulten, ibidem) descreve igualmente a morte voluntária dos Cântabros que defendiam o Mons Medillius (Rio Minho) dizendo que eles se mataram em combate ou com veneno obtido do teixo. Lembramos que as folhas do Teixo são tóxicas para os animais, sobretudo quando secas, e as sementes são venenosas para o Homem. Trata-se de uma árvore conotada com a morte, e assim bem apropriada no contexto de monumentos funerários.

V. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

A comparação entre os dois monumentos mostra claramente que a Mamoas da Alagoa apresenta a lista taxonómica mais importante. O número mais elevado de amostras estudado poderá ter contribuído para este facto.

Como já foi assinalado, as urzes são muito abundantes na maioria das amostras provenientes dos dois monumentos. Pensamos que esta abundância não é fortuita. Três hipóteses explicativas deverão ser consideradas:

- Tendo em conta o tipo de monumento, poderemos pensar que as urzes teriam um carácter simbólico ou que seriam escolhidas em função do período de floração; ou seja os monumentos teriam sido erigidos no momento em que as urzes estariam em flor.

- As urzes teriam sido escolhidas uma vez que o seu lenho propaga eficazmente o calor

- A abundância de restos de urzes poderá corresponder a uma importância real destas plantas, o que contrasta, é claro, com o que acontece actualmente nas imediações. Lembramos que os dois monumentos se encontram implantados em áreas ocupadas pelo pinheiro bravo, espécie ausente das nossas amostras. A abundância de urzes seria assim testemunho de um meio ambiente aberto, e da existência de áreas desprovidas de vegetação arbórea significativa.

Esta última, é a hipótese explicativa que favorecemos. Na realidade, frequências relativamente elevadas de urzes foram igualmente assinaladas noutros contextos megalíticos de Trás-os-Montes (Mamoas

da Pedreira) assim como em contextos habitacionais contemporâneos (Cemitério de Mouros, Buraco da Pala, Cunho e Barrocal Alto (FIGUEIRAL 1990-91, 1991; FIGUEIRAL e SANCHES 1998-99). Se pusermos lado a lado os dados da Mamoa do Castelo e os do Buraco da Pala I e II, e Crasto de Palheiros II (cronologia próxima, entre os finais do 4º e os meados do 3º mil. AC), podemos ver que há um denominador comum que são as urzes; O mesmo acontece com a Mamoa da Alagoa e o Buraco da Pala IV (cronologia próxima, no 5º-meados do 4º mil. AC). Torna-se assim evidente, que as urzes (assim como outras espécies heliófilas) eram um componente essencial da vegetação do Alto Douro e Trás-os-Montes, e isto desde épocas bastante recuadas (Neolítico inicial). Resultados similares foram igualmente obtidos a sul do Douro (Figueiral, relatório inédito). No que diz respeito aos monumentos megalíticos do NW, as urzes são substituídas pela Fabáceas, que testemunham a existência de terrenos abertos colonizados por uma vegetação arbustiva (VERNET e FIGUEIRAL, 1993). Torna-se assim evidente e de acordo com dados polínicos recentes do noroeste da Península Ibérica, que a ideia da existência de uma floresta contínua a perder de vista antes da chegada dos Romanos, nada mais é que um mito, que é necessário combater (RAMIL REGO e FERNANDEZ RODRIGUEZ, 1999).

REFERÊNCIAS CITADAS

FIGUEIRAL, I. (1991), Buraco da Pala: um meio-ambiente vegetal explorado pelo homem. Resultados da análise antracológica. *Actas do 2º Encontro sobre Paléocologia e Arqueologia, Vila Nova de Famalicão*, Portugal, Set. 1990, p. 13-30.

FIGUEIRAL, I. (1990/91), Mamoa 1 da Pedreira. Resultados antracológicos. In SANCHES, M.J., BOTELHO, I.T., SILVA, M.S., Mamoa 1 da Pedreira, S. Pedro de Vale do Conde (Marmelos, Mirandela) - escavação de emergência. *Portugalia*, Nova série, XI-XII, 51-52.

FIGUEIRAL, I., SANCHES, M.J. (1998-99), A contribuição da antracologia no estudo dos recursos florestais de Trás-os-Montes e Alto Douro durante a Pré-História recente. *Portugalia*, XIX-XX, 71-101.

FRANCO, J.A., AFONSO, M.L.R. (1982), *Distribuição de Ptéridofitos e Gimnospérmicas em Portugal*. Col. Parques Naturais, 14, Serv. Nac. Parques, Res. e Patrim. Pais., Lisboa, 327.

SANCHES, M. J. e NUNES, S.A. (2004), Resultados da escavação da Mamoa d'Alagoa (Toubres-Jou) - Murça (Trás-os-Montes), *Portugalia*, Nova série, XXV, DCTP-FLUP (em publicação nesta revista)

SANCHES, M. J. e NUNES, S.A. (2005), A Mamoa do Castelo (Jou) Murça (Trás-os-Montes): resultados dos trabalhos de escavação e de restauro dum dólmen de vestíbulo, *Estudos Pré-históricos*, 12, CEPBA (no prelo).

RAMIL REGO, P., FERNANDEZ RODRIGUEZ, C. (1999), La explotación de los recursos alimenticios en el Noroeste Ibérico. In GARCIA QUINTELA, M.V. (Dir.) *Mitología y mitos de la Hispania Preromana (III)*, Ed. Akal, S.A., Madrid, pp. 296-342.

SCHULTEN, A. (1958-61), *Geografía y Etnografía antiguas de la Península Iberica*. Madrid.

SCHWEINGRUBER, F. (1990), *Anatomie europäischer Hölzer. Ein Atlas zur Bestimmung europäischer Baum,- Strauch- und Zwerstrauchhölzer*. Haupt, Stuttgart.

VERNET, J.L., FIGUEIRAL, I. (1993), The highlands of Aboboreira (North-West Portugal): ecological conditions from Middle / Late Neolithic to Early Bronze age. Evidence from charcoal analysis. *Oxford Journal of Archaeology*, 12 (1), 19-28.

ZAPATA, L., FIGUEIRAL, I. (2003), Carbones y semillas en los yacimientos dolménicos: posibilidades y límites del análisis arqueobotánico, In BUXO, R. e PIQUE, R.(dir) *La recogida de muestras en Arqueobotánica: objetivos y propuestas metodológicas. La gestión de los recursos vegetales y la transformación del paleopaisaje en el Mediterráneo occidental*. Museu d'Arqueologia de Catalunya, Barcelona, pp. 55-65.

Quadro 1: Mamoa da Alagoa - Frequências absolutas dos taxa. De notar a diversidade taxonómica da amostra MA/ZN-01-39 -Cor.

Nº inventário	Quadrado	Complexo	Observações e Coordenadas	Taxa/Nº fragmentos
MA/SN-00-8-C	O11		sanja norte	<i>Erica arborea</i> - 30
MA/SW-00-10-C	K8	Lx. 7	sanja oeste	<i>Erica arborea</i> - 13 <i>Erica</i> sp. - 17 Ericaceae / Cistaceae - 2 Fabaceae - 1 Indetermináveis - 7
MA/SS-00-5-C	H10	Lx. 10	sanja sul (14C)	<i>Erica arborea</i> - 97 <i>Erica</i> sp. - 3
MA/SE-01-1-C	H12	Lx. 30	quadrante sudeste	<i>Erica arborea</i> - 57 <i>Erica</i> sp. - 2 Ericaceae / Cistaceae - 3 Indetermináveis - 3
MA/SS-01-45-C	J13	Lx. 30	quadrante sudeste	<i>Erica arborea</i> - 32 <i>Erica</i> sp. - 13 Ericaceae - 2 Ericaceae / Cistaceae - 1 Fabaceae - 2
MA/SE-01-46-C	J14	Lx. 30	couraça	<i>Erica arborea</i> - 41 <i>Erica</i> sp. - 6 Indetermináveis - 3
MA/ZN-01-12-A	M14	Lx. 20	X = 145-190, Y = 26-140 frente entrada corredor intratumular	<i>Erica arborea</i> - 47 <i>Erica</i> sp. - 2 Indetermináveis - 1
MA/ZN-01-25-CI	L12	Lx. 5.1	X = 130, Y = 185 Z = 105 condenação corredor intratumular	Cortiça 8 grandes pedaços (>6cm) 34 fragm. dim. médias (>2,5cm) inúmeros fragm. (<2cm)
MA/ZN-01-19-CI	L12	Lx. 5.1	X = 148, Y = 191 Z = 116 frente entrada corredor	Cortiça mais de 50 fragmentos de todas as dimensões
MA/ZN-01-16-CI	L13	Lx. 5.1	X = 0 - 80 Y = 120 - 200 Z = 120 corredor intratumular	cf. <i>Calluna vulgaris</i> - 1 <i>Erica arborea</i> - 36 <i>Erica</i> sp. - 18 Ericaceae / Cistaceae - 3 <i>Quercus</i> (folha caduca) - 2 <i>Quercus</i> sp. - 2 Indetermináveis - 8
MA/ZN-01-3-CI	M12	Lx. 5.1	X = 100 - 170 Y = 35, Z = 113 cond. corredor intratum. (nível inferior)	Cortiça mais de 250 peq. fragmentos <2,5cm
MA/ZN-01-24-CI	M12	Lx. 5.1	X = 110, Y = 19 Z = 113	Cortiça mais de 60 fragmentos média / pequena dimensão
MA/ZN-01-22-CI	M13	Lx. 5.1	X = 130 - 200 Y = 39 - 50, Z = 106 cond. corr. intratum. (nível inferior)	Cortiça - 1 <i>Erica arborea</i> - 32 <i>Erica</i> sp. - 29 Ericaceae / Cistaceae - 1 Fabaceae - 2 Indetermináveis - 5
MA/ZN-01-15-CI	L13	Lx 5.1	X = 130 - 200 Y = 130 - 170 Z = 109 condenação corr. intratumular	cf. <i>Calluna vulgaris</i> - 1 <i>Erica arborea</i> - 11 <i>Erica</i> sp. - 37 Ericaceae - 1 Ericaceae / Cistaceae - 1 Fabaceae - 1 <i>Quercus</i> (folha caduca) - 4 <i>Quercus</i> (folha persistente) - 2 <i>Quercus suber</i> - 1 Indetermináveis - 1

PORTUGALIA

MA/ZN-01-2-Cor	L11	Lx.36	terra junto do vaso inteiro condenação corredor (zona A)	<i>Arbutus unedo</i> - 1 cf. <i>Calluna vulgaris</i> - 4 cf. Compositae - 1 Cortiça - 2 <i>Erica arborea</i> - 19 <i>Erica</i> sp. - 49 Fabaceae - 2 Indetermináveis - 2
MA/ZN-01-48-Cor	L11	Lx.36	dentro do vaso	cf. <i>Calluna vulgaris</i> - 4 Cortiça - 5 <i>Erica arborea</i> - 12 <i>Erica</i> sp. - 96 Ericaceae / Cistaceae - 3 Fabaceae - 3 Indetermináveis - 7
MA/ZN-01-39-Cor	L11	Lx.35	interface câmara / corredor (14C)	<i>Alnus</i> cf. glutinosa - 1 <i>Arbutus unedo</i> - 2 <i>Erica arborea</i> - 13 <i>Erica</i> sp. - 50 cf. Labiatae - 2 Fabaceae - 1 <i>Pinus</i> tipo sylvestris - 19 <i>Pinus</i> sp. - 11 Gimnospérmica - 5 <i>Quercus</i> (folha caduca) - 9 <i>Quercus</i> sp. - 1 Indeterminada - 1 Indetermináveis - 10
MA/ZN-01-41-Cor	L11	Lx. 32.1	enchimento corredor X = 10 / 155 Y = 55 / 136 Z = 108	Cortiça - 5 <i>Erica arborea</i> - 15 <i>Erica</i> sp. - 58 Fabaceae - 2
MA/ZN-01-42-Cor	L11	Lx 32.3	enchimento corredor zona leste X = 75 / 10 Y = 100 / 70 Z = 122	<i>Arbutus unedo</i> - 16 <i>Erica arborea</i> - 6 <i>Erica</i> sp. - 10 Fabaceae - 3 Indetermináveis - 1
MA/ZN-01-35-CM	L10	Lx 35	base da câmara Z = 134	<i>Erica arborea</i> - 8 <i>Erica</i> sp. - 51 <i>Quercus</i> (folha caduca) - 1 <i>Arbutus unedo</i> - 11 <i>Erica arborea</i> - 13 <i>Erica</i> sp. - 19
MA/ZN-01-40-CM	L10/L11	Lx. 35	câmara, por baixo da lage horizontal (terra das contas) (14C)	Ericaceae / Cistaceae - 4 <i>Quercus</i> (folha caduca) - 4 <i>Quercus suber</i> - 4 <i>Quercus</i> sp. - 2 Cortiça - 8 Indetermináveis - 10
MA/ZN-00-27-Con	K11	Lx. 21	contraforte	Cortiça - mais de 20 fragmentos de peq. dimensão
MA/ZN-00-28-Con	K11	Lx. 21	contraforte	Cortiça - mais de 200 fragmentos de média e peq. dimensões Ericaceae - 3 <i>Erica arborea</i> - 3 <i>Quercus</i> (folha caduca) - 1 Indetermináveis - 2
MA/ZN-00-29-Con	K11	Lx. 21	X = 170, Y = 100 Z = 112 contraforte	Cortiça - mais de 50 fragmentos de todas as dimensões
MA/ZN-00-33-Con	K11	Lx. 3 (21)	X = 40, Y = 140 contraforte	Cortiça - mais de 50 fragmentos de todas as dimensões
MA/ZN-01-30-Con	L11	Lx.34	Contraforte do estejo 3 (14C)	<i>Arbutus unedo</i> - 10 <i>Erica arborea</i> - 9 <i>Erica</i> sp. - 63 Cortiça - 13 Indetermináveis - 5

Quadro 2: Mamoa do Castelo - Frequências absolutas dos taxa

Nº inventário	Quadrado	Complexo	Observações Coordenadas	Taxa/Nº fragmentos
MC/SW-00-3-C	J6	Lx.4	queimada na couraça	<i>Erica arborea</i> - 37 <i>Erica sp.</i> - 3
MC/SN-00-7-C	N10	Lx.4	queimada na couraça sanja norte	cf. <i>Calluna vulgaris</i> - 1 <i>Erica arborea</i> - 14 <i>Erica sp.</i> - 33 Indetermináveis - 2
MC/SN-00-41-C	M10	Lx.4.2	queimada na couraça (14C)	<i>Erica arborea</i> - 61 <i>Erica sp.</i> - 42 Fabaceae - 2 <i>Quercus</i> (folha caduca) - 2 Indetermináveis - 3
MC/SW-00-45-C	J6	Lx.4.1	X = 80-120; Y = 130-175; Z = 152 queimada na couraça sanja oeste	<i>Erica arborea</i> - 13
MC/ZN-00-25-A	G16	Lx.19	átrio	<i>Erica arborea</i> - 37 <i>Erica sp.</i> - 3
MC/ZN-00-30-A	H15	Lx.19.1	átrio	Cortiça - 8 <i>Erica arborea</i> - 5 <i>Erica sp.</i> - 20 Ericaceae - 2 Fabaceae - 8 <i>Quercus</i> (folha persistente) - 2
MC/ZN-00-47-A	G15	Lx.19.1	átrio	<i>Erica arborea</i> - 41 <i>Erica sp.</i> - 5 Fabaceae - 10 <i>Quercus</i> (folha persistente) - 1 Indetermináveis - 3
MC/ZN-00-33.2-CI	J12	Lx. 6	condenação do corredor intra-tumular (14C)	<i>Erica arborea</i> - 51 <i>Erica sp.</i> - 8 <i>Taxus baccata</i> - 2 Indetermináveis - 4
MC/ZN-00-28.1-CI	J11	Lx. 20.1	interface corredor intra-tumular e tumulus	Cortiça 6 frag. de grandes dimensões 20 frag. de dimensões médias mais de 60 pep. frag. <i>Erica arborea</i> - 1 raiz (<i>Quercus</i> ?) - 1
MC/ZN-00-42-CI	H11	Lx.12 (no Lx. 6)	concentração	<i>Erica arborea</i> - 28 <i>Erica sp.</i> - 20 Fabaceae - 1 Indetermináveis - 1
MC/ZN-00-38-CI	H11/12	Lx.18	tronco sobre laje vestibulo	<i>Erica arborea</i> - 26
MC/ZN-00-23.1-CI	J10	Lx. 6.1	condenação corredor intra-tumular pelo ext. laje 7	Cortiça 23 frag. peq. e média dimensão Cortiça - 4 <i>Erica arborea</i> - 11 <i>Erica sp.</i> - 36
MC/ZN-00-49-CI	H11	Lx.11	condenação do corredor intratumular pelo esteio-laje nº7 (14C)	Fabaceae - 14 <i>Erica arborea</i> - 14 <i>Erica sp.</i> - 15 Indetermináveis - 1
MC / ZN-00-36-CI	H11	Lx.10(b)	sobre as lajes do vestibulo Z = 45	<i>Erica arborea</i> - 2 <i>Erica sp.</i> - 94 Fabaceae - 2 Indetermináveis - 2
MC/ZN-00-31.3-V	J11	Lx.24	base do vestíbulo condenação (14C)	Cortiça - 2 <i>Erica arborea</i> - 17 <i>Erica sp.</i> - 85 Fabaceae - 16

Reflexões preliminares a propósito de formas de organização do espaço e de técnicas de construção em sítios pré-históricos recentes (Calcolítico/I. Bronze) do tipo de Castelo Velho e de Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa) - semelhanças e diferenças em relação às construções megalíticas e afins ¹

Susana Oliveira Jorge², Vítor Oliveira Jorge³, João Muralha Cardoso⁴,
Leonor Sousa Pereira⁵, António Sá Coixão⁶

ABSTRACT:

This paper is based in a experience of field work carried out in the prehistoric sites of Castelo Velho, Freixo de Numão (direction: SOJ, since 1989) and Castanheiro do Vento, Horta do Douro (direction: VOJ, JMC, LSP, ASC and, in the last years, also Ana Vale - since 1998). Both sites are located in the territory of the municipality of Vila Nova de Foz Côa, situated in the Portuguese High Douro). The study is focused in building techniques and the spatial organization of these huge architectural displays. A very general comparison is made with the so-called Neolithic passage graves (Middle/Late Neolithic). The authors try to underlie the main contrasts that seem to exist between these “burial” monuments and the walled “precincts” of Copper and Bronze Ages. Those conclusions are presented as very contingent and schematic, and as being mainly applied to the archaeological reality of northern Portugal.

1. INTRODUÇÃO: UM MODO DE VER

Quando se observa uma arquitectura – forma de instalar uma ordem humana, artificial, no espaço -, entendida como uma unidade indivisível de significações (realidade semiológica) e de objectivos “práticos” (realidade funcional) é essencial considerar:

- as pré-existências; razão da escolha do sítio; o que é que existia no terreno, e como, e em que é que ele foi ajustado (transformado) para se adaptar às novas estruturas; o que é local, e o que

¹ Comunicação apresentada a “Sinais de Pedra” -1º Colóquio Internacional sobre Megalitismo e Arte Rupestre na Europa Atlântica - Évora, Fundação Eugénio de Almeida, Janeiro de 2003. Já publicada anteriormente em CD por esta Fundação. Agradecemos à Fundação e ao Doutor Manuel Calado (FLUL) a possibilidade de a publicarmos de novo aqui, em suporte de papel, bem como, na versão inglesa, na revista “Journal of Iberian Archaeology”, vol. 7, 2005.

² Faculdade de Letras da Universidade do Porto - DCTP.

³ Faculdade de Letras da Universidade do Porto - DCTP.

⁴ Museu da Cidade de Lisboa. Bolseiro da FCT.

⁵ IPA, Vila do Conde.

⁶ ACDR, Freixo de Numão.

- é alógeno. De notar que qualquer afloramento conservado, em todo ou em parte, no espaço “construído”, deixou por esse facto de ser um elemento natural, para ser uma componente da própria arquitectura, tão significativa e importante como outros elementos feitos “de raiz” (muros, etc.);
- as matérias-primas utilizadas na construção, em função de um “desenho” da mesma, isto é, da sua concepção geral como volume implementado num espaço;
 - esse desenho (“design”), que, no caso dos sítios arqueológicos, quase sempre corresponde a uma sobreposição de alterações (de maior ou menor monta) ocorridas ao longo do tempo;
 - na medida em que o desenho escolhido transformou o espaço pré-existente num lugar significativo (ou alterou o sentido de um lugar como ele era antes), e na medida em que a organização de um espaço é sempre uma forma de materializar, à escala humana, cosmovisões e valores, tentar compreender (elencando hipóteses explicativas) quais os padrões mentais (projectos e comportamentos) que poderão estar subjacentes a certa organização arquitectónica;
 - qual a escala da arquitectura em análise, a sua abrangência em relação ao espaço envolvente, e a sua intencionalidade topográfica (posicionamento significativo em relação a outros acidentes da paisagem), a sua visibilidade, o “território” que dela se abarcava; qual a sua monumentalidade, durabilidade, e se era feita de um só acto ou exigia manutenção constante, etc;
 - a pergunta: a resultante (realidade arqueológica estudada, entendida já como uma interpretação do que plausivelmente teria sido no passado, e tendo em conta que o sítio é o produto actual de acções conjugadas do homem e da natureza, ao longo do tempo) é consequência de adições de desenhos sucessivos, de construções relativamente independentes umas das outras, ou pelo contrário, dependeu, desde o princípio, de um projecto abrangente, embora possa ter sofrido variações? Ou seja, presidiu à arquitectura, tal como ela ocorre hoje, uma lógica “aditiva” (monumentos megalíticos com mamoa incluídos ou não em núcleos, e estes em necrópoles, por exemplo), ou uma lógica “totalizante” (abrangência, desde o começo, de um determinado espaço - colina, por exemplo – que se pretendeu “significar” como um todo)? Por outras palavras, qual a lógica do desenho em relação às pré-existências, qual a escala do projecto e qual a sua intencionalidade global, quais as suas fases de “desenvolvimento” (alteração feita, em cada momento, relativamente às arquitecturas anteriores)?
 - técnicas usadas na construção, em íntima articulação com as matérias-primas por que se optou (que se tinha mais ou menos ao dispor) e pelos volumes (curvilíneos, rectilíneos; baixos, altos; tapando a paisagem, abertos à paisagem, ou deixando “janelas” para ela, etc. – ou seja, áreas “cheias” e vãos) e trajectos (circuitos) que se pretendia criar no terreno, tanto no sítio em si, como nas suas imediações (em relação com os obstáculos maiores ou menores à progressão da marcha humana no espaço).

Há que ter presente – apesar de todas as generalizações deste género serem reducionismos - que, numa sociedade “oral”, os modos de saber e os modos de fazer se confundem; a realidade social constrói-se, negocia-se e reproduz-se na acção prática.

A acção arquitectónica, pela sua visibilidade e durabilidade, e pelo facto de fornecer um quadro à vida humana, é o modo ideal (talvez o único) de instalar uma significação, uma ordem, ou seja, de “legislar” sobre a realidade (vida da comunidade), numa sociedade onde o sentido é (apenas) memorizado, incorporado, e não escrito.

Esse conjunto de “regras”, sem os quais qualquer sociedade não funciona, materializadas (implícitas) em volumes e espaços construídos, serve não só como dispositivo fundador e estabilizador do sentido (por exemplo, dos cenários em que os vários papéis sociais se desenrolam), como também como elemento criador de coesão social e de identificação do grupo perante si e perante outros grupos.

Trata-se portanto de um dispositivo comunicacional essencial numa sociedade sem escrita (sem um “locus” especializado de fixação e descodificação de mensagens), onde todo o espaço (com os seus “lugares”) é, por assim dizer, o “texto”, ou seja, a “cartilha” onde se lê o sentido para a acção humana, a razão de ser desta, etc.

Há todas as razões para crer que em sociedades não des-sacralizadas como a nossa (isto é, em sociedades em que o espaço se não transformou - ainda? - numa realidade inerte, e em última análise num valor mercantil, numa mercadoria, divisível em unidades e com preço, tal como o tempo) o espaço “terrestre” (habitado, selvagem, ou situado entre ambos) só é compreendido por referência ao macro-cosmos, isto é, a uma lógica de correspondências entre o local e o global, entre o “céu” e a “terra”, correspondências essas que, com as suas regularidades (movimento dos astros) criam uma ordem espacial e temporal, balizando as acções humanas.

Nesse sentido, as arquitecturas seriam também dispositivos destinados a fixar “leituras”, visões, dessas correspondências, dando sentido temporal e espacial à actividade dos seres e dos grupos, que obviamente se orienta sempre por esses dois vectores conjugados: espaço e tempo.

Tal fixação instala um sentido de ordem no tempo, e portanto uma capacidade de “pre-visão”, que é reiterada, reforçada, transmitida e consolidada pela própria acção prática dos indivíduos, pautada por ritmos colectivamente aceites, sobre um cenário fixo, sobre um espaço mais ou menos transformado.

Não havendo leitura, escrita, textos, e “apenas” oralidade, memória, tradição contada (interpretada), o sentido é tanto melhor reproduzido quanto não é um simples “saber” (teoria), mas um saber fazer (“know how”) incorporado e vivenciado entre outros “corpos”, tanto humanos, como naturais (mundo material). A acção e o sentido estão colados um ao outro, e plasmam-se em volumes e trajectos instalados no terreno da vida prática.

É isto que torna a arquitectura fundamental para o arqueólogo; e, para o pré-historiador, é este aspecto que lhe dá toda uma importância decisiva. Na medida em que a ordem, o sentido (ideal) que uma sociedade quis imprimir no espaço está plasmado nas “arquitecturas”, estudá-las é (mesmo que indirectamente) estudar os quadros conceptuais plausíveis em que a vida do passado se desenrolou.

Sem modelos interpretativos desses quadros conceptuais a actividade do arqueólogo carece de qualquer sentido, ficando reduzida a mero coleccionamento de raridades ou de “antiguidades”, às quais se colam depois histórias (“interpretações”) ingénuas, que em geral são projecções espontâneas (não reflectidas, do senso-comum, e julgadas a-históricas) da nossa experiência corrente. Fazer arqueologia assim é descrever e classificar objectos, e nunca sair do mesmo, ou seja, não nos confrontarmos com a explicação do radicalmente problemático, do que resiste à compreensão, postura esta própria da ciência.

Claro que aquele “passado” é produto da nossa perspectiva, é uma interpretação presente, em cada momento. É uma interpretação negociada, passada pelo filtro da “prova”, isto é, do registo da observação comprovável por terceiros.

Nós damos o nome geral, convencional, de “passado”, a realidades presentes (sítios arqueológicos, narrativas por exemplo) cuja lógica organizativa (uma vez exumada ou contada – de certo modo construída por nós próprios) foge à nossa lógica actual (da habitar, de criar lugares públicos, em suma, de ordenar o espaço e de dar sentido à acção), mas que nós queremos a todo o custo compreender.

Numa estação arqueológica todos os elementos informativos interessam, mas, estando-se em presença de arquitecturas, é fundamental compreendê-las em primeiro lugar, pois elas é que fornecem o quadro a todas as outras observações parcelares, micro-contextuais ou artefactuais. Ou seja, é preciso perceber primeiro o “design” do sítio e das suas transformações para poder, como num molde, verter aí dentro os artefactos e outros “achados” (muitas vezes os arqueólogos usam para tal a infeliz palavra “espólio”), que só por referência ao conjunto, isto é, ao dispositivo arquitectónico (comunicacional, significativo, semiológico, como quisermos) obtêm significação possível.

Trata-se de passar de uma arqueologia pré-histórica cuja “moldura” são as estratigrafias, as camadas, as fases de ocupação, as micro-estruturas, os micro-contextos, etc., para uma outra, que,

valorizando devidamente tudo isso (não se trata de excluir, mas de incluir, superando, mudando de escala de interesse), o integra numa ordem mais geral: a compreensão geral do sítio como uma “afirmação” de ordem (um “statement”) num certo ponto do território. Ou, melhor dizendo, como um palimpsesto de “statements”, como uma sobreposição de cenários fixos ou semi-fixos, que foram sendo remodelados ao longo do tempo.

Em pré-história, e diante de uma dada “estação”, temos sempre de ter presente que estamos perante realidades arqueológicas, ou seja, perante o produto final de uma série de transformações do local, série essa que continua hoje, com a nossa intervenção, com o nosso estudo (talvez o impacte maior que o sítio alguma vez sofreu!). Só a imaginação científica apoiada em conhecimentos técnicos de construção e em dados da etnologia pode permitir conceber elevações a partir de bases de ruínas sobrepostas.

Mas essa imaginação (um dia mais tarde, segundo esperamos, apoiada pela computação gráfica, que seria vital para experimentar várias simulações possíveis) é vital para o pré-historiador. Digamos que este problema é o de todo o arqueólogo e o de todo o historiador, mas aqui assume importância crítica. Se atendermos só ao que lá está, em cada local, não vemos o mais importante, porque estamos a observar restos mínimos do que existiu – o mais importante é o que não está lá, precisamente, é o que temos de imaginar. Se nos ativermos apenas ao que é “evidente”, numa estação pré-histórica, ficamos reduzidos a minudências, a observações parcelares, a interpretações que são “con-firmações” do já esperado e a enumerações de espólios e de contextos naturais como quadros fixos. O pré-historiador tem este desafio, que é o de exercer um enorme esforço reconstrutivo mental, sem cair no delírio e na invenção, mas mantendo-se no âmbito do que é plausível, de acordo com os conhecimentos de cada momento. Para tentar “ver a vida em movimento” no que são agora os restos de um local (ou de sucessivos locais) abandonado(s).

Os estudantes, mesmo adiantados, que participam nas escavações arqueológicas apenas se entusiasma quando “encontram material” (restos de artefactos, o tal “espólio”). É uma versão conceptual da pergunta que fazem visitantes ainda sem sensibilidade à arqueologia, quando se acercam destes sítios e nos perguntam: “o que é que encontram aqui?” Ao que nos apetece responder: “não descobrimos nada, porque o mais importante já se via desde o início: indícios de muros. É só olharem à vossa volta para verem o que aqui há, o que aqui se descobre: restos de um sítio antigo, o qual, para um olhar habituado, era óbvio, desde o princípio, que estava cá. É claro que aparecem restos de cerâmica e de outras coisas por todo o lado, mas isso seria de esperar...”

Ou seja, os objectos ou pequenas estruturas, mesmo abundantes, exumados em determinados estratos, níveis de ocupação, etc., são, em si, e em geral (salvo peças de tipos muito raros) insignificantes ou puramente abstractos, enquanto não puderem ser referenciados pelas estruturas que ordenam o local como uma arquitectura específica. Só esta lhes dá sentido, os enquadra, lhes serve de moldura; ora, sem moldura, não há cartografia mental, não há referências, ficamos perdidos dentro de um espaço abstracto... que nos importa que nesse espaço abstracto apareçam “ricas peças”? Pouco, se não entendermos a sua relação com as estruturas do sítio e sua transformação ao longo do tempo.

Entregues ao concreto não referenciado, aos achados meramente localizados segundo as coordenadas cartesianas ou de acordo com micro-contextos (lareira, estrutura de combustão, fundo de cabana, etc.) ficamos na abstracção mais pura, na impossibilidade de pensar os objectos, quedamos estilhaçados num “mar de dados” impossíveis de articular entre si, de organizar numa representação de conjunto do espaço significante. Continuarmos a pensar assim, é não descolar da arqueologia de pequena escala, colecionista, obcecada pelos objectos, na pior tradição do século XIX (para não referir épocas mais antigas).

Por isso, nas nossas escavações dizemos aos estudantes que se iniciam nestes trabalhos: o nosso objectivo aqui não é encontrar objectos, nem sequer é exumar estruturas – é perceber a lógica da organização do espaço, e das técnicas utilizadas nessa tarefa estruturante do mesmo, pelo homem pré-histórico, pelos “arquitectos” de há 5.000, 4.000 anos. É isso que dá sentido, e se quisermos até alguma

dignidade, e justificação social, à nossa actividade: não somos recolectores de “cacos” ou de belas peças, não estamos à procura de pequenas estruturas como buracos de poste, ou de muros de maior porte “per se”, mas sim somos anatomistas de arquitecturas, as quais em parte desmontamos, conservamos e restauramos para perceber como eram feitas, e o que desses dados podemos inferir no respeitante aos modos como o espaço era organizado e conceptualizado.

Trata-se de um domínio de especialidade da arqueologia pré-histórica, que visaria em última análise chegar a um grau de compreensão e de “know how” teórico-prático que nos permitisse hoje, se necessário, fazer a experiência de conceber e construir um sítio destes *novo*, de raiz. Fosse ele um dólmen de corredor neolítico ou um recinto murado calcolítico.

2. NECRÓPOLES NEOLÍTICAS (“MEGALÍTICAS”) E RECINTOS CALCOLÍTICOS

Que tem tudo isto a ver com a pré-história recente portuguesa, com os “loci” de inscrição de sentido(s) – monumentos, recintos, “estelas”, “arte rupestre”, etc, etc. – e, em particular com a comparação entre as necrópoles megalíticas e os recintos murados de que trata este texto? É o que desenvolveremos a seguir de forma muito esquemática.

Se colocarmos num quadro comparativo as necrópoles megalíticas e os recintos murados (em regra posteriores às primeiras, embora - como bem sabemos - elas possam ter continuado a existir, ou a ser reutilizadas, em pleno Calcolítico e Idade do Bronze) encontraremos com facilidade um conjunto de pares de opostos (convencionalmente, aqui, enumerados de I a XII), em que o primeiro termo (identificado a seguir por A) se aplica aos dólmenes sob mamoa, e o segundo (identificado por B) aos recintos monumentais. Tomamos sobretudo por referência a experiência da Serra da Aboboreira (distrito do Porto) (desde 1978) e do planalto de Castro Laboreiro (distrito de Viana do Castelo) (de 1992 a 1994) que pelo menos alguns de nós conhecem melhor, para o primeiro termo (A); e a de Castelo Velho e de Castanheiro do Vento (distrito da Guarda), que nos servem de quadro deste trabalho, para o segundo termo (B) (trabalhos em curso desde 1989).

Assim:

I

A – Lógica aditiva; ou seja, design e construção de mamoa a mamoa, podendo conviver no mesmo núcleo ou necrópole;

B – Lógica de conjunto, ou seja, existência de um projecto que, pela sua localização, é envolvente de todo um espaço superior de uma colina, monumentalizando-a automaticamente como um todo (ver itens seguintes);

II

A – Respeito pelos afloramentos pré-existentes, com afastamento dos monumentos em relação aos acidentes topográficos principais, que em geral são conservados e servem de enquadramento às construções;

B – Inserção do monumento no próprio cerne de afloramentos visíveis a distância, que servem de “pedreira”, ou são conservados para serem incluídos nas próprias estruturas, como elementos destas. Ou seja, há neste segundo caso uma acção de alteração do “natural” muito mais intensa que em A;

III

A – Estruturação lassa dos núcleos, permitindo a circulação livre entre os monumentos (mamoas), sem “fronteiras”, ou seja, sem barreiras físicas lineares (curvilíneas ou rectilíneas) a separar o espaço;

B – Estruturação “compacta” do construído, com existência de recintos murados, providos de diversas estruturas internas e externas, e “entradas” ou passagens, por vezes em linhas concêntricas, mas onde as “entradas” das diversas linhas de muretes não estão alinhadas umas com as outras (as da primeira linha, mais exterior, com as de outra, mais interior - como se vê em Castelo Velho), obrigando a trajectos, ou circuitos não directos, de dentro para fora, ou de fora para dentro do recinto principal. Esta organização

compartimentada (com muros, plataformas, rampas, etc.) implica uma série de constrangimentos à circulação;

IV

A – Dispersão por todo um espaço de monumentos com mamoa, ocorrendo estes umas vezes nuclearizados (podendo até os mais recentes localizar-se perto de outros anteriores), outras vezes de forma mais “solta” (mais isolados, em grupos de dois, ou mesmo verificando-se a presença de um monumento apenas). Há necrópoles em que um só monumento (Alvão; Castro Laboreiro) “pontificava”, por assim dizer, em relação a toda a necrópole, pois se achava colocado num ponto mais elevado, bem visível de todo o lado, o que era claramente intencional;

B – Concentração das arquiteturas em sítios definidos, como por exemplo colinas ou esporões, não raro privilegiando o seu topo, bem visível, para instalar as estruturas mais significativas (o que não quer dizer que não houvesse monumentalização das encostas adjacentes, e que estas não pudessem até, pela sua exposição peculiar, criar acidentes particularmente imponentes em relação a certas áreas do território envolvente. O efeito visual “captador”, como um “íman visual”, é tão evidente que costumamos dizer que este tipo de locais seria o menos propício para uma pequena população se defender, com a tecnologia da época, exposta como estaria nesses locais elevados, dando tempo ao eventual opositor de ensaiar diferentes táticas de ataque;

V

A – Axialidade simples: o eixo organizador do monumento (tomado individualmente, e considerando o caso do dólmen de corredor) é o do átrio – corredor – câmara, e parte mais recôndita desta última, a laje de cabeceira, supostamente a zona mais interna e “sacralizada” do monumento;

B – Axialidade múltipla: o monumento organiza-se em função de uma multiplicidade possível de eixos, permitindo múltiplas combinatórias de movimentos e de significações, em relação com a deslocação de “actores” (cenário móvel) no cenário (fixo e semi-fixo). As passagens, que se abrem ou fecham com relativa facilidade, as portas monumentais que se podem espectacularmente encerrar (monumentalizando-se como tais, como “antigos” vãos oclusos), as estruturas ocas que se podem tornar maciças, os múltiplos trajectos possíveis criam uma axialidade complexa, um “plateau” de “teatro” onde inúmeras encenações são possíveis;

VI

A- A zona mais inacessível, ou “núcleo” do monumento, é escura, limitada, fechada, circunscrita – é o espaço que normalmente se designa por “câmara funerária” (embora também os corredores contenham com frequência, quando estão bem conservados, restos importantes de deposições);

B – A zona mais “recôndita”, ou inacessível – o recinto ou reduto central, principal, em posição de destaque - é aberto ao ar livre, amplo, e a ele pode-se aceder através de múltiplas “entradas” ou passagens. Este facto não obsta a que esse recinto, ou outros secundários, pudessem ter paredes (mais ou menos) elevadas, que circunscrevessem o olhar sobre a paisagem a certas passagens, ou “portas”, assim criando “pontos de mira” sobre o(s) horizonte(s), de orientação astral (como acontece em Stonhehenge, como é bem sabido) ou não;

VII

A – As matérias-primas utilizadas são grandes lajes sumariamente afeiçoadas (ortostatos, tampas), completadas com pedras lajes/pedras (couraças de revestimento, contrafortes) e terra. Há mamoas só de argila. Mas a concepção destes monumentos é essencialmente “monolítica”;

B – A pedra é utilizada, e por vezes sob a forma de grandes blocos ou afloramentos mais ou menos desbastados, mas o papel principal é tomado por elementos pétreos de tamanho pequeno, embalados em argila e com o uso de materiais perecíveis, de origem vegetal. Toda a concepção é plástica, isto é, é possível fazer modificações de detalhe e mesmo até de certa envergadura com relativa facilidade. A própria manutenção das construções de terra, muito adaptativas, implica não tanto uma ideia de perenidade, mas, bastante ao contrário, uma transformação e maleabilidade constantes. Por isso, por

exemplo, se encontram tantas “portas” ou “passagens”, muitas das quais obturadas – é que certamente nunca estiveram todas “abertas” ao mesmo tempo, antes foram alvo de remodelações;

VIII

A – Estes monumentos imitam, por fora, o natural: são colinas artificiais, com uma “cripta” aérea (embora por vezes um pouco escavada no substrato) criada pelo arquitecto. Isto é, mesmo que as couraças de revestimento fossem visíveis na altura da construção, elas seriam com toda a probabilidade mais ou menos revestidas por vegetação algum tempo depois. Criam assim uma espécie de “jogo”: imitam relevos do terreno (como se quisessem colocar relíquias ou outras “deposições” no “interior” da terra), mas distinguem-se deles, pelo seu carácter regular, pela própria dinâmica que controiem na paisagem. Estão simultaneamente em continuidade e em descontinuidade com a paisagem que os cerca;

B – Estes monumentos sobrepõem-se clara e vigorosamente ao natural: são ostentatoriamente artificiais, são autênticos artefactos de grande dimensão. Em Castelo Velho, por exemplo, as escavações revelaram verdadeiras “frentes de pedra” pré-históricas, ou seja, locais para a extracção de lajes onde o trabalho a certa altura parou, deixando uma parede semi-alterada pelo afeiçoamento humano, como poderia acontecer numa pedra ao ar livre para obtenção de rochas especiais (como acontece em Plussulien, na Bretanha, para a dolerite);

IX

A – São microcosmos fechados, simples, e em relação directa com relíquias de “antepassados”, de entes desaparecidos. Materializam pois, aparentemente, uma certa atemporalidade, até pelos materiais duráveis a que estão ligados (provável hierofania da pedra, muitas vezes considerada “sagrada” porque “indestrutível”);

B – São microcosmos abertos, complexos, e onde se podem ter encenado actividades vitais, ou seja, “imitações” de acções da vida corrente (como se fossem “povoados ideais”). Materializam uma realidade que, embora durável, parece menos ligada à ideia de atemporalidade do que em A, exigindo como já se disse manutenção e transformações constantes, quiçá em relação com processos de negociação do sentido e da ordem em sociedades que, não sendo “acéfalas”, não tinham obviamente um poder político formalizado;

X

A – A sua localização não tem em geral uma relação óbvia com territórios agrícolas muito férteis. Ao contrário, muitos “campos de mamoadas” estão instalados (e conservaram-se por isso) em terrenos pouco profundos e produtivos. Evidentemente que há excepções, mas estamos a falar menos de monumentos isolados do que de grandes conjuntos. No Norte de Portugal esses “grandes conjuntos”, hoje muito delapidados (como de resto quase todo o nosso património arqueológico), situavam-se em “plateaux” em regra “pobres” para a agricultura (de um ponto de vista actual, obviamente; mas em termos gerais esta ideia é projectável para outras épocas);

B – Estão voltados a (e na proximidade imediata de) bacias fluviais e terrenos agrícolas férteis, que deles se vêem panoramicamente. Este “panorama” permitia, como dissemos acima, a selecção de pontos críticos de observação a partir do interior dos recintos, ou seja, de locais que funcionavam como “janelas” para a paisagem. Não seriam tanto “espaços com vista sobre a planície”, mas permitiriam a multiplicação de diferentes perspectivas, sobre horizontes mais ou menos longínquos, sendo que os mais próximos eram claramente bacias fluviais férteis. Isso observa-se tanto no Castelo Velho de Freixo de Numão ou no Castanheiro do Vento de Horta do Douro (Vª Nª de Foz Côa), como em Los Millares (Almeria, SE de Espanha) ou Zambujal (Estremadura portuguesa);

XI

A – Existe todo um conjunto de marcações simbólicas do espaço interno (“arte megalítica”) que fazem unidade com a arquitectura. Isso é bem visível nos grandes monumentos irlandeses, por exemplo, como Knowth ou Newgrange. Mas também se observa na Península Ibérica. Um de nós (VOJ, 1998) mostrou como essa estruturação é, apenas da escassez dos vestígios conservados, claríssima, nunca se

podendo tratar a “arte megalítica” como um conjunto de motivos independentes uns dos outros, do suporte e da localização deste no conjunto da arquitectura, como alguns descritivistas positivistas continuam a fazer, em listagens infundas de (supostos) “dados” que nada acrescentam à problematização (ou seja, à nossa compreensão da realidade; são apenas somas, ou “mais do mesmo”, num afã que se alimenta da sua própria vacuidade). É evidente que a câmara era mais sobrecarregada de elementos pintados ou gravados do que os corredores e que a parte mais importante desse simbolismo se ligava ao seu elemento mais recôndito, a laje de cabeceira. Tudo no megalitismo aponta para uma concepção “uterina” do espaço, fechado, recôndito, escuro, abrigado do olhar, limitado à penetração de alguns elementos da comunidade, e de modo algum “público”; e a “arte” serve para acentuar isso, e os diferentes graus de sacralidade, desde o exterior até ao mais interior;

B – Estes sítios incorporam lajes com “gravuras rupestres” (cavinhas, fusiformes, etc.), que por vezes parecem mesmo retiradas de conjuntos maiores, ou então ocorrem como se fossem “miniaturas” ou referências a (“citações” de) esses conjuntos parietais. Por exemplo, em Castanheiro do Vento existe uma “passagem monumentalizada” perto do chamado “bastião D” que estava sobrecarregada de símbolos gráficos, tanto no exterior (laje com a face voltada a leste), como no interior (cavinhas, fusiformes). Se considerarmos estes locais como cenários de uma vasta gama de deposições (ou “depósitos”), poderemos ver a incorporação destes signos como uma atitude carregada de intencionalidade – não é por acaso que eles aparecem, onde aparecem. Naturalmente que quando tivermos um sítio rico destes “marcadores simbólicos” amplamente estudado poderemos começar a tentar ir um pouco mais além do que uma simples constatação geral como a que deixamos aqui formulada;

XII

A – Integram conjuntos artefactuais (no sentido estrito de objectos portáteis) escolhidos, altamente seleccionados, acentuando o carácter exotérico dos espaços internos. Também nos átrios, no exterior dos monumentos, nas mamoadas e suas imediações aparecem outros depósitos, mas é preciso desenvolver um arqueologia voltada para este tipo de “complexos significativos” e não apenas para as grandes arquitecturas, por um lado, ou para os objectos que elas incluem, por outro, como se as primeiras fossem contentores dos segundos, e não, todos eles, conjuntos significativos de transformações exercidas sobre a matéria e um (micro-) espaço. Isto aliás aplica-se a qualquer domínio da arqueologia pré-histórica, que em vez de ser um processo de contextualização, de compreensão do único, é normalmente, como acentua Hodder, um trabalho de descontextualização, para facilitar a emissão de ideias gerais que normalmente primam pelo “déjà vu” interpretativo;

B – Integram conjuntos artefactuais que parece “imitarem” a vida quotidiana, e portanto serem extensos e muito variados, criando nos observadores actuais a impressão ingénuo, ou ilusão, de estarem perante “povoados”. Quando se vai ao detalhe esse síndrome, que chamaríamos um pouco caricaturalmente de “aldeia de Astérix”, cai por terra; veja-se por exemplo o grande contentor com sementes que apareceu no interior do recinto principal de Castelo Velho de Freixo de Numão. Continha pedaços de vasos já ali colocados em estado fragmentado, como deposições intencionais, não resultando, como uma escavação mais descuidada teria concluído, da fracturação de grandes vasos de armazenamento no interior da estrutura. Esta não era um “celeiro” funcional, não estava em relação com uma preocupação de conservar alimentos, mas era um depósito que tinha uma função simbólica, como muitos outros elementos que juncam a estação arqueológica em causa.

Resumindo num quadro simplificado os esquemas comparativos apresentados, temos:

Necrópoles de monumentos megalíticos com mamoa	Recintos murados monumentais
Lógica aditiva (crescimento do conjunto monumento a monumento).	Lógica abrangente (desde um primeiro "projecto", ele tende a afectar todo o conjunto do espaço envolvente).
Conservação dos afloramentos (volumes pré-existentes servindo de enquadramento).	Instalação nos afloramentos e seu afeiçãoamento, como "pedreiras", e como forma de monumentalizar os sítios.
Estruturação lassa – espaço livre de circulação entre os monumentos, sem barreiras físicas lineares fixas (sem "fronteiras").	Compartimentação do espaço através de muros, plataformas, rampas, etc. estabelecendo sequências de barreiras, de limites ao movimento – estruturação compacta.
Dispersão das unidades monumentais pelo espaço, embora organizadas em núcleos, necrópoles, etc.	Concentração das arquitecturas em topos e/ou encostas de colinas, monumentalizando espaços naturais homogéneos.
Axialidade simples: o eixo organizador do monumento é o do átrio – corredor – câmara e sua laje de cabeceira como zona mais recôndita.	Axialidade múltipla: o monumento organiza-se em função de uma multiplicidade possível de eixos, permitindo múltiplas combinatórias de movimentos e de significações, em relação com a deslocação dos "actores" no cenário.
A zona mais inacessível, ou núcleo do monumento (câmara) é escura, limitada, e fechada, circunscrita.	A zona mais inacessível, ou recinto (reduto) central, é aberto, ao ar livre, amplo, e a ele pode-se aceder através de múltiplas "entradas" ou passagens.
As matérias-primas utilizadas são grandes lajes sumariamente afeiçãoadas (ortostatos, tampas), completadas com pequenas pedras/lajes (couraças de revestimento, contrafortes) e terra. Há mamoas só de argila. Mas a concepção é essencialmente "monolítica".	A pedra é utilizada, e por vezes sob a forma de grandes blocos ou afloramentos mais ou menos desbastados, mas o papel principal é tomado por elementos pétreos de tamanho pequeno, embalados em argila e com o uso de materiais perecíveis, de origem vegetal. Toda a concepção é plástica.
Estes monumentos imitam por fora o natural: são colinas artificiais, com uma "cripta" "aérea" criada pelo arquitecto.	Estes monumentos sobrepõem-se ao natural: são ostentatoriamente artificiais.
São microcosmos fechados, simples, e em relação directa com relíquias de antepassados. Materializam uma certa atemporalidade.	São microcosmos abertos, complexos, e onde se encenam actividades vitais (como se fossem "povoados ideais").

	Materializam uma realidade que exige manutenção e transformações constantes.
A sua localização não tem em geral relação óbvia com terrenos agrícolas muito férteis.	Estão voltados a bacias fluviais e terrenos agrícolas férteis, que deles se vêem panoramicamente.
Existe todo um conjunto de marcações simbólicas do espaço interno (“arte megalítica”) que fazem unidade com a arquitectura.	Incorporam lajes com gravuras rupestres (covichas, fusiformes, etc.)
Integram conjuntos artefactuais altamente escolhidos, seleccionados, acentuando o carácter exotérico dos espaços internos.	Integram conjuntos artefactuais que “imitam” a vida quotidiana, e portanto são extensos e muito variados, apesar de também “filtrados”. Criam nos observadores actuais a ilusão de estarem perante “povoados”.

3. TÉCNICAS – ALGUNS TÓPICOS

Quando nos libertamos de uma “arqueologia das evidências” e vamos podendo aceder a uma “arqueologia das problematizações” – em íntima relação com o desenvolvimento do trabalho de campo, matriz de toda a “tarefa” da arqueologia, sem o qual a nossa actividade de escrita pode cair na especulação gratuita – aparece-nos de repente toda a materialidade dos sítios, e especificidade de cada um (tanto em geral, como em cada micro-espaço em particular) como uma realidade variadíssima a explicar, a compreender. Não tanto de encontrar uma “verdade”, mas uma explicação plausível, a que nos parece mais verosímil. Deixamos de ficar obcecados pelos “achados”, pelas “ocupações”, pelas (pseudo-)estratigrafias, pelas explicações cronológicas e funcionais, em suma, pelos objectos reduzidos a pré-figurações da nossa consciência. O que nos interroga sobremaneira é o “layout” de cada sítio, o seu desenho geral, o(s) seu(s) padrão(ões) arquitectónicos. Esses padrões, relacionados com modelos cognitivos, com valores socialmente aceites, conseguiram-se na prática (construíram-se) com matérias-primas e com técnicas.

No caso de locais como o Castelo Velho ou o Castanheiro do Vento, a primeira ideia importante a reter é que “a priori” muito do que foi mais importante no passado já não está lá. Ou, por outras palavras, e porque esse “mais importante” é produto da nossa imaginação, o mais decisivo é pensar o sítio como o resultado final de um conjunto de transformações, antrópicas e naturais, evitando tudo o que nos pareçam explicações simples e óbvias, porque normalmente elas são apenas projecções inconscientes da nossa mente de homens e mulheres do séc. XXI, na sua versão mais vulgar.

Sabemos hoje que os “homens” do Calcolítico:

- tinham decerto um plano de conjunto e uma direcção de obra, qualquer que fosse a capacidade de que dispusessem os diferentes membros do grupo de partilhar essas decisões, de as fazer inflectir, numa palavra, qualquer que fosse a estrutura de poder subjacente a estas sociedades, que nem eram “acéfalas”, nem tinham provavelmente chefes hereditários;
- estava aqui implícita uma certa quantidade de efectivos, ou seja, a capacidade de mobilizar um número considerável de pessoas, pelo menos durante certos momentos do ano. Mas, à diferença dos monumentos megalíticos, estes sítios implicavam manutenção e remodelações constantes, o

que pressupunha uma interiorização muito profunda e partilhada de tarefas, técnicas, modelos de trabalho;

- as pessoas escavavam o solo até à rocha (xistosa, nos casos de referência deste texto) de base, expondo-a, retirando a argila de que necessitavam, e fracturando os afloramentos para a obtenção de grandes blocos, mas sobretudo de lajes finas, com que compunham a base dos muros, como quem desenha em escala 1/1 a planta do local no próprio local;
- inscreviam numerosas estruturas ou deposições nas anfractuosidades (naturais ou afeiçoadas) da base dos afloramentos. A grande surpresa de Castelo Velho (graças às escavações extensivas e intensivas que aí se fizeram) foi mostrar que quando o sítio já parecia estar inteiramente escavado, ao nível da rocha de base, estruturas e numerosos elementos de origem humana continuavam a aparecer, por vezes “disfarçados” por pavimentos de argila que se confundiam, para um investigador menos avisado, com um pretense “nível estéril” de base;
- traziam com certeza grandes quantidades de argila de barreiros próximos, para poder colmatar, nivelar, erguer paredes, revestir socos de pedra, enfim, moldar o local como um sítio “humanizado” – tratava-se sobretudo de uma arquitectura da terra, do barro, que a tudo deveria imprimir a sua cor e textura, a não ser que admitamos que (tal como os vasos) também essas paredes eram incisadas e/ ou preenchidas com colorantes, o que não é de excluir;
- instalavam no chão uma base pétreas, aquilo que as escavações maioritariamente revelam hoje, e que não é mais do que isso: o que restou dos pontos onde assentavam estruturas em terra e materiais perecíveis, cuja complexidade só podemos tentar imaginar. O aspecto “baixo”, pouco monumental, das “paredes” que restaram, o seu aspecto “aberto” à paisagem é enganoso – essas “paredes” são muitas vezes de facto uma espécie de “alicerces”, não são mais do que bases do que lá já não está. E porquê? Porque simplesmente não serviam para nada como são, e porque encontramos em muitos lugares mais preservados quantidades enormes de argila de revestimento, que por acaso foi cozida pelo fogo e se conservou melhor, com as suas impressões de ramos, de superfícies de pisos ou de paredes. E porque não encontramos a “montanha de escombros” que seria de esperar existir no exterior das paredes se elas fossem de pedra e tivessem desabado. O que aparece em geral no exterior dos muretes não são derrubes (nem mesmo a sua base, admitindo que os sítios estão muito destruídos), mas taludes estruturados, e esta foi outra lição fundamental que aprendemos com Castelo Velho e com Castanheiro do Vento. São contrafortes, muito mais monumentais e amplos do que os que rodeiam e sustentam as câmaras megalíticas, mas tão intencionais, bem feitos, e duráveis como aqueles, à sua escala. São estruturas como os muretes (ou “muralhas”, ou “bastiões”), e temos de as desmontar (pelo menos em certos sectores) para perceber como eram feitos. Estes contrafortes ou taludes devem existir noutros chamados “povoamentos fortificados” do Calcolítico e possivelmente foram mal interpretados como “derrubes”, interpretação essa que faz sentido se se pensar que havia altas muralhas de pedra, mas não tem qualquer razão de existir se se admitir que estamos perante uma arquitectura mais vernácula, espalhada, “popular” e menosprezada por não ser tão “nobre” como a da pedra (mais ou menos aparelhada), a arquitectura da argila, afinal muito mais “ecológica” e “ergonómica”, porque com argila se pode moldar formas variadíssimas que a pedra não permite;
- construíam os alicerces pétreos das estruturas com base em lajes, que moldavam as formas do que se ia erguer em altura. Esses alicerces apresentam “cunhas” a preencher ocos, ou lajes de contrafortagem perpendiculares às respectivas linhas externas (rectilíneas ou curvilíneas), lajes essas umas vezes dispostas sub-verticalmente (com um dos lados maiores encostados à parede), outras vezes colocadas em posição “deitada” (com um dos topos encostados à parede), e até por vezes em disposição radial. Lajes de contrafortagem, em taludes, podiam ainda estar dispostas com as faces maiores paralelas à parede (dando aos incautos a aparência de “derrubes”).

- usando uma imagem, redutora, mas talvez expressiva, todo o esquema que vimos explicando se fazia como um “bolo de frutos secos”, utilizando o aglutinante argila – a “massa” (certamente misturada com outros elementos mais pequenos para lhe dar mais consistência) -, e colocando as pedras – os “frutos secos”, para reutilizar a metáfora culinária - na posição que se desejava, numa imbricação mútua, em que umas dessas pedras se escoravam às outras, quando necessário. Tudo se desmoronaria rapidamente se não houvesse uma conjugação das lajes, das pequenas cunhas ou escoras, da argila, dos muros e taludes, como um sistema articulado.
- embora a predominância, nestas arquitecturas, seja a das linhas curvas (recinto central de Castelo Velho, grande parte dos chamados “bastiões”, por exemplo), a linha recta era utilizada também. E por vezes até para definir rupturas de plano muito importantes, como aconteceu no rebordo exterior da plataforma superior de Castelo Velho. Aí se exumou, em Setembro de 2002 (pela primeira vez, que sabemos, neste tipo de trabalhos) muretes rectilíneos que uniam acidentes arquitectónicos importantes (afloramentos, “bastiões”, por exemplo, situados em pontos de inflexão direcciona da construção), delimitando toda uma plataforma. Esses muretes estavam “disfarçados” sob quantidades enormes de pedra correspondentes a uma petrificação ulterior (em “rampa monumental”), que “eliminou” ou alterou o seu efeito “dramático” (topográfico e visual); mas, mesmo durante a sua feitura e utilização (antes da “petrificação” que os cobriu) eles não mostravam uma face vertical ao exterior, mas antes a eles se encostava já um talude, ou contraforte, sem o qual tais muretes só teriam subsistido por pouco tempo, tão frágeis eram. Quer dizer que a regularidade formal destes muretes correspondeu sobretudo a uma opção metódica, a uma intenção de impor linhas “racionais” a um sítio, linhas essas que nem sequer eram feitas para ser vistas, porque iam ser embutidas numa massa mais ampla de argila e pedras. Aqui tomamos consciência de algo afinal banal, que é como um “design”, uma arquitectura, nos conduz a opções de gosto e a questões mentais, dando-nos muito mais acesso ao que seria a “mente” destes indivíduos pré-históricos do que conjuntos artefactuais que constituem, hoje como no passado, elementos mínimos de acções extremamente difíceis de imaginar. Claro que quando estamos a falar do estudo estatístico de dezenas ou mesmo centenas de milhares de objectos, aí as coisas mudam, porque então já podemos captar padrões extremamente significativos de comportamento. Mas, à escala pequena a que normalmente se processam os nossos trabalhos, as arquitecturas (e suas técnicas) são a moldura conceptual, conservada no terreno, que nos permite aceder às grandes intenções dos nossos antepassados, mais do que um belo vaso decorado ou outra peça que tanto compraz o nosso fetichismo museográfico ou, tão só, a nossa fruição estética. É esta “lição” que também continuamente procuramos transmitir aos estudantes que frequentam as nossas escavações anualmente.

A forma de olhar para estes sítios como um sistema - mutável ao longo do tempo, claro - de transformações arquitectónicas, e de deposições (de diversos tipos de objectos) parece-nos, em suma, a mais fértil. Não os podemos observar como cenários de vida quotidiana, entendida nas suas actividades de pura sobrevivência – seria uma projecção no passado da nossa mentalidade funcionalista (na sua versão mais comezinha e doméstica). A “pura sobrevivência”, ao contrário do que pensam materialistas primários, nunca existiu. O que de certo modo nos distingue dos outros animais é o que tradicionalmente se designou a “cultura”, é a existência de uma espessura de significações, são complexos algoritmos de acção, porque os seres humanos são, como diria Heidegger, “seres para a morte” – são os únicos que sabem que vão morrer. Nesse sentido, todo o quadro da vida humana é pautado por sistemas de significação – em relação com modos de manipular o mundo, ou seja, com arquitecturas, com objectos, que não são reveladores de acções, mas mediadores de uma multiplicidade de sentidos, incluindo negociações de poder. O poder não é apenas o poder político das grandes decisões, como Foucault tão bem nos explicou. É o poder entendido como o fulcro da negociação diária dos seres humanos entre si, do espaço de manobra de cada um, no sentido, por exemplo, de cada qual saber que pode instalar um “objecto” com uma determinada forma e

técnica de fabrico num “espaço”, e ele permanecer aí, e não ser removido, “subvertido” por outrem. Como se “fazia” um sítio? Que hipóteses tinha alguém para implementar um “projecto” ou o alterar? Como convencia o resto do grupo a seguir a sua opção? Ao contrário da arquitectura contemporânea, não havia artistas e empreiteiros, donos de obra e executadores. Havia sim todo um “esquema de comando” que não era programado no papel, mas podia ser negociado em (longas?) discussões e concretizado em acções no terreno que seriam sempre a materialização final – e portanto o momento decisivo – de tal negociação.

Afinal, é o que acontece numa escavação arqueológica hoje, que quase repete ao contrário, mimeticamente, a “cena pré-histórica”. Não provida de poderes absolutos, mesmo a equipa dirigente tem de negociar permanentemente entre si opções a tomar, e tem de negociar com os outros executantes, que devem ser tudo menos passivos, através da explicação e da persuasão, aquilo que lhe parece melhor para o conduzir dos trabalhos. Todos sabemos quanto isso custa. Estes sítios, no passado como no presente, foram e são sítios de disputa, alteração, e acção concertada – ou seja, sítios vivos, sítios de vivência prolongada, pelo menos para aquelas pessoas para quem tais sítios não são apenas “contentores de peças” ou miradouros turísticos. Ou seja, para nós, arqueólogos, que sofremos para tentarmos dar-lhes um sentido, utilizando generosamente o melhor das nossas energias físicas e mentais. Os “burocratas” e o “público” (ou seja, os que estão respectivamente a montante e a juzante da nossa acção) compreenderão isto?... Cremos que em muitos casos sim (com insistência nossa), embora muitas vezes parecendo que não. Em toda a sociedade do espectáculo em que vivemos (e até por causa disso), o que é fidedigno, genuíno, entra pelos olhos dentro.

Até os que discordavam inicialmente de algumas das nossas teses sobre Castelo Velho ou Castanheiro do Vento, quando visitaram os locais connosco se “renderam à evidência” do que ali observámos e procurámos interpretar. Também o leitor deste texto o pode em qualquer momento fazer.

4. BIBLIOGRAFIA

BRADLEY, Richard (1998), *The Significance of Monuments*, London, Routledge.

CHAPMAN, Robert (2003), *Archaeologies of Complexity*, London, Routledge.

JORGE, Susana Oliveira (1994), Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular, *Revista da Faculdade de Letras*, (Porto), IIª Série, vol. XI, pp. 447-546.

JORGE, Susana Oliveira (1998), Later prehistoric monuments of Northern Portugal: some remarks, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 0, Porto, ADECAP, pp. 105-113.

JORGE, Susana Oliveira (1999) Bronze Age settlements and territories on the Iberian Peninsula: new considerations, *Gods and Heroes of the Bronze Age. Europe at the Time of Ulysses*, Londres, Thames and Hudson, pp. 60-64.

JORGE, Susana Oliveira (1999), Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal). Geschichte der Interpretationsversuche, *Madriider Mitteilungen*, vol. 40, pp. 80-96.

JORGE, Susana Oliveira (2000), Domesticating the land: the first agricultural communities in Portugal, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 2, pp. 43-98.

JORGE, Susana Oliveira (2001), Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa, Portugal) et la problématique des “habitats fortifiés” de la Péninsule Ibérique, *Communautés Villageoises du Proche-Orient à l’Atlantique* (dir. Jean Guilaine), Paris, Éd. Errance, pp. 241-252.

JORGE, Susana Oliveira & Rubinos, Antonio (2002), Absolute chronology of Castelo Velho de Freixo de Numão (northern Portugal): data and problems, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 4, pp. 83-105.

- JORGE, Susana Oliveira (2002), From “fortified settlement” to “monument”: accounting for Castelo Velho de Freixo de Numão (Portugal), *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 4, pp. 75-82.
- JORGE, Susana Oliveira (2003), Revisiting some earlier papers on the late prehistoric walled enclosures of the Iberian Peninsula, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 5, pp. 89-135.
- JORGE, Susana Oliveira (2005), *O Passado é Redondo. Dialogando com os sentidos dos primeiros recintos monumentais*, Porto, Ed. Afrontamento.
- JORGE, Vítor Oliveira (1982), *Megalitismo do Norte de Portugal: o Distrito do Porto – os Monumentos e a sua Problemática no Contexto Europeu*, Porto, Faculdade de Letras, Diss. de doutoramento policopiada, 2 vols.
- JORGE, Vítor Oliveira (1998), Interpreting the “megalithic art” of Western Iberia: some preliminary remarks, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 0, pp. 69 – 83.
- JORGE, V. O.; Cardoso, J. M.; Pereira, L. S. : Coixão, A. S. (2002), Castanheiro do Vento, um sítio monumental pré-histórico do Concelho de Vila Nova de Foz Côa (Horta do Douro), *Côavisão*, 4, pp. 73-93.
- JORGE, V. O.; Cardoso, J. M.; Pereira, L. S. : Coixão, A. S. (2002), Castanheiro do Vento and the significance of monumental Copper/Bronze age sites in northern Portugal, *Monuments and Landscape in Atlantic Europe* (ed. Chris Scarrre), London, Routledge, pp. 36-50.
- JORGE, V. O.; Cardoso, J. M.; Pereira, L. S. : Coixão, A. S. (2003), Campanha de escavações arqueológicas no ano de 2002 no sítio do Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa), *Côavisão*, 5, pp. 99-131.
- JORGE, V. O.; Cardoso, J. M.; Pereira, L. S. : Coixão, A. S. (2003), Castanheiro do Vento, a late prehistoric monumental enclosure in the Foz Côa region, Portugal – recent research (1998-2002), *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 5, pp. 137-162.
- JORGE, Vítor Oliveira (2003), *Olhar o Mundo como Arqueólogo*, Coimbra, Quarteto.
- JORGE, Vítor Oliveira (2004), *A Irrequietude das Pedras*, Porto, Ed. Afrontamento.
- JORGE, Vitor Oliveira (2005), *Vitrinas muito iluminadas. Interpeleções de um arqueólogo à realidade que o rodeia*, Porto, Campo das Letras ed.
- WHITTLE, Alasdair (1996), *Europe in the Neolithic. The Creation of New Worlds*, Cambridge University Press.

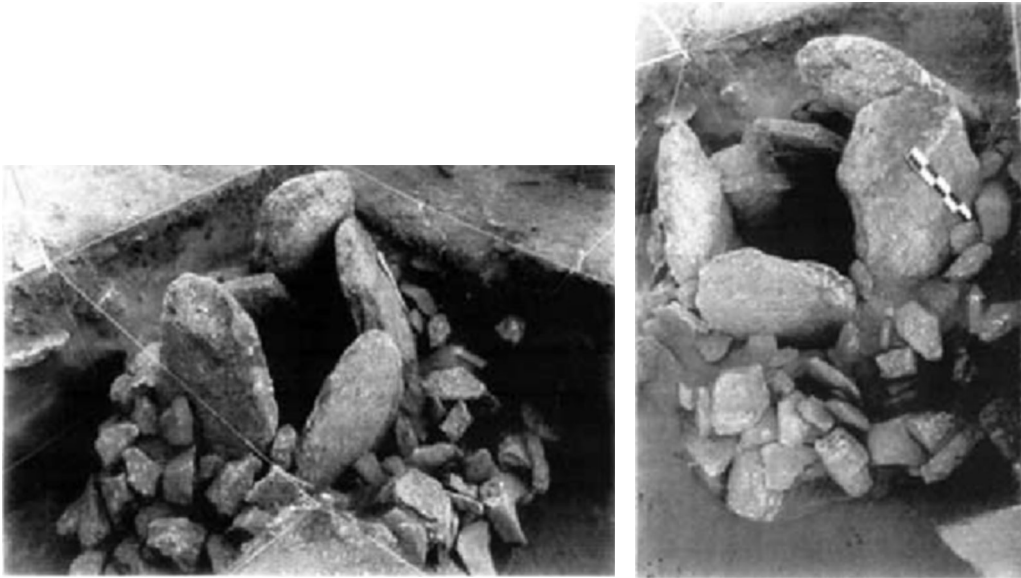


Fig. 1- Anta de Furnas 2, Serra da Aboboreira (dois aspectos). Fotos: V.O.J.

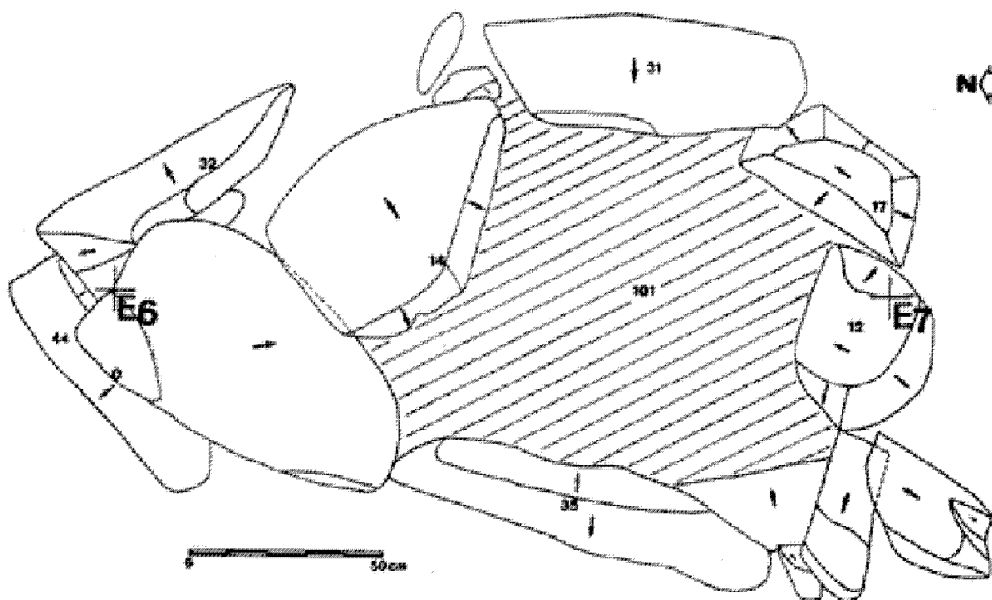


Fig. 2- Anta "barquiforme" da Mina do Simão, Serra da Aboboreira. Cotas negativas (em cm.) em função de um nível 0 local, convencional. Tracejado: interior da câmara megalítica. As setas indicam a inclinação dos esteios ou seus fragmentos. Desenho: V.O.J.



Fig.3 - Anta 1 do Alto da Portela do Pau (Castro Laboreiro, Melgaço): dois momentos dos trabalhos de 1992. Fotos V.O.J.

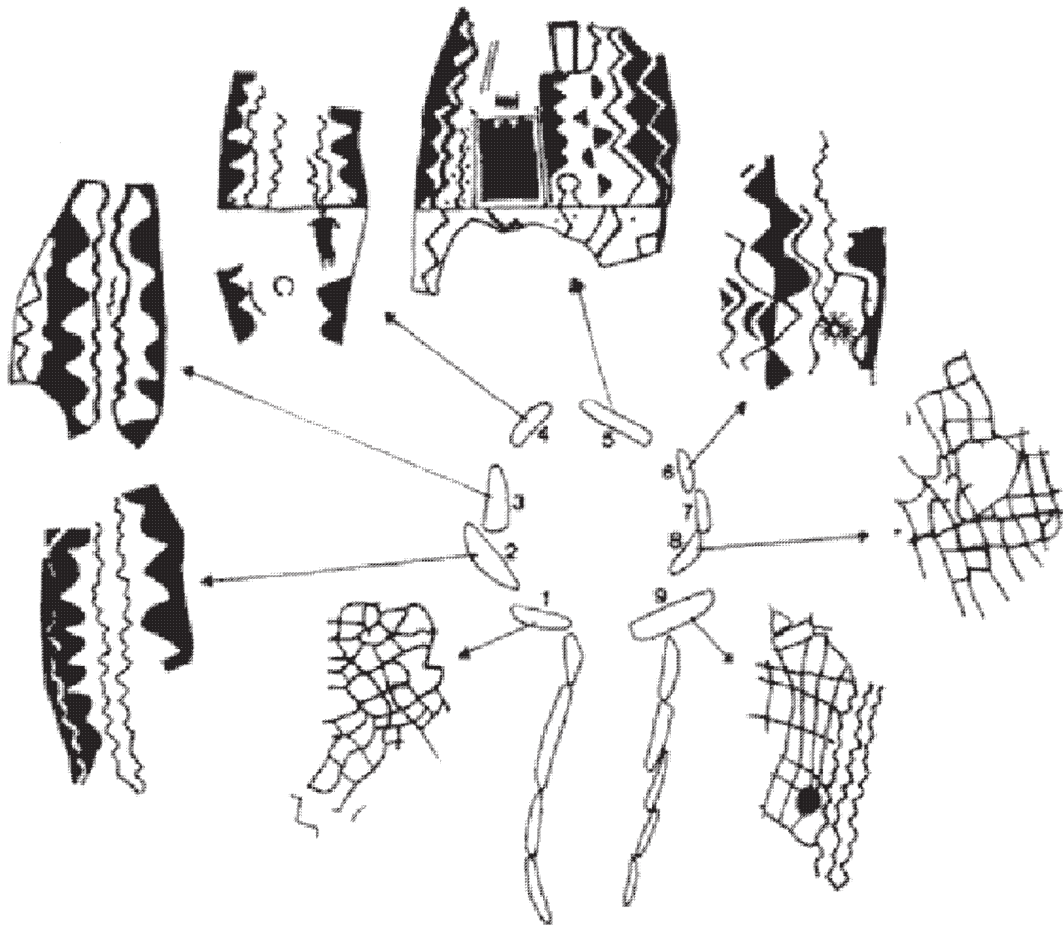


Fig.4 - Anta do corredor de Antelas, Oliveira de Frades (em planta esquemática) e suas pinturas, tornando-se clara a simbiose entre a arquitectura e figurações realizadas nos esteios, cada vez mais complexas à medida que nos aproximamos da laje de cabeceira (seg. Jorge, in *Journal of Iberian Archeology*, vol.0, 1998).

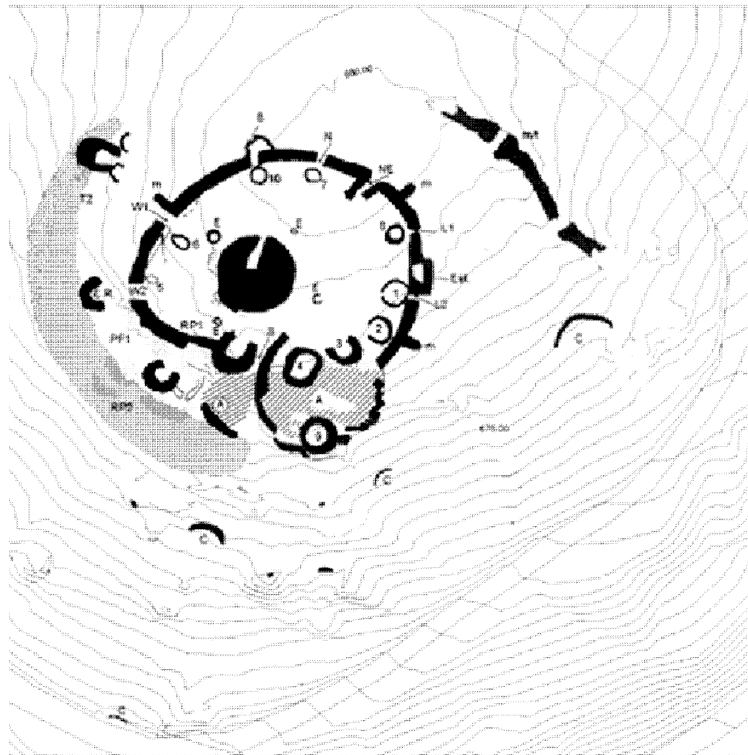


Fig.5 - Castelo Velho de Freixo de Numão - croquis geral, seg. S.O.J. - 2.º momento de ocupação (IIIº milénio a. C.)



Fig.6 - Em cima: Castelo Velho de Freixo de Numão (Julho 2003): vista aérea do recinto central (foto VOJ).
Em baixo: Castelo Velho de Freixo de Numão (Julho 2003): estrutura do interior do recinto superior, nas imediações da chamada “torre central” (foto e escavações SOJ).

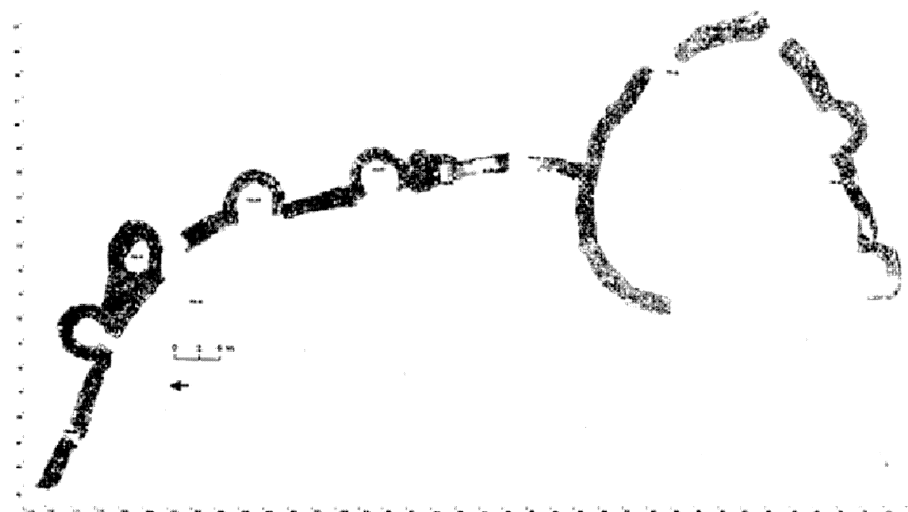


Fig.7- Croquis geral do topo intervenido do Castanheiro do Vento, com as principais estruturas exumadas, até 2003, inclusivé.

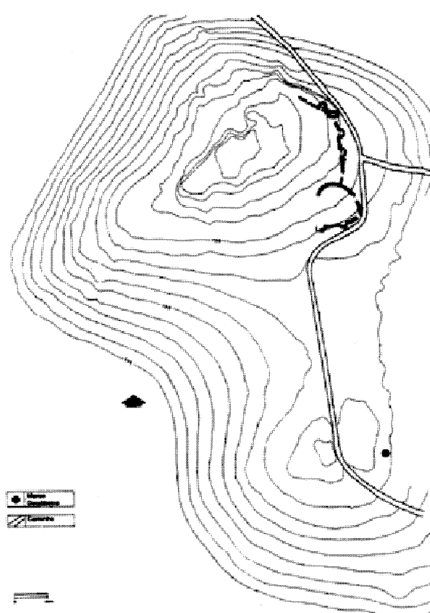


Fig.8 - Croquis geral das principais estruturas exumadas em Castanheiro do Vento, até 2003 inclusivé.



Fig.9 - Dois aspectos de Castanheiro do Vento: acima, visto da Ribeira da Teja (foto VOJ); abaixo, topo (área mais bem conservada), visto de helicóptero, em 31.7.2003 (foto D. Pavone).

Sondagens Arqueológicas no Monte da Ola, Vila Fria, Viana do Castelo (Norte de Portugal)

António Dinis*
Ana Bettencourt**

ABSTRACT:

This article draws upon the recent archaeological excavations at the site of Monte da Ola (Viana do Castelo). This site was disturbed by urban development from 1920's. Then earthworks uncovered important archaeological finds, which are kept in the Museu Municipal de Viana do Castelo. The excavations, integrated in the project *The Entre-Douro-e-Minho landscape since middle of III to the end of II millenium BC*, corroborated the existence of a cemetery dating to the Bronze Age.

1. INTRODUÇÃO

Em 1932, na sessão de 9 de Junho¹, Afonso do Paço, a pedido de Tomás Simões Viana, deu a conhecer à Secção de Arqueologia Pré-Histórica da Associação dos Arqueólogos Portugueses o aparecimento de três vasos de cerâmica “de rebordo horizontal que se achavam quasi à superfície”, no lugar denominado Monte da Ola, na freguesia de Vila Fria, concelho de Viana do Castelo. O achado, ocorrido no ano de 1929, teria passado despercebido aos jornais e estudiosos locais², facto que justificará o tempo que decorre entre a descoberta e a divulgação junto da comunidade científica de então.

Na homenagem a Martins Sarmiento, por ocasião do centenário do seu nascimento, Afonso do Paço (1933) refere o desconhecimento das “condições de jazida” do achado e publica, pela primeira vez, um dos vasos do Monte da Ola, o único exemplar que se preservou e que se encontra, actualmente, em exposição no Museu Municipal de Viana do Castelo. No âmbito de um estudo sobre “necrópoles proto-históricas do concelho de Esposende”, este recipiente foi publicado em pormenor por Teresa Soeiro (1995). Trata-se de um vaso de largo bordo horizontal, de fundo esférico, perfurado junto à base, com

* Mestre em Arqueologia pela Universidade do Porto.

** Prof. Auxiliar da Universidade do Minho.

¹ A sessão foi presidida por Eugénio Jalhay, vice-presidente da Secção de Arqueologia Pré-Histórica da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

² Na pesquisa realizada nos números publicados em 1929, do jornal vianense “Aurora do Lima”, não encontramos qualquer referência a estes achados.

carena a marcar a parte média da pança sendo a parte superior decorada por três bandas definidas por sulcos incisivos, paralelos e preenchidos por linhas oblíquas impressas. A aba, côncava, é também decorada por sulcos incisivos entre si, e com motivos impressos idênticos aos da pança. Este vaso é provido de asa com decoração incisa e impressa (Fig. 15).

Desconhecendo-se a área exacta de proveniência dos achados assim como o seu contexto arqueológico, os autores traçaram um plano de acção orientado para a resolução daquelas dúvidas. Partindo do plano de trabalhos delineado e dos objectivos definidos, o processo de investigação no Monte da Ola iniciou-se em Fevereiro de 2002 com trabalhos de campo que permitiram cartografar o sítio dos antigos achados arqueológicos e relacioná-los com contextos de natureza sepulcral nomeadamente com três sepulturas rectangulares. Entre os depoimentos recolhidos junto da população mais idosa do local, registámos o relato da Sra. D. Maria Amélia Ferreira da Cunha, nascida em 1921, residente na rua Grande, relativamente a uma sepultura aparecida onde se situa hoje a casa da Sra. D. Graciosa Ferreira, localizada no extremo Sul da avenida do Monte das Olas. Segundo a nossa informadora, os achados ocorreram “quando a Junta começou a dar parcelas dos terrenos baldios aos habitantes mais pobres do lugar”. Durante o processo de arroteamento do monte, os novos proprietários “começaram a escavar a terra para semear e apareceu como uma sepultura com lajes de lousa. Era rectangular, com duas lousas compridas nos lados, uma na cabeceira e outra nos pés e uma tampa. No interior havia uma malga”.

Posteriormente, com o intuito de precisar o contexto cronológico-cultural do sítio, de detectar uma área de povoado conectável com a necrópole e de recolher ecofactos que permitissem contribuir para a reconstituição da paisagem e do homem na bacia do Lima, durante a Idade do Bronze, realizaram-se sondagens arqueológicas cujos resultados são o objecto deste texto.

Estes trabalhos, desenvolvidos durante o mês de Julho do ano de 2003³, inserem-se no projecto “The Entre-Douro-e-Minho landscape since middle of III to the end of II millenium BC”⁴, financiado com fundos FEDER.

2. LOCALIZAÇÃO, CONTEXTO GEOMORFOLÓGICO, AMBIENTAL E ARQUEOLÓGICO

O Monte da Ola, localiza-se no distrito de Viana do Castelo, concelho de Viana do Castelo, freguesia de Vila Fria (Fig. 1).

As coordenadas geográficas segundo a Carta Militar de Portugal na escala 1:25.000, folha 40 - são as seguintes (Fig. 2):

Latitude: 41° 39' 54" N

Longitude: 8° 46' 24" W

Altitude: 50 metros

O Monte da Ola situa-se na vertente Este de uma das colinas que pontuam a planície que se estende do Faro de Anha ao monte de Roques e do rio Lima à ribeira de Mainça, afluente da ribeira de Anha. Segundo as informações registadas e o resultado de prospecções levadas a cabo no local, o sítio arqueológico, hoje totalmente urbanizado com vivendas unifamiliares e pequenos quintais, seria delimitado pela rua do Couceiro, a Norte, a avenida do Monte das Olas, a Sul, a rua Grande, a nascente, e o largo do Monte das Olas, a poente.

³ A escavação contou com a participação de Ana Lavrador, Armando Ferreira, David Caetano e Guilhermina Cadeco, alunos da licenciatura em História - variante Arqueologia, da Universidade do Minho. O levantamento topográfico foi da responsabilidade da Câmara Municipal de Viana do Castelo. Agradecemos à Câmara Municipal de Viana do Castelo e à Junta de Freguesia de Vila Fria todo o apoio prestado à concretização das escavações.

⁴ Este projecto foi aprovado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, em 2001, com a referência 36527/99. Apresentado, no mesmo ano, ao IPA, mereceu aprovação deste organismo.

Na envolvente, já fora do perímetro urbanizado, encontramos alguns campos agrícolas, onde se cultiva milho e batata, e pequenas manchas florestadas de pinheiro bravo, destacando-se, igualmente, a Norte, sobranceiro ao IP 1, um terreno descampado onde afloram alguns rochedos graníticos com marcas de extracção de pedra⁵.

Segundo a Carta Geológica de Portugal, nº 5 A, na escala 1:50 000, o substrato rochoso da região é composto por granito alcalino de grão médio ou fino a médio.

O acesso ao Monte da Ola faz-se a partir da E.N. nº 13 tomando, ao km 61, a E.M. nº 543 para Vila Fria e cortando à direita na transversal que assinala Monte da Ola.

Na freguesia, as referências a achados arqueológicos pré-históricos são escassas. Apenas conhecemos uma publicação relativa à mamoa de Vila Fria, parcialmente escavada em 1985 e, posteriormente, destruída (SOUSA, 1989). Os dados então exumados não permitem estabelecer qualquer relação entre este monumento e a necrópole do Monte da Ola

3. METODOLOGIA

Circunscrita a área onde ocorreram os achados arqueológicos de 1929 e feito o levantamento dos espaços passíveis de serem intervencionados, atendendo aos constrangimentos causados pela urbanização do local, decidimos efectuar sondagens em três zonas do Monte da Ola (Fig. 3), o sector 1, no interior da área reconhecida, à partida, como espaço ocupado pela necrópole e os sectores 2 e 3, na envolvente próxima:

- O Sector 1 foi aberto num pequeno quintal, pertence a José Augusto Ferreira Fernandes Reis, contíguo ao sítio onde foi encontrado um recipiente cerâmico no interior de uma sepultura. O alargamento da escavação para NE. veio a ocupar o quintal vizinho pertencente a Manuel Dias Gonçalves Nunes.

Por nos parecer ser o local mais favorável à detecção do nível de ocupação arqueológica, atendendo à proximidade de uma das sepulturas cartografadas com maior precisão⁶, decidimos concentrar, aqui, os nossos esforços. A abertura de doze quadrados (Y'0, Y'-1, C9, E4, E5, F4, F5, F8, F9, J7, O8, e P8) teve, pois, como finalidade obter dados para uma melhor contextualização cronológico-cultural do material exumado em 1929, assim como recolher elementos passíveis de contribuir para a reconstituição paleo-ambiental da época em que o homem pré-histórico ocupou este local.

- O Sector 2 foi aberto no quintal da casa nº 43 da avenida do Monte das Olas, pertencente a António Ferreira Reis. O terreno, com uma ligeira pendente, situa-se a cerca de 40 metros a E. do sector 1.

Os três quadrados abertos (D5, H5 e H6) destinavam-se a comprovar se tinha havido ocupação para esta vertente do outeiro, exposta a nascente e mais próxima de uma linha de água que desce do lado Norte.

- O Sector 3 foi intervencionado no interior de uma pequena propriedade, cerrada por muros de granito, pertencente à Sra. D. Graciosa Ferreira, com entrada pelo nº 12 da rua Grande. O terreno, bordejado por vinha de enforcado, com fruteiras variadas e utilizado para o cultivo de batata e cereais, situa-se a cerca de 55 metros para NNE. do sector 1.

Os dois quadrados abertos (A1 e B1) destinavam-se a comprovar se a ocupação do Monte da Ola se estendia até este local, atendendo à sua posição no enfiamento da área onde haviam ocorrido os achados de 1929.

⁵ A prospecção de campo alargou-se a estas áreas mas revelou-se infrutífera.

⁶ Segundo informação corroborada por diversas pessoas.

Os quadrados de 1 x 1m, foram integrados numa malha orientada ao Norte magnético.

O ponto "0" de topografia do sector 1 situa-se no rebordo do canteiro, no cunhal junto à eira, do quintal do Sr. José Augusto Ferreira Fernandes Reis.

A decapagem processou-se por camadas naturais.

Todos os perfis foram desenhados e fotografados.

Os fragmentos cerâmicos foram posicionados nas três variáveis, x, y e z.

Os sedimentos provenientes de uma lenticula designada de camada 1a (Quad. C9, O8 e P8) foram crivados a seco, com crivos de malha muito fina, com o objectivo de se recolherem ecofactos.

O material proveniente da escavação, depois de lavado e marcado, deu entrada no Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Viana do Castelo.

De uma amostra de ecofactos foram retirados carvões para datação radiométrica. Esta foi efectuada no Laboratório Beta Analytic Inc., de Miami (USA). Os restantes carvões foram enviados para análises de antracologia, a cargo de Isabel Figueiral, do Centre de Bio-Archéologie et de Biologie da Universidade de Montpellier II.

4. ESCAVAÇÃO

4.1. Sector 1

4.1.1. Estratigrafia

A estratigrafia deste sector apresenta-se distinta nos vários quadrados, motivo pelo qual será apresentada de forma parcial.

Estratigrafia dos quadrados Y'0 e Y'-1 (Fig. 6):

Camada 0 - Terra castanha escuro, homogénea, bastante arenosa, medianamente compacta, com raízes esparsas.

Camada 1 - Terra amarela, de grande compacidade, saibrenta. Apenas detectada nestes quadrados, corresponde a um nível de saibro, retirado da escavação de um poço que abastece de água a habitação, espalhado e compactado neste sector do quintal.

Camada 2 - Terra castanha acinzentada, heterogénea, de pouca compacidade, areno-limosa (mais arenosa que limosa), com muitas raízes, alguns calhaus de quartzo de pequeno e médio porte, plásticos, latas, ossos de animais e fragmentos de tijolo, telha e cerâmica de época contemporânea. Camada humosa.

Camada 3 - Terra castanha clara, de grande compacidade, arenosa. Camada pouco espessa, descontínua, circunscreve-se ao quadrante SSO. do quadrado Y'-1, devendo corresponder ao chão anterior à utilização do local como terreno agrícola.

Camada 4 - Terra castanha, heterogénea, com bolsas amarelas, areno-limosa, de mediana compacidade, com muitas raízes de videira. Estéril.

Camada 5 - Arena granítica.

Estratigrafia dos quadrados E4, E5, F4 e F5 (Fig. 7):

Camada 0 - Terra castanha escura, homogénea, de compacidade média, areno-limosa (mais arenosa que limosa), com raízes esparsas, carvões, fragmentos de vidro e de cerâmica de época contemporânea.

Camada 1 - Terra castanha, de matriz alaranjada, heterogénea, de compacidade reduzida, areno-limosa (mais arenosa que limosa), com calhaus de quartzo, de pequeno e médio porte, e alguns carvões dispersos. No quadrado F4, encontra-se um veio de quartzo com palhetas de mica branca de grande calibre.

Camada 2 - Arena granítica.

Estratigrafia dos quadrados C9, F8, F9, J7, O8 e P8 (Figs. 4, 5, 8 e 10):

Camada 0 - Terra castanha escura, homogénea, de pouca compacidade, areno-limosa (mais limosa que arenosa), com muitas raízes, alguns calhaus de quartzo de pequeno e médio porte e fragmentos de cerâmica de época contemporânea. Camada humosa bastante espessa.

Camada 1 – Terra castanha, heterogénea, de compacidade média, areno-limosa, com algumas raízes, calhaus de pequeno e médio porte e carvões raros.

Camada 1a - Camada onde se inscreve o nível arqueológico, materializado numa lenticula mais escura e compacta que a anterior, apenas perceptível nos quadrados C9, O8 e P8. Desenvolve-se entre as cotas -128/-134, no quadrado C9, e -144/-154, nos quadrados O8 e P8.

Camada 2 – Arena granítica.

4.1.2. Estruturas

Na camada 1 dos quadrados O8 e P8 foi aberta uma vala (fossa 1) para enterramento de um animal (Fig. 9).

Na camada 1 do quadrado Y'0 abriu-se uma vala, quadrangular, para colocação de um esteio de vinha e no quadrado Y'-1, na mesma camada, uma fossa de contorno circular para plantio de vinha.

Na camada 1a não foram detectadas estruturas.

4.1.3. Espólio

Cerâmico

A cerâmica pré-histórica, exumada na camada 1 e 1a, é de fabrico manual, cor castanha escura, pasta arenosa com desengordurantes de quartzo e de feldspato, apresentando, por vezes, alguma mica. As pastas são de textura mediana e grosseira e as cozeduras, redutoras, são de boa ou média qualidade. O acabamento é alisado, se bem que num exemplar a superfície esteja corroída. Dois fragmentos do quadrado C9 mostram acabamento polido. A cerâmica é lisa, com excepção de um dos exemplares que apresenta decoração plástica materializada em um mamilo de contorno ovalado (Fig. 14). Apenas o exemplar com decoração pertence a um bordo indeterminado.

Distribuição dos fragmentos encontrados nas camadas 1 e 1a:

NÚMERO	QUADRADO	COTA	OBS.
OLA03S1/C9(1)	C9	-128	Polido
OLA03S1/C9(1)	C9	-131	Alisado
OLA03S1/C9(1a)	C9	-134	Polido (bordo com mamilo)
OLA03S1/J7(1)	J7	-147	Alisado
OLA03S1/O8(1)	O8	-149	Corroído

Ecofactos

Apenas foram detectados carvões dispersos na camada. A crivagem não revelou sementes.

4.2. Sector 2

4.2.1. Estratigrafia

A estratigrafia deste sector apresentava as seguintes características (Figs. 11 e 12).

Camada 0 - Terra negra, heterogénea, de grande compacidade, muito limosa, com muitas raízes e carvões dispersos. Corresponde à camada humosa, muito espessa.

Camada 1 - Terra castanha escura, arenosa-limosa, algo compacta, com mistura de arena granítica. Estéril.

Camada 2 – Arena granítica.

4.2.2. Estruturas

Não foram detectadas quaisquer estruturas.

4.2.3. Espólio

Nos três quadrados escavados, apenas se exumaram, na camada 0, fragmentos de telha e de cerâmica de época contemporânea.

4.3. Sector 3

4.3.1. Estratigrafia

A estratigrafia deste sector apresenta as seguintes características (Fig. 13):

Camada 0 – Terra castanha, heterogénea, pouco compacta, areno-limosa, com muitas raízes. Camada humosa.

Camada 1 – Arena granítica.

4.3.2. Estruturas

Não foram detectadas quaisquer estruturas.

4.3.3. Espólio

Apenas ocorreram alguns fragmentos de cerâmica de época contemporânea.

5. DATAS DE RADIOCARBONO

Esta data resulta de carvões exumados da camada 1a do quadrado C9, Sector 1. A curva de calibração usada foi a de M Stuiver *et alii* (1998).

Ref. Laboratório	Proveniência	Data BP	Cal. BC (1 sigma)	Cal. BC (2 sigma)
Beta-188258	MTO/03-QC9C1	2890±40	1120-1000	1205-940

Como se pode verificar pelo resultado da amostra Beta – 188258, teria existido no Monte da Ola uma ocupação entre os finais do séc. XIII e os meados do séc. X AC. Esta data afigura-se-nos aceitável para o contexto que se pretende datar.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as escavações não tenham revelado quaisquer estruturas de enterramento, os diversos testemunhos orais recolhidos parece não deixarem dúvidas quanto à existência, neste local, de uma necrópole de inumação, com diversas sepulturas de planta rectangular estruturadas e tapadas com lajes de xisto, contendo, cada uma delas, um pequeno recipiente de cerâmica, no seu interior. Assim, é possível que o nível de ocupação/abandono, detectado nos quadrados C9, O8 e P8, se possa relacionar com a utilização da necrópole descoberta nos finais da década de 1920.

Em relação à hipótese de trabalho, previamente colocada, de que o povoado, ocupado pela comunidade que utilizou a necrópole, poderia estar na envolvente, não pôde ser confirmada, face aos resultados das escavações dos sectores 2 e 3.

Sepulturas planas, de forma rectangular, revestidas de lajes e sem *tumulus*, com vasos de largo bordo horizontal são conhecidas, essencialmente, no litoral. Entre estas destacamos as do Alto da Vela/Gulpilhares (Vila Nova de Gaia) (FORTES 1909; SILVA & GOMES 1993: 256, 268), as de Belinho (Esposende) e as de Agra de Antas (Esposende) (ATAÍDE & TEIXEIRA 1940), datadas de 1400-1120 AC (95.4%), segundo a média ponderada de duas datas de radiocarbono (CRUZ & GONÇALVES 1998-1999: 7; BETTENCOURT 1999, 2003).

Tendo em consideração as referências cronológicas disponíveis para Agra de Antas e relevando as características da necrópole e do espólio do Monte da Ola admitimos a sua integração no II milénio AC, mais concretamente, entre os finais do séc. XIII e os meados do séc. XI AC.

BIBLIOGRAFIA

- ATAÍDE, A. & TEIXEIRA, C. (1940). A necrópole e o esqueleto de S. Paio de Antas e o problema dos vasos de largo bordo horizontal, *Actas do 1º Congresso do Mundo Português*, Lisboa, pp. 669-692.
- BETTENCOURT, A.M. S. (1999). *A Paisagem e o Homem na bacia do Cávado durante o II e o I milénios AC*, 5 vols (Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho, na área de Pré-História e História Antiga – policopiada).
- BETTENCOURT, A.M. S. (2003). Plant and animal husbandry in the second millennium BC in Northern Portugal, *Journal of Iberian Archaeology*, 5, ADECAP, pp. 199-202.
- BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES, Sumário das Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica, vol. I (3), 1932, Lisboa, pp. 51-52.
- CRUZ, D. J. & GONÇALVES, A.A.H.B. (1998-1999). A necrópole de “Agra de Antas” (S. Paio de Antas, Esposende, Braga), *Portugália*, Nova Série, vol. XIX-XX, Porto, pp. 5-27.
- FERREIRA, O. V. (1971). Algumas considerações sobre Portugal, *Arqueologia e História*, 3, Lisboa, pp. 9-20.
- FORTES, J. (1909). Gaya no passado, *Mea Villa de Gaya*, Ed. Guia Ilustrado de Portugal, Porto, pp. 9-28.
- PAÇO, A. (1933). Vaso de bordo horizontal, de Vila Fria, *Homenagem a Martins Sarmiento*, Guimarães, pp. 272-276.
- SILVA, A. C. F. & GOMES M. V. (1993). *Proto-História de Portugal*, Ed. Universidade Aberta - 57, Lisboa.
- SOEIRO, T. (1988). A propósito de quatro necrópoles proto-históricas do concelho de Esposende, *Actas do Colóquio Manuel de Boaventura – 1985. Arqueologia*, vol. II, Esposende, pp. 35-62.
- SOUSA, O. (1989). Relatório da escavação de emergência na mamoa de Vila Fria – Viana do Castelo, *Cadernos Vianenses*, 11, Viana do Castelo, pp. 111-116.
- STUIVER, M.; REIMER, P.J.; BARD, E.; BECK, J.W.; BURR, G.S.; HUGHEN, K.A.; KROMER, B.; CORMAC, G.Mc; VAN DER PLICHT, J. & SPURK, M. (1998). INTCAL 98 Radiocarbon Age Calibration, 24000 – 0 cal BP, *Radiocarbon*, 40 (3), pp. 1041-1084.

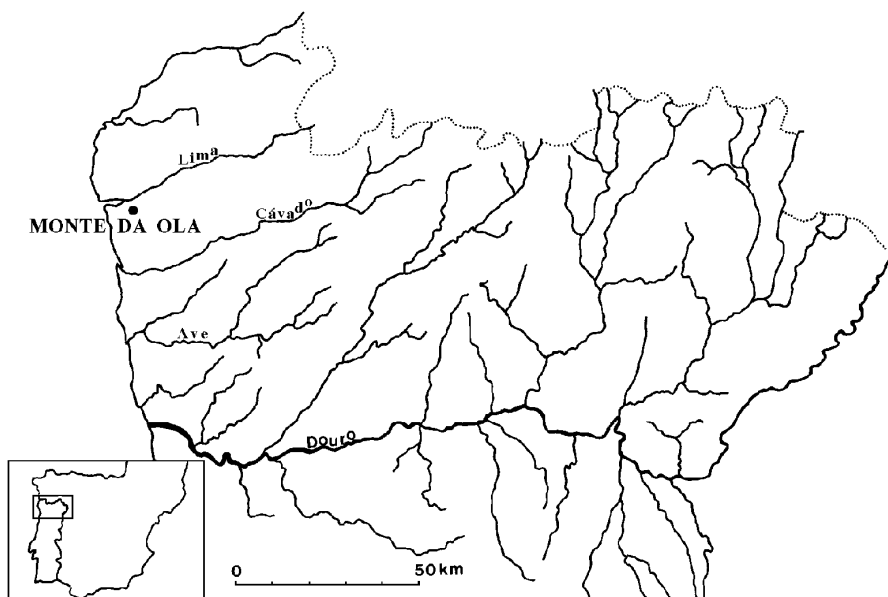


Fig. 1 – Localização do Monte da Ola na Península Ibérica e Norte de Portugal.

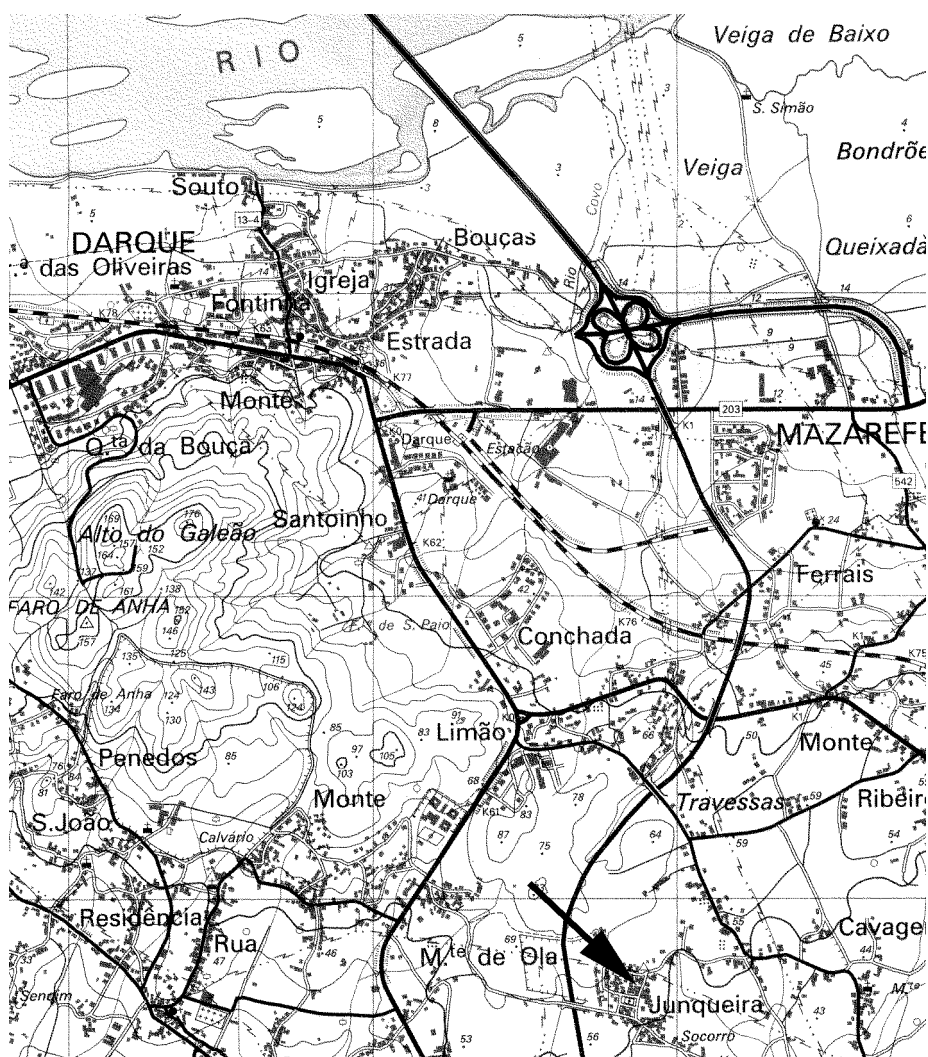


Fig. 2 – Localização do Monte da Ola na C.M.P., esc. 1:25 000.

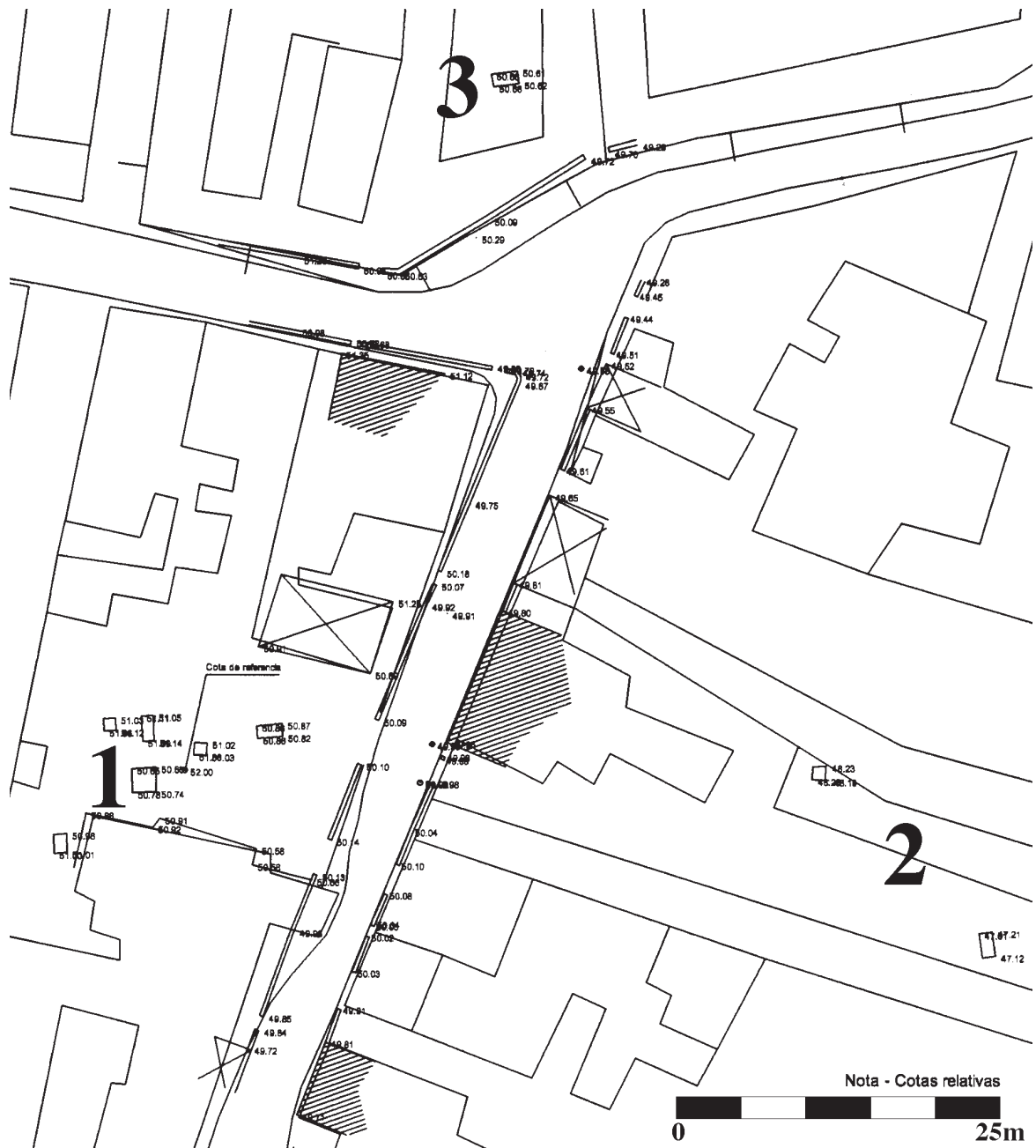


Fig. 3 – Levantamento topográfico do Monte da Ola. Os números situam os sectores intervencionados.

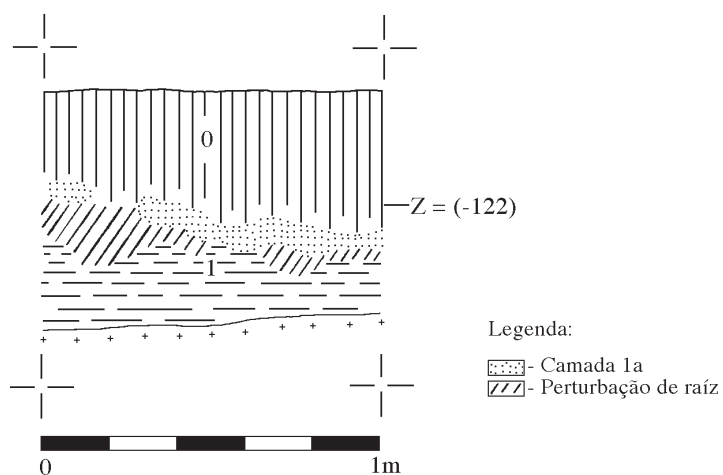


Fig. 4 – Sector 1, quadrado C9. Perfil Norte.

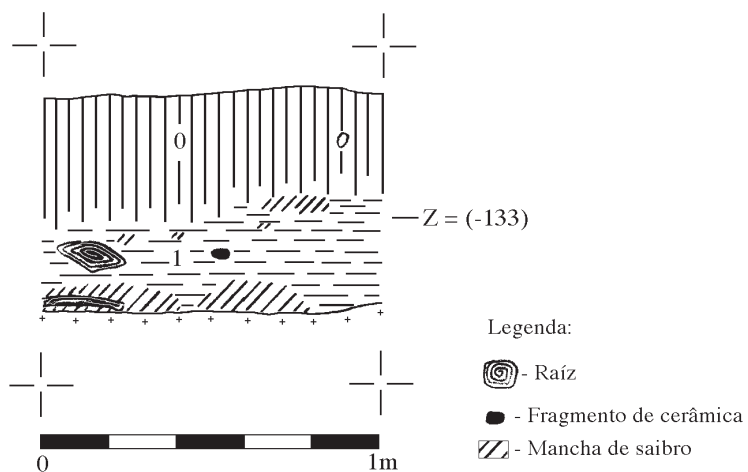


Fig. 5 – Sector 1, quadrado J7. Perfil Sul.

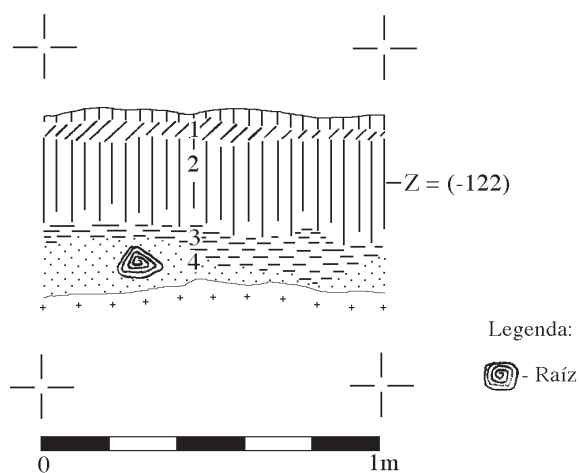
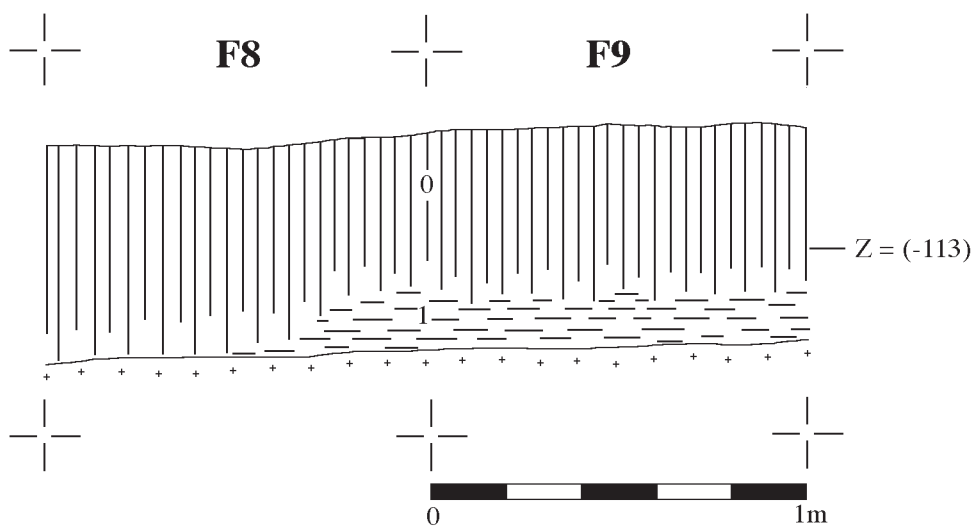
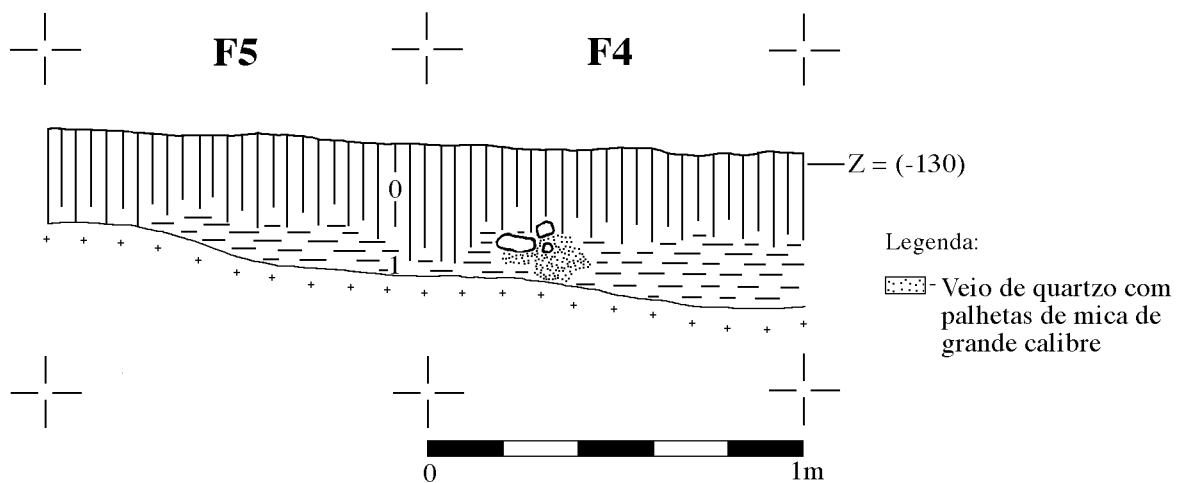


Fig. 6 – Sector 1, quadrado Y'-1. Perfil Sul.



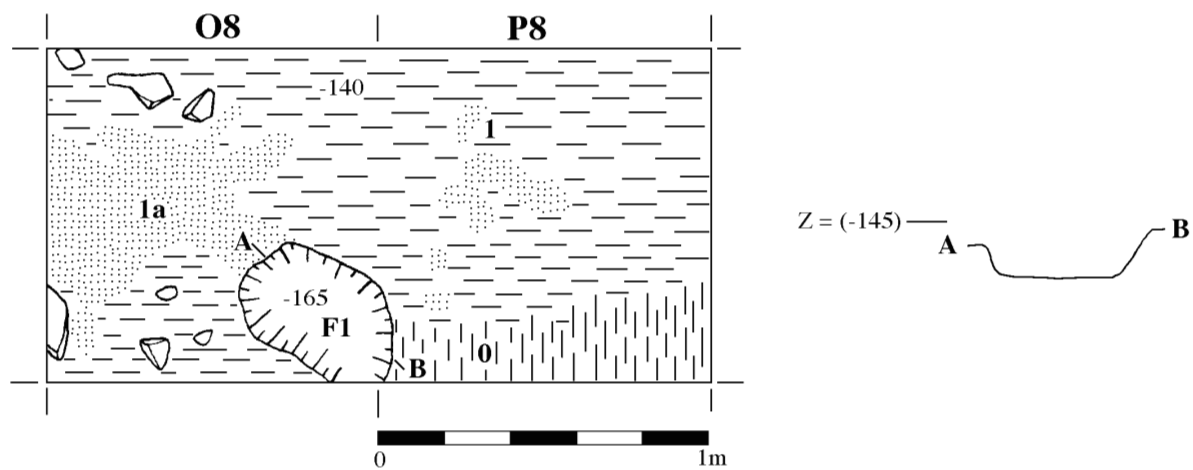


Fig. 9 – Sector 1, quadrados O8, P8. Plano e secção da fossa 1.

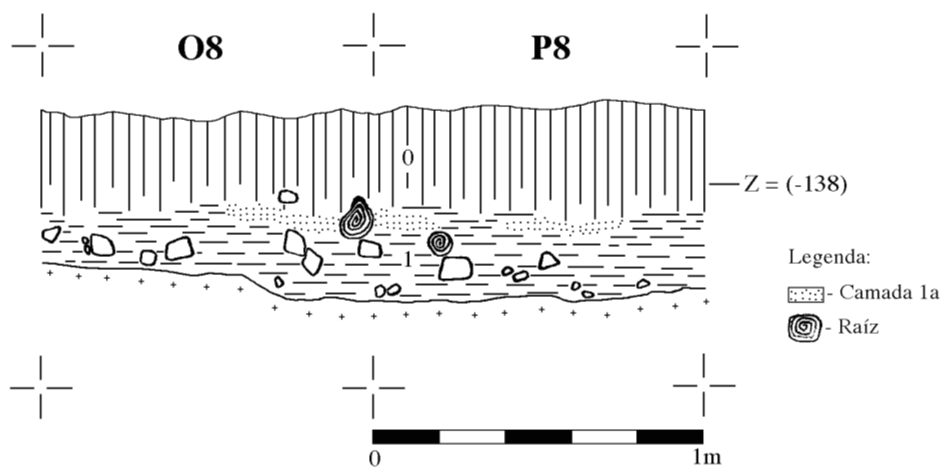


Fig. 10 – Sector 1, quadrados O8, P8. Perfil Norte.

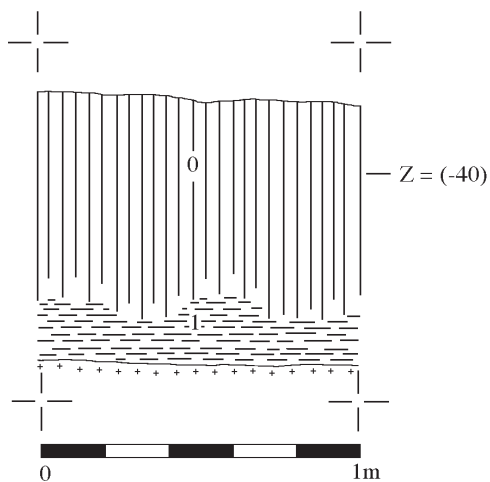


Fig. 11 – Sector 2, quadrado D5. Perfil Norte.

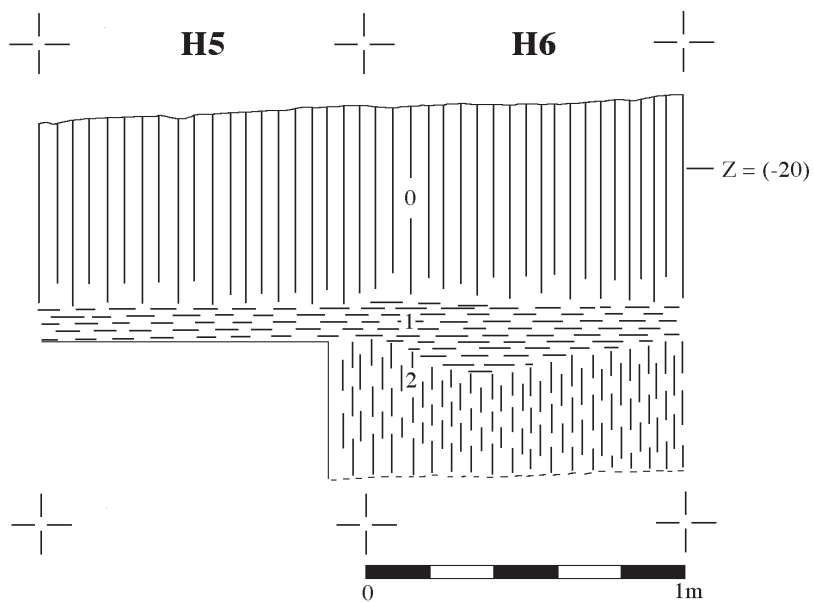


Fig. 12 – Sector 2, quadrados H5, H6. Perfil Oeste.

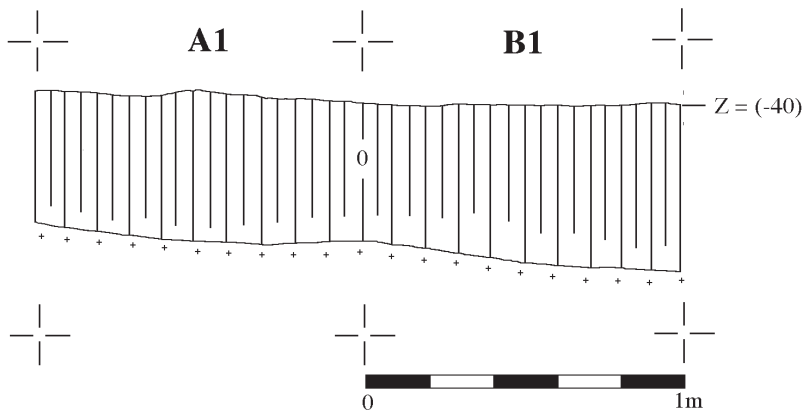


Fig. 13 – Sector 3, quadrados A1, B1. Perfil Norte.

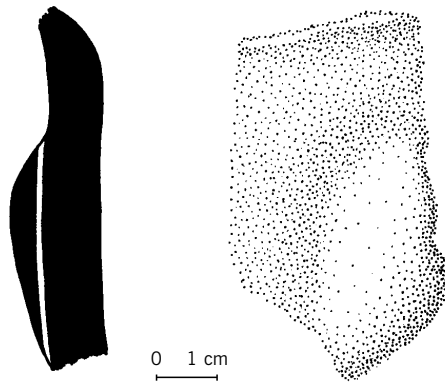


Fig. 14 – Fragmento de bordo com lábio fracturado, encontrado no quadrado C9. Possui decoração plástica em forma de mamilo oval, disposto obliquamente (desenho de Dores Pires).

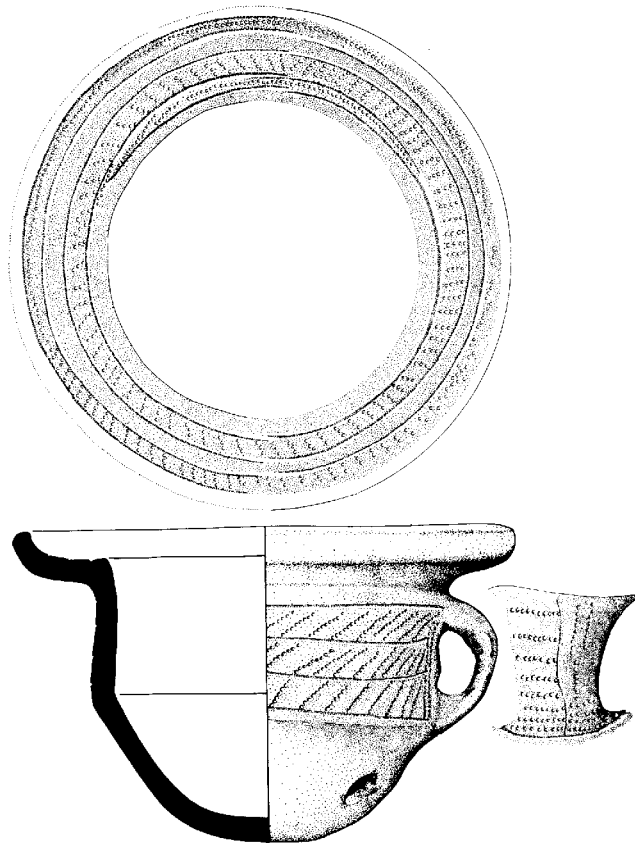


Fig. 15 – Vaso do Monte da Ola – Museu Municipal de Viana do Castelo (Soeiro, 1988: Fig. XII). Esc. 1:3.



Fig. 16 – Vista poente do Monte da Ola. A seta aponta a área dos achados arqueológicos.



Fig. 17 – Vista geral do sector 1, antes da escavação. A seta aponta o local do quadrado C9.

A Estação Arqueológica das Boucinhas, Regueira, Vitorino de Piães, Ponte de Lima (Norte de Portugal)

Ana M.S. Bettencourt¹, António P. Dinis², Andreia Silva, André Mota Veiga, Emanuel Ribeiro, Hugo Cardoso, Luciano Vilas Boas & Maria João Amorim³

ABSTRACT:

The article presents some of the results from the archaeological diggings, surveyed in July of 2003, in the archaeological site of Boucinhas, in the parish of Vitorino de Piães, municipality of Ponte de Lima. These studies were made in the interdisciplinary research project “The Entre-Douro-e-Minho landscape since middle of III to the end of II millenium BC”.

0. INTRODUÇÃO

Os achados arqueológicos nas Boucinhas ocorreram em 1989 quando o Sr. Francisco Dantas Viana surribava a vertente norte de um pequeno outeiro existente na sua propriedade. Após uma primeira notícia (ALMEIDA *et alii*, 1994), o local permaneceu, até hoje, como zona de fruição agrícola. O espólio então encontrado e composto por alguns recipientes cerâmicos foi depositado no Museu dos Terceiros encontrando-se, actualmente, em exposição na Casa dos Marqueses de Ponte de Lima.

No âmbito do projecto “The Entre-Douro-e-Minho landscape since middle of III to the end of II millenium BC”, aprovado e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, em 2001, com a referência 36527/99 e fundos FEDER, realizámos escavações arqueológicas neste local⁴, com os objectivos de precisarmos, em termos cronológico-culturais, os achados de 1989 e de recolhermos

¹ Prof. Auxiliar da Universidade do Minho.

² Mestre em Arqueologia pela Universidade do Porto.

³ Finalistas da licenciatura em História-Variante Arqueologia da Universidade do Minho que estudaram, na íntegra, esta estação no âmbito da disciplina de Seminário.

⁴ Os trabalhos decorreram na primeira quinzena de Julho de 2003 com a participação de Alcina Costa, Ana Lavrador, Armando Ferreira, Daniela Marques, David Caetano, Elisabete Pereira, Guilhermina Cadeco, Joana Abreu, João Ribeiro, João Silva, José Machado, Luís Loureiro, Patrícia Leite e Rafaela Silva, alunos da licenciatura em História – variante Arqueologia da Universidade do Minho. As escavações contaram com o apoio da Câmara Municipal de Ponte de Lima e da Junta de freguesia de Vitorino de Piães.

ecofactos passíveis de fornecerem dados para a reconstituição paleoambiental da área ocupada pelas populações pré-históricas.

1. LOCALIZAÇÃO, CONTEXTO GEOMORFOLÓGICO E AMBIENTAL

O sítio das Boucinhas localiza-se no distrito de Viana do Castelo, concelho de Ponte de Lima, freguesia de Vitorino de Piães, lugar da Regueira (Figs. 1 e 2) e corresponde à vertente norte de um outeiro de baixa altitude, denominada por Montinho. As vertentes deste outeiro são suaves em todos os sentidos e ficam sobranceiras a pequenos vales onde corre a ribeira de Garantau que, nascendo na vertente sul da serra da Nó, irá alimentar a de Nevoinho que desagua no Neiva.

Segundo a Carta Geológica de Portugal, na escala 1:50 000, n. 5-A, o substrato rochoso da região é composto por corneanas, xistos andaluzíticos, xistos granatíferos, xistos luzentes, etc. que apenas afloram à superfície na plataforma superior. A cerca de 3Km para nor-nordeste ocorrem minas de volfrâmio e, sensivelmente à mesma distância, para oeste e noroeste, existem minas de estanho.

Os solos são de origem antrópica e profundamente alterados.

A área é parcialmente urbanizada e agricultada. O sistema agrícola dominante é a policultura com milho, batatas, couves e oliveiras. Nas cercanias ocorrem eucaliptos e pinheiros de introdução recente.

As coordenadas geográficas segundo a Carta Militar de Portugal na escala 1:25 000, folha 41 - são as seguintes:

Latitude: 41° 40' 57" N

Longitude: 8° 35' 49" W

Altitude máxima: 152m.

O acesso faz-se pela estrada municipal que liga Vitorino de Piães a Cabaços (Fig. 2).

2. CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

São escassas as referências arqueológicas relacionáveis com a pré-história recente ou a proto-história antiga, no local. Há a registar a descoberta de vestígios habitualmente relacionados com a Idade do Bronze. Referimo-nos às gravuras rupestres, de temática geométrica e inseríveis na Arte Atlântica, existentes nos afloramentos graníticos do lugar de S. Pedro, um outeiro situado a algumas centenas de metros para norte das Boucinhas (MACIEL, 2003).

Apesar das evidências destes períodos estarem pouco representadas a área que compreende a freguesia de Vitorino de Piães, apresenta uma riqueza arqueológica considerável. De facto, conhecem-se nas vertentes da serra da Padela, a poente, e da Serra da Nó, a norte das Boucinhas, os povoados da Idade do Ferro de Valadas, Trás-Cidade, Crasto, S. Simão e Sabugueiro (MACIEL, 2003). Diversos vestígios de época romana identificados nesta região apontam para uma efectiva ocupação das zonas de meia-encosta e de vales, motivada pela procura de melhores solos agrícolas (ALMEIDA *et alii*, 1994). A ocupação antrópica ter-se-á prolongado pela Alta Idade Média, já que foram identificados diversos vestígios deste período.

3. ESCAVAÇÃO

3.1. Metodologia

Tendo em atenção os objectivos previamente equacionados, foram definidas três zonas de escavação que denominámos de sectores 1, 2 e 3 (Figs. 3 e 4).

Os sectores 1 e 3 foram abertos na plataforma superior que, por definir uma zona aplanada, possuía as características apropriadas para suportar uma ocupação. Foi, assim, escavada uma área de 22 m², no

sector 1, no interior de um recinto natural, delimitado por afloramentos graníticos. Aí, intervencionámos em duas valas de sondagens orientadas nos sentidos Norte-Sul e Este-Oeste.

No sector 3 fez-se apenas uma pequena sondagem (1 m²).

A maior área escavada foi a do sector 2, com 90 m². Situou-se na vertente Norte e, por ser a zona que correspondia ao aparecimento dos vasos e das fossas abertas no saibro, a sua escavação impunha-se para definir o contexto cronológico-cultural dos achados, assim como para definir o tipo de ocupação e a existência de estruturas que permitissem determinar a funcionalidade do sítio.

A malha quadricular utilizada foi a de 1 m², orientada pelo Norte Magnético, referenciada por letras, no sentido Sul/Norte e por algarismos árabes, no sentido Oeste/Este.

A escavação processou-se por camadas naturais, controlados por níveis artificiais de 10 em 10 cm. As terras das fossas e das zonas onde se suspeitou a existência de pavimentos foram fluuadas para a detecção de sementes ou de outros ecofactos.

Todos os quadrados foram escavados até à rocha base. A identificação das camadas, com algarismos árabes, efectuou-se de cima para baixo.

Os desenhos de campo pretenderam dar o registo planimétrico e seccional da escavação, à escala 1:20.

Os fragmentos cerâmicos associados a estruturas, bem como os materiais metálicos, líticos e concentrações de ecofactos foram posicionados nas três variáveis, x, y e z.

Foi, igualmente, efectuado um registo fotográfico, em suporte convencional e digital.

O ponto "0" de topografia dos sectores 1 e 3 situou-se na parte mais alta de um afloramento aplanado e localizado a oeste da malha quadricular do sector 1, onde foi gravada uma cruz. O ponto "0" do sector 2 localizou-se a sudeste da malha quadricular deste local, sobre a tampa de cimento do tanque de água aí existente.

O espólio foi lavado e marcado no local, sendo as peças mais significativas desenhadas e fotografadas. Este deu entrada, provisoriamente, no Museu D. Diogo de Sousa, em Braga, seguindo, posteriormente, para a Câmara Municipal Ponte de Lima.

O estudo cerâmico baseou-se na tabela formal de A.M.S. Bettencourt (2000a).

Os ecofactos foram enviados para análises de antracologia e carpologia, a efectuar por Isabel Figueiral, do Instituto Botânico da Universidade de Montpellier II. Dos ecofactos foram retiradas amostras para datação de radiocarbono, duas das quais já foram realizadas no laboratório Beta Analytic Inc., Miami, USA, tendo sido uma outra enviada para o laboratório de C₁₄ da Universidade do Arizona, USA.

3.2. O processo de escavação

3.2.1. Sector 1

3.2.1.1. Estratigrafia

Foram identificadas apenas três camadas, ambas de espessura reduzida (Fig. 5).

Camada 0 – terra de matriz castanha escura, embora com manchas mais claras. É areno-limosa (mais limosa), nada compacta, com calhaus de pequeno porte, raízes e carvões esparsos. Camada humosa.

Camada 0' – idêntica à anterior mas de maior compacidade. É parcial.

Camada 1 – camada geológica, de cor amarelada correspondente à alteração da rocha de base = alterite.

3.2.1.2. Estruturas

Não foram encontradas estruturas arqueológicas relacionadas com os achados de 1989. Apenas detectámos uma pequena fossa aberta na camada 0 e na alterite. No seu interior detectámos pedras

dispostas em cunha, de pequeno e médio calibre. Esta estrutura, de contorno sub-circular e secção em U, continha um vaso de cerâmica de época histórica. Estava implantada nos quadrados E6 e F6 e foi denominada de fossa 1 (DINIS & BETTENCOURT, 2005).

3.2.1.3. Espólio

O espólio da camada 0 era composto maioritariamente por fragmentos cerâmicos de época histórica e por dois fragmentos de fabrico manual, pasta arenosa e cozedura redutora, inseríveis na Idade do Bronze. De salientar o achado de um vaso de louça preta de época histórica, encontrado na fossa 1 dos quadrados E6 e F6, em vias de publicação.

3.2.2. Sector 2

3.2.2.1. Estratigrafia

As camadas estratigráficas encontradas registavam as seguintes características (Figs. 6 e 7):

Camada 0 - terra de matriz castanha-escura, homogénea mas bastante irregular quanto à sua espessura pois em alguns quadrados, após a decapagem do coberto vegetal, atingia-se de imediato a alterite. Camada humosa.

Camada 1 - terra de matriz castanha, sendo no entanto mais clara do que a camada anterior, heterogénea, manifestando manchas mais claras e manchas mais escuras. Camada relacionada com actividades agrícolas.

Camada 2 - terra de matriz castanha-clara, por vezes também alaranjada, areno-limosa, de mediana compactidade, com algumas radículas. Esta camada era pouco espessa mas revelava derrubes de estruturas arqueológicas, perecíveis, em alguns quadrados. Camada de ocupação/abandono.

Camada 4 - Alterite.

3.2.2.1.1. Estratigrafia interna das fossas 1, 2 e 3:

Fossa 1 (Quad. C5, C6, D5, D6, E5 e E6) (Fig. 8)

Camada 1 - terra de matriz castanha, sendo no entanto mais clara do que a camada anterior, heterogénea, manifestando manchas mais claras e manchas mais escuras.

Camada 2a - terra de matriz castanha por vezes de tom alaranjado, heterogénea, de média compactidade, com radículas e alguns pequenos carvões dispersos.

Fossa 2 (Quad. G4, G5, H4, H5, I4 e I5) (Fig. 9)

Camada 2a - terra de matriz castanha por vezes de tom alaranjado, heterogénea, de média compactidade, com radículas, alguns pequenos carvões dispersos e pequenas concentrações de carvões.

Camada 2a' - terra negra com grande concentração de carvão.

Camada 2b - terra heterogénea, de matriz castanha, mas com manchas avermelhadas e amareladas, medianamente compacta, com algumas radículas, carvões e escassas pedras de médio porte.

Fossa 3 (Quad. G4, G5, F4 e F5) (Fig. 6)

Camada 3 - terra castanha escura, areno-limosa, pouco compacta, principalmente na área de maior acumulação de pedras. Os calhaus e os blocos que compõem a camada encontram-se, por vezes, fumigados. No topo registou-se uma lenticula de saibro que tapava, parcialmente, a área da fossa.

3.2.2.2. Estruturas

Na camada 1, atingindo, frequentemente, a alterite, foram abertas várias fossas para plantação de videiras.

Na camada 2 detectaram-se três fossas (fossa 1, fossa 2 e fossa 3), cinco possíveis buracos de poste e restos de dois pavimentos argilosos.

A fossa 1 registou-se nos quadrados C5, C6, D5, D6, E5 e E6. Era de contorno sub-circular e apresentava secção ovóide. O seu enchimento original foi perturbado, em parte, pela camada 1.

A fossa 2 estava implantada nos quadrados G4, G5, H4, H5, I4 e I5. Tinha um contorno alongado, com estreitamento a meio, resultante da junção de duas fossas.

A fossa 3 foi descoberta nos quadrados F4, F5, G4 e G5. Era uma estrutura sensivelmente oval, cortada no saibro e na camada 2. Foi parcialmente perturbada por uma vala para a colocação de canos de água e por uma raiz de pinheiro.

Resquícios de um primeiro pavimento detectaram-se nos quadrados G3 e H3.

O segundo pavimento distribuía-se pelos quadrados F4, G3, G4, H3 e H4. Era argiloso e compacto, em alguns locais. Nos quadrados H3 e H4 era apenas vestigial. Os eventuais buracos de poste localizam-se, igualmente, por esta área. Correspondiam a pequenas depressões abertas na alterite, sensivelmente circulares, com enchimento de terra castanha, homogénea.

3.2.2.3. Espólio

O espólio das camadas que constituem este sector corresponde a 347 fragmentos cerâmicos, 13 líticos, 1 objecto metálico e alguns ecofactos.

3.2.2.3.1. Cerâmico

Na *camada 0* foram encontrados 139 fragmentos cerâmicos, 1 vidro, 1 lítico e um objecto metálico. Dos fragmentos cerâmicos 104 são históricos e os restantes 35 são pré-históricos. Entre estes destacam-se 4 fragmentos de pança com decoração plástica em forma de cordão horizontal. Registam-se, também, 2 bases de fundo plano simples. As cerâmicas pré-históricas caracterizam-se, na sua generalidade, por terem texturas grosseiras, pastas arenosas, fabricos manuais e cozeduras reductoras. O seu acabamento interno e externo era, de uma forma geral, alisado e, por vezes, corroído.

O espólio da *camada 1* corresponde a 123 fragmentos cerâmicos (76 históricos e 47 pré-históricos) assim como a alguns líticos.

Em relação à olaria de época mais recente destacam-se alguns fragmentos de tégula e de cerâmica cinzenta, por vezes com vestígios acentuados de roda baixa que Luís Fontes atribuiu ao período tardo-romano alto-medieval, através de paralelos com cerâmica encontrada no Castelo do Lindoso (Ponte da Barca), em S. Martinho de Dume (Braga), na Sé de Braga e no Monte Faria (Barcelos). Também foi exumada uma base de uma tigela, provavelmente do Baixo-Império, segundo Manuela Delgado⁵.

As cerâmicas mais antigas caracterizam-se por serem de fabrico manual e cozedura reductora. Apresentam pastas arenosas, por vezes com alguma mica, e texturas grosseiras. O acabamento externo e interno é alisado, embora existam peças polidas. As cores variam entre os vários tons de castanho e laranja. Entre a louça pré-histórica há a destacar 2 fragmentos de asas de fita, de secção sub-rectangular (Fig. 13) e 3 bordos. Um deles é vertical e de lábio horizontal. Um outro é esvasado, de lábio arredondado, com um colo muito pouco acentuado, de acabamento alisado e contendo alguns resíduos de fuligem. O último bordo caracteriza-se por ser reentrante, de lábio arredondado e de acabamento alisado.

Os fragmentos cerâmicos da *camada 2* são em número de 34. Deste conjunto, 13 são de época histórica e deverão considerar-se intrusões. Os restantes 21 são pré-históricos.

Registam-se 2 bordos. Um deles é esvasado, de lábio sub-rectangular, com decoração plástica no início da pança. Corresponde à forma 7 de A.M.S. Bettencourt (2000a) (Fig. 12).

⁵ Agradecemos a estes dois investigadores as informações prestadas.

Deste conjunto salientamos, ainda, 5 panças com decoração plástica em forma de cordões horizontais e curvos (Fig. 12). Há, também, restos de matéria orgânica numa pança.

Na camada 1, que corresponde a uma intrusão recente, no interior da *fossa 1* detectámos 12 fragmentos cerâmicos, 4 deles pré-históricos e 8 tardo-romanos ou alto-medievais. Os fragmentos pré-históricos correspondiam a panças, duas delas com aplicações de cordões horizontais. Na camada 2a, registámos 11 fragmentos cerâmicos de pasta arenosa, textura grosseira, de fabrico manual e cozedura redutora. O acabamento externo e interno varia entre o alisado, o polido e o corroído. As cores diversificam-se entre os castanhos e os alaranjados, embora algumas peças apresentem resíduos de fuligem. Alguns fragmentos possuem, como desengordurante, um colorante vermelho, o que lhes confere um tom avermelhado ou alaranjado. Entre estes fragmentos, de cronologia pré-histórica, destacamos um bordo esvasado, uma base de fundo plano simples, com cerca de 20cm de diâmetro (Fig. 13), e duas panças com decoração plástica, com cordões horizontais.

Na *fossa 2*, camada 2a, 2a' e 2b, o espólio exumado era constituído por 18 fragmentos cerâmicos pré-históricos. Entre estes registámos 2 bordos, um dos quais ligeiramente esvasado e o outro vertical, de lábio horizontal. Surgiu, também, 1 fragmento de colo, com asa, e 2 asas, ambas com secções sub-rectangulares (Fig. 13). Das 14 panças, 2 têm decorações plásticas (cordão horizontal) e 1 decoração incisa e impressa (Fig. 13). Há, também, 4 panças com fuligem interna e externa.

Na *fossa 3*, camada 3 recolheram-se vários fragmentos de 2 vasos incompletos que passaremos a descrever:

Vaso 1 (Fig. 14.1):

Vaso de fabrico manual com pasta arenosa e textura grosseira. A sua cozedura é redutora, de qualidade mediana. O acabamento externo e interno é alisado. A sua cor externa e interna é castanha clara com manchas mais escuras, na parte exterior, provavelmente da cozedura.

Bordo ligeiramente esvasado e lábio ligeiramente arredondado. O colo é relativamente pequeno e pouco acentuado. Corresponde à forma 5 de A.M.S. Bettencourt (2000a).

Vaso 2 (Fig. 14.2)

Vaso de fabrico manual, de pasta arenosa e textura grosseira. A sua cozedura é redutora, de qualidade mediana. O acabamento é alisado. A sua cor externa e interna é castanha avermelhada.

Bordo esvasado de lábio horizontal com um cordão plástico, disposto na horizontal sobre o colo. Corresponde à forma 7 de A.M.S. Bettencourt (2000a).

De registar que muitos fragmentos da cerâmica das camadas 2, 2a, 2b e 3 apresentam, na constituição da sua pasta, uma matéria colorante de cor vermelha, o que lhe confere um carácter singular, já que não encontramos paralelos para esta ocorrência.

3.2.2.3.2. Líticos

Apenas registámos artefactos líticos no interior da *fossa 3*. Estes foram realizados em granito de grão fino e de grão fino a médio e estão quase todos fragmentados. Caracterizam-se por serem, essencialmente, moinhos moventes ou polidores (3 exemplares) e moinhos dormentes (2 fragmentos) (Fig. 15). Exumaram-se, ainda, 3 fragmentos de quartzo de diferentes qualidades (leitoso e fumado) e 1 fragmento de uma rocha metamórfica, fumigada.

3.2.2.3.3. Ecofactos

Na camada 2, foram recolhidos carvões para análises de antracologia e de radiocarbono e sementes para análises de paleocarpologia. Na *fossa 1* apareceram algumas sementes que, macroscopicamente, parecem ser de *Brassica*.

3.2.3. Sector 3

3.2.3.1. Estratigrafia (Fig. 11)

Camada 0 - Terra de matriz castanha-escura, sendo homogénea mas bastante irregulares quanto à sua espessura pois em alguns locais, após a decapagem, atingia-se de imediato a alterite. Camada humosa.

Camada 1 - Terra heterogénea de tom castanho mas com algumas manchas mais claras, areno-limosa e pouco compacta.

Camada 2 - Alterite.

3.2.3.2. Estruturas e espólio

Não foram detectadas estruturas e artefactos neste sector.

4. DATAS DE RADIOCARBONO

Estas datas são provenientes do laboratório Beta Analytic Inc., Miami, USA, tendo sido usada a curva de calibração de M. Stuiver *et alii* (1998).

Ref. Laboratório	Proveniência	Data BP	Cal. BC (2 sigma)
Beta-188256	Fossa 1, Quad. D6, Cam. 2a	2320±60 BP	515-350 310-210
Beta-188257	Fossa 2, Quad. H4, Cam. 2a	4800±70 BP	3700-3495 3455-3375

Ambas as datas podem considerar-se anómalas tendo em conta os contextos e a cultura material que se pretende datar. A data Beta-188256 revelou-se demasiado recente e a Beta-188257 demasiado antiga. É difícil explicar estas anomalias. No entanto, é possível que o carvão da datação mais antiga fosse oriundo de um qualquer paleosolo existente antes da ocupação arqueológica deste local e que, dado a destruição do mesmo, por motivos pós-deposicionais, pudesse ter escorregado para o interior da fossa que se encontrava aberta no momento de abandono da estação.

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A estratigrafia observada nas áreas intervencionadas relevou-se inconstante, sendo a variabilidade quantitativa dos estratos distinta entre os diferentes sectores. Após a análise da espessura estratigráfica verificamos que esta diminui, progressivamente, de Este para Oeste, principalmente no sector 2, onde a intensa utilização antrópica desse espaço, para fins agrícolas, foi responsável pela destruição total do nível de ocupação arqueológica, visto serem frequentes os sulcos dos arados na alterite.

Pelo facto do sector 1 não ter fornecido qualquer nível de ocupação arqueológico, pré-histórico, aliado ao trabalho de prospecção efectuado nas vertentes sul, este e oeste, pensamos que esta estação se localizaria, essencialmente, na vertente norte do outeiro do Montinho, ou seja, precisamente nas Boucinhas. Dada as condições de jazida deste local, a estação arqueológica deverá ter sido destruída, em grande parte, pelos trabalhos agrícolas e pela construção de um tanque de água.

A análise da estratigrafia e das estruturas permitem-nos registar um nível arqueológico com, pelo menos, uma ocupação e momentos de reorganização interna, provavelmente muito pouco espaçados no tempo. Tal ilação parece poder inferir-se pela disposição estratigráfica dos resquícios de pavimentos – sobrepostos, detectados na camada 2 dos quadrados G3 e H3, assim como pelas características da fossa 2 que, no seu momento final de utilização, resulta da adição de duas fossas anteriores e mais pequenas.

Também a fossa 3 parecia já não estar em utilização aquando da construção do segundo pavimento dos quadrados F4, G3 e G4, tendo sido entulhada com terra, pedra e saibro.

Na camada 2 ocorrem, ainda, alguns buracos de poste e a fossa 1, de contorno circular e de dimensões consideráveis, algo semelhante à fossa 3.

As fossas 1 e 2 apresentavam um enchimento detritico, provavelmente resultante de processos pós-deposicionais, após o abandono do local, visível na disposição das camadas, das pedras e na orientação do espólio cerâmico aí encontrado.

No sítio das Boucinhas já anteriormente tinham sido identificadas duas outras fossas, contendo cada uma delas um vaso inteiro (ALMEIDA *et alii*, 1994), o que subentende o carácter intacto destas estruturas e nos fez admitir que poderiam estar relacionadas com depósitos de âmbito ritual (BETTENCOURT, 2000a;2000b).

Dadas as características da estação arqueológica pensamos estar perante um eventual “povoado” aberto, de curta/média duração, com estruturas eventualmente utilizáveis para silagem ou diversas actividades agrícolas (fossas 1, 2 e 3) a par de outras de âmbito ritual, afinal numa dualidade de sentidos que pouca expressão teria em comunidades tradicionais.

Os dados passíveis de serem interpretados como resultantes de práticas agrícolas por parte da população que viveu nas Boucinhas são as sementes de *Brassica*, os vários fragmentos de moinhos manuais, assim como a sua localização, na proximidade de bons solos aráveis (Fig. 16). As actividades rituais foram subentendidas pelo carácter selado de algumas fossas e pelas características de um vaso inteiro, contendo acentuada concentração de cinzas e de manchas negras na parte inferior interna, tal como se detectou nos recipientes sepulcrais dos Granjinhos (BETTENCOURT, 2000a).

O espólio desta estação não é abundante mas as características técnicas e morfológicas da cerâmica inserem-na no período correspondente à Idade do Bronze.

A forma 7 encontrada paralelos na Sola Ila e I Ib (Braga) ocupações que se situam na primeira metade do II milénio AC, embora também ocorra, de forma vestigial, no povoado da Santinha II (Amares), datado do séc. X AC (BETTENCOURT, 2001)⁶.

A forma 5 encontra paralelo num dos vasos sepulcrais dos Granjinhos (Braga), estação não datada radiometricamente, e num vaso da Santinha II (Amares). Os restantes vasos publicados por C.A.B. de Almeida *et alii* (1994) passíveis de classificação morfológica correspondem, também, à forma 5.

A lógica de implantação topográfica desta estação, num outeiro de baixa altitude e na proximidade de solos agricultáveis, as suas estruturas internas, bem como as características do espólio sugerem-nos uma cronologia dentro do II milénio AC, por comparação com outras estações deste período no Entre Douro e Minho (BETTENCOURT, 2003). No entanto, a existência de paralelos para a forma 7 até ao séc. X AC aconselha-nos que aguardemos os resultados de novas datas de radiocarbono para uma contextualização mais precisa desta estação.

⁶ Esta forma também ocorre em Faria la (Barcelos), Alto de S. Bento (Braga) (BETTENCOURT, 2000a) ambas estações da Idade do Bronze, ainda não datadas radiometricamente.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, C. A. B., M. I. S. MAIA, M. M. L. MOREIRA e A. J. BAPTISTA (1994). A estação do Bronze Final da Regueira, Vitorino de Piães – Ponte de Lima, *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2ª Série, 11, Porto, pp. 547-565.
- BETTENCOURT, A. (1991/1992). O Povoado da Sola, Braga: notícia preliminar, *Cadernos de Arqueologia*, 8/9, Braga, pp. 97-118.
- BETTENCOURT, A. M. S. (2000a). *Estações da Idade do Bronze e Inícios da Idade do Ferro da bacia do Cávado (Norte de Portugal)*, Cadernos de Arqueologia, Monografias – 11, Ed. da Unidade de Arqueologia da Univ. do Minho, Braga.
- BETTENCOURT, A. M. S. (2000b). O mundo funerário da Idade do Ferro do Norte de Portugal: algumas questões, *Proto-História da Península Ibérica. Actas do IIIº Congresso Peninsular de Arqueologia*, ADECAP, Porto, pp. 43-60.
- BETTENCOURT, A. M. S. (2000c). *O povoado da Idade do Bronze da Sola, Braga, Norte de Portugal*, Cadernos de Arqueologia, Monografias – 9, Ed. da Unidade de Arqueologia da Univ. do Minho, Braga.
- BETTENCOURT, A. M. S. (2001). *O Povoado da Santinha, Amares, Norte de Portugal, nos finais da Idade do Bronze*, Cadernos de Arqueologia, Monografias – 12, Ed. da Unidade de Arqueologia da Univ. do Minho, Braga.
- BETTENCOURT, A. M. S. (2003). Plant and animal husbandry in the second millennium BC in Northern Portugal, *Journal of Iberian Archaeology*, 5, ADECAP, pp. 199-202.
- DINIS, A & A. BETTENCOURT (2005). O depósito de um vaso de louça preta nas Boucinhas, Regueira, Vitorino de Piães, Ponte de Lima (Norte de Portugal), *Mínia*, 11, Braga, no prelo.
- MACIEL, T. (2003). *O povoamento proto-histórico do vale do Neiva*, Ed. Rio Neiva, Esposende.
- STUIVER, M.; REIMER, P.J.; BARD, E.; BECK, J.W.; BURR, G.S.; HUGHEN, K.A.; KROMER, B.; CORMAC, G.Mc; VAN DER PLICHT, J, & SPURK, M. (1998). INTCAL 98 Radiocarbon Age Calibration, 24000 – 0 cal BP, *Radiocarbon*, 40 (3), pp. 1041-1084.

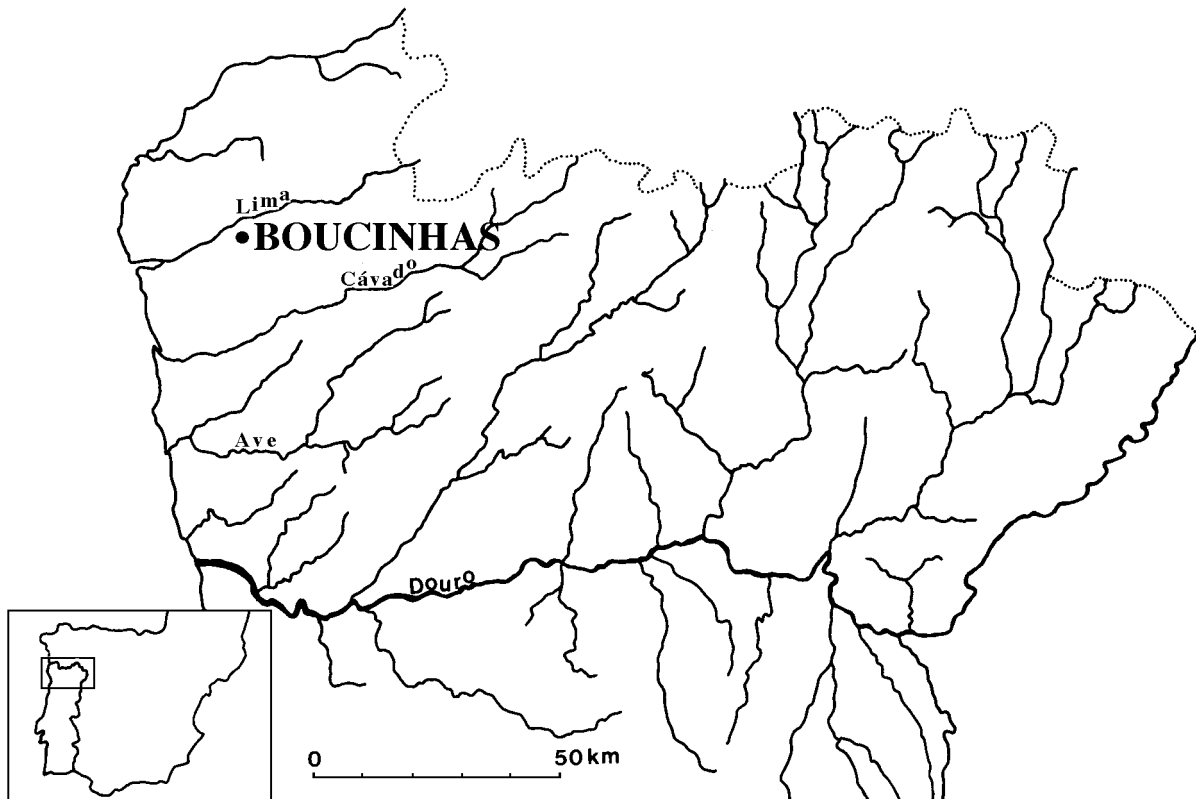


Fig. 1 – Localização das Boucinhas na Península Ibérica e no Norte de Portugal.

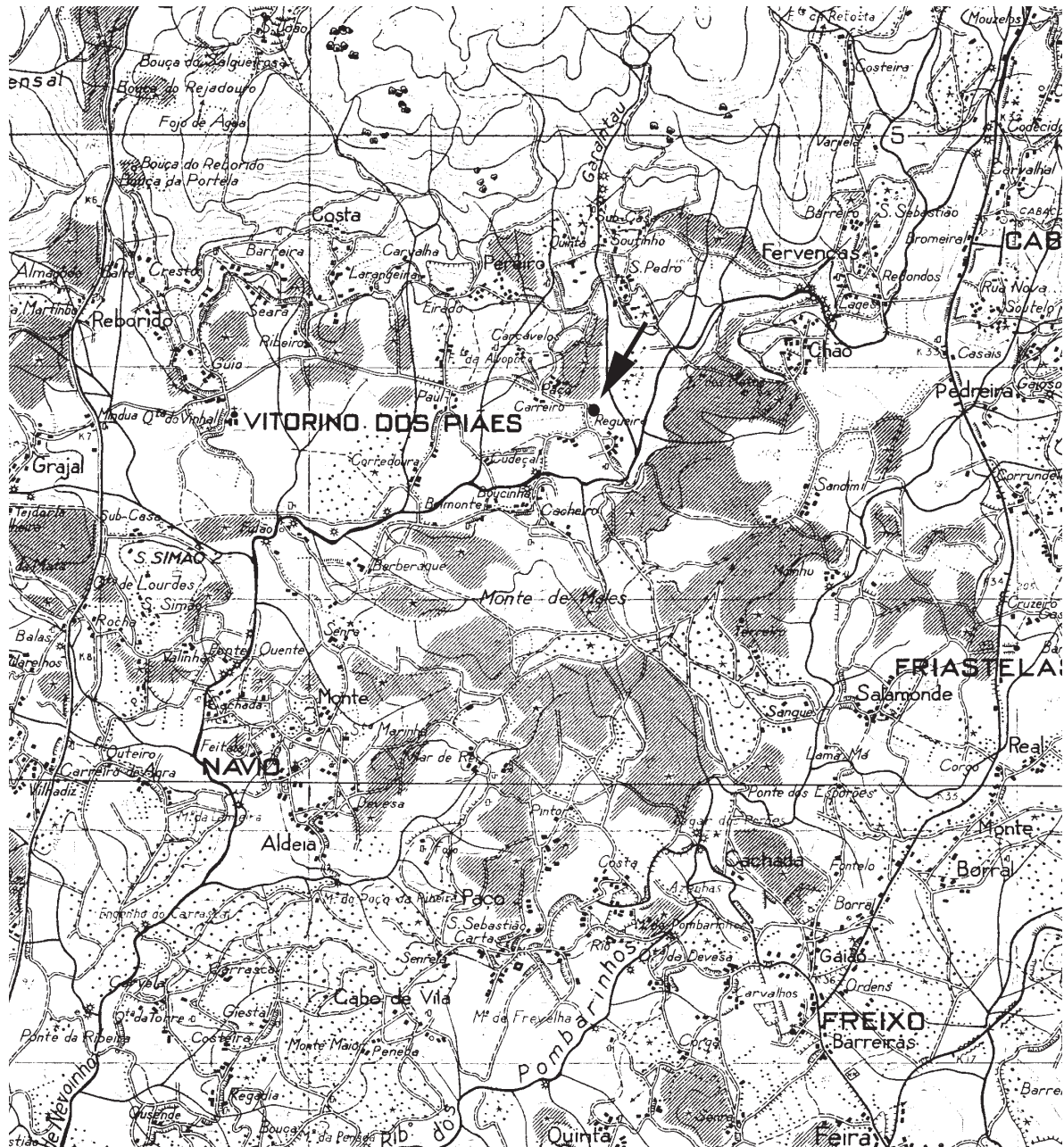
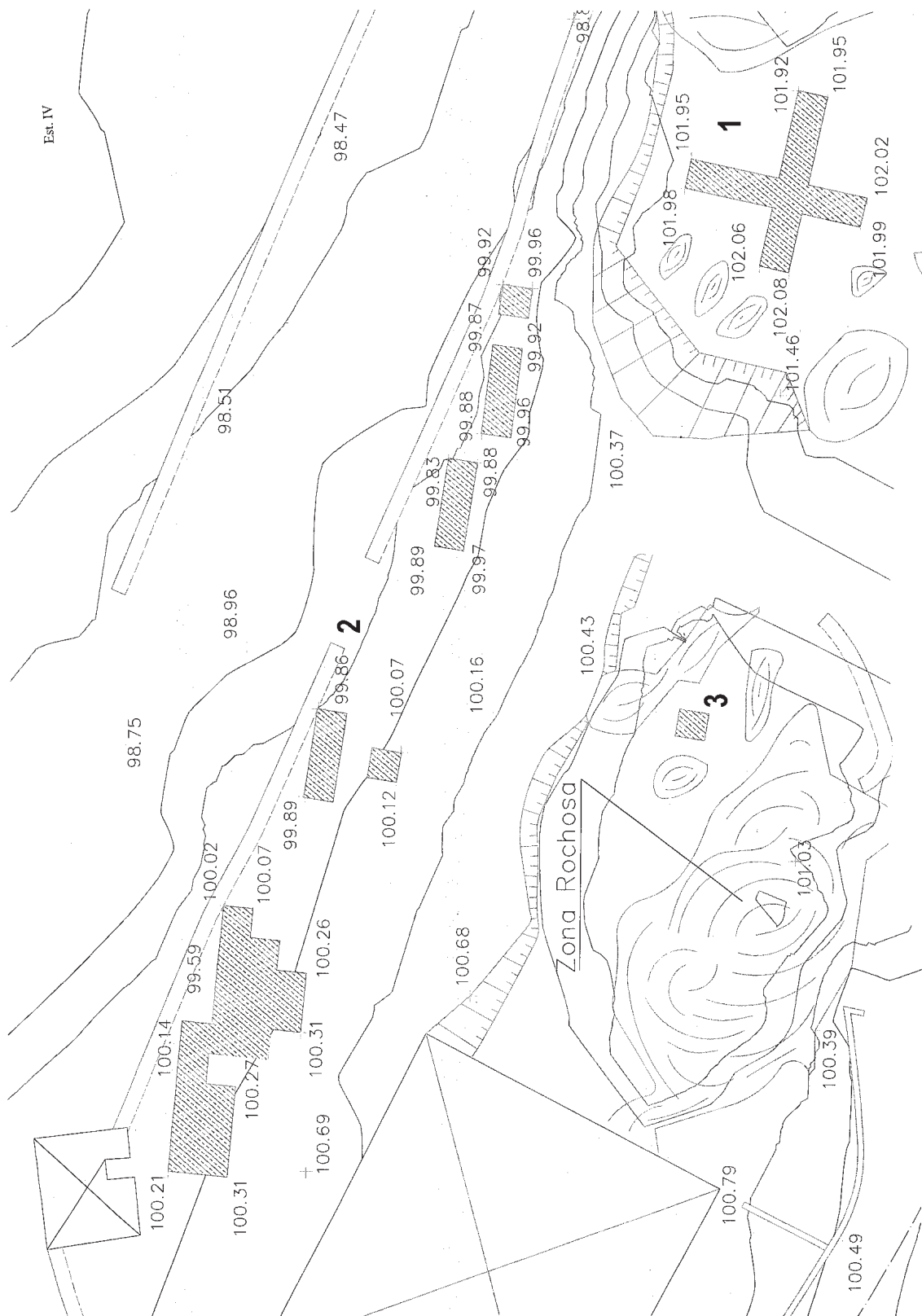


Fig. 2 – Localização das Boucinhas na Carta Militar de Portugal, à escala 1:25 000.



Fig. 3 – Levantamento topográfico das Boucinhas.



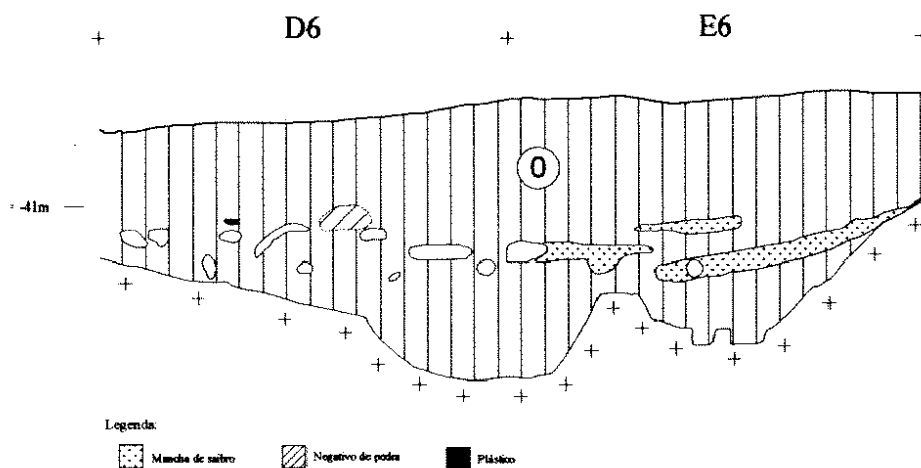


Fig. 5 – Sector 1: perfil Sul dos quadrados D6 e E6.

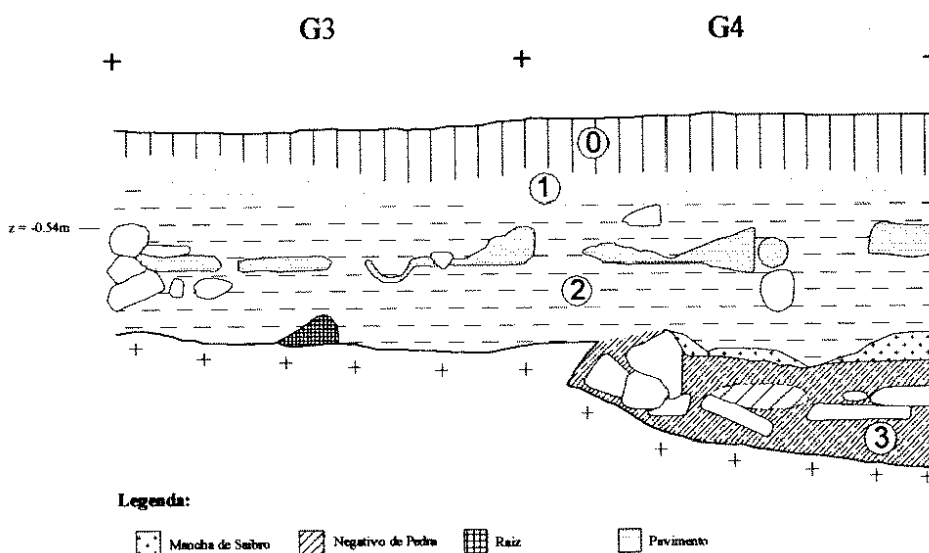


Fig. 6 – Sector 2: perfil Oeste dos quadrados G3 e G4, onde se pode observar resquícios de um pavimento e o enchimento de parte da fossa 3 (à direita).

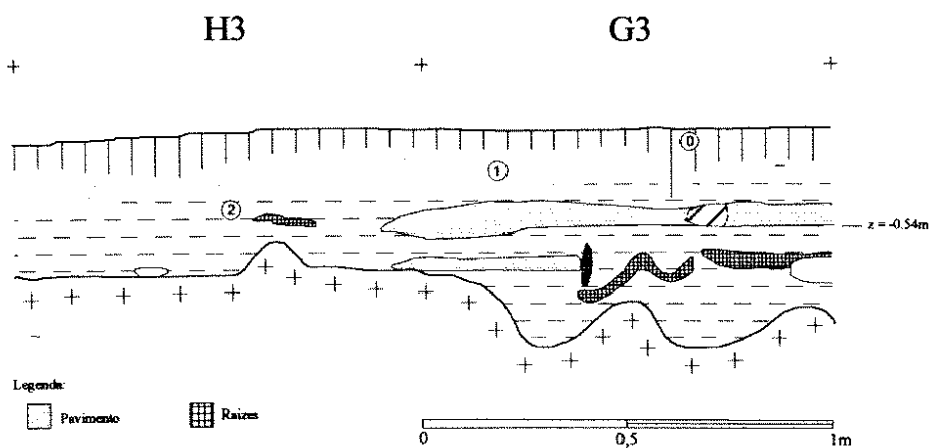


Fig. 7 – Sector 2: perfil Sul dos quadrados H3 e G3 onde se pode observar a sobreposição de pavimentos.

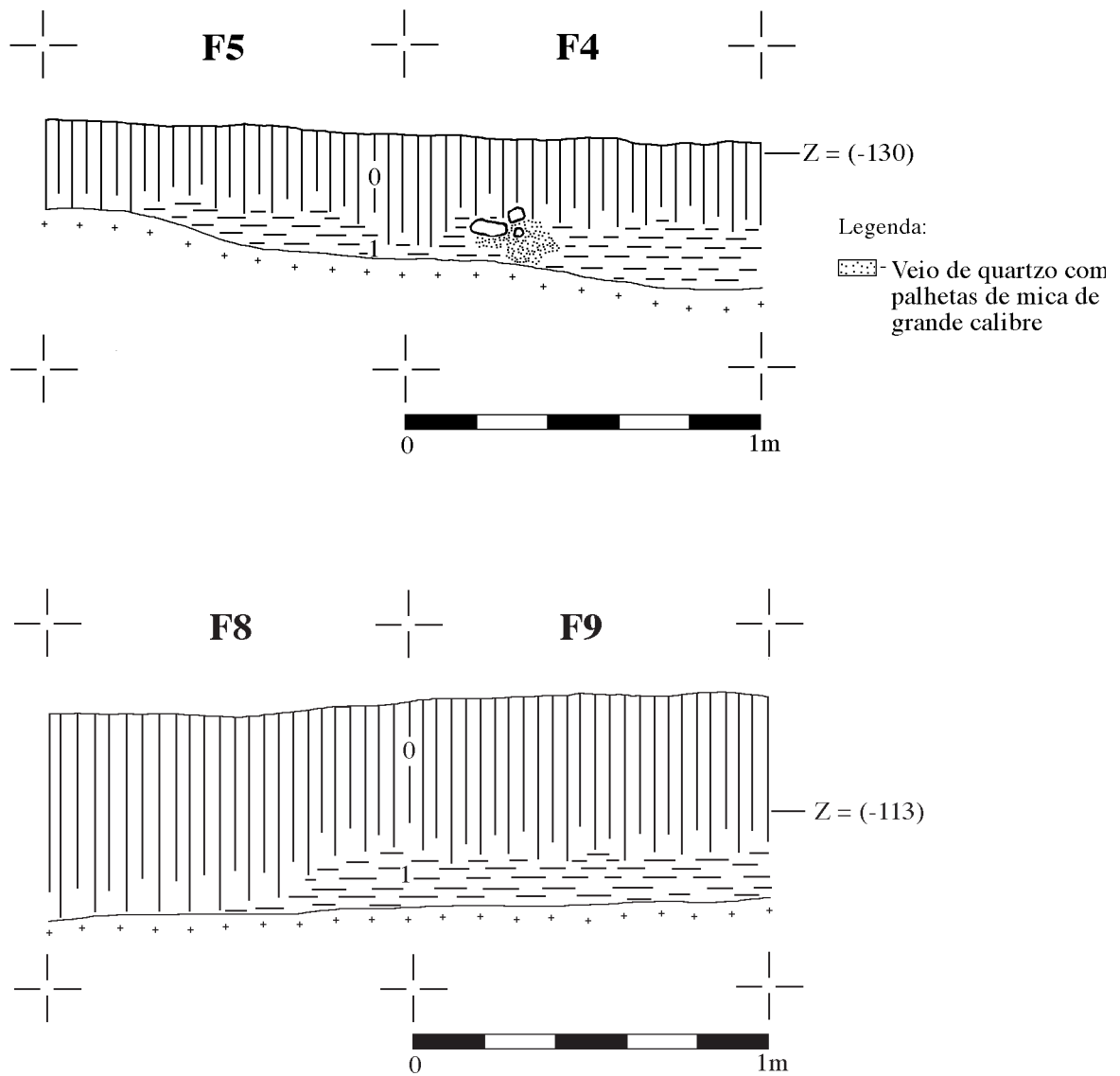


Fig. 8 – Sector 2: perfil Este da fossa 1 e diferentes secções da mesma.

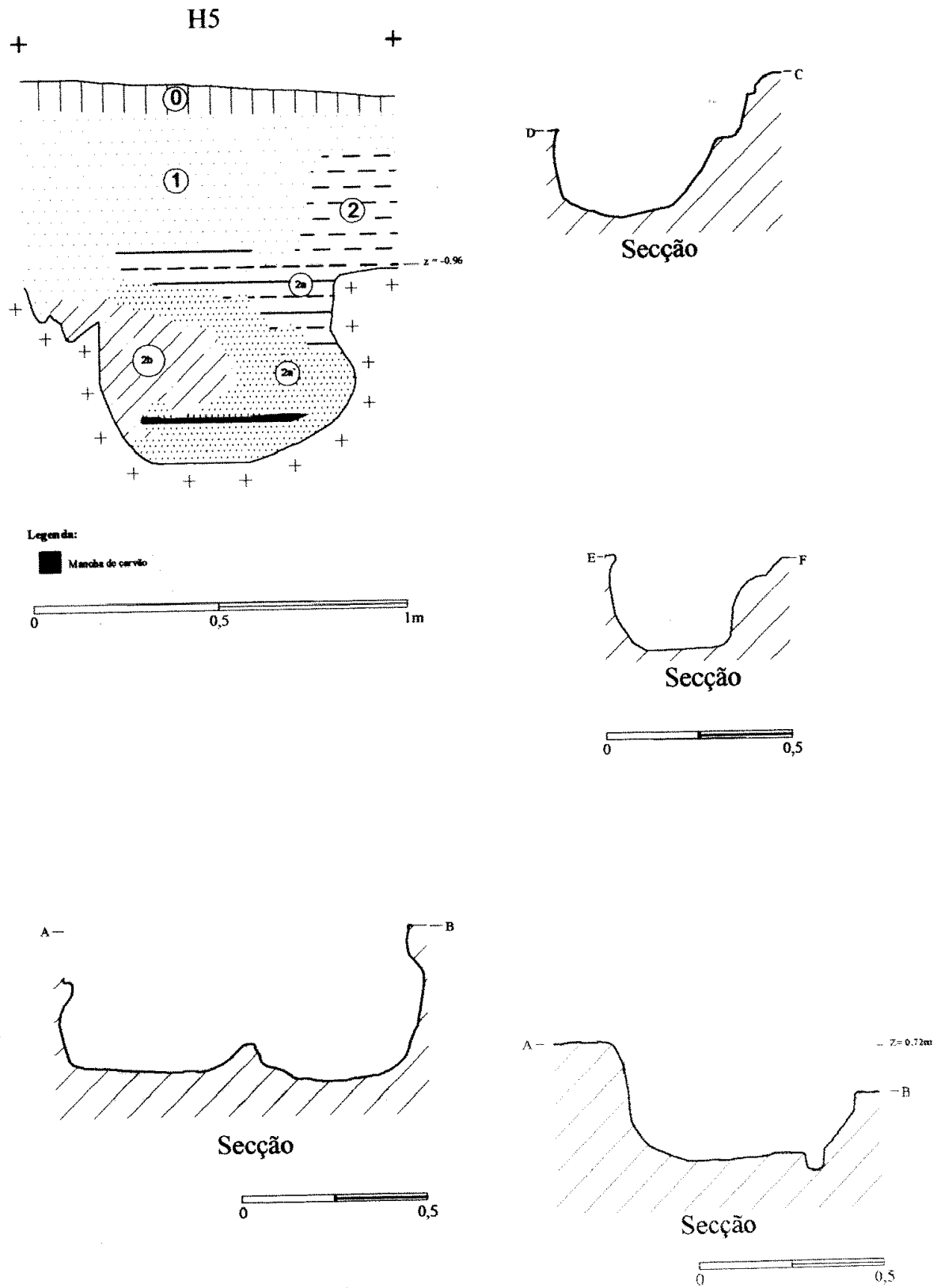


Fig. 9 – Sector 2: perfil Oeste da fossa 2 e diferentes secções da mesma. Em baixo, à direita, secção da fossa 3.

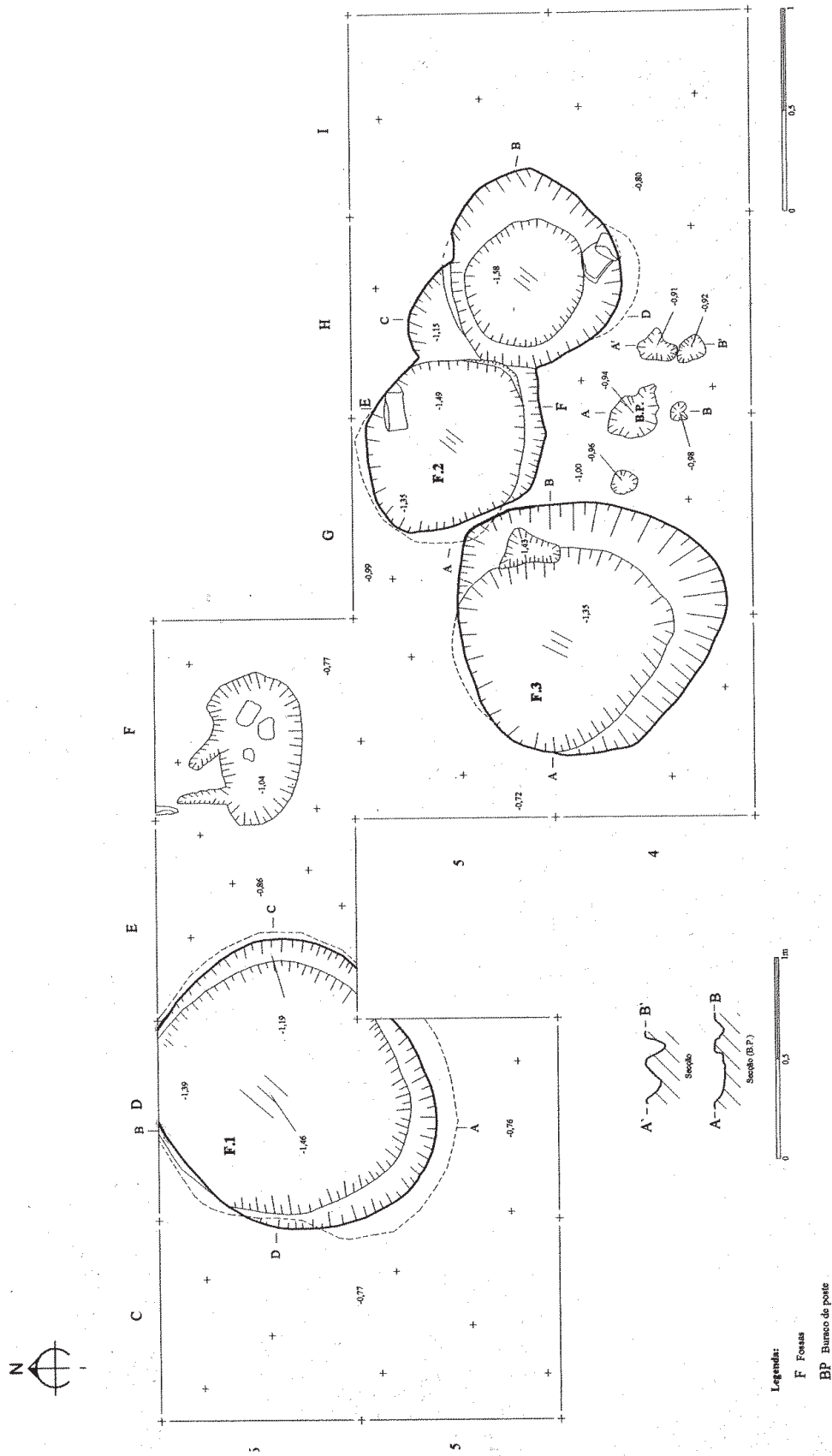


Fig. 10 – Sector 2: plano final da escavação com o negativo das diferentes fossas e buracos de poste.

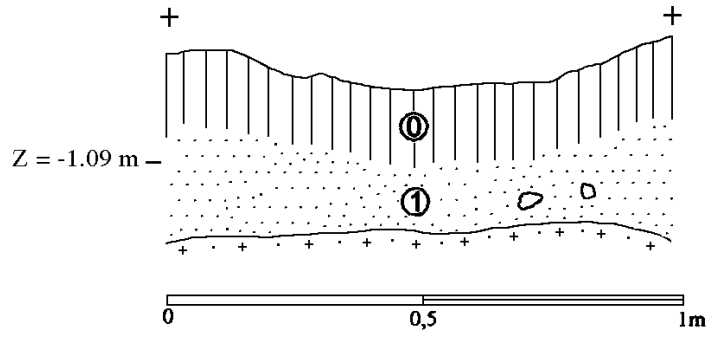


Fig. 11 – Sector 3: perfil Norte do quadrado J4.

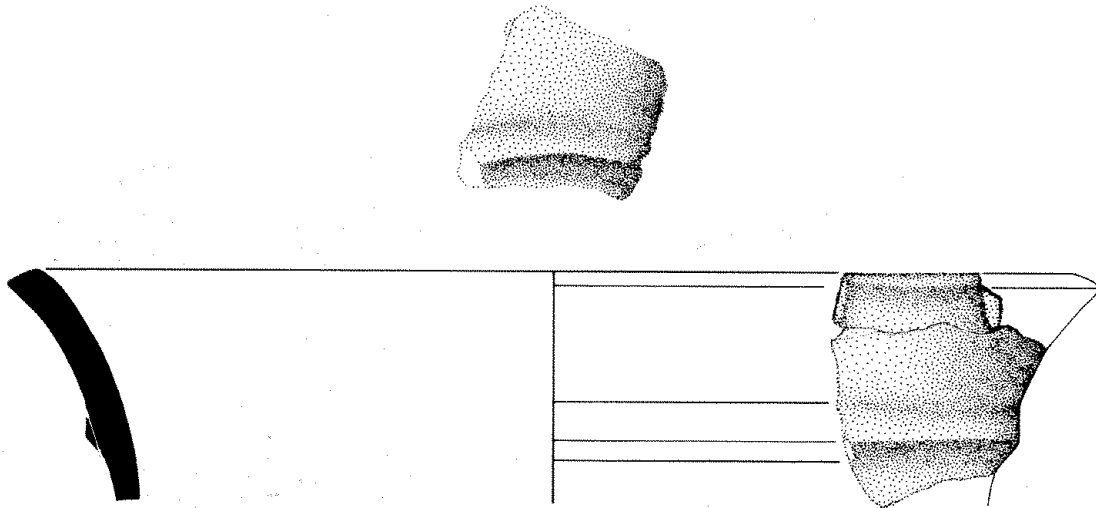


Fig. 12 – Sector 2: espólio cerâmico da camada 2 (desenhos de Dores Pires).

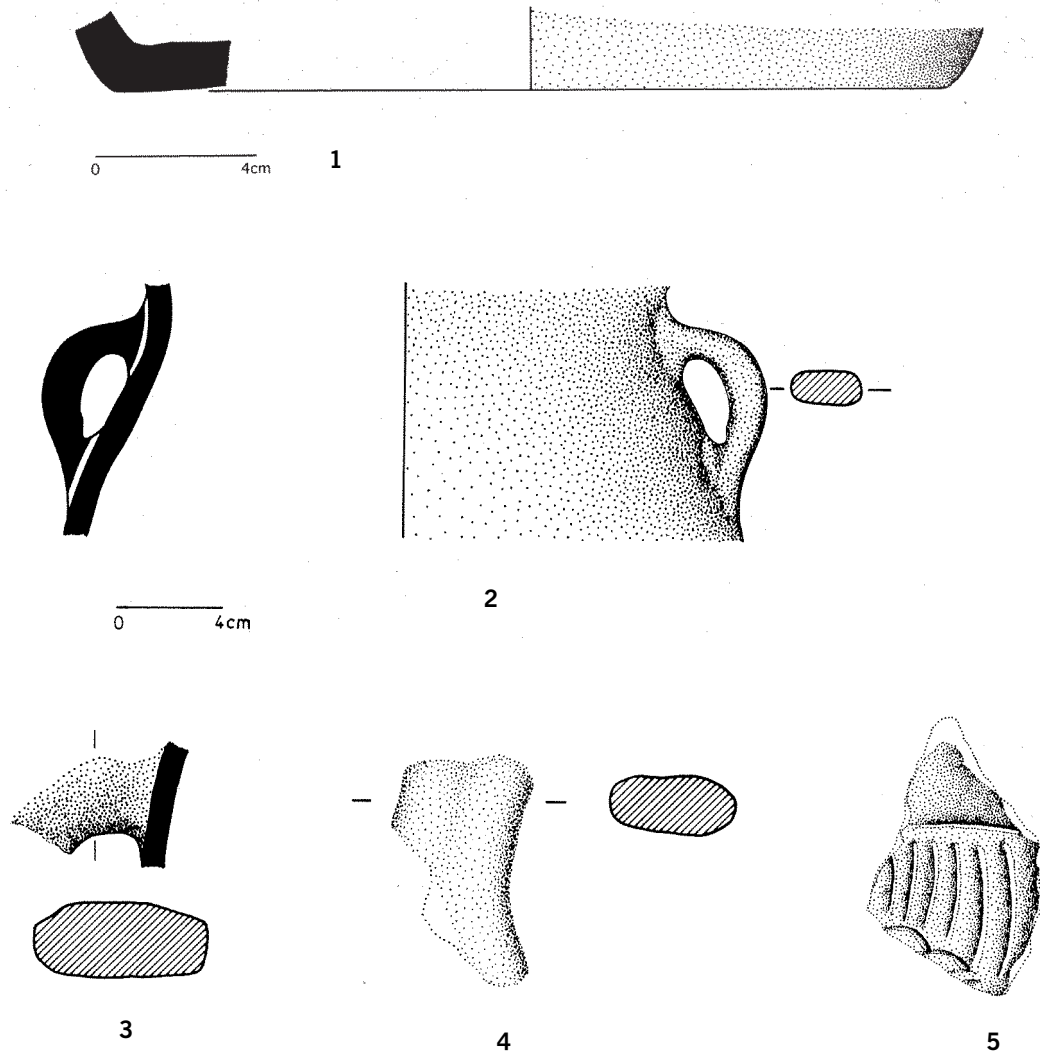


Fig. 13 – Sector 2: espólio cerâmico das fossas 1 e 2.
1- base da fossa 1; 2 - colo com asa; 3 e 4 - fragmentos de asas; 5 - frag. de pança com decoração incisa e impressa.

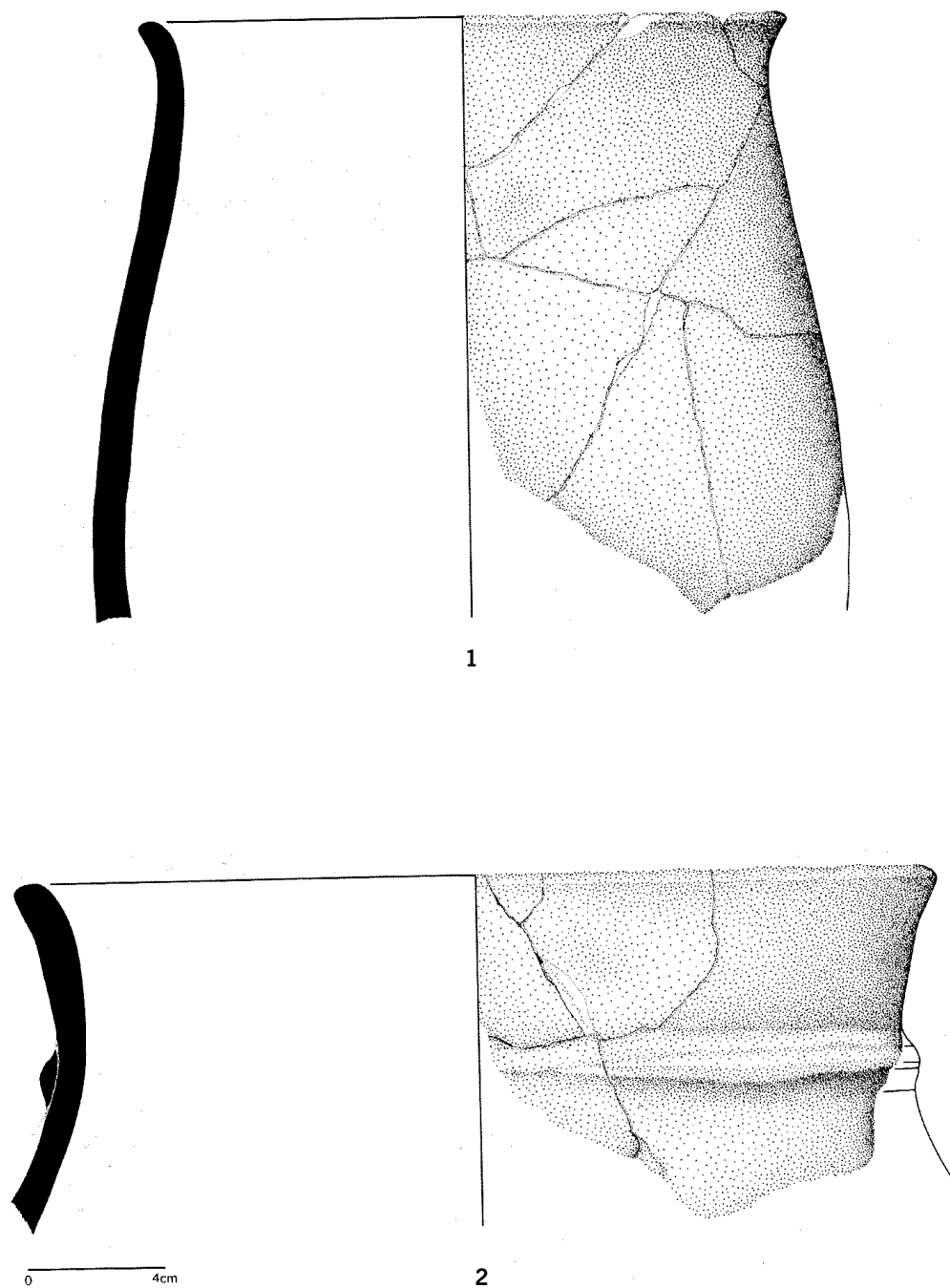


Fig. 14 – Sector 2: espólio cerâmico da fossa 3. 1 - Vaso da forma 5; 2 - Vaso da forma 7.

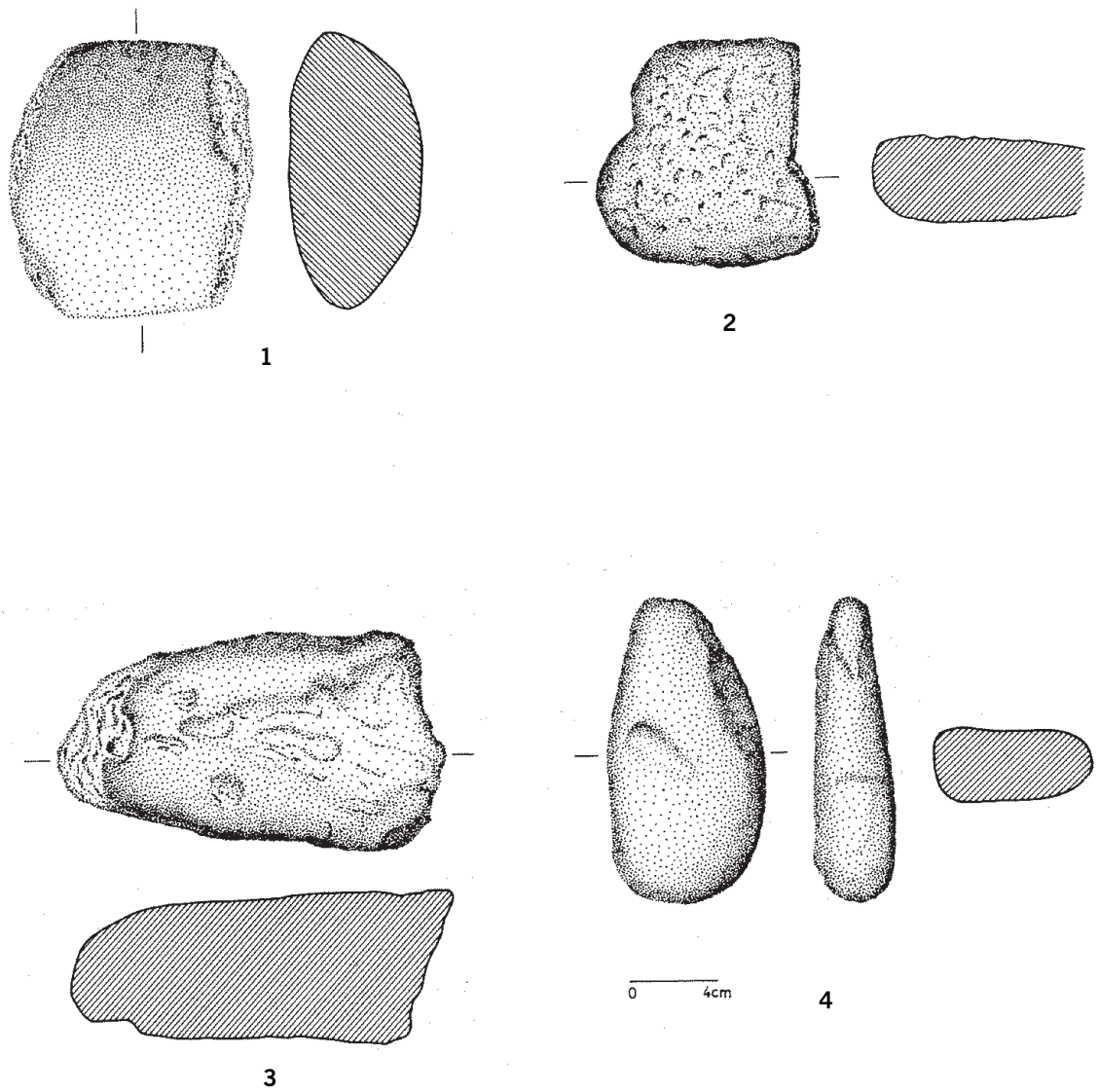


Fig. 15 – Sector 2: espólio lítico da fossa 3 - 1 e 2 - fragmentos de moinhos moventes; 3 - moinho dormente fragmentado; 4 - polidor duplo.



Fig. 16 – Fotografia geral das Boucinhas, vista de Sul.



Fig. 17 – Sector 2: fossa 1.

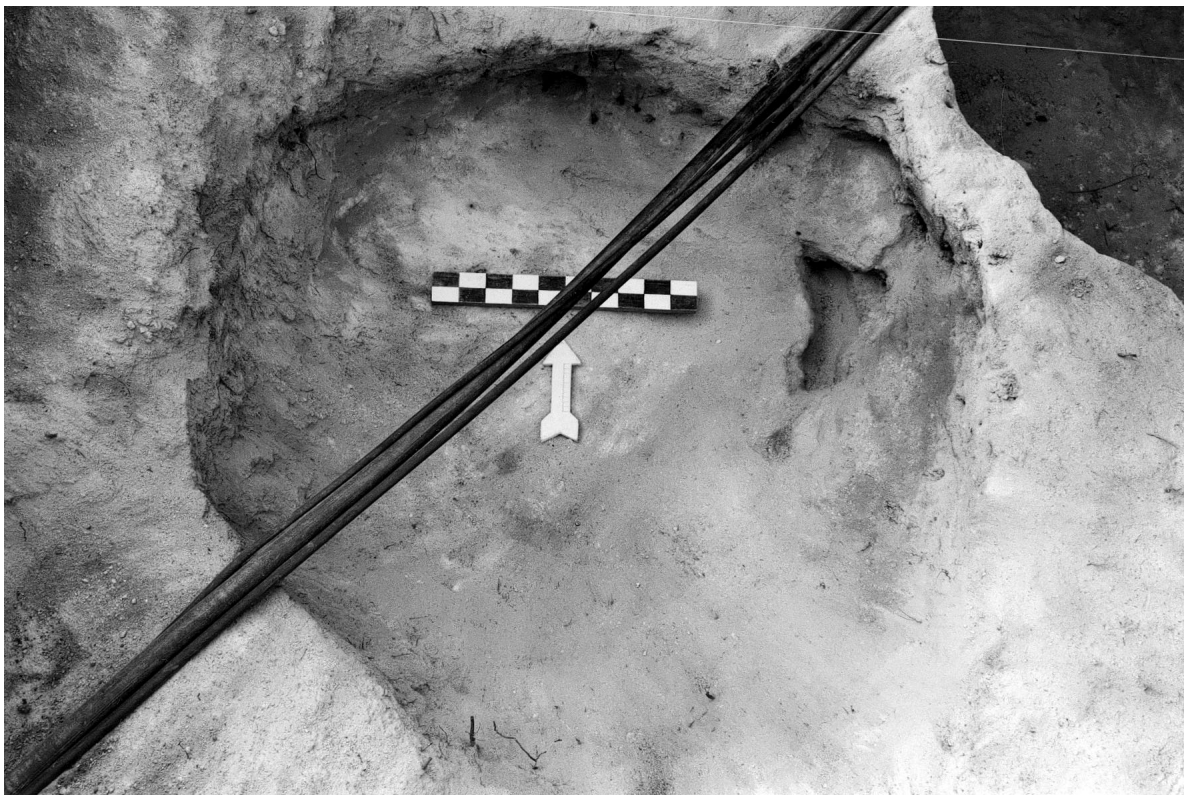


Fig. 18 – Sector 2: fossa 3.

Balneários castrejos do Noroeste peninsular . Notícia de um novo monumento do Castro de Roques

Armando Coelho F. Silva
Tarcísio Daniel P. Maciel

ABSTRACT

Notice of the identification of a new indigenous bath structure in the Castro of Roques, Lima Valley, regarding the discussion of this finding about the location, chronology, typology and function of these protohistoric monuments of the peninsular Northwestern Castro's Culture.

O conhecimento da arquitectura, pública e privada, dos povoados castrejos do Noroeste peninsular tem vindo a conhecer um aprofundamento significativo com o desenvolvimento da investigação proto-histórica regional, com particular destaque para as instalações balneares, enquanto construções mais monumentais da cultura castreja, atendendo quer à sua estrutura quer à sua composição decorativa.

Esta primeira notícia sobre um novo monumento identificado no castro de Roques, que se reparte pelas freguesias de Vila Franca, Subportela e Vila de Punhe, concelho de Viana do Castelo, aparece como mais um ponto expressivo de uma “cartografia cognitiva”, tal como preconizada por Jameson (1984) e Walsh (1994), enquanto problematizadora de áreas geográficas, cronologias e funcionalidades, de interpretação identitária.

O castro de Roques (Fig. 1 e 2), situado à Lat. 41° 40' 30", Long. 0° 24' 30" (Lx) e Alt. 269m (Cartas 1:25000, SCE, fl. 40; 1:50000, SG, fl. 5-A) entre os vales do Neiva e do Lima, controla a passagem entre as respectivas bacias. Em rigor geográfico, as pendentes Norte, Nascente e Poente e respectivas linhas de água são parte integrante da orografia do vale do Lima. No entanto, na extremidade Sul da elevação têm origem linhas de água que subsidiam o Neiva.

Dispondo de óptima visibilidade sobre o meio circundante, em especial sobre toda a bacia inferior do Lima e a sua foz (Fig. 3), o monte de Roques não domina a mesma área da bacia do Neiva, a não ser o seu troço final, junto à foz, e o vale interior do ribeiro dos Reis Magos, no seu curso desde a nascente até à actual freguesia de Mujães. O horizonte visual privilegiado encontra paralelos nos recursos agrícolas e pecuários, com destaque para as veigas da margem esquerda do Lima, na área das freguesias de Vila Franca e Subportela, e também nos recursos mineiros. Com efeito, o monte situa-se próximo do encontro de massas graníticas e xistosas, com afloramentos quartzíticos indiciadores de minérios diversos, e marcas

da sua exploração são visíveis em grande quantidade de detritos, que ainda se podem observar junto ao Coturinho, na elevação castreja que se destaca em Vila de Punhe, no extremo sul do maciço de Roques. A base geológica do monte é o granito, de grão grosseiro, muito utilizado em trabalhos de cantaria, com a denominação de “pedra de Roques”.

Este imenso povoado castrejo é também chamado monte do Santinho, segundo designação relacionada com o Penedo (da pegada) do Santinho, derivada da interpretação tradicional de um encaixe numa laje granítica de um gonzo da porta de um edifício castrejo como sendo uma pegada de S. Silvestre, já registada por Francisco Martins Sarmiento e, pouco depois, por Pinho Leal, tendo merecido particular atenção a Leandro Quintas Neves e Arlindo Ribeiro da Cunha, cujas informações se tornaram pista da descoberta da presente notícia.

Os vestígios da grande área ocupada por este povoado e o seu valor arqueológico passaram quase despercebidos até à visita de Francisco Martins Sarmiento, no último quartel do século XIX, segundo registo dos seus apontamentos pessoais (Sarmiento 1999, 207-209 < 15.10.1881):

Monte de Roques (...) *O monte de Roques fica na freguesia de Vila de Punhe. Do alto dele (para norte) e de um sítio chamado “o alto do Santinho” atirou S. Silvestre – diz a lenda local – a bengala (sic) por sobre o rio Lima. A bengala foi cair no monte do actual S. Silvestre (margem direita do Lima), em frente do de Roques, e aí se construiu uma capela ao Santo. Bem que no “alto do Santinho” não haja memória de capela alguma, é natural que aqui existisse antigamente a capela de um santo e talvez de S. Silvestre. Encontram-se ainda três degraus abertos numa laje. O último degrau formava a soleira, parece, porque tem um pequeno rasgo, como de batente, e dos lados cavidades para coucão.*

a) duas pequenas cavidades redondas – para ferrolho; b) tomado como pegada: é inegavelmente cavidade para coucão.

Degraus e soleira são, repito, abertos numa laje. Esta porta virava para nascente.

O monte para o lado do Lima, de que dista mais de meia légua, era abrupto; As muralhas deste lado estão cobertas de terra e vê-se-lhe o competente talude. Pelo lado oposto, sul – poente, há uma complicação de muralhas, destinadas a defender o alto, que quase não tem planura, mas é composto de picotos (daqui o nome de Roques?), tudo muito acidentado. Muitos lanços de muralha à vista, de pedra miúda, não têm mais e cinco palmos de largo. Abundam as casas circulares e quadradas, mas as circulares parecem em maior número. Algumas têm sido exploradas, quer por um engenheiro – Palma – quer por outro sujeito, cujo nome não retive. O aparelho das casas circulares e quadradas, interior, é o da Citânia, pedras muito miúdas.

Uma das casas circulares exploradas, de quatro metros de diâmetro, tem a particularidade de ter no pavimento um círculo de pedras de um decímetro de largo, e cinco decímetros distante da parede exterior.

Não percebo para que fosse.

Uma casa quadrada foi escavada interiormente até abaixo do pavimento coisa de 0,64, mostrando uma altura de 1,54. Um dos ângulos desta casa é arredondado. O recinto murado era muito extenso e grande a quantidade das casas. Há restos de ânforas (dólios) e de telha romana. Cerâmica grosseira é muita. Encontrei um fragmento que mostra ter tido uma asa, como as vulgares de Sabroso. Um pedaço de lâmina de xisto pode bem ter sido uma velha telha. Apanhei um pequeno fragmento de bronze inclassificável, que veio decerto do desentulho de uma casa. Não vi círculos. Covinhas em penedos são abundantes. Mais notável é uma pequena pegada, igual às duas de Sabroso, associadas com covinhas.

Noutro penedo, uma gamela também com duas covinhas.

Há também, a norte do marco geodésico, um penedo singular. O penedo é escavado por dentro, formando uma abóbada, mas cobrindo outro que lhe fica dentro, como mostra o seguinte corte.

Mas a abóbada fica livre adiante do penedo interior, como se vê no corte recto seguinte (...).

Agora, singular é que esta espécie de docel foi rasgada, como se vê ainda pelo sinal de algumas

cunhas na face e borda inferior da abóbada. De longe, esta coisa faz lembrar uma porta, que teria um vestíbulo a a a, como mostra um cordão de pedras ainda enterrado e com a coroa à vista.

Na encosta do monte, mas intramuros e voltada para o Lima, está a “Casa dos Mouros”. Passava por ter uma profundidade enorme, e no fim uma abóbada de pedra. É uma caverna que se bifurca em duas minas, como as da Citânia. A da esquerda terá de extensão doze metros; a da direita ainda menos. Os nossos cicerones (dois alfaiates) espantaram-se de que não tivesse medo de descer (com uma vela de sebo). Ali haveria coisa má, etc.

Do lado do poente, já extramuros, mas quase pegando com eles, há um morro de terra que figura uma mamoinha; mas decerto o não é. Tinha sido explorada como o mostra o corte em cruz. Nem pedra, nem coisa de notável.

Vindo das Neves para o monte, um lugar chamado: Arques.

NB. Numa das casas quadradas, as paredes são, aqui e li, recheadas com cacos. Dir-se-ia que algumas pedras mostram sinal de cal; mas o granito mostra por vezes este aspecto, como se viu na Citânia.

No *Portugal Antigo e Moderno*, Pinho Leal (1886, 11, vb. *Vila Franca*, 743), refere a mesma a tradição popular, identificando esta estação arqueológica como a cidade lendária de *Armenia*, em razão da imponência das suas ruínas:

“(...) Está na pendente norte do monte de Roques, onde aparecem, em volta da sua pyramide geodesica, ruínas de uma grande povoação que (dizem) era a cidade Armenia. Este monte de Roques é também denominado monte do Santinho pelo povo que julga ver em uma pedra do dito monte as pegadas de S. Silvestre”.

Também Leite de Vasconcelos (1917, 117) se refere ao local, noticiando o aparecimento antigo, de 1892, de *uma chapa metálica que tinha relevos e um orifício de suspensão*. No entanto, só na década de quarenta do séc. XX, aquele que foi o precursor da Arqueologia no Vale do Neiva, Leandro Quintas Neves, teve a oportunidade de explorar, em 1946, um sector de escavação com uma área de 40m² (com um subsídio de dois contos da Faculdade de Ciências do Porto, onde se encontra o espólio respectivo), pondo a descoberto duas casas circulares, uma rua lajeada, uma conduta de água e um espólio constituído por cerâmica comum romana e meia centena de moedas datadas do século IV (Neves 1965, 179). Afinal, uma área que, embora restrita, permitiu concluir estar-se em presença de um povoado do tipo citânia, como Briteiros, Sanfins ou Santa Luzia.

Pela mão deste arqueólogo, fora já visitada esta estação arqueológica por Arlindo Ribeiro da Cunha, em 1 de Janeiro de 1945, a quem se devem descrições arqueológicas e notas etnográficas a análises toponímicas de interesse local e regional (Cunha 1945, 264-268):

(...) Desta vez, levei cicerone, um amigo ilustre que aproveita os intervalos do almofariz e do aviamento de receitas, para o estudo da arqueologia (...). Feita uma rápida visita à pedra de armas do solar das “Três Vilas” e haurindo, a plenos haustos, o cheiro acre dos pinheiros, lá fomos, em alegre cavaqueira, topando aqui e ali com “polidores”, “coups de poing” e instrumentos pré-históricos da última fase do paleolítico. (...) Fossettes propriamente ditas não vi, mas observei umas covas mais largas e irregulares, que, quanto a mim, serviam para fazer sinalagem, em correspondência com outras posições orográficas, algumas das quais ainda hoje se chamam “Monte do Facho” ou do “Talefe”. (...) Só depois é que subimos à “Pegada do santinho”, único calhau aparelhado que lá observei. Fica no alto de todo, e consta duma pedra com degraus e ranhuras pouco parecidas com fossettes. Aquilo deve ser o último vestígio de qualquer estela funerária, ou forno crematório, no género remoto dos da citânia de Briteiros. Aí se vê uma cova oblonga, profunda de alguns centímetros e parecida com pegada de criança de dez anos ou pouco mais. Aquilo – explicam por lá – foi S. Silvestre que ali firmou pé quando fez o jeito de arremessar a bengala para trás das costas (...) a bengala de S. Silvestre voou sobre o vale profundo, e, atravessando o rio num dos pontos mais largos, só foi parar a Carvoeiro (sic).

(...) *Boca da Serpe, vai engolindo silvas e mais silvas, por já lhe não ser mister servir de passadiço secreto por onde os cavalos dos “Mouros” iam beber ao Lima. Perto, ficam uns penedos talhados verticalmente, com riscos de forma incerta que me não pareceram lá muito bem clivagem natural; e, mais além, restos de casas circulares, desenterradas pelo alvião do amável companheiro. A fonte principal da povoação, vimo-la também. Era de mergulho, mas coberta de abóbada de pedra miúda, ao uso do tempo. A mina respectiva derruiu, e a cobertura desabou também em parte notável. Não obstante, ainda tem água, que escorre por uma campina de chão aplanado e bem horizontal. Não se pode bem dizer qual a serventia deste terreiro, aliás único na estância. Se é contemporâneo dos primeiros habitantes da «cidade», não deve ter servido de necrópole, atentos os hábitos daqueles povos pré-históricos. O cemitério, coisa diversa dos de agora, deve ser procurado em sítios de nomes Arcas, Medorra, Modorra ou Madorra; e de tudo isto há nas cercanias, bem como Milhões, que bem pode ser alteração de Malhões. O dito descampado pode ter sido parque de estacionamento de rebanhos, ou até, menos provavelmente, o primeiro campo de cultivo de legumes e cereais. O que é lindo é o panorama que dali se disfruta, no sentido de vila Franca e arredores.*

Identificando menos acertadamente os vestígios da “pegada” com restos de um *forno crematório* (Cunha 1945, 265), o que nos tornaria presumível, segundo os nossos conhecimentos, tratar-se de um balneário castrejo (Silva 1986), foi a informação referente a uma *fonte de mergulho, mas coberta de abóbada de pedra miúda* que permitiu reconhecer a existência dessa estrutura arquitectónica, neste povoado, por ocasião de levantamentos arqueológicos realizados, com as nossas indicações, no Vale do Neiva, por Marco André Ribeiro Pinto e José Luís Martins Maciel, no âmbito dos seus trabalhos de fim de curso na Escola Profissional de Arqueologia (Freixo, Marco de Canaveses).

Dominado todo o povoado por uma ocupação intrusiva de eucaliptos, associados a um manto arbustivo de giestas e mato, não deixa de ser notada a presença de muita erva viçosa e numerosos salgueiros, vegetação denunciadora de abundância de água, já observada por A. Ribeiro da Cunha, essencial à localização e funcionamento destas estruturas.

Apesar da vegetação, os vestígios visíveis permitem-nos notar que este monumento estaria orientado na direcção Este – Oeste, com abertura para a foz do Lima (Fig. 3), em analogia com a generalidade dos casos conhecidos, de certo modo consolidando uma relação de sacralidade entre a sua implantação e o movimento solar, com afinidades noutras situações de religiosidade, como os monumentos megalíticos, as sepulturas e os edifícios de culto cristão. A sua localização na periferia do povoado, mas no interior da última muralha, é similar à de outros povoados, como Sanfins e Briteiros.

Mas o que para nós é perfeitamente clara é a identificação da estrutura pétreia (Fig. 4) que aflora a nascente, com fiadas de pedras de tamanho médio ajustadas em construção hipogeia, com a fornalha desses edifícios balneares, deixando perceber a monumentalidade deste exemplar, em função da sua localização, dimensões e arquitectura, cuja escavação se considera de importância para o esclarecimento destas estruturas singulares da cultura castreja. De relevar, à partida, a presença de alguns seixos rolados com sinais de calcinação, de óbvia relação com o processo de produção de vapor nestes banhos de tipo sauna.

Com efeito, os edifícios destinados a banhos públicos sobressaem pelo seu aparato e técnica construtiva como monumentos especiais do conjunto arquitectónico castrejo, de que se conhecem diversos exemplares por todo o Noroeste (Fig. 5: Silva 1986 e Silva e Gomes 1992, 53; Almagro - Álvarez 1993), desde o Norte da Galiza e Astúrias à margem esquerda do rio Douro: Coaña, Pencia (2), Chao Sanmartín (Villa 1999) e Castiellu de Llagú, nas Astúrias (Villa 2000 e 2001; Berrocal *et alii* 2002, 115); no castro de Borneiro e no castro dos Prados, Ortigueira, na Coruña (Ramil 1995-96), Galiza Setentrional e Augas Santas, na Galiza meridional (Lorenzo Fernández 1948; Galegos e Monte da Saia, em Barcelos (Silva 1986); Sabroso e Briteiros (2) em Guimarães (Ribeiro 1930-34; Cardozo 1932 e 1946); Alto da Eiras, em Famalicão (Silva 2005); Sanfins, em Paços de Ferreira (Almeida 1974); Freixo, Marco de Canaveses (Dias 1997) Sardoura, em Castelo de Paiva, a Sul do Douro (Pinho 1947; Cardozo 1949); e estruturas

recentemente identificadas no Alto das Quintãs, Castro de Calvos, Póvoa de Lanhoso (Dinis 2002), no sopé de Maximinos, em Braga (Lemos *et alii* 2003) a que acrescenta este do castro de Roques, além de vestígios identificáveis noutras estações, v. g., no castro de Ribalonga, Alijó (Parente 2003, 115), no castro do Muro, Baltar, Paredes e no Monte Murado, Vila Nova de Gaia (Aráujo 1920).

Tomando a forma particular de construções hipogeias com câmaras de grandes monólitos aparelhados e com ornamentação do tipo «pedra formosa» de Briteiros (que era, aliás, elemento de um deles) normalmente situadas junto a fontes ou linhas de água nas partes baixas dos povoados, a sua função continua a ser objecto de controvérsia, mesmo depois de ter sido afastada a sua interpretação, mais vulgarizada, como «fornos crematórios» postos em relação com o rito funerário dos povos castrejos (Romero Masiá 1976, 136-157).

Esta função funerária (Ribeiro 1930-34; Cardozo 1932 e 1969; Uría Ríu 1941a e 1941b; García y Bellido 1966 e 1968; Lorenzo Fernández 1948; Tranoy 1981, 336-340) e outras hipóteses, como a de santuários (Sarmiento 1883, 14; Jordá Cerdá 1969, 8-12; Azevedo 1946), fornos de cozer pão (Gómez Tabanera 1980, 98) ou cerâmica (Fernández Fuster 1953, 1954 e 1955), fornos de fundição (Monteagudo 1952) ou ainda matadouros de animais (Azevedo 1946), que lhes foram atribuídas sem o devido fundamento, podem considerar-se abandonadas perante a consolidação da sua interpretação como balneários (Conde Valvís 1955; Chamoso Lamas 1955, 68-69; Almeida 1974; Silva 1983, 101, 135, 1983-84, 125 e 1986), que consideramos convenientemente comprovada pela escavação do monumento de Santa Maria de Galegos, Barcelos, que nos apareceu em apreciável estado de conservação, fornecendo-nos a planta mais acabada deste género de construções bem como outros valiosos dados de espólio para análise, ultrapassando os dos paralelos referenciados na área castreja.

Por este motivo e considerando o avanço dos dados obtidos em relação aos que constam da numerosa bibliografia que pormenorizadamente descreve e discute estes monumentos, remetemo-nos aos aspectos essenciais dos resultados da nossa intervenção no monumento de Galegos e nos elementos conseguidos a respeito do monumento do Monte da Saia, situados, com mais proximidade ao desta notícia, no vale do Cávado, que entendemos suficientes para o confronto mútuo e esclarecimento da posição que vimos assumindo face às diversas teses explicativas.

Para completar este quadro, acrescem os dados da descoberta do monumento escavado na rocha do Freixo, Marco de Canaveses (Dias 1997) e do monumento do Alto das Eiras, Vila Nova de Famalicão (Sarmiento 1970, 58-62; Silva 2005), entre outros dados recentes.

Do estudo efectuado no monumento do Monte da Saia, no sentido de superar a exiguidade das informações a ele referentes, resultou a possibilidade de se elaborar uma planta e alçado das estruturas ainda existentes e determinar aspectos fundamentais da sua construção, clarificando os apontamentos que, confessadamente de memória, nos foram transmitidos por F. Martins Sarmiento (Sarmiento 1970, 58-62).

Situado na freguesia de Chorente, quase na linha divisória desta com Chavão e Carvalhas (Barcelos), na base do castro, para W, em associação com nascentes de água, onde é conhecido por «Forno dos Mouros», este monumento mostrou a composição típica deste género de edifícios com quatro divisórias complementares, que são um átrio, uma ante-câmara, uma câmara e um forno.

O átrio, parcialmente soterrado, era de planta rectangular, com 5.25m no eixo transversal e 2.55m no eixo longitudinal, mostrando ainda vestígios de lajeado irregular, deduzindo-se, do alargamento do espaço para o lado esquerdo do eixo central, que aí estaria situado o tanque onde caía a água por uma caleira bífida no terminal, como a de Briteiros (Cardozo 1932, 22), e de que fariam eventualmente parte as duas conhecidas pedras esculpturadas que foram recolhidas por F. Martins Sarmiento (Cardozo 1985, 159).

A ante-câmara, muito destruída, era também rectangular (2.20 x 2.10m) assim como a câmara (2.55 x 2.10m), cujas paredes laterais não são de grandes monólitos mas construídas em alvenaria por pequenas pedras bem aparelhadas com troços em fiadas horizontais, denunciando reconstrução.

O forno era de planta subcircular, com diâmetro médio da base de 2.00m, crescendo, em falsa cúpula, até uma altura superior a 2.00m, segundo as dimensões existentes, e dava para a câmara por uma entrada com 1.15m de largura.

Deste modo, apesar de despojado de elementos significativos por sucessivas violações, verificou-se que restava deste monumento do Monte da Saia o suficiente para a sua caracterização e estabelecimento de analogias com os seus paralelos, de que o mais imediato é o de Santa Maria de Galegos, da mesma região, do outro lado do Cávado.

O monumento de Galegos encontra-se implantado no interior da muralha externa de um pequeno castro existente no lugar de Pena Grande no sopé do Monte do Facho ou Citânia de Roriz (Barcelos) e com certeza dele derivado como consequência de uma expansão demográfica, associado a uma nascente localizada nas imediações, uns 50m para E.

Repetindo genericamente o modelo tradicional, o primeiro compartimento deste edifício constitui um recinto relativamente espaçoso de planta aproximadamente quadrangular com um tanque, rectangular, situado no ângulo anterior esquerdo, onde caía água corrente, que era trazida da nascente por uma conduta e que escoava para o exterior por um esgoto situado no lado direito do átrio junto à entrada.

Os muros laterais são construídos em mamposteria com duas fiadas de pedras de aparelho irregular e o sector do tanque e paredes conexas em grandes monólitos aparelhados, que possuiria, segundo a altura dos muros perviventes, uma cobertura de materiais perecíveis, como também parece ter existido em Sanfins e certamente nos restantes, devendo tratar-se igualmente do único corpo do monumento que não estaria soterrado.

Mais uma vez ressaltam adequadas medidas de higiene havidas na condução, depósito e escoamento da água, que têm de ser interpretadas de acordo com a sua utilização. Torna-se sobretudo clara uma intenção de limpeza no encanamento da conduta formada por *imbrices*, quase todos com marcas de fabrico, algumas repetidas, feitas com os dedos, sucessivamente contrapostos formando tubo e protegidos por alinhamentos pétreos lateral e superiormente, assim como na pavimentação do tanque com *tegulae* bem ajustadas entre si, elementos que se mantiveram praticamente intactos graças aos cuidados postos na sua construção, que entendemos ser resultado de um arranjo na fase final do seu funcionamento. Neste aspecto, mostra-se diferente dos outros monumentos, que têm caleira de pedra, mas já o escoamento das águas excedentes se fazia como em Sanfins por um esgoto formado por guias laterais e cobertura de pedras.

Este espaço, com cerca de 14m² de área (4.00 x 3.5m), segundo as dimensões médias dos eixos longitudinal e transversal) é menor que o de Sanfins (18.48m²) e que o do Alto das Eiras, este bem mais amplo, e maior que o de Briteiros (12.00m²) e o do Monte da Saia (13.40m²), os únicos cujo estado de conservação permite estes confrontos.

O tanque, com 1.70 x 0.88 x 0.82m de comprimento, largura e altura internas, é também mais pequeno que o de Sanfins, que estava, de resto, associado a uma outra pia suplementar, quadrangular, de menores dimensões, formando assim um conjunto de planta mais complexa.

O núcleo principal deste monumento é constituído por duas câmaras complementares de planta e construção análogas, reproduzindo singularmente o esquema destes edifícios. Mas, pela primeira vez, se documenta uma ante-câmara com os seus elementos fundamentais, de que se destaca um pórtico monolítico com entrada de arco redondo de 1.70 m de altura e 1.07m de largura amparado por dois esteios laterais, um deles com decoração simbólica, encaixados em rasgos no pavimento segundo processo já observado em Sanfins, e a presença de dois bancos corridos, um de cada lado do seu interior, formando um espaço de planta quase quadrangular (2.15m de eixo longitudinal x 2.20m de eixo transversal).

A existência de uma porta larga, servindo de entrada, conta com paralelos em Sanfins, Briteiros e Quintãs e permitirá eventualmente corrigir as leituras feitas do monumento de Augas Santas, em que se poderá considerar, pelas dimensões da abertura (1.60m de altura x 0.63m de largura), como entrada da

ante-câmara o elemento desse balneário tido como estela de câmara, a menos que se trate, o que não nos parece verosímil, de uma nova tipologia de balneário com uma só câmara. Idêntica função terão desempenhado os dois monólitos ricamente decorados, formando arco como o de Galegos, recentemente aparecidos no sopé do castro de Ribalonga, junto ao do Pópulo (Alijó, Vila Real). Esta estrutura formaria a metade esquerda da entrada da ante-câmara, com altura interna de 1.59m, e a ornamentação da parte superior era constituída por um desenho heliolátrico, com 21 raios dextróginos partindo de uma cavidade central côncava e enquadrada por um círculo externo de 0.50m de diâmetro, uma série de três círculos encadeados e um motivo em espiga na parte inferior. Vestígios desta decoração na parte superior fazem supor a simetria da sua reprodução na outra metade em falta (Parente 2003, 115).

A presença de bancos na ante-câmara é também documentada no balneário recentemente descoberto em Braga, no monumento cavado do Freixo, e uma análise mais atenta do monumento de Sanfins permitiu-nos observar também vestígios da sua existência no muro lateral Norte, indicando tratar-se de um elemento constitutivo deste espaço que obviamente beneficia a interpretação que vimos seguindo. Evidência semelhante foi observada no balneário o Alto das Quintãs e no Alto das Eiras apontando-se neste exemplar, pelas marcas fixadas no pavimento e na estela central, tratar-se de dois exemplares alinhados perpendicularmente à entrada, com cerca de 2.80m de comprimento por 0.40m de largura e 0.50m de altura.

No fundo deste pequeno compartimento com 4.70m² de área, ergue-se a estela, com 2.70m de largura e 2.45m de altura máx., que a separa da câmara com que comunica através de uma pequena abertura, típica destes monumentos, com 0.51m de largura x 0.43m de altura, que tem a singularidade de apresentar um bloco transversal de reforço profusamente decorado nas faces visíveis e com rasgos na zona central para apoio das mãos, a facilitar a entrada, repetindo as situações, os processos e os pormenores de construção e utilização dos monumentos congêneres. Mesmo a decoração, apesar de não gravada na própria estela, não deixa de a distinguir com a sua peça mais nobre prototipizada na «pedra formosa» de Briteiros.

A câmara, integralmente construída, como a ante-câmara, por grandes monólitos aparelhados e cuidadosamente ajustados, formava uma verdadeira estufa de planta rectangular (2.45m long. x 2.08m transv.) com cobertura em duas águas, com altura interna média de 1.50m junto aos muros laterais e 2.20m na zona central, de que ainda encontrámos uma capa *in situ*, outra caída mas ainda encaixada no entalhe da parede lateral e as restantes derrubadas.

É também, neste aspecto, idêntica à construção de outros balneários congêneres com excepção para o do Monte da Saia, com paredes laterais de alvenaria de aparelho horizontalizado, porventura de reconstrução.

De salientar a presença no seu interior, sobre o pavimento lajeado, de alguns seixos rolados e numerosas pedras, pequenas e médias, calcinadas e polidas da mesma natureza de outras aparecidas no chão do forno, como as que observamos também no castro de Roques.

A fornalha, que comunicava com a câmara por uma entrada larga, flanqueada por dois esteios a servir de ombreiras, é de planta subcircular, com paralelos na generalidade dos monumentos, mas mais semelhante ao de Sanfins e Augas Santas, com 2m de eixo longitudinal e 1.90m de eixo transversal, subindo em falsa cúpula até à altura de 2.70m, em que era coberto por uma laje de 0,20m de espessura colocada horizontalmente e que tinha um orifício central com 0.20m de diâmetro estimado que servia de chaminé. É evidente o paralelo com a fornalha do castro de Roques, que é manifestamente de maiores dimensões.

Relativamente à parte superior desta estrutura, que teria chaminé, conseguimos, em Santa Maria de Galegos, um fragmento significativo que tornou possível a sua reconstrução com garantias de fidelidade, não se tendo recuperado a parte restante, que fora retirada previamente à nossa intervenção e utilizada na construção de uma casa nas imediações. Deste modo, se confirmam as sugestões fornecidas pelos vestígios de pedras perfuradas em Briteiros e Augas e também de Sanfins e Freixo, a partir dos fechos reconhecidos que apontam para soluções aproximadas.

O pavimento, de empedrado irregular, diferia do lajeado de toda a construção mesmo da do átrio, apresentando-se todavia bastante danificado.

Nesta análise descritiva se foi manifestando com certa nitidez a adequação destes monumentos a uma função balnear, como vimos defendendo, considerando desnecessário invocar demasiadamente as outras teorias, que se foram invalidando com argumentos anteriormente referidos no decurso da polémica que tem envolvido a interpretação funcional destes monumentos desde as discussões em torno da «Pedra Formosa», que conta com numerosas referências desde a mais antiga notícia que lhe diz respeito, datada de 1723, da autoria de Craesbeck (Cardozo 1932, 38), podendo seleccionar-se, de uma extensa bibliografia, os trabalhos de Sarmiento de 1904 e 1879= 1933, 470-480; Vasconcellos 1913, 616-618, que a consideraram respectivamente como uma ara de sacrifícios, ou para libações, e Hübner 1879, 19-20, 1880, 60ss e 1888, 232ss, entendendo-a como frontão de um monumento funerário, mas que fazia parte de um segundo balneário de Briteiros (Cardozo 1932, 44 e 1935).

Com efeito, esta solução, que fora primeiramente lançada por F. Conde Valvis e de certo modo também por M. Chamoso Lamas a partir da escavação do monumento de Santa Marina de Augas Santas e posteriormente adoptada por C. A. Ferreira de Almeida a propósito de Sanfins e que não convencera, com os dados aduzidos, os adeptos da sua interpretação como fornos crematórios (vg., Tranoy 1981, 341-346), conta agora com provas decisivas, que sistematizámos em consideração aos dados anteriormente conhecidos e aos entretanto conseguidos sobre a sua implantação, estrutura e índices de funcionamento.

A implantação destes monumentos, localizando-se, em geral, nas zonas baixas dos povoados nas proximidades de linhas de água ou de nascentes, relaciona-se directamente com a captação da água para os banhos de água fria e para a produção do vapor necessária para este tipo de banhos.

A sua construção soterrada, que também lhe poderia favorecer essa captação, tem por objectivo principal a manutenção do calor particularmente procurada através da técnica construtiva das câmaras em que se utilizaram grandes monólitos aparelhados e bem ajustados com as juntas vedadas, quando necessário, com argamassa barrenta, conforme testemunhámos pelo interior nos vestígios da união da cobertura da ante-câmara à estela de Galegos, e que igualmente se observara em Briteiros (Cardozo 1932, 16) e no Alto das Eiras (Silva 2005, 30, 43). Com a mesma finalidade terá sido o exterior recoberto por espessa camada barrenta, que se estendia sobre as lajes da cobertura, em toda a extensão, sobre a câmara e sem dúvida também sobre a ante-câmara, onde não foi registada estratigraficamente por ter sido retirada aquando da sua violação para remoção e reaproveitamento das lajes.

E se a planta e estrutura dos monumentos põem objecções óbvias a um funcionamento de carácter utilitário, como o de cozer pão ou cerâmica, fundir metais ou servir de matadouro, e também não deixaria de apresentar idêntica disfuncionalidade se destinados a lugar de cremação ou de sacrifício (Cfr., vg., Romero Masiá 1976, 153-157), comporta, por outro lado, todos os elementos necessários para a realização de banhos de vapor e água fria, conforme referido em Estrabão III, 3, 6, se bem interpretado.

Com o fogo aceso na fornalha, com ventilação pela entrada da câmara e chaminé a activar a combustão, procedia se simultaneamente ao aquecimento do ambiente e dos seixos rolados e outras pedras aí colocadas, que eram posteriormente trazidas para o interior da câmara e sobre as quais se lançava água fria para produzir o vapor, que aí se continha, funcionando como uma verdadeira estufa.

Trata-se, efectivamente, de um dado concludente de grande importância, para se poder considerar estes monumentos como destinados a banhos sauna, o achado deste espólio lítico utilizado para a produção de vapor em banhos deste género, a que se atribui tradicionalmente uma origem nórdica (vg., *Dictionnaire Encyclopédique Larousse*, 1976, 1274, vb. *sauna*).

Idêntico achado de materiais líticos se verificou no balneário castrejo do Freixo (Dias 1997) e no de Sanfins, que não foi considerado na sua escavação em 1972-73, segundo observação por nós feita no decurso de trabalhos de conservação e restauro realizados em 1993 em que referenciámos inúmeros exemplares de pedras removidas do interior do monumento. É curioso que já M. Cardozo destacava uma presença similar no interior do balneário de Briteiros de «um grande número de pedras roladas, de diversos

tamanhos, muito póidas, apresentando por vezes vestígios evidentes de terem sido requeimadas pelo fogo» (Cardozo 1932, 19), para que dera uma explicação que não se apresenta com verosimilhança uma vez que, para ele, teriam servido para polir a zona da entrada da câmara, o que não explica a sua enorme quantidade e níveis de calcinação nem condiz com o estado das faces das pedras por nós recolhidas, que têm as arestas boleadas mas as faces irregulares, longe de denunciarem uma utilização abrasiva em polimento. Segundo a nossa interpretação, o polimento dessa zona dos monumentos vem da fase da sua construção para comodidade de passagem e que, assim entendidas, reforçam a nossa posição.

Algumas dessas pedras eram de granito, mas a maior parte era constituída por seixos rolados com certeza trazidos do rio Cávado, que passa perto, e pequenos blocos de quartzo, porventura atendendo à sua particular dureza e capacidade calorífera e de resistibilidade à fractura provocada por brusco arrefecimento. A própria análise sugere essa utilidade, evidenciando uma sujeição a elevadas temperaturas por exposição directa ao fogo, tendo-lhes aderido uma camada de cinza e, além disso, uma película de calcário como resíduo da água fria que sobre elas era lançada para a obtenção do vapor.

É especificamente a este processo que se reporta o texto de Estrabão III, 3, 6 quando refere “banhos de vapor produzido por pedras aquecidas”, segundo a tradução literal, cujo sentido é respeitado na tradução de A. Schulten (1952, 210-211), sem no entanto a relacionar com este tipo de monumentos. Não serão também de aceitar outras versões, mais livres e descontextualizadas, que poderão ter origem em confrontos menos rigorosos com o original grego, como o próprio A. Schulten aponta em relação à de A. García y Bellido (1968, 118 - 119).

A interpretação de F. Lasserre (1966, 56), seguida por A. Tranoy, forçada, para evitar uma possível intenção filohelénica de Estrabão (Tranoy 1981, 345-346), acaba por adulterar o sentido do texto, cuja leitura se torna agora mais explícita com os dados arqueológicos.

Melhor explicada fica também a função da ante-câmara com a existência dos bancos, a indicar uma maior permanência num local com temperaturas moderadas, uma situação intermédia análoga à do *tepidarium* das termas romanas.

Os banhos de água fria citados por Estrabão, seguir-se-iam aos de vapor como nos banhos romanos e outros paralelos (Vg., Schulten 1952, 211), tendo lugar no átrio, eventualmente por imersão, nos tanques de água corrente.

Entre os índices de funcionamento, já observámos a existência de pedras calcinadas e desgastadas pela sua deslocação entre a fornalha e a câmara para a produção de vapor, a que se deve acrescentar a acumulação de carvões e cinzas na área do forno e sobretudo na parte exterior contígua ao átrio, para onde eram lançadas por ocasião das operações de limpeza, formando uma espessa camada, em situação idêntica à verificada em Sanfins (Almeida 1974, 166).

Se esta circunstância já, de si, desaconselha uma utilização como fornos crematórios, atendendo ao abandono das cinzas, também a ausência de matéria orgânica de origem animal, segundo as análises a que foram sujeitas amostras provenientes de Galegos, não abona essa pretensa função crematória não só em relação com os ritos funerários mas também com eventuais sacrifícios de animais quando tidos por «santuários de águas», do agrado de F. Martins Sarmiento, a partir dos relevos do monumento do Monte da Saia.

Mas quando rejeitamos, nestes termos, uma função estritamente sacral destes monumentos, ao entendê-los primariamente como utilitários, não deixamos de admitir uma envolvência de carácter religioso na prática do banho, salutar e purificador, eventualmente traduzido na simbólica dos motivos representados, com repetições que não poderão passar despercebidas, e ainda mais quando considerados com qualidades medicinais, segundo circunstância que o topónimo Augas Santas de um desses monumentos exemplarmente denuncia.

E, com estes dados, se entende melhor esclarecido o problema da função destes discutidos monumentos, que o estudo do balneário castrejo do Freixo mais terá reforçado ao evidenciar a sua substituição por umas termas romanas, situação que de certo modo também se aproxima o caso de Braga, recentemente testemunhado.

O paralelo, entretanto estabelecido com um monumento congénere referenciado no castro de Ulaca (Solosancho, Ávila), na Meseta, permitiu uma nova abordagem sobre as áreas de dispersão e o significado desta prática banhar, ora interpretada em contexto de proto-celtização ou celtização relacionada com rituais iniciáticos dos guerreiros castrejos (Almagro - Moltó 1992; Almagro - Álvarez 1993) e a sua preparação física. Em nossa opinião, porém, esta solução não exclui a de poder funcionar também, cumulativamente ou em separado, como nos é sugerido pela existência de dois monumentos em Briteiros, para banhos rituais de carácter medicinal, como os que se registam em textos sânscritos da medicina ayur-védica com recurso a óleos, plantas e outros elementos, documentados em diversas áreas indo-europeias (Silva 2003, 48).

A tipicidade e constância dos elementos decorativos, por vezes havidos como meramente ornamentais, parecem suportar a sua interpretação simbólica num quadro de religiosidade de aparente relação aos três elementos de base dos humores vitais da tradição indo-europeia referida, designadamente: o fogo, princípio de combustão e fonte de energia, simbolizado em composições com base no círculo; o vapor ou o ar, sopro da vida, significado porventura por motivos encadeados, de SS ou círculos; e a água, matéria comum a todas as secreções, representada por linhas ondulantes, se é que esta iconografia não representa a estruturação tripartida e trifuncional, da soberania, força e fecundidade, segundo o esquema duméziliano. Em qualquer caso, indicações de uma matriz indo-europeia, que pensamos reportar-se a contextos pré-célticos, denunciados por outras vias, designadamente epigráfica e linguística, como componentes da cultura indígena.

Monumentos de arquitectura singular no âmbito da cultura castreja do Noroeste peninsular (Fig. 5), com dois núcleos e tipologias individualizados pela localização geográfica (um entre as bacias do Douro e Minho, de tipo I, e outro no Norte da Galiza e Astúrias, tipo II), pelo material de construção (granito/xisto), particularidades de implantação (zonas baixas/zonas altas), estruturas (planta do forno subcircular/rectangular, átrio no alinhamento do eixo central/posição lateral) e técnica construtiva (utilização de monólitos/alvenaria), entre as mais significativas, de que se poderá individualizar um terceiro tipo, pela singularidade da sua construção rupestre, sem que lhes possamos apontar paralelos para relação nem descobrir antecedentes em que se radiquem, que terão existido em estruturas perecíveis, situam-se, cronologicamente, segundo os elementos conhecidos das suas escavações confirmados pelos dados estratigráficos relativos à construção do monumento de Galegos, na fase III da nossa periodização.

Com abundante espólio recolhido na escavação deste monumento, que se reporta, como seria natural, à fase final da sua utilização e a depósitos ulteriores de abandono, destruição e violações ilustrados nos cortes estratigráficos registados, foram também conseguidos alguns fragmentos de cerâmica castreja nas zonas intervencionadas para o estudo da sua implantação, que no lado Sul atingiu o solo natural, contando entre os elementos obtidos fragmentos de *dolia* e taças e outros vasos de perfil em S feitos à roda, da fase III, certamente da sua primeira parte (IIIA).

Alguns elementos constantes da sua estrutura, já referidos, como os *imbrices* da conduta e as *tegulae* que ladrilham o fundo do tanque apontam para uma fase final de utilização em época romana, o que é confirmado por abundante espólio de cerâmica comum e alguma sigillata hispânica, entre a qual uma forma Drag. 27, recolhida no estrato de ocupação do átrio, que sugere uma cronologia do séc. II d.C., documentando-se posteriormente diversos estratos de abandono e destruição e violação recente, que deve ter tido como finalidade a remoção das lajes de cobertura da ante-câmara.

Assimilados por Estrabão a hábitos espartanos, segundo pensamos, sem intenção de os referenciar a uma origem helénica, que os dados cronológicos disponíveis desaconselham, garantindo não se tratar de uma versão indígena das termas romanas (Conde Valvís 1955, 443-446; Almeida 1974, 167; Calo Lourido 1993, 151), conforme se deduz dos resultados da escavação do balneário pré-romano de Braga (Lemos *et alii* 2004), a construção destes edifícios de clara utilidade pública, de indesmentível originalidade, corresponde, a par de outras construções que se destinavam a serviços religiosos e políticos,

a um momento de progresso da organização da sociedade que se reflecte, em termos materiais, num ordenamento proto-urbano em que se torna nítida a preocupação de seleccionar e distribuir os espaços públicos e domésticos segundo um plano que consideramos característico da última etapa da cultura castreja, para cujo entendimento a escavação deste balneário poderá vir a constituir valioso contributo.

BIBLIOGRAFIA

- ALMAGRO-GORBEA, M.; ÁLVAREZ SANCHÍS, J.R.(1993) - La “sauna” de Ulaca: saunas y baños iniciáticos en el mundo céltico, *Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra*, 1, p. 177-232.
- ALMAGRO-GORBEA, M.; MOLTÓ L. (1992) - Saunas en la Hispania prerromana, *Actas de la Mesa Redonda “Aguas Mineromedicinales, Termas curativas y Culto a las Aguas en la Peninsula Ibérica” (= Espacio, Tempo y Forma*, 3 (5)), Madrid, p. 67-102).
- ALMEIDA, C. A. F. (1974) - O monumento com forno de Sanfins e as escavações de 1973, *III Congresso Nacional de Arqueologia*, 1974, p. 149-172.
- ALMEIDA, C. A. F. (1978) - *Castelologia Medieval de Entre Douro-e-Minho*, Porto, (dactil).
- ALMEIDA, C. A. B. (1990) - *Proto-História e Romanização da Bacia Inferior do Lima*, Centro de Estudos Regionais, Viana do Castelo
- ARAÚJO, J. R. (1920) - *Perosinho - Apontamentos para a sua monographia*. Porto (reimp. 1980).
- AZEVEDO, A. (1946) - O «Monumento Funerário» da Citânia (Nova interpretação), *Revista de Guimarães*, 56 (1-2), p. 150-164.
- BERROCAL RANGEL. L.; MARTÍNEZ SECO, P.; RUÍZ TRIVIÑO, C. (2002) - *El Castiellu de Llagú.*, Madrid (BAH, 13).
- CALO LOURIDO, F. (1993) - *A cultura castrexa*, Vigo.
- CARDOZO, M. (1932) - *A última descoberta arqueológica na Citânia de Briteiros e a interpretação da «Pedra Formosa»*, Guimarães (= *Revista de Guimarães*, 41 (1-2), 1931, p. 55-60; 41 (3), 1931, p. 201-209; 41 (4), 1931, p. 250-260; 42 (1-2), 1932, p. 7 -25; 42 (3-4), 1942, p. 127-139).
- CARDOZO, M. (1935) - Possível identificação do primitivo local da «Pedra Formosa» na Citânia de Briteiros, *Revista de Guimarães*, 45 (3-4), p. 150-153.
- CARDOZO, M. (1946) - O «monumento funerário» da Citânia, *Revista de Guimarães*, 56 (3-4), p. 289-308.
- CARDOZO, M. (1949) - Nova estela funerária do tipo da «Pedra Formosa», *Revista de Guimarães*, 59 (3-4), p. 487-516.
- CARDOZO, M. (1969) - O acesso ao interior da câmara funerária hipogeia da Citânia de Briteiros, *Archivo Español de Arqueología*, 42 (119-120), Madrid, p. 204-208.
- CARDOZO, M. (1985) - *Catálogo do Museu Martins Sarmento, 1.º parte: Secção lapidar e de escultura*. Guimarães, 3.ª ed. (1.ª ed., 1935; 2.ª ed., 1972).
- CHAMOSO LAMAS, M. (1955) - Santa Mariña de Aguas Santas (Orense), *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 10 (30), Santiago de Compostela, p. 41-88.
- CONDE VALVÍS, F. (1955) - Las termas romanas de la «Cibdá» de Armea en Santa Marina de Aguas Santas, *III Congreso Arqueológico Nacional* (Galicia, 1953), Zaragoza, p. 432-446.
- COUTO, A.; VIANA, T. S.; ARAÚJO, J. R. (1935) - Subsídios Etnográficos, *Alto Minho*, 1, Viana do Castelo, p. 27-30.
- CUNHA, A. R. (1945) - Ensaio de Toponímia - Roques, *Acção Católica*, 39, Braga, p. 264-268.

- DIAS, L. A. T. (1997) - *Tongobriga*, Lisboa.
- DINIS, A. P. (2002) - O balneário do Alto de Quintãs (Póvoa de Lanhoso, Norte de Portugal). Um novo caso a juntar ao livro negro da arqueologia de Entre-Douro-e-Minho, *Mínia*, 3ª Série, 10, Braga, p. 159-179.
- FERNÁNDEZ FUSTER, L. (1953) - Sobre la interpretación de los monumentos con «pedras formosas», *Archivo Español de Arqueología*, 26 (88), Madrid, p. 379-384.
- FERNÁNDEZ FUSTER, L. (1954): Interpretación de la «Piedra Formosa» de Briteiros», *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 9 (27), Santiago de Compostela, p. 15-33.
- FERNÁNDEZ FUSTER, L. (1955): La «Pedra Formosa» de Briteiros, *III Congreso Arqueológico Nacional* (Galicia 1953), Zaragoza, p. 372-374.
- GARCÍA y BELLIDO, A. (1966) - O problema dos enterramentos na cultura castreja, *Revista de Guimarães*, 76 (1-2), p. 5-24.
- GARCÍA y BELLIDO, A. (1968): Cámara funeraria de la cultura castreña, *Archivo Español de Arqueología*, 41 (117-118), Madrid, p. 16-44.
- GOMEZ-TABANERA, J. M. (1980) - Aspectos de la cultura castreña en sus manifestaciones en Asturias y de los modos de producción en las sociedades protohistóricas del NW de la Península Ibérica, *I Seminário de Arqueologia de Noroeste Peninsular*, 2, Guimarães, p. 87-110.
- GUERRA, L. F. (1900) - Límia e Brutóbriga, *O Arqueólogo Português*, 5, Lisboa, p. 2-7.
- HÜBNER, E. (1879) - Citânea, *Archeologia Artística*, 1 (5), p. 19.
- HÜBNER, E. (1880) - Citânia, Altherthümer in Portugal, *Hermeszeitschrift für Classische Philologie*, Berlin, 1880.
- JAMESON, F. (1984) – Postmodernism, or, the cultural logic of Late Capitalism, *New Left Review*, nº 146.
- JORDÁ CERDÁ, F. (1969) - *Guía del Castrillón de Coaña.*, Salamanca, 1969.
- LASSERRE, F. (1966-69) - *Strabon, Géographie*, Paris, 1966 (2), 1969 (1).
- LEAL, A. P. (1886) - *Portugal Antigo e Moderno*, 11, Lisboa, 1886.
- LEMOIS, F.S.; LEITE, J.M.F.; BETTENCOURT, A.M.S.; AZEVEDO, M. (2003) – O balneário pré-romano de Braga, *Al-madan*, II Série, 12, Almada, p. 43-46.
- LORENZO FERNÁNDEZ, J. (1948) - El monumento proto-histórico de Águas Santas y los ritos funerarios de los castros, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 2 (10), Santiago de Compostela, p. 157-211.
- QUEIROGA, F. M. V. R. (2003) - *War and Castros*, Oxford (BAR, IS 1198) (= Oxford, 1992, Diss. Doutoramento, policop.)
- QUEIROGA, F. M. V. R.; DINIS, A. P.(1997) – A estrutura de banhos castreja do castro das Eiras, Vila Nova de Famalicão, *Actas do Colóquio de Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida*. Santiago de Compostela (prelo).
- MACIEL, T. (2003) - *O povoamento proto-histórico do Vale do Neiva*, Antas – Esposende (= Porto, 1997, Diss. Mestrado policop.).
- MONTEAGUDO, L. (1952) - Monumentos propiedad de la Sociedad Martins Sarmiento, *Archivo Español de Arqueología*, 25 (85), Madrid, p. 112-116.
- MOREIRA, M. A. F. (1982) - A romanização do litoral do Alto Minho, *Caminiana*, 6, Caminha, p. 54.
- NEVES, L. Q. (1946) - Na citânia de Roques - a Bôca da Serpe, *Arquivo do Alto Minho*, 2, Viana do Castelo, p. 56-61.
- NEVES, L. Q. (1959) - O castro do “Santinho” ou Roques no termo de Viana do Castelo, *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, 1, Lisboa, p. 381-387.

- NEVES, L. Q. (1965) - Os Castros do Norte de Portugal, *Lucerna*, 4, Porto, p.172-180.
- NUNES, H. B. (1979) - Uma visita ao castro do Santinho (Roques), *Festa das Neves*, 6, Viana do Castelo, p. 18-24.
- PAÇO, A. (1968) - A Citânia de Sanfins, *Revista de Etnografia*, 20 (2), Porto, p. 329-354.
- PARENTE, J. (2003) - *O Castro de S. Bento (concelho de Vila Real) e o seu ambiente arqueológico*. Vila Real.
- RAMIL, G. E. (1995-96) - O monumento com forno do Castro dos Prados-Espasante (Ortigueira, A Coruña) Memoria de investigação, *Brigantium*, 9, A Coruña, p. 13-60.
- RIBEIRO, F. (1930-34) - Novas descobertas arqueológicas na Citânia de Briteiros, *Revista de Guimarães*, 40 (3-4), p. 171-175; 44 (3-4), p. 205-208.
- ROMERO MASIÁ, A. (1976) - *El habitat castreño*, Colexio de Arquitectos de Galicia, Santiago de Compostela.
- SARMENTO, F. M. (1970) - Os inéditos de Martins Sarmiento, *Revista de Guimarães*, 80 (1-2), p. 5-72.
- SARMENTO, F. M. (1888) - Antigualhas, *Revista de Guimarães*, 5, p. 150.
- SARMENTO, F. M. (1999) - *Antiqua*, Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães.
- SCHULTEN, A. (1952) - *Estrabón, Geografía de Iberia*. Barcelona (Fontes Hispaniae Antiquae, 6).
- SILVA A.C.F. (1981-82) - Novos dados sobre a organização social castreja, *Portugalia*, Nova Série, 2-3, p. 83-94 (= *III Colóquio de Línguas e Culturas Paleohispânicas da Península Ibérica*, Salamanca, 1985, p. 201-224).
- SILVA A.C.F. (1983) - *Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira)*. Paços de Ferreira.
- SILVA A.C.F. (1983-84) - A cultura castreja no Noroeste de Portugal: habitat e cronologias, *Portugalia*, Nova Série, 3-4, (Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste), Porto, p. 121-129.
- SILVA A.C.F. (1986) - *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- SILVA A.C.F. (2003) - Expressões guerreiras da sociedade castreja, *Madrider Miteillungen*, 44, Maines am Rheim, p. 41-50.
- SILVA, A.C.F.; GOMES, M.V. (1992) - *Proto-História de Portugal*, Lisboa.
- SILVA, A. C. F. (Coord. de); DINIS, A. P.; OLIVEIRA, F.; QUEIROGA, F. M. V. R. - "Vila Nova de Famalicão - Do Neolítico à Romanização", *História de Vila Nova de Famalicão*, Vila Nova de Famalicão, 2005, p. 11-61.
- TRANOY, A. (1981) - *La Galice romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Paris (Publications du Centre Pierre Paris, 7).
- URIA RÍU, J. (1941a) - Excavaciones en el Castellón de Coaña, *Revista de la Universidad de Oviedo*, 2.
- URIA RÍU, J. (1941b) - Ritos funerários en las cámaras de Briteiros y Coaña, *Revista de la Universidad de Oviedo*, 3.
- VASCONCELLOS, J. L (1900) – Extractos da correspondência de Francisco Martins Sarmiento (1881-83), *Revista de Guimarães* (Número especial dedicado a Francisco Martins Sarmiento), Porto, p. 83-96.
- VASCONCELOS, J. L. (1913) *Religiões da Lusitania*, 3, Lisboa (reimp. 1981).
- VASCONCELOS, J. L. (1917) - Coisas Velhas, *O Arqueólogo Português*, 22, Lisboa, 1917, p. 107-169.
- VIANA, A. (1932) - Justificação para um cadastro de monumentos arqueológicos para o estudo da Arqueologia do Alto Minho, *Anuário do Distrito de Viana do Castelo*, 1, p. 154-164.
- VILLA VALDÉS, A. (1999) - Castro del Chao Samartín (Grandas de Salime), *Excavaciones arqueológicas em Asturias, 1995-1998*, 4, p. 11-123.

VILLA VALDÉS, A. (2000) - Saunas castreñas en Asturias, in Fernández Ochoa-Entero (ed.), *Termas romanas en el Occident del Imperio*, Gijón, p. 97-114.

VILLA VALDÉS, A. (2001) - Edificios termales en los castros asturianos, *Revista de Arqueología*, 241, Madrid, p. 18-27.

WALSH, M. (1994) – *Representation of the past: Museums and heritage in the postmodern world*, Routledge, London – New York, 1994.

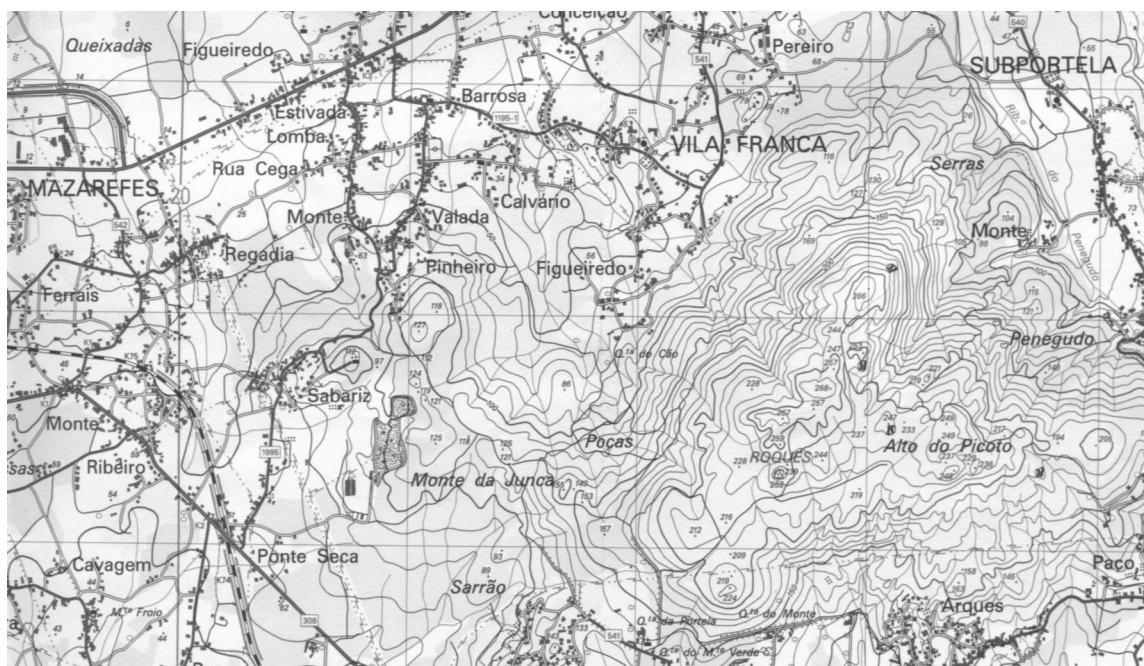


Fig. 1 - Carta Militar de Portugal, 1: 25.000 - Folha 40 (Pormenor).



Fig. 2 - Castro de Roques.



Fig. 3 - Vista da Foz do Lima tomada a partir do Castro de Roques.



Fig. 4 - Balneário do Castro de Roques.

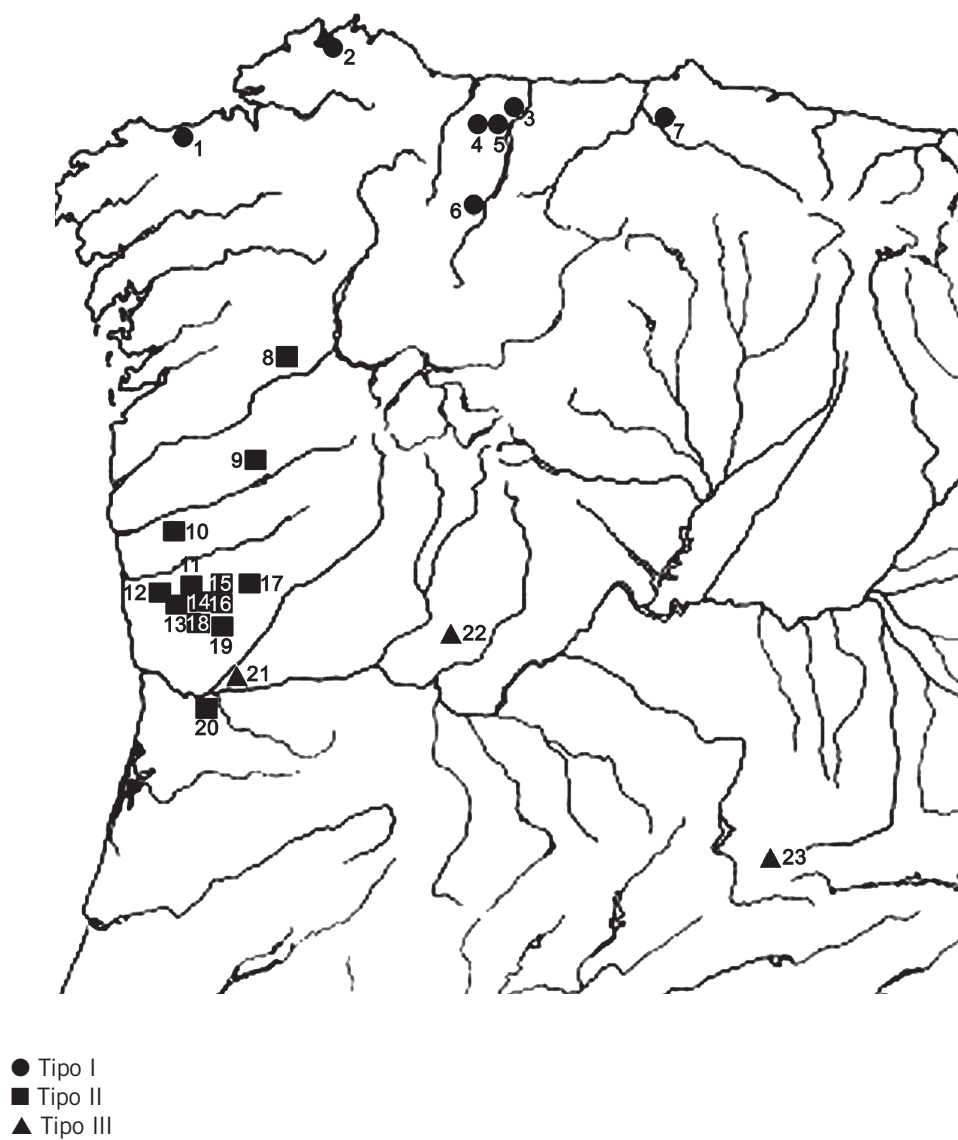


Fig. 5 - Distribuição dos balneários castrejos no Noroeste da Península Ibérica.

Novos dados sobre o tesouro do Monte do Senhor dos Perdidos (Penacova, Felgueiras)

Rui M. S. Centeno¹
J. M. Mendes Pinto²

ABSTRACT

Study of a set of 34 *denarii*, belonging to a hoard found in Monte do Senhor dos Perdidos (Penacova, Felgueiras), of which only 26 pieces were known (published in 1987). This material, from distinct private collections, makes it possible to establish a different chronology as far as its occulation is concerned (probably during the reigns of Claudius I or Nero).

Nos inícios de Setembro de 1972, na freguesia de Penacova, concelho de Felgueiras, ao proceder-se à terraplanagem de um terreno com uma escavadora tendo em vista a sua transformação em terreno agrícola, começaram a aparecer dezenas de moedas de prata com aspecto antigo que logo despertaram a curiosidade dos populares.³

Nesse local, na encosta do Monte do Senhor dos Perdidos, há muito que se sabia da existência de vestígios de um castro, sendo habitual o aparecimento de muros enterrados e de fragmentos cerâmicos e tégula, popularmente conotados com romanos e “mouros”.

Espalhada a notícia, acrescida do facto de se tratar de peças de prata, as moedas foram avidamente procuradas e adquiridas por vários interessados, colecionadores uns, simples curiosos outros, o que provocou o desmembramento do conjunto e suscitou a intervenção das autoridades.

A 15 de Setembro, o Director Geral dos Assuntos Culturais do Ministério da Educação oficiava o Presidente da Câmara de Felgueiras no sentido de ser evitada a destruição da estação arqueológica e de recolher informação sobre o achado das moedas, o que desencadeou um processo de investigação que culminou com um pedido da Câmara ao Comandante do posto da Guarda Nacional Republicana de Felgueiras no sentido de averiguar quem detinha moedas provenientes do dito achado.

¹ Universidade do Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras.

² Universidade Católica do Porto.

³ Nos finais dos anos setenta as informações recolhidas sobre o achado apontavam para o aparecimento das moedas por ocasião da abertura dos caboucos para a construção de uma casa (Rui M.S. Centeno, *Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192*, (Anexos Nummus, 1), Porto, 1987, p. 65, Tesouro 54.

Foram então referenciadas onze pessoas que detinham 41 moedas, a que se acresciam mais 25 entretanto adquiridas pela Câmara Municipal. Contudo, o total do achado deveria ultrapassar a centena de exemplares: para além das moedas já negociadas e cujo rasto se perdeu, houve quem não denunciasse a posse de qualquer exemplar ou quem declarasse apenas um pequeno número de numismas, com medo de vir a ficar sem eles, como viemos a comprovar, pelo que se torna muito difícil precisar actualmente o número exacto de moedas que compunham o tesouro do Monte do Senhor dos Perdidos.

Em 1987, um dos signatários⁴ publica o inventário de um lote constituído por 25 *denarii* deste tesouro, que se encontravam na posse da Câmara Municipal de Felgueiras, mais 1 exemplar propriedade de um coleccionador da região de Paços de Ferreira. Apesar de referenciado anteriormente⁵, o tesouro permaneceu inédito até ao estudo destas primeiras 26 moedas. Quando em 1989 o segundo signatário iniciou o estudo da Carta Arqueológica de Felgueiras tendo em vista a sua inclusão no PDM, então em preparação, constatou a existência de vários lotes de peças deste tesouro na posse de particulares. A publicação de uma monografia sobre Felgueiras, onde se mostrava uma fotografia com alguns anversos e reversos de 13 *denarii* deste tesouro que não condiziam com os 26 já conhecidos⁶, fez desencadear o processo que veio permitir o estudo das moedas agora publicadas. O autor desta obra possuía também fotografias dos anversos e reversos não publicados, o que permitiu a identificação completa das moedas por si reveladas, além de ser proprietário de mais dois *denarii*. Mais tarde, foram estudados dois lotes, um de 5 moedas e outro de 6, sendo que este estava ainda na posse do achador do tesouro. Mais recentemente, no âmbito da investigação em curso no Mosteiro de Pombeiro⁷, detectaram-se mais 8 denários na posse de um coleccionador local.

Reuniu-se, assim, um conjunto de mais 34 moedas, fazendo subir para 60 o número total de exemplares estudados do tesouro monetário do Monte do Senhor dos Perdidos. Como foi referido, o achado original terá rondado a centena de exemplares, a avaliar por uma listagem, elaborada à época e a que tivemos acesso, que permitiu identificar mais nove indivíduos detentores de moedas com quem não foi possível entrar em contacto.

O novo material agora revelado, para além de permitir o conhecimento de cerca de 60% do total de moedas, faz baixar a data da constituição deste depósito, pelo menos, para o reinado de Claudius I⁸. Na verdade, o lote publicado em 1987 fechava com 11 *denarii* de Tiberius da série *Pontif Maxim*, pertencentes às emissões do final deste reinado⁹, já sugeria o encerramento do depósito entre os últimos anos de Tiberius e o curto reinado de Gaius. Como seria de esperar e se observa no quadro seguinte, os dois lotes apresentam um padrão idêntico:

⁴ Rui M.S. Ceteno, *op., cit.*, p. 65-66.

⁵ I. Pereira, J.-P. Bost e J. Hiernard, *Fouilles de Conimbriga, III. Les monnaies*, Paris, 1974, p. 197 N. Erradamente, este tesouro aparece localizado no distrito de Coimbra.

⁶ Maurício Antonino Fernandes, *Felgueiras de Ontem e de Hoje*, Felgueiras, 1989, p. 35. Este autor (p. 35, nota 8) informa também que o tesouro compreendia cerca de 100 moedas, depositadas num vaso, atribuindo, por lapso, a data do achado ao ano de 1979.

⁷ José Marcelo S. Mendes Pinto, *Escavações arqueológicas no Mosteiro de Santa Maria Maior de Pombeiro de Riba-Vizela*, Porto, 1998 (Relatório da campanha de 1997, polic.).

⁸ Catálogo, moeda n.º 60.

⁹ Quatro destas peças pertencem aos Grupos V e VI de J.-B. Giard, *Le monnayage de l'atelier de Lyon des origines au règne de Caligula (43 avant J.-C.-41 après J.-C.)*, Wetteren, 1983, n.º 152 e 154, datadas entre Julho de 33 e a morte de Tiberius, em 16 de Março de 37. C.H.V. Sutherland, em "The Pontif Maxim aurei of Tiberius", *Quaderni Ticinesi. Numismatica e Antichità Classiche*, XVI, 1987, p. 217-27, recuperando com alterações a proposta cronológica de H. Mattingly para a série *Pontif Maxim* (*Coins of Roman Empire in the British Museum, Volume I. Augustus to Vitellius*, London, Reimpr. 1976, p. cxxx), defende uma cronologia similar para estas emissões, entre os anos 31 e 37.

Períodos ¹⁰	Lote A (1987)	Lote B	Lotes A + B
c.143-c.125	13, 87 %	-	1 1,67 %
c.124-c.92	27, 69 %	2 5,88 %	4 6,67 %
91-79	27, 69 %	3 8,82 %	5 8,33 %
78-49	13, 87 %	5 14,70 %	6 10,00 %
49-45	27, 69 %	2 5,88 %	4 6,67 %
44-28	415, 38 %	4 11,76 %	8 13,33 %
27-2 a. C.	-	1 2,94 %	1 1,67 %
2 a.C.-14	311, 54 %	3 8,82 %	6 10,00 %
14-37	1142, 31 %	12 35,39 %	23 38,33 %
37-41	-	1 2,94 %	1 1,67 %
41-54	-	1 2,94 %	1 1,67 %
Total de ex.	26	34	60

A composição dos dois lotes seria praticamente igual, não fossem as duas moedas mais recentes do designado lote B. No seu conjunto mais de 50% das moedas estudadas são posteriores a Augustus, realçando-se a abundância do numerário tiberiano e a raridade de exemplares de Gaius e Claudius I, já testemunhada por outros tesouros contemporâneos¹¹. Note-se que apenas 6 dos 23 denarii de Tiberius pertencem ao período final do reinado, entre 33 e 37, reflectindo uma provável diminuição da produção de moeda de prata¹², que se prolongou pelos reinados de Gaius¹³, Claudius I¹⁴ e Nero¹⁵.

Mesmo sendo muito escassos na Hispânia depósitos monetários datáveis da época dos três últimos imperadores júlio-claudianos¹⁶ que pudessem servir para confronto neste estudo, torna-se sugestiva a semelhança do nosso tesouro com o de Castromao (Celanova, Orense) que, além de incluir um *aureus* de Claudius I, fecha com uma moeda de Nero, datada de 56-57¹⁷, parecendo por isso mais moderno. Mas os nítidos sinais de desgaste, resultante da sua utilização durante alguns anos, evidenciados pelos exemplares mais recentes, de Gaius e Nero Claudius Drusus, do conjunto monetário do Monte do Senhor dos Perdidos permitem apontar uma data para o seu ocultamento que poderá ser similar à do tesouro de Castromao ou, um pouco anterior, dos últimos anos do reinado de Claudius I.

Entre os *denarii* estudados, 20 apresentam diversas marcas de punção (no anverso n.º: 1-2, 4-10, 13, 16-18, 20, 22-24, 29, 35; no anverso e reverso n.º: 25) representado cerca de 33 % do total de moedas. A marcação com punção de moedas de prata e de ouro é um fenómeno bem documentado na amoedação romana, atribuído aos *nummularii*¹⁸, tendo por finalidade verificar a qualidade do metal ou se

¹⁰ Utiliza-se aqui a mesma divisão de períodos adoptada por Rui M.S. Centeno, *op. cit.*, p. 172.

¹¹ Também são raros os exemplares datados dos primeiros anos do reinado de Nero, cf. Rui M.S. Centeno, *op. cit.*, p. 225.

¹² Ou então uma baixa no aprovisionamento da Hispânia, cf. Rui M.S. Centeno, *op. cit.*, p. 225, nota 87. C. Rodwald, *Money in the Age of Tiberius*, Manchester, 1976, p.16, defende um aumento da produção de moeda após a crise financeira de 33, sendo seguido por R. Duncan-Jones, *Money and Government in the Roman Empire*, Cambridge, 1994, p. 100, 250-51.

¹³ Rui M.S. Centeno, *op. cit.*, p. 225, nota 86 e A. Savio, *La coerenza di Caligola nella gestione della moneta*, Firenze, 1988, p. 45.

¹⁴ Rui M.S. Centeno, *ibidem*; R. Duncan-Jones, *op. cit.*, p. 100

¹⁵ R. Duncan-Jones, *op. cit.*, p. 201 e 221.

¹⁶ Rui M.S. Centeno, *op. cit.*, p. 223 e nota 77; M.ª de las Cruces Blázquez Cerrato, *La circulación monetaria en torno a la vía de la Plata desde sus inicios hasta fines del reinado de Commodo*, Salamanca, 1993, p. 67-71 (polic.). Na Estremadura não foi inventariado qualquer tesouro fechando com moedas destes três imperadores, cf. J. Ruivo, *Circulação monetária na Estremadura portuguesa até aos inícios do séc. III*, (Anexos Nummus, 5), Porto, 1997, p. 99-105.

¹⁷ Rui M.S. Centeno, *op. cit.*, p. 43-4, Tesouro 25 e p. 224.

¹⁸ Sobre as funções destes cambistas cf. J. Andreau, *Banque et affaires dans le monde romain (Ive siècle av. J.-C. – IIe siècle ap. J.-C.)*, Paris, 2001, p. 76-8.

a moeda era forrada. Esta prática, generalizada por todo mundo romano e frequente durante a República, terá caído em desuso nos primeiros tempos do Principado, sendo muito rara no numerário de prata posterior a Augustus¹⁹. Confirmando as indicações fornecidas por diversos estudos anteriores, no nosso achado cerca de 64 % (18 em 28 ex.) dos *denarii* republicanos têm marcas de punção, baixando esta percentagem para cerca de 28 % (2 em 7 ex.) no reinado de Augustus e desaparecendo nos numismas posteriores, facto que poderá revelar uma preferência dos aforradores por moeda marcada pelos *nummularii*, sinónimo de numerário de boa qualidade²⁰.

CATÁLOGO

Foram incluídos neste inventário todos os exemplares conhecidos do tesouro, optando-se por dar na coluna referente ao paradeiro, para as moedas publicadas em 1987, apenas a indicação do seu número de ordem em *CMNH*. Como foi referido, estas peças pertencem à Câmara Municipal de Felgueiras (25 ex.) e a um colecionador particular de Paços de Ferreira (moeda n.º 54 do catálogo), não se apresentando agora as suas fotografias, uma vez que já anteriormente foram dadas à estampa.

Uma boa parte das ilustrações das 34 novas moedas reproduzem fotografias de pouca qualidade que nos foram cedidas para a classificação da maioria dos numismas, não tendo sido possível obter imagens dos reversos dos exemplares n.º 2, 11, 21, 34, 35, do anverso do n.º 48 e dos anverso e reverso do n.º 58. Como se constata no catálogo também não houve oportunidade de proceder à pesagem destes exemplares.

Abreviaturas

<i>CMNH</i>	R.M.S. Centeno, <i>Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192</i> . Porto, 1987 (p. 65-6, tesouro 54).
<i>Felgueiras</i>	M. Antonino Fernandes, <i>Felgueiras de ontem e de hoje</i> . Felgueiras, 1989 (p. 35, ests. 7 e 7a).
Fonseca	Colecção do Padre António Teixeira da Fonseca (Padres Vicentinos, Sta. Quitéria, Felgueiras).
Giard	J.-B. Giard, <i>Le monnayage de l'atelier de Lyon des origines au règne de Caligula (43 avant J.-C.-41 après J.-C.)</i> . Wetteren, 1983.
JSilva	Colecção do Dr. José da Silva (Porto).
Maurício	Colecção do Dr. Maurício A. Fernandes (Felgueiras).
Ribeiro	Colecção do Sr. Ribeiro (Penacova, Felgueiras).
<i>RIC</i>	C.H.V. Sutherland, <i>The Roman Imperial Coinage</i> . Volume I: From 31 BC to AD 69. Londres, 1984 ² .
<i>RRC</i>	M.H. Crawford, <i>Roman Republican Coinage</i> . Cambridge, 1974.

¹⁹ Rui M.S. Centeno, *op. cit.*, p. 243-44.

²⁰ Rui M.S. Centeno, *op. cit.*, p. 244.

NOVOS DADOS SOBRE O TESOURO DO MONTE DO SENHOR DOS PERDIDOS (PENACOVA, FELGUEIRAS)

N.º	Entidade Emissora	Casa da Moeda	Cronologia	Peso	Paradeiro	Referência
1.	M. Vargunteius	Roma	130 a.C.	3.66g	CMNH 1	RRC 257/1
2.	M. Sergius Silus,	Roma	116-5 a.C.	-	Felgueiras 13	RRC 286/1
3.	L. Thorius Balbus	Roma	105 a.C.	3.28g	CMNH 2	RRC 316/1
4.	C. Coelius C.f.C.n. Calvus	Roma	104 a.C.	-	Ribeiro 1	RRC 318/1a
5.	C. Publicius Malleolus, A. Postumius Albinus, L. Metellus	Roma	96 a.C.	3.82g	CMNH 3	RRC 335/1a-b
6.	D. Iunius L.f. Silanus	Roma	91 a.C.	-	Felgueiras 5	RRC 337/3
7.	L. Calpurnius Piso Frugi	Roma	90 a.C.	3.64g	CMNH 4	RRC 340/1
8.	L. Titurius Sabinus	Roma	89 a.C.	-	Fonseca 1	RRC 344/1a
9.	Cn Cornelius Lentulus Clodianus	Roma	88 a.C.	3.71g	CMNH 5	RRC 345/1
10.	Cn Cornelius Lentulus Clodianus	Roma	88 a.C.	-	Fonseca 2	RRC 345/1
11.	Cn. Cornelius P.f. Lentulus Marcellinus	Hispania (?)	76-5 a.C.	-	Felgueiras 12	RRC 393/1a
12.	C. Postumius At(?) ou Ta(?)	Roma	74 a.C.	-	Felgueiras 7	RRC 394/1a
13.	C. Calpurnius Piso Frugi	Roma	67 a.C.	3.68g	CMNH 6	RRC 408/1a
14.	L. Cassius Longinus	Roma	63 a.C.	-	Maurício 1	RRC 413/1
15.	M. Aemilius Scaurus, P. Plautus Hypsaeus	Roma	58 a.C.	-	JSilva 5	RRC 422/1a
16.	M. Aemilius Scaurus, P. Plautus Hypsaeus	Roma	58 a.C.	-	Fonseca 3	RRC 422/1b
17.	Q. Sicinius	Roma	49 a.C.	-	Maurício 2	RRC 440/1
18.	Mn. Acilius (Glabrio?)	Roma	49 a.C.	3.74g	CMNH 7	RRC 442/1a-b
19.	C. Vibius C.f. C.n. Pansa Caetronianus	Roma	48 a.C.	-	Ribeiro 3	RRC 449/1a
20.	C. Considius Paetus	Roma	46 a.C.	3.60g	CMNH 8	RRC 465/3
21.	M. Mettius	Roma	44 a.C.	-	Felgueiras 11	RRC 480/2a
22.	P. Clodius M.f.	Roma	42 a.C.	3.72g	CMNH 9	RRC 494/23
23.	P. Clodius M.f.	Roma	42 a.C.	-	Ribeiro 2	RRC 494/23
24.	Octavianus	África	36 a.C.	3.72g	CMNH 10	RRC 540/2
25.	M. Antonius	Oriente	32-1 a.C.	2.77g	CMNH 11	RRC 544/25
26.	M. Antonius	Oriente	32-1 a.C.	-	Fonseca 5	RRC 544/26
27.	M. Antonius	Oriente	32-1 a.C.	-	Ribeiro 4	RRC 544/29
28.	Octavianus	Itália	29-7 a.C.	2.97g(frag)	CMNH 12	RIC 266
29.	Augustus	Roma	19-4 a.C.	-	Fonseca 4	RIC 288
30.	Augustus	Lugdunum	2 a.C.-12	3.74g	CMNH 13	RIC 207
31.	Augustus	Lugdunum	2 a.C.-12	3.70g	CMNH 14	RIC 207
32.	Augustus	Lugdunum	2 a.C.-12	3.48g	CMNH 15	RIC 207
33.	Augustus	Lugdunum	2 a.C.-12	-	Felgueiras 6	RIC 207
34.	Augustus	Lugdunum	2 a.C.-12	-	Felgueiras 9	RIC 207
35.	Augustus	Lugdunum	2 a.C.-12	-	Felgueiras 10	RIC 207
36.	Tiberius	Lugdunum	19-21	-	JSilva 3	RIC 26; Giard 144
37.	Tiberius	Lugdunum	19-21	-	JSilva 4	RIC 26; Giard 144
38.	Tiberius	Lugdunum	31-7	3.84g	CMNH 16	RIC 30; Giard 150
39.	Tiberius	Lugdunum	31-7	3.77g	CMNH 17	RIC 30; Giard 150
40.	Tiberius	Lugdunum	31-7	3.76g	CMNH 18	RIC 30; Giard 150
41.	Tiberius	Lugdunum	31-7	3.73g	CMNH 19	RIC 30; Giard 150
42.	Tiberius	Lugdunum	31-7	3.72g	CMNH 20	RIC 30; Giard 150
43.	Tiberius	Lugdunum	31-7	3.68g	CMNH 21	RIC 30; Giard 150
44.	Tiberius	Lugdunum	31-7	3.60g	CMNH 22	RIC 30; Giard 150
45.	Tiberius	Lugdunum	31-7	-	Felgueiras 1	RIC 30; Giard 150
46.	Tiberius	Lugdunum	31-7	-	Felgueiras 2	RIC 30; Giard 150
47.	Tiberius	Lugdunum	31-7	-	Felgueiras 4	RIC 30; Giard 150
48.	Tiberius	Lugdunum	31-7	-	Felgueiras 8	RIC 30; Giard 150
49.	Tiberius	Lugdunum	31-7	-	JSilva 2	RIC 30; Giard 150
50.	Tiberius	Lugdunum	31-7	-	Fonseca 6	RIC 30; Giard 150
51.	Tiberius	Lugdunum	31-7	-	Fonseca 8	RIC 30; Giard 150
52.	Tiberius	Lugdunum	31-7	3.82g	CMNH 23	RIC 30; Giard 152
53.	Tiberius	Lugdunum	31-7	3.70g	CMNH 24	RIC 30; Giard 152

PORTUGALIA

54. Tiberius	Lugdunum	31-7	3.84g	CMNH 25	RIC 30; Giard 154
55. Tiberius	Lugdunum	31-7	3.80g	CMNH 26	RIC 30; Giard 154
56. Tiberius	Lugdunum	31-7	-	JSilva 1	RIC 30; Giard 154
57. Tiberius	Lugdunum	31-7	-	Fonseca 7	RIC 30; Giard 154
58. Tiberius	Lugdunum	31-7	-	Ribeiro 6	RIC 30; Giard (?)
59. Gaius	Lugdunum	37-8	-	Ribeiro 5	RIC 2
60. Nero Claudius Drusus (sob Claudius I)	Roma	41-5	-	Felgueiras 3	RIC 70



2



4



6



8



10



11A



12



14



15



16



17



19



21A



23



26



27



29



33



34



35A



PORTUGALIA



36



37



45



46



47



48R



49



50



51



56



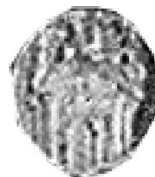
57



59



60



A intervenção arqueológica no Largo Camões - Ponte de Lima

Carlos A. Brochado de Almeida

ABSTRACT

During the 19th century a new square was built in Ponte de Lima: the Camões Square. It was constructed in the same place where, during the Middle Ages, there was a defensive tower that protected the city's entrance facing the Lima river bridge. That bridge dates back to the 14th century and was made to substitute another one that was constructed during the Roman Period. Nowadays, it's still possible to see 5 arches from that roman bridge. The archaeological excavation uncovered the ruins from the Ponte de Lima's medieval defensive system as well as two arches from the gothic bridge, and the remains of houses dating back to the 16th and the 17th century.

1 - INTRODUÇÃO

Para muitos naturais de Ponte de Lima o Largo Camões é o espaço mais nobre, a sala de visitas de uma vila milenar, cujas raízes se podem procurar na *mutatio* Limia, que o Itinerário de Antonino colocou na estrada Bracara Augusta–Tude, bem junto ao Rio Lima e à única ponte que à data o atravessava (Almeida, 1998, 244-245).

Viajantes, soldados, funcionários da administração romana, feirantes, comerciantes, peregrinos, simples passantes, ao longo de dois milénios serviram-se daquela ponte e atravessaram o espaço da actual vila por dois caminhos distintos: circulando pela via XIX do Itinerário de Antonino e pela via secundária que vinha dos lados da portela da Facha. No primeiro caso, a aproximação à ponte fazia-se através de um caminho que, no final da Idade Média, deu corpo à Rua da Ponte (Andrade, 1990, 40-41) e que, contornando a Fonte da Vila, subia a pequena ladeira onde está a Câmara Municipal onde se localizava a desaparecida "*Porta de Braga*", uma das entradas que integrava o sistema defensivo medieval e sítio por onde anteriormente passava a dita via romana. No segundo caso, na época romana, a estrada secundária fazia a sua entrada, no actual aro da vila, por um caminho que corria junto ao rio, desde a capela de Nossa Senhora da Guia, para, séculos andados, já com o burgo fortificado, o acesso fazer-se pela porta do Souto ou de S. Benedito. Em qualquer dos casos, nunca, até ao último quartel do séc. XIX, o trânsito de peões e de carros, fossem eles bois ou cavalos, fez-se atravessando aquele que hoje é o Largo Camões, pelo simples facto que não existia.

No actual espaço físico desta praça, que ficava dentro da cerca, havia espaços verdes, casas e quintais, que estavam balizados a norte pela Rua da Ponte, na qual entroncava a Rua do Rosário – Amélia Aguiar Andrade coloca a entroncar com ela, erradamente, a Rua Cimo de Vila (Andrade, 1990) - e a sul

pela Rua da Ribeira, hoje chamada do Postigo e que desemboca no Passeio 25 de Abril, bem ao lado da Torre de S. Paulo ou da Expectação.

Até ao séc. XVI este espaço, que era bastante amplo, não passava de um rossio muito pouco conhecido, onde havia mesmo algumas esterqueiras (Andrade, 1990, 42). No traslado da inquirição régia feita ao perímetro urbano de Ponte de Lima, por volta de 1412 (Andrade, 1990, 196-236), há uma total omissão a esta zona, com a excepção da *“rua cimo de vila e da rua da ponte como vaj da cruz pera ponte”*. Nesta, o documento faz menção da existência de uma albergaria *“albragarya da tamjla”* (Andrade, 1990, 199), o que nem admira pois este era o caminho obrigatório para ponte. Menciona ainda existência de casas próximas à muralha *“maria galega paadeyra tem hua casa na djta vjla na rua da par do muro”* (Andrade, 1990, 198-199) e a fixação de uma série de actividades profissionais, se atentarmos em nomes como Martim Gonçalves atafoneiro, Maria Galega padeira, Gonçalo Bom sapateiro, Fernão Anes mercador ou Afonso Martins tabelião. Situação algo semelhante vamos encontrar na descrição que se faz da rua Cimo de Vila. Aqui repete-se a situação anterior, embora os proprietários das ditas casas tenham uma posição social mais elevada, já que em certos casos são escudeiros, elementos do clero ou seus descendentes *“Joane anes filho do abade de domez”*, isto é, da freguesia da Seara.

Andaram os tempos e necessariamente que a fisionomia deste rossio se haveria de alterar. Se atentarmos na fotografia mais antiga que se conhece desta parte de Ponte de Lima – foi feita em 1858 e está atribuída a Anthero Frederico de Seabra - é claramente visível, acoplada à parede meridional da ponte, uma grande casa de habitação, de rés-do-chão e dois andares com cinco janelas voltadas ao rio. Atrás e adjacente, há uma outra casa de tipologia semelhante, que foi construída sobre uma pequena parcela da muralha, que ainda subsistia, entre a Torre dos Grilos e a Torre de S. Paulo. De acordo com a dita fotografia, aquela casa encosta à torre e a ela, por sua vez, arrima-se à muralha que ainda subsistia (Fig.1). Tal cenário pressupõe que a casa foi construída à custa do espaço da muralha – está metade fora e metade dentro – mas quando esta foi desmanchada juntamente com a torre, sofreu as mesmas consequências. O que não sabemos é se esta é a casa que vem mencionada num documento camarário datado de 27 de Janeiro de 1815 e no qual Mariana Luísa e seu filho Bento Luís Dias, pediam para *“... tapar o Muro por causa da sua caza junto à torre do pé da ponte ...”* (AMPL, LV, 1807-1820, fl. 110v a 111). De qualquer modo é possível que o seja, atendendo à reprodução de uma gravura datada de 1780 em que se vêem duas casas extra-muros junto à cerca. Uma delas apoia-se claramente no muro, tal como os alpendres. Terá bastado a ruína da muralha para que o pedido de Mariana Luísa tenha sentido alguns anos mais tarde. Devidamente autorizada, terá adoptado uma solução bem peculiar: como não interessava reconstruir a cerca, usou a pedra para aumentar ao espaço da casa. Nesta caso para dentro da cerca.

São ainda particularidades interessantes nesta fotografia as duas torres que coroavam a ponte, embora já em estado lastimoso e um correr de casas que faceavam, a montante, o antigo terreiro da feira. Umas e outras são construções do séc. XVII ou mesmo do XVIII. As situadas a montante foram destruídas, para dar lugar às casas que, no último quartel do séc. XIX, estão na origem do primeiro alinhamento do futuro Largo da Feira. As que estavam no lado contrário foram desmanteladas para que desse modo se pudesse arranjar um espaço suficientemente amplo, capaz de se transformar em praça ou largo.

Para que tal acontecesse não bastava desfazer estas duas habitações. Havia necessidade de desmanchar o que restava da Torre dos Grilos, do pano de muralha que cerceava a expansão da vila para o lado dos areais do rio, dos alpendres que encostavam pelo lado de fora do “muro” e de uma casa que ocupava uma boa parte daquele antigo rossio.

Esta era a Casa do Patim que se sabe ser uma construção, que remonta pelo menos ao séc. XV e que, possivelmente com arranjos e alterações, perdeu até meados do séc. XIX. De acordo com a tradição popular, foi nesta casa que pernoitou el-rei D. Manuel, quando em 1502 passou pela vila em peregrinação para Santiago de Compostela (Lemos, 1938, 55-56). No espaço que ocupou nasceram duas casas: o

edifício da Livraria Nova Era, cuja fachada foi terminada em 1882 e a Confeitaria Havaneza que já estava erguida em 1858, um ano após o desmantelamento da torre, mas não da cerca defensiva que lhe estava acoplada, consoante o comprova a fotografia já citada. A prova arqueológica que a antiga Casa do Patim foi desmantelada, está no alicerce de dois muros que apareceram no espaço da actual Praça (Figs. 8 e 9) e que estão em perfeita sintonia com as paredes meeiras das duas casas e com a trajectória da muralha, à qual encostava. Da ocupação da Casa do Patim ficou um poço, com cerca de 3 metros de profundidade, formato rectangular, totalmente forrado com silharia de boa esquadria. O remate, esse era em abóbada.

Com a demolição da muralha e da Torre dos Grilos, que se encontrava à boca da ponte, o espaço do futuro Largo Camões ganhou uma outra dimensão. Os quintais que tinham, como baliza, a parede da muralha passaram a ficar devassados e as casas que nela entestavam foram obrigadas a encontrar um outro apoio ou a reorganizar as suas estruturas.

A necessidade de construir-se uma ampla e larga praça, num dos locais de maior movimento na vila, não nasceu, certamente, com a ideia de comemorar-se, com uma certa dignidade, o 3º centenário da morte de Luís de Camões, ocorrida em 1580. Ganhou corpo, isso sim, nessa altura com a aproximação comemorativa de tal efeméride.

Nessa altura campeava em Portugal o princípio, que muralhas e demais sistemas defensivos coartavam o desenvolvimento e sobretudo o crescimento urbano das povoações até aí confinadas a recintos murados. A burguesia urbana, demasiado marcada por séculos de predomínio senhorial, não entendia que as povoações poderiam crescer, com normalidade, sem recorrer à destruição sistemática de valores que, à data, eram considerados anacrónicos, porque haviam perdido sentido militar. Porta-voz deste sentir, foram os poderes autárquicos, os primeiros a solicitar ao governo central a necessária autorização para apeiar torres, desmanchar muralhas, utilizar a pedra na construção de novas habitações, muros e mesmo no calçetamento de ruas. Assim aconteceu em Barcelos, Guimarães, Braga, Viana do Castelo, Caminha, Melgaço e em menor escala, Monção. Aqui foi o traçado da linha de caminho de ferro que conduziu à destruição de uma substancial parte do sistema abaluartado voltado a sul.

Para os defensores der um certo tipo de progresso, a Torre da Ponte era um entrave à expansão da vila e o argumento utilizado foi sempre o mesmo. Torres e muralha entravavam o progresso, porque estrangulavam a circulação e a expansão. A vila precisava de expandir-se e as torres, sobretudo as que defendiam a ponte, eram impeditivas à normal circulação de veículos, sobretudo no seu acesso ao interior da vila, tanto mais que esta torre estava provida de uma barbacã de porta que aumentava ainda mais as dificuldades que, sem a sua normal presença, já se faziam sentir. Por isso não espanta que a sua demolição fosse votada na sessão camarária de 27 de Agosto de 1857. O pedido da Câmara de então, seguiu para o Governo Civil de Viana do Castelo que, em 5 de Novembro desse mesmo ano, autorizou a respectiva demolição. Todavia, para que pudesse concretizar-se, houve necessidade da edilidade comprar os direitos de aforamento, que em 1803, por Provisão Régia, havia alcançado João Rodrigues Manso (AMPL, *Vereações 1860-1862*, fls. 39 e segs. e fl. 60). Resolvido o diferendo, a Câmara Municipal iniciou a sua demolição, usando a pedra em obras do município e no arranjo do pavimento da ponte (AMPL, *Vereações 1857-1860*, fls. 34 e segs).

A primeira nota que mostra que a concepção do futuro Largo Camões não foi fruto de uma ideia ocasional, está precisamente na substituição da Casa do Patim e no recuo, para uma linha pré-estabelecida, das duas casas que a substituíram.

Se atentarmos na fotografia de 1858, algumas particularidades são de realçar. A Torre Velha, localizada entre a ponte romana e a medieval, no enfiamento da Igreja de Santo António, já está semi-apeada (Fig.1). A Torre dos Grilos ou da Ponte, provida de um balcão com matacões, está claramente em ruínas, destelhada e com um grande rombo no alçado voltado ao tabuleiro da ponte. As casas do século XVII, o pano de muralha, mais os respectivos alpendres que se lhe acoplavam pelo lado de fora e que se estendiam até à Torre da Expectação ou de S. Paulo, ainda subsistiam, mas não a Casa do Patim. Esta havia deixado de existir e o espaço que anteriormente havia ocupado estava agora

parcialmente vago e em sua substituição surgira um edifício, de linhas elegantes, de rés-do-chão sobreposto por dois andares, o último dos quais, recuado, mostrava um tipo de arquitectura que então começava a ser moda: o néo-gótico (Fig.1).

Entre 1858 e 1880 todo o espaço que envolvia a ponte do lado meridional da vila sofreu uma profunda modificação. Todas as construções e elementos defensivos foram apeados até à altura dos alicerces. Assim nascia uma praça rectangular, em ligação directa com antigos e novos arruamentos: o Passeio 25 de Abril, que se chamara Rua Cândido dos Reis na 1ª República, Marechal Carmona no Estado Novo e Passeio das Arborinhas na gíria popular, a Rua Inácio Perestrelo, a Rua do Rosário e a Rua Mestre João Lopes, que veio substituir uma outra, a Rua da Ponte, sobre a qual foi construído o edifício da ourivesaria Matos em 1903.

Na altura das comemorações do 3º centenário pode dizer-se que o Largo tinha uma configuração muito próxima da actual. Em termos urbanísticos pode definir-se como um rectângulo aberto ao curso do Rio Lima e ao extenso areal onde quinzenalmente se realiza uma das mais concorridas feiras de Portugal. A marcá-la está o chafariz renascentista e a ponte cuja construção se terá iniciado no reinado de D. Dinis, no enfiamento de uma outra, que é obra romana do tempo do seu primeiro imperador: Octávio César Augusto. As casas de habitação e de comércio, essas são peças arquitectónicas posteriores a 1858, ano em que se iniciou a demolição da Torre da Ponte ou dos Grilos.

A pioneira das suas construções foi a Confeitaria Havaneza. Depois sucederam-se outras. A casa que faz gaveto com a Rua Inácio Perestrelo, também em traça néo-gótica e com uma cronologia que não difere muito daquela, como aliás a maioria das casas que estruturam a ala nascente da praça. Salvo raras excepções todas estas construções conservam a sua traça original, aliás bem patente molduras de granito que compõem portas, janelas, pilastras, cornijas e nos pés direitos, bem elevados, mas que estão de acordo com a gramática arquitectónica daquela época.

A ala mais castigada de toda a praça foi, sem dúvida, aquela que a fecha pelo lado do meio-dia. Dos edifícios iniciais, pode dizer-se que não resta nenhum. A Caixa Geral de Depósitos, que faz gaveto com o Passeio 25 de Abril, nascida nos últimos anos da década de 50 do séc. XX, é uma obra típica da arquitectura do Estado Novo. O edifício que lhe está pegado, aquele que alberga o Banco Espírito Santo, é obra do final do séc. XIX, mas não o chafariz e WC que lhe está adjacente, uma peça dos anos 60 do século XX, que veio substituir uma fonte que, em 1891, era considerada obra muito recente: "*a nova fonte do Largo Camões*". É pelo menos esta uma das ilações que se podem extrair de uma das rubricas do orçamento ordinário da Câmara para o ano de 1892. Nele se explicita que seriam necessários 200 mil reis para os tubos de ferro que canalizariam a água até à fonte (APL, 1991, 140).

As casas que marginavam o terreiro da feira, situadas a montante da ponte, como já tivemos ocasião de referir, também foram destruídas nos anos que se seguiram ao apagar da Torre dos Grilos. As casas que então passaram a compor o Largo da Feira, a Rua do Rosário e a Rua Mestre João Lopes são, quase todas, do último quartel do séc. XIX. As excepções vão para a já citada casa onde se encontra a ourivesaria Matos, dos primeiros anos do séc. XX e o edifício que faz gaveto com a praça e a Rua do Rosário, em cujo rés-do-chão está o café Rio Lima. A fazer fé numa fotografia dos anos 20, o primeiro edifício, para além de possuir umas águas furtadas a meio da construção, tinha uma estrutura algo diferente daquela que tem na actualidade.

A nossa última nota vai para a capela de Nossa Senhora do Rosário que se situava, junto à ponte, entre esta e o edifício onde esteve alojado, durante anos, o jornal Cardeal Saraiva e depois a Livraria Primavera.

Desta ermida pouco se sabe. Miguel Reys Lemos, baseado em documentos que havia consultado em 1882 na casa da Fernandeira da freguesia de Calheiros, afirma que a capela já existia nos primeiros anos do séc. XV e que fora reconstruída no segundo quartel do séc. XVIII (Lemos, 1938, 78-79). Reconstruída ou não ela foi representada bem junto a um dos arcos da ponte, num desenho aguarelado que data do séc. XVII e foi reafirmado num outro de 1780 (Fig.2). Mas se dúvidas houvesse quanto à sua

existência e localização, Carvalho da Costa haveria de desfazer-las, em 1706, quando escreveu que a vila tinha cinco portas e uma delas era a “*da Ponte com huma Capella de Nossa Senhora do Rosario*” (Costa, 1706).

Foi a estruturação da Largo Camões e a aproveitamento do espaço que se situava entre a ponte e o largo da Feira, que viria a determinar a desafecção da capela ao culto e a sua conseqüente destruição. Consumada esta, a pedra seria vendida para Cerdedelo, o sino levado para o Convento de Santo António dos Frades e as imagens recolhidas na Capela da Lapa (Lemos, 1938), onde actualmente se encontram. Do que dela restou foram somente alicerces enterrados no espaço em frente à antiga casa da redacção do jornal Cardeal Saraiva.

Foi o Largo Camões pensado nos anos que se seguiram à década de 60 do séc. XIX. Aplanado o terreno, o chão foi ensaibrado de modo a tornar-se no primeiro pavimento de um espaço público. Este chão, espesso e de saibro bem calcado, acabou por tapar os alicerces da antiga Casa do Patim, as duas casas que ladeavam a Torre dos Grilos, o pano de muralha que se estendia até à Torre de S. Paulo, mas não os arcos da ponte. Estes só viriam a ser totalmente entulhados e tapados na década de 30 do séc. XX com as obras promovidas pelo tenente Belchior.

Só muito lentamente aquele espaço foi adquirindo o sentido de praça ou largo que posteriormente viria a ter com a abertura de um conjunto de casas comerciais. Para o efeito não bastava rodear aquele espaço de casas, com o rés-do-chão preparado para fins comerciais, era necessário dotá-la de equipamentos capazes de cativar a permanência das pessoas. De acordo com o orçamento que a Câmara propunha para o ano de 1889, estipulava-se uma verba de 74 mil reis para a aquisição de 16 bancos para o Largo Camões e um ano antes haviam-se reservado 32 mil reis para a compra de árvores a plantar naquela praça e no aterro da Praça da Rainha (APL, 1987, 137;1988, 124).

Foi neste primeiro pavimento que se movimentaram as pessoas do final do século XIX, todas as que iam buscar água ao fontanário situado na extrema meridional da praça e todas as demais que demandavam o comércio e serviços que aí se haviam instalado desde o primeiro momento. Prova evidente são os anúncios que algumas das casas comerciais punham, por exemplo, no Almanach do Lima de 1891: o estabelecimento de fazendas de António Affonso Ferreira, a mercearia de José Gomes Carneiro e a agência de navegação da Viúva Santos & Filhos (Almanach, 1891).

Ciclicamente esteve este largo sujeito às subidas das águas do rio. São conhecidos alguns dos momentos mais aflitivos por que passaram os moradores da zona ribeirinha e que se recordam em marcas existentes no Passeio 25 de Abril e mesmo na Torre da Expectação. Nesta torre, no alçado voltado à porta do Postigo, uma inscrição recorda, em data não determinada, uma das muitas cheias que galgaram as margens e alagaram uma boa parte da vila medieval. Célebre ficou a cheia de 1909 que causou sérios estragos na ponte, em especial na parte romana e no traço próximo à antiga Torre Velha e uma outra que em 1978 atingiria 2,25m no Largo da Picota (Norton, 1981,120-121).

Em tempo de cheias o retorno das águas ao seu primitivo leito ocorria alguns dias depois. Os estragos nas casas eram então reparados, mas em espaços abertos, nas ruas e praças amontoavam-se detritos e ficavam espessos mantos de lama. Nos sítios de circulação permanente, nos passeios e nas ruas empedradas, a lama era limpa, mas não em sítios onde o pavimento era em terra, como era o caso do Largo Camões. Na estratigrafia lá está documentada a grande cheia de 1909, através de uma espessa camada de terra humosa, enegrecida, com todos os sintomas de ser uma deposição natural.

Foi pouco depois da cheia de 1909 que a praça foi objecto de uma novo alteamento, o qual traduziu-se em novo piso de saibro sobreposto a uma espessa camada de entulhamento. É algo que deverá ter ocorrido em data anterior a 1925, altura em que entrou em obras, ficando com a feição que actualmente tem.

O último grande arranjo desta praça ocorreu no final dos anos 20, quando a Revolução de 1926 colocou no poder a Ditadura Nacional. Foi nessa altura que para ali foi transferido o elemento decorativo que mais se destaca na actual Largo Camões. É ele o belo chafariz renascentista, com dupla taça, que

originalmente estivera na boca da antiga Porta do Souto ou de S. Benedito. Construído entre o final do séc. XVI e os primeiros anos do século seguinte, por João Lopes, o Moço - já estaria concluído em 1603 – só foi transferido no final da década de 20 do séc. XX, quando o tenente de artilharia José Júlio Gomes Belchior, nomeado Administrador do Concelho pela Ditadura saída do golpe militar de 28 de Maio de 1926, empreendeu uma série de reformas que atingiram este Largo e fez surgir o actual Largo da Feira (Lemos, 1938, 55-56).

Foi também no final da década de 20 da mesma centúria que as obras empreendidas pelo tenente Belchior deram uma outra feição ao antigo espaço da feira. As obras, então realizadas, acabaram por mudar a face daquele espaço, amplo e aberto, sobretudo com a construção de um alto e forte paredão em alvenaria. Este, alinhando pelo paredão que definia o Passeio das Arborinhas, isto é, o actual Passeio 25 de Abril, vinha a entroncar na ponte, entre o 2 e o 3 arco a contar do Largo Camões. Confrontados estes dados com uma planta topográfica elaborada em 1927 e mandada fazer pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Ponte de Lima, fica claro que este não existia ainda naquele ano. O único alinhamento que já fazia os seus efeitos era aquele que, a jusante da ponte, definia o Passeio dos Reis, com os acessos ao areal que ainda hoje perduram.

Das obras então realizadas, aquela que mais impacto teve, pelos meios que envolveu e pelas alterações fisionómicas que introduziu no espaço que margina o rio, sem dúvida que foi a criação do Largo da Feira, anteriormente denominado Largo António Mimoso. De tais obras fala a documentação camarária referente àquele período e algumas das fotografias que foram publicadas no Vol. 3 do Arquivo de Ponte de Lima, dado à estampa em 1980.

Comparando o antes e o depois notam-se mudanças significativas no espaço que envolve a ponte, mas muito poucas no acervo habitacional que fazia o actual Largo da Feira. Se há efectivamente casas que viriam a alterar a linha de cêrcea e mesmo a modificar a planimetria do telhado com a inclusão de águas-furtadas – veja-se o exemplo daquele que é o Restaurante S. João e daquele que foi o antigo Hotel Faria - no geral conservaram o primitivo alinhamento e muito pouco modificaram a sua traça exterior.

Se a arquitectura deste espaço conservou, com soluções mais ou menos adequadas a cada caso, uma bitola de certo modo homogénea, o mesmo não poderemos dizer de todo aquele espaço que se estendia para o rio e onde numa reverência quase mítica, se fazia e faz todos os quinze dias, uma das mais concorridas feiras do Norte de Portugal. Esta estendia-se, para ambos os lados da ponte, funcionando os seus arcos, sobretudo os mais próximos das casas, como elos de união entre as duas metades da feira.

Com as obras então pensadas e executadas, uma boa parte da feira abandonou a proximidade das casas, para se estender ao longo do areal. A feira do gado continuou praticamente no mesmo sítio, a montante da ponte, mas as demais valências estenderam-se pelo areal localizado a jusante da mesma, invadindo o Passeio 25 de Abril e mesmas as áreas mais próximas.

A construção deste paredão permitiu dar uma nova feição a este antigo espaço da feira, adaptando-a a uma nova realidade viária, que já não era de carros de bois e de cavalos, antes de transportes motorizados. A elevação da cota, em cerca de 3 metros, permitiu arranjar um novo espaço que podia comunicar directamente com o Largo Camões, também ele anteriormente objecto de sucessivos arranjos e de elevação do pavimento que acabaria por esconder totalmente dois dos arcos da ponte e o que restava da Torre dos Grilos ou da Ponte.

Tais obras no Largo da Feira não se fizeram, todavia, sem causar sérias dificuldades aos moradores das casas que faziam aquele espaço. A elevação da cota viria a inutilizar, por completo, todos os rés-do-chão daquelas casas, transformando-as em caves ou em compartimentos desactivados. Com o entulhamento daquele espaço, o 1º andar de cada prédio passou a rés-do-chão, situação que implicou a adaptação de algumas janelas a portas com acesso ao novo espaço de circulação.

A fisionomia do Largo Camões e do Largo da Feira permaneceu, mais ou menos inalterável, até aos dias que correm. Salvo algumas modificações no pavimento, a traça é a mesma que nos legou o então tenente Belchior, salvo as modificações ocorridas no prédio da Ourivesaria Matos que elevou a sua linha

de cércea, no Café Rio Lima que modificou a sua fachada e no antigo Hotel Faria que alterou o antigo espaço das águas-furtadas.

Talvez que o pormenor cosmético, mais significativo, introduzido na era pós Tenente Belchior, seja o posto da extinta Polícia de Viação e Trânsito (PVT) – antecessora da Brigada de Trânsito – colocado na entrada da ponte, no começo do Largo da Feira. Construído para proceder ao controle rodoviário da ponte por parte da polícia, é fruto de uma arquitectura simbolista em que o Estado Novo foi pródigo. Num desenho que transporta para a placa de cobertura a idealização das armas nacionais, na sobriedade das suas linhas, é bem o exemplo de uma arquitectura que se expressou e por vezes bem em construções do tipo Caixa Geral de Depósitos, Hospitais, Universidades, escolas “Centenário”, Palácios da Justiça, Liceus e Escolas Comerciais e Industriais.

Mas nem tudo foram rosas. O progresso sob a capa dos CTT, do saneamento, da água ao domicílio e da drenagem de águas pluviais, haveria de provocar alguns sérios danos nos valores patrimoniais que estavam enterrados, sobretudo no Largo Camões. Quem mais sofreu com a abertura desenfreada e sem qualquer critério arqueológico ou patrimonial foram os dois arcos da ponte encobertos desde a década de 30. A escavação acabaria por revelar uma ponte seriamente danificada, sobretudo o arco mais próximo da Torre dos Grilos, seriamente abalado pela intromissão das últimas caixas e tubagens e mais uma vez ficou patente, quão graves são os conflitos de interesses quando está ausente uma política capaz de conciliar interesses privados com os valores patrimoniais, estes, até à data, de gestão pública.

2 - ESPAÇOS DE CIRCULAÇÃO EM TORNO DA LARGO CAMÕES

O carácter defensivo que o muro medieval possa ter influído no espírito dos moradores do burgo de Ponte de Lima, cedo foi esquecido. As casas que deveriam ficar a uma certa distância dele, cedo invadiram lugares interditos e de exclusivo uso militar. Talvez, como explicita Amélia Aguiar, o período de paz que se fez sentir, internamente, na 1ª metade dos séc. XV (Andrade, 1990, 55-56) tenha ajudado a esquecer, que entre as casas e a muralha, deveria prevalecer um espaço de circulação destinado a garantir a reparação do “*muro*” e a facilitar o acesso às escadas que conduziam ao adarve, em caso de perigo de invasão. Para além dos exemplos apontados para a Rua do Souto e Rua da Judiaria há que contar ainda com outros casos contidos na inquirição régia feita no séc. XV aos proprietários das casas localizadas no perímetro urbano da vila, sobretudo na Rua Cimo de Vila, onde “*estevom Rodriguez*”, que era escudeiro, tinha pelo menos três casas nesta rua, situando-se uma delas “*escontra ho muro* (Andrade, 37).

Que internamente as casas se encostaram ao muro mostra-o, presentemente, todo o tramo da muralha que ainda se conserva entre a Torre de São Paulo ou da Expectação e a Porta Nova, que foi aberta, em 1496, junto à Torre da Cadeia. Neste trajecto não há, à excepção do espaço que hoje constitui o Largo da Picota, uma nesga, mesmo que diminuta, capaz de permitir a circulação junto à muralha. De encosto a ela estão edifícios bem conhecidos no interior do espaço amuralhado como a Igreja da Misericórdia e edifícios adjacentes. Outros desapareceram, como aquele que, ao ser demolido, deu origem à actual biblioteca municipal e permitiu a ligação da Rua Cardeal Saraiva ao Passeio 25 de Abril, o que aconteceu entre 1924 e 1925 (Lemos, 1938,64; APL, 1981).

O desrespeito a tais regras, cedo se alargou ao exterior do espaço amuralhado. Ao longo do Passeio 25 de Abril, as casas que encostam à muralha, do lado de fora, datam do final do séc. XVIII, o mais tardar da 1ª metade do séc. XIX, mas sabe-se, arqueológica e documentalmente, que entre as duas torres, tinha havido, anteriormente, um correr de alpendres e duas casas adjacentes à Torre de S. Paulo, todas elas de portadas voltadas ao areal.

Situação mais ou menos análoga repetiu-se, no séc. XVII, a montante da ponte, com a diferença que ali eram casas de habitação que se sobrepunham a um espaço de circulação extra-muros: a Rua do Andame. Se quisermos fazer fé em reconstituições que pretendem retractar a fisionomia da vila em finais do séc. XVIII, devemos aceitar que havia casas coladas à muralha noutros pontos do seu perímetro,

nomeadamente nas imediações da Torre e Porta de São João (Araújo, 1980, 85) e no troço compreendido entre a Porta Nova e a Torre do Souto.

No caso específico do futuro Largo Camões a construção de casas do lado de fora do “muro” remonta, seguramente, ao séc. XVII. Desse período são as duas casas que, à data, já obstruíam a passagem sob os dois últimos arcos da ponte e possivelmente a extensa construção alpendrada que se estendia quase até à Porta do Postigo, contígua à Torre de São Paulo, assim chamada, porque ali havia uma imagem representativa daquele santo.

O aparecimento destas duas casas extra-muros, situadas a sul da ponte e do conjunto porticado no lado oposto, obrigou ao aparecimento de um espaço de circulação capaz de colocar as duas partes em comunicação. Foi assim que nasceu a Rua do Andame e a Rua ao pé da ponte de fora.

Rua do Pé da Ponte

A documentação civil e religiosa da vila contém uma série de referências a um espaço de circulação denominado *Rua do Pé da Ponte*. É provável que esta seja a mesma que noutra documentação é citada como Rua da Ponte. Se as duas são a mesma, então o seu traçado corresponde, no presente, à actual Rua Mestre João Lopes. Corresponde, mas só em parte, porque a rua primitiva está soterrada debaixo do renque de casas que constitui a ala meridional da rua actual, precisamente ao espaço actualmente ocupado pela Ourivesaria Matos e da casa que faz gaveto com a Rua Beato Francisco Pacheco.

A Rua da Ponte ligava-se à actual Rua Padre Beato Francisco Pacheco Pereira que corresponde ao troço quinhentista, à época, denominado por Rua Direita da Sapataria e que corresponde a uma parte do traçado da velha estrada de origem romana que atravessava o rio na ponte construída no reinado de Augusto.

A construção da ponte medieval fez chegar os seus arcos até ao espaço do actual Largo Camões, sítio onde também chegava o muro da vila. Entre os dois estava a Torre dos Grilos. A Rua da Ponte entroncava directamente na porta da torre voltada ao interior da vila, precisamente em frente à Ourivesaria Matos.

Apesar de não ser extensa, esta rua tinha casas de habitação e estalagens.

Na segunda metade do séc. XVIII, viviam ali algumas famílias e entre elas duas que solicitaram a sua admissão na Confraria de Nossa Senhora da Guia: Luís Soares Dias e sua mulher Mariana Luísa que pagaram de entrada “seis mil e quatrocentos reis” e se sujeitaram “aos estatutos” (AT, CNSG - LTM, 1772-1819, fl.44v) e Manoel de Araújo Lima que “para melhor servir a Deoz e a Virgem Nossa Senhora da Guia dezeja ser irmão desta veneranda irmandade” (AT, CNSG, LTM, 1772-1819, fl.65v).

A Rua do Andame

A Rua do Andame era um espaço de circulação situado debaixo das casas assentes sobre uma colonata. Quando este conjunto de casas foi destruído, para dar origem ao quarteirão compreendido entre o Largo da Feira e a Rua do Rosário, deu origem a esta última rua, só que com uma orientação mais adaptada à nova realidade urbanística. A dúvida que subsiste é se esta Rua do Andame, transformada em Rua do Rosário, foi a Rua Cimo de Vila da famosa inquirição régia do começo do séc. XV. Se o foi, como pretende Amélia Aguiar (Andrade, 1991, 40-47), algo não está certo. A sua Rua Cimo de Vila encontra-se intra-muros, enquanto a Rua do Andame localizava-se fora do dito “muro”, tal como a sucessora Rua do Rosário. Confrontados com tais indícios haverá, portanto, que procurar a dita Rua Cimo de Vila, mais para a parte alta da povoação, como aliás o sugere o próprio topónimo, possivelmente no seguimento da Rua da Ponte, fazendo ligação à Rua da Brancaria, ou mesmo mais para o alto para a imediação da Rua das Pereiras.

Rua ao Pé da Ponte de Fora

A *Rua ao pé da ponte de fora* desapareceu com as casas que encostavam à ponte e à muralha pelo lado meridional, para dar lugar ao Largo Camões. Apesar de não ser visível na célebre fotografia de 1858

(Fig.1), ela é facilmente intuída, se tivermos presente que a casa mais recuada tem uma janela voltada à poente, só possível porque entre as duas havia um espaço de circulação. O mesmo que a escavação revelou como sendo uma rua empedrada, muito desgastada pelo uso (Fig.10), com uma inclinação que facilitava o acesso ao areal e ao pavimento do primeiro arco da ponte, bem junto à parede da Torre dos Grilos. De acordo com a disposição das ruínas postas a descoberto pela intervenção arqueológica, era com relativa facilidade que se passava da Rua do Andame para a *Rua ao pé da ponte de fora* e vice-versa, transpondo o tabuleiro da ponte junto à Torre dos Grilos.

Será este o tal cruzamento que a dita inquirição régia refere quando, a propósito dos proprietários da Rua Cimo de Vila, diz ter "*Lourenço Rodrijuez abade de souto e gil fernandjz mercador...hua cassa na cruz da ponte*" (Andrade, 1991, 198)?

3 - A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

Sabíamos que na Praça Camões estavam enterrados, desde finais da década de 20 do séc. XX, 2 arcos da ponte medieval, o alicerce da Torre dos Grilos e do muro da vila e eventualmente construções que a documentação escrita, a fotografia e as gravuras colocavam apenas à cerca e à ponte.

Perante tais condicionalismos, restava-nos estabelecer um programa de actuação que permitisse recolher o máximo de informação susceptível de estabelecer uma diacronia dos vestígios encontrados e ao mesmo tempo recolher toda a informação disponível, para o caso das estruturas descobertas virem a ser preservadas e musealizadas¹.

Foram então estabelecidas duas valas de sondagem no local onde sabíamos que poderiam estar os alicerces da Casa do Patim – vala 1 e 2 – para descobrirmos eventuais vestígios desta construção e do traçado da cerca medieval. Na zona da ponte e da torre, a metodologia seguida foi estabelecer uma quadrícula de 4X4m num espaço que se encontrava muito revolvido pelo anterior trabalho das máquinas.

A quadrícula aqui estabelecida acabaria por ter resultados mais aparentes que reais. Os revolvimentos e a retirada de muita da terra que havia sobre a torre e os arcos da ponte impediram o estabelecimento de leituras estratigráficas seguras, à excepção dos espaços laterais.

4 - AS ESTRUTURAS ENCONTRADAS

Nas valas 1 e 2 foram encontrados os alicerces da Casa do Patim e algumas das pedras que pertenciam ao alicerce da cerca medieval. Próximo, no espaço do antigo quintal da Casa do Patim, foi descoberto um poço. Na área quadriculada apareceram as seguintes estruturas: ponte, Torre dos Grilos, muro da vila, rua, paredão e vestígios de duas casas.

Vala 1

A escavação desta vala viria a revelar a existência de um sólido alicerce de uma casa. Pela descrição, esta só poderia ser a já mencionada Casa do Patim, obra que terá sido construída no decorrer do séc. XV, porque, de acordo com a tradição, ali terá pernoitado o Rei D. Manuel I, no decurso da sua Peregrinação a Santiago de Compostela, realizada no início do séc. XVI.

¹ Colaboraram nesta intervenção a Dr^a Maria José Mendes da Costa Ferreira dos Santos como arqueóloga de campo. Os desenhos das estruturas são da Dr^a Maria Helena Bernado Parrão e de Jorge Luís Guedes Sacramento da Silva. Os desenhos da cerâmica são de Rute Magalhães. Agradecemos a colaboração da arqueóloga municipal Dr^a. Sandra Raquel Rodrigues.

O alicerce da Casa do Patim foi feito com silhares de granito de boa dimensão e numa largura capaz de aguentar a colocação de uma parede feita com dupla fiada. As pedras apresentam-se bem esquadriadas, ligadas com barro, de faces bem picadas, a lembrar as boas construções de cantaria do início da época moderna. Pela dimensão e largura do muro tudo indica que seja o alicerce de uma das paredes de sustentação da estrutura da casa, presumivelmente uma das paredes exteriores (Fig.7).

Vala 2

Esta vala foi aberta alguns metros a sul da anterior.

Com a sua abertura pretendia-se obter dois objectivos: encontrar outras paredes da Casa do Patim e descobrir o traçado da cerca medieval, algo que não se havia conseguido com a abertura da Vala 1, que a prolongar-se, teria colidido com o alicerce do chafariz renascentista.

Uma das primeiras estruturas descobertas nesta vala foi um aqueduto construído no final do séc. XIX, o mesmo que haveria de aparecer também no espaço da Torre dos Grilos, encostado ao passeio de acesso à Ourivesaria Matos. O aqueduto foi integralmente feito com blocos de granito, de pedras mal afeiçãoadas e os pequenos buracos tapados com pedras mais pequenas. O alicerce assentava sobre um bom piso de saibro, muito bem calcado e que foi o primeiro pavimento da Praça ou Largo Camões. De acordo com a estratigrafia, este pavimento estendia-se por uma vasta área e cobria integralmente o que havia restado da Casa do Patim e do alicerce da cerca medieval (Fig. 8 e 9).

Relacionado com a Casa do Patim foi encontrado um outro muro, de construção e tipologia semelhante ao anterior. A única diferença é que se trata de uma muro de espessura menor, razão pelo que deveremos considerá-lo com sendo uma parede não exterior do edifício (Fig. 8).

Esta intervenção veio a confirmar um dado que já era suficientemente conhecido. Em largos espaços da vila os proprietários haviam deixado de respeitar as directivas que proibiam o encosto das casas à cerca, retirando-lhe, dessa forma, uma operacionalidade militar e defensiva. De acordo com o que está expresso nesta vala, um dos compartimentos da casa encostava à parte interna do muro da cerca, sendo notórias as cinzas de um espaço que bem poderá ter sido de uma cozinha. Ao lado restam umas pedras do antigo alicerce da muralha e sobretudo muito do barro vermelho que esteve anteriormente a uni-las (Fig. 9).

Pelo menos neste troço da muralha esta havia sido integralmente desmontada durante os trabalhos que precederam a construção da Praça, isto é, quando foi desmantelada a Casa do Patim, da cerca medieval e das casas que estavam acopladas pelo exterior.

A intervenção arqueológica no sítio da torre e arcos da ponte fez-se numa altura em que as obras de remodelação do Largo Camões tinham começado, isto é, nos primeiros meses do ano 2000. Foi antes de tudo uma intervenção de emergência, situação que criou algumas complicações à equipa de arqueologia, impedida de estabelecer um plano que lhe permitisse uma malha capaz de interligar todos os locais sondados.

Perante estas e outras limitações a intervenção arqueológica começou com duas valas no local onde supúnhamos estarem os alicerces da antiga Casa do Patim. Seguiu-se a zona da ponte e da respectiva torre onde as máquinas já haviam retirado o antigo revestimento e remexido as camadas mais superficiais. Aqui a metodologia seguida foi estabelecer uma malha de quadrados de 4X4m. A malha inicial contemplava quadrados com as letras A, B e C e algarismos que iam de 1 a 6. A necessidade de incluir toda a área da Torre da Ponte ou dos Grilos obrigou, numa segunda fase, a acrescentar mais uma fila de quadrados baptizada com a letra Z (Fig. 3).

A escavação deparou-se com algumas limitações, devido aos revolvimentos e à retirada da terra que havia sobre a torre e arcos da ponte pela maquinaria, antes da nossa intervenção. As leituras obtidas são o resultado de uma escolha criteriosa, capaz de representar, o mais fielmente possível a realidade que encontramos. As faltas, que as há, são sobretudo nas camadas mais superficiais e recentes, que foram

retiradas pelas máquinas. As que representamos, foram-no em perfis laterais e não propriamente sobre a ponte e a torre.

4.1 - Descrição das camadas

- 01 - Lajeado do passeio; piso actual da ponte.
- 02 - Areão de coloração castanho acinzentada; nivelamento para assentamento do lajeado.
- 03a - Terra castanho alaranjada com nódulos de argila.
- 03b - Terra castanho acinzentada escura, com areia.
- 04 - Areão de cor castanho acinzentado.
- 05 - Terra castanho escura, heterogénea, arenosa, com pedra miúda, nódulos de argila, telha. Vala para canalização.
- 06 - Terra castanha, arenosa.
- 07 - Terra castanha acinzentada muito escura, com carvões. Entulho queimado sobre o arco da ponte.
- 08 - Terra acastanhada, homogénea, compacta, saibrosa. Antigo pavimento do Largo antes da actual pavimentação.
- 09 - Terra castanho clara com nódulos alaranjados, heterogénea, argilosa, compacta, com algumas raízes, pedra e seixos miúdos (nivelamento para o pavimento).
- 010 - Terra castanho avermelhada, com pedra miúda e telha. Espaço de circulação.
- 011 - Terra cinzento clara homogénea. Espaço de circulação.
- 012 - Terra cinzento clara, homogénea. Espaço de circulação.
- 013a - Terra cinzenta heterogénea, com areias e pedra miúda.
- 013b - Terra arenosa que envolve a canalização em cimento dos CTT.
- 014 - Areia. Enchimento.
- 015 - Terra vermelha, heterogénea, com pedra miúda que sobrou do arranque das pedras maiores do miolo da torre.
- 016 - Terra cinzento escura, arenosa. Restos de uma das cheias do rio.
- 017 - Terra vermelha misturada com outra mais castanha.
- 018 - Terra castanho escura, acinzentada, homogénea, com areia misturada. Cobria as pedras que ficaram da torre e respectivo lajeado. Cobria igualmente as pedras do antigo paredão.
- 019 - Terra castanha, heterogénea, com telha e pedra miúda. Cobria a torre após o saque das pedras.
- 020 - Terra castanho escura, homogénea. Encostava às pedras facetadas da torre. Cobria o lajeado da *Rua ao Pé da Ponte*.
- 021 - Areia grossa, com grandes blocos graníticos. Enchimento para lançar o pavimento exterior à torre.
- 022 - Terra castanho acinzentada, heterogénea, com telha, pedra miúda, arenosa. Restos da do arranque da pedra da torre.
- 023 - Terra castanho clara, compacta, homogénea, arenosa. Espaço de circulação.
- 024 - Saibro esbranquiçado com carvões.
- 025 - Terra castanho clara, heterogénea, arenosa, com carvões e telha.
- 026 - Areia fina.
- 027 - Terra castanho escura, heterogénea, compacta, xistosa, com pedras e raízes.
- 028 - Areia fina.
- 029 - Terra castanho clara, arenosa e saibrosa.
- 030 - Areia grossa.
- 031 - Terra castanho clara, homogénea, compacta, com areias.
- 032 - Terra castanho acinzentada clara, homogénea e arenosa.
- 033 - Terra cinzento escura, com areia fina. Restos de cheia do rio.
- 034 - Terra castanho clara acinzentada. Violação.
- 035 - Terra castanho avermelhada, muito heterogénea, com telha e saibros. Espaço de circulação.
- 036 - Terra preta com carvões.
- 037 - Saibro avermelhado. Espaço de circulação.
- 038 - Terra castanho clara, saibrosa, com pedra miúda.
- 039 - Terra castanho muito escura, homogénea, humosa.
- 040 - Terra castanho avermelhada, heterogénea, com argila e pedra.
- 041 - Terra castanho escura acobreada, com areia, pedra miúda e telha.
- 042 - Terra castanho escura, heterogénea.

- 043 - Terra castanha, homogénea, com pedra miúda, areias e telha. Cobre parcialmente as pedras do paredão do séc. XVIII.
- 044 - Carvões.
- 045 - Saibros brancos com telha e reboco. Restos da casa que encostava à muralha.
- 046 - Terra castanha, muito clara, saibrosa, com rebocos.
- 047 - Argila laranja, homogénea, compacta.
- 048 - Barro vermelho, homogéneo, com pedra (destruição da muralha).
- 049 - Terra castanho clara acinzentada, heterogénea, com reboco e telha.
- 050 - Carvões.
- 051 - Terra castanho avermelhada, heterogénea.
- 052 - Terra cinzento escura, com areia fina. Ocupação.
- 053 - Saibro esbranquiçado. Nivelamento que selou a muralha após o arranque de algumas pedras.
- 054 - Terra cinzento escura, com areia fina. Provável ocupação da casa.
- 055 - Terra castanho alaranjada, muito heterogénea, com telha e saibros (piso).
- 056 - Terra castanho escura acinzentada, heterogénea, argilosa, com telha e reboco. Destruição da casa.
- 057 - Terra cinzento acastanhada, escura, com areia muito fina. Sinais de ocupação.
- 058 - Terra laranja com reboco branco. Restos da casa que encostava à muralha.
- 059 - Terra preta com carvões.
- 060 - Terra castanho amarelada, arenosa.
- 061 - Terra castanho acinzentada escura, homogénea, argilosa. Sela o alicerce da casa.
- 063 - Terra preta, com carvões.
- 064 - Terra vermelha, homogénea, com pedra. Destruição da muralha.
- 065 - Saibros amarelados, heterogénea, com terra vermelha misturada.
- 066 - Terra cinzento escura, com conchas.
- 067 - Bolsa de saibro amarelo.
- 068 - Argila alaranjada. Ligava as pedras da muralha
- 069 - Terra castanho escura, homogénea, proveniente do saque das pedras da casa.
- 070 - Terra castanho clara, heterogénea, com saibros amarelos e pedra. Destruição do edifício que assentava parcialmente sobre a muralha.
- 071 - Terra castanho clara, heterogénea, com saibros amarelos.
- 072 - Argila vermelha que sobrou do saque das pedras da muralha.
- 073 - Terra castanho escura, homogénea. Selava o que restava do paredão do séc. XVIII.
- 075 - Areia.
- 076 - Terra castanho acinzentada clara, heterogénea, arenosa.
- 077 - Terra castanho escura, com carvões e telha. Camada de destruição que selou a parede da torre após o arranque das pedras.
- 078 - Terra castanho escura acinzentada, homogénea, argilosa.
- 079 - Terra amarelo-torrada, homogénea; argila.
- 080 - Terra castanho escura acinzentada, homogénea.
- 081 - Terra castanho clara, homogénea.
- 082 - Terra castanho acinzentada, muito escura, homogénea.
- 083 - Argila laranja, homogénea. Espaço de circulação.
- 084 - Terra castanho escura, heterogénea, argilosa, com carvões.

4.2 - Comentários à estratigrafia

A estratigrafia da intervenção arqueológica realizada no Largo Camões, merece-nos alguns considerandos, apesar do aparente ar confuso que resulta das muitas mexidas porque o Largo passou nos anos que se seguiram - 2ª metade do séc. XIX - ao desmantelamento da torre e da muralha e das circunstâncias em que realizamos o nosso próprio trabalho.

As 84 camadas registadas (Figs. 4, 5 e 6) contam-nos a história de um espaço, que começou com a construção da Torre dos Grilos e da ponte medieval – não foi possível escavar níveis anteriores, porque o factor tempo o não permitia e as condições de segurança desaconselharam-no face ao exíguo espaço da intervenção – e terminou, para já, com a actual pavimentação.

O registo estratigráfico mais antigo, que remonta ao séc. XIV, é precisamente a camada 84, a qual marca o espaço temporal imediatamente anterior ao início das obras. As camadas que se lhe sobrepõem, até à 76, reflectem bem o momento da construção da torre. O alicerce, escalonado, foi sucessivamente tapado com várias camadas de terra. Até à 79 admitimos que são camadas de terra ali lançadas para tapar parte do alicerce. A camada 79, até pela sua composição – saibro argiloso - será uma espécie de término dos trabalhos, funcionando as outras como momentos da ocupação que se seguiram. As camadas que se seguiram, pelo menos até à 64, registam a destruição mais ou menos imediata da torre e do *muro* da vila. A argila ou saibro mais ou menos plástico, que marca o momento da construção da torre, tem grandes analogias com os saibros argilosos que vão aparecer em muitas das camadas que se lhe sobrepõem, por duas ordens de factores: são oriundos da construção da torre e da muralha e para ali ficaram misturados após o desmonte das duas estruturas ou simplesmente, devido à sua plasticidade, foram extraídos, em idênticos barreiros, para serem aplicados nas sucessivas pavimentações, caso das camadas 10 e 35, que altearam o Largo até à cota que hoje se encontra.

Nas camadas que se seguiram e que altearam sucessivamente a cota original daquele espaço, está registado todo o historial do Largo Camões, desde a 2ª metade do século XIX até ao começo do séc. XX. Não está todavia o anterior, o que medeia entre a construção e a destruição do muro e da torre da ponte, do mesmo modo que as limitações de tempo e de espaço nos impediram de registar as ocupações relacionadas com as casas que encostavam exteriormente ao muro e nos obrigaram a uma imagem muito parcelar da Casa do Patim.

O momento mais antigo data da 2ª metade do séc. XIX, quando se procedeu à regularização do futuro Largo Camões, que foi redesenhado e tornado amplo com eliminação da Casa do Patim, da torre e do *muro* da vila e das casas que a eles encostavam. O segundo, aconteceu já no começo do séc. XX. Assinala o momento da construção do paredão actual, a eliminação da capela de Nossa Senhora do Rosário, o entulhamento dos dois arcos da ponte que entravam pelo Largo dentro e a transferência, para o seu centro, do chafariz que estava junto da entrada da antiga Porta do Souto ou de São Benedito.

A estratigrafia regista a presença de camadas de destruição e de ocupação, momentos de cheias - a camada 33 é um bom exemplo - atulhamentos propositados com areia ou terra, a construção de novos pavimentos como os que ocultaram por completo o que restou da Casa do Patim e o alicerce do *muro* da vila. Regista, igualmente, a altura em que foram introduzidas estruturas de saneamento e de condução de águas pluviais, as quais assentaram directamente sobre o primeiro pavimento do Largo no período pós torre e *muro* da vila. Seguiram-se as intromissões, as violações das camadas subjacentes, com a abertura de valas para assentamento de canalizações e das condutas para cabos eléctricos e telefónicos. Tais obras originaram movimentações de terras e misturaram muitas das camadas. Por vezes as violações foram extensas e profundas.

Comprova ainda a estratigrafia, que entre o último decénio do séc. XIX e as obras do final da década de 20 do século XX, aquele espaço foi alteado mais que uma vez, uma das quais com uma espessa camada de saibro avermelhado. Serviu para assentamento do lajeado da rua que entretanto foi construída sobre as ruínas da torre, ocultou o antigo arruamento *ao pé da Ponte de Fora*, o paredão que sustentava o desnível do terreno, entre o *muro* da vila e a casa que lhe estava acoplada e o areal. Naquela altura foram tapados os arcos da ponte que entravam pelo Largo e foi rectificadada a Rua Mestre João Lopes, a sucessora da antiga Rua da Ponte.

O último momento registado pela estratigrafia refere-se ao pavimento que antecedeu o actual. Assentou sobre uma camada de areão, registada como O2.

5 – ESTRUTURAS

A intervenção arqueológica pôs a descoberto uma série de estruturas, qual delas a de maior significado para a história da vila de Ponte de Lima. Entre elas destacamos os arcos da ponte medieval,

a Torre dos Grilos, o muro da vila, a Rua do Pé da Ponte de Fora, o paredão, as casas que encostavam à muralha e finalmente a Casa do Patim.

Os arcos da ponte medieval

Desde o final da década de 20 do século passado que se sabia que dois dos arcos da ponte medieval haviam sido soterrados na altura em que o Largo Camões foi alargado até aos limites que actualmente tem. A reformulação daquele espaço implicou a construção de um alto paredão de alvenaria que viria a alinhar com um outro que já existia ao longo do Passeio das Arborinhas, a antecessora do actual Passeio 25 de Abril. Obrigou também ao desmantelamento da capela de Nossa Senhora do Rosário e ao enterramento de todo o troço da ponte entre o paredão e a entrada da Rua Mestre João Lopes, que foi realinhada. Tal directiva implicava, também, o soterramento de todo o espaço anteriormente ocupado pela Torre dos Grilos.

As presentes obras de remodelação do Largo implicavam a instalação de novas condutas pluviais e a ligação às caixas já existentes. Foi no decurso destas obras que apareceu o arco mais oriental da ponte, aquele que mais próximo estava da Torre dos Grilos.

Tecnicamente não há dúvida que este arco faz parte da ponte medieval, construída no decurso da 1ª Dinastia, entre o reinado de D. Dinis e o de D. Pedro I, mas que estava em estado de consolidação precária. Do antigo intradorso não restava quase nenhum enchimento, pois este havia sido descarnado na altura em que os arcos foram soterrados e nivelados, para que a cota da Praça aqui não ficasse mais elevada que a parte restante. A sua manutenção, mesmo que precária, era mantida pela areia que havia sido lançada para debaixo do arco. A areia, ao ser agora parcialmente retirada, colocou em risco o equilíbrio estrutural do arco, tanto mais que algumas das pedras do fecho estavam abaladas e mesmo deslocadas. Foi assim que, provisoriamente, foi construído um muro de suporte em blocos de cimento por debaixo do arco e travada a retirada da restante areia, facto que inviabilizou uma limpeza daquele espaço, seguida de uma intervenção mais profunda. Por exemplo, a inventariação das siglas existentes nos silhares que formam o arco da ponte e mesmo a escavação do chão.

A Torre dos Grilos

Apesar de saber-se da existência da Torre dos Grilos ou Torre da Ponte, como também era conhecida, desconhecia-se a sua real localização e muito menos o que dela restava. O que havia eram conjecturas, hipóteses, palpites, mas nenhum registo gráfico ou fotográfico da ponte após o seu desmantelamento. A imagem, ilusória, que havia, era o de uma torre com duas portas em perfeita conexão com o alinhamento da ponte. Após a limpeza e a escavação que se seguiu, concluímos que a ponte estava descentrada relativamente ao seu eixo e que a entrada na torre, fazia-se por uma porta em L. Por outras palavras, quem circulava na ponte e pretendia entrar na vila por esta porta, fazia-o por uma porta lateral (Fig. 16) e não frontal como se pensava. A prova está, bem clara, no encaixe de uma ombreira da porta encontrada na parede voltada ao passeio do Café Rio Lima e no polimento das próprias pedras (Fig. 14).

A torre estava soterrada debaixo de 1,5m de terra, muita dela revolvida pela intromissão de uma cano de saneamento e a colocação de uma conduta em cimento da responsabilidade dos CTT. De qualquer modo, duas ilaões tiramos após ter sido integralmente retirada a terra que cobria o alicerce sobrance da torre. A primeira é que o primeiro pavimento da Praça – terra calcada semelhante à vala que descobriu o alicerce da Casa do Patim – foi precedido de uma regularização do terreno, sendo os restos do barro da torre e da cerca misturados com as terras que viriam a servir de substracto ao dito pavimento. A segunda ilação é ainda mais interessante. Entre as diversas camadas há algumas finas camadas de terras escuras, humosas, quase simulando cinzas. Não o são, porque representam o registo de algumas das cheias do rio que atingiram, desde a década de 80 do séc. XIX, o espaço da Praça.

A intervenção arqueológica viria a clarificar uma outra situação.

Com a regularização da Praça, havia chegado o momento de realinhar a antiga Rua da Ponte e de traçar um novo arruamento que, o mais rectilíneo possível, ligasse a entrada da ponte à Rua Beato Francisco Pacheco. Assim nasceu a Rua Mestre João Lopes ligeiramente mais meridional que a primitiva Rua da Ponte. Esta está, até pela orientação da porta nascente da Ponte, debaixo da Ourivesaria Matos e da casa que lhe está acoplada e faz gaveto com a Rua Beato Francisco Pacheco. Deste arruamento que funcionou até ao enterramento dos arcos da ponte em finais da década de 20 do século passado, resta uma pequena parcela do pavimento, feito com lajes de boa dimensão e bem articuladas claramente assentes sobre a camada de terra que viria a cobrir o alicerce da torre, após a sua total desactivação (Fig 11).

A Torre dos Grilos é uma construção rectangular, com um alicerce escalonado nas duas faces onde entronca a cerca medieval e rampeada na face voltada ao interior da vila, tal como na sua oposta, a que está voltada à ponte (Fig. 10, 11 e 13). Trata-se de uma construção feita com boa silharia, bem picada e afeiçoada, alternando os grandes blocos de granito, com outros de menor dimensão, numa clara missão de travamento da parede. Os interstícios foram tapados com barro e pedra miúda. O miolo da torre foi integralmente cheio com blocos de pedra, mais informes, solidamente ligados com um barro vermelho de óptima qualidade (Fig.14). Como faltam fiadas não sabemos como era o pavimento que compunha o interior da torre. De qualquer modo não andaria longe de um lajeado, bem assente no chão da torre, certamente marcado pelo trânsito carrário, que seria intenso em certos momentos, sobretudo em dias de feira.

Marcadas estavam a grande maioria das pedras que faziam parte da sapata escalonada da torre. As siglas estão bem patentes nos diversos silhares da torre e entre elas destaca-se uma cruz de braços florenciados, uma cruz helicoidal, desde a Proto-História identificado como representação simbólica do sol, já para não falar de outros símbolos como o X ou V ou L deitado, a par de outras representações mais complexas que a simples letra isolada. Em linhas gerais estas siglas são semelhantes a outras da Torre de S. Paulo e dos muitos arcos da ponte medieval.

O muro da vila

O troço da cerca medieval situado entre a Torre dos Grilos e a Torre de S. Paulo ou da Expectação ainda subsistia, mais ou menos intacto, em meados do séc. XIX. A sua demolição ocorreu, mais ou menos em sintonia com a Torre dos Grilos, a Casa do Patim e das casas que encostavam à cerca pelo lado de fora.

A intervenção arqueológica feita no espaço da Largo Camões pretendia responder a duas questões, intrigantes sem dúvida, porque não encontravam correspondência nas diversas opiniões que havia sobre o traçado efectivo do *muro da vila* e o ponto de intercepção daquele com a Torre dos Grilos. Foi esse um dos objectivos da abertura das Valas de sondagem e uma das prioridades quando escavamos em área o espaço correspondente à Torre dos Grilos. Nas duas Valas só encontramos sinais da cerca na Vala 2, mas junto à torre acabamos por descobrir o *muro* no ponto em que ambos se interceptavam.

De acordo com o plano de intervenção arqueológica, este foi um dos pontos onde conseguimos obter alguns elementos estratigráficos estabilizados, isto é, não alterados ou revolvidos pela intervenção da maquinaria que anteriormente havia actuado no espaço da Praça. A análise dos sedimentos permitiu então estabelecer um conhecimento bastante bem conseguido deste espaço e que se traduz no seguinte:

- A estrutura do *muro* da vila interligava-se com o aparelho da Torre dos Grilos, havendo pedras denteadas que se sobrepunham ao alicerce escalonado daquela (Fig.13).

- O *muro da vila* encostava à Torre, não em linha recta como antigas descrições o propunham, antes em diagonal, fazendo uma ligeira flexão, em curva, na direcção da curva do rio (Fig. 13).

- O *muro da vila* foi construído de um modo semelhante à da Torre dos Grilos (Fig.12). As paredes exteriores eram compostas por blocos graníticos, bem afeiçoados e faces picadas, por vezes com siglas análogas às da torre, sendo o miolo preenchido com pedra mais informe ligada com argamassa de barro vermelho.

- No espaço junto à cerca e à Torre dos Grilos foram encontrados indícios de uma casa que uma fotografia de 1858 colocava apoiada na estrutura da cerca. A intervenção arqueológica, apesar de já não ter encontrado os seus alicerces – eles foram integralmente desmantelados com as sucessivas obras de remodelação do Largo – determinou que a casa havia-se apoiado na cerca, isto é, que o edifício havia estado distribuído por ambos os lados do *muro*. Desta casa restavam alguns silhares reaproveitados do *muro*, revestidos a argamassa caiada de branco e uma pia encontrada nas terras revolvidas. Com ela estava ainda relacionado um nível de cinzas.

Esta casa foi construída numa altura em que a muralha já estava meio derruída, aliás como a Torre dos Grilos, situações que a fotografia de 1858 bem documenta.

- Sobrepostos às ruínas do *muro da vila* e da casa encontraram-se dois níveis relacionados com as cheias que ocorreram na vila, em data posterior à construção do Largo e que acabaram por confirmar algo que já tínhamos intuído no sítio onde a Torre intercepta o alinhamento da ponte. Com toda a certeza uma destas manchas de lodo escurecido remonta à célebre cheia de 1909.

- Por dificuldades decorrentes da localização do passeio que separa as casas localizadas entre o gaveto com a Rua do Rosário e a Rua Beato Francisco Pacheco – neste espaço estão, entre outras casas, o Café Rio Lima, uma barbearia, uma loja de telemóveis e o Oculista Matos – não foi possível levantar este passeio e consequentemente fazer ali uma intervenção arqueológica. Se o fizéssemos, possivelmente teriam sido encontradas provas mais seguras do arranque da cerca e do respectivo alinhamento que tem até à Torre de S. João. Assim ficámo-nos por um alinhamento provisório.

A Rua ao pé da Ponte de Fora

Uma das novidades desta intervenção foi a descoberta daquela que a documentação referia como sendo a *Rua ao Pé da Ponte de Fora*. Sabia-se da sua existência, mas a realidade física nunca havia sido comprovada. Esta foi a altura adequada para o fazer e com sucesso.

Esta rua estava situada na parte exterior da cerca medieval, fazendo a ligação entre o areal e a Rua do Andame, uma outra artéria localizada no exterior do *muro da vila* e que hoje corresponde sensivelmente ao traçado da Rua do Rosário. A ligação fazia-se através de uma escadaria com 2 a 3 degraus que permitia subir até ao patamar formado pela junção da ponte com o espaço alargado, situado em frente à porta lateral da Torre dos Grilos, onde estava a porta em L. Dessa escadaria ficou parte do seu substracto pétreo e uma das pedras, bem aparelhadas da mesma.

Conforme o demonstrou a presente intervenção, esta rua situava-se entre a casa que havia sido construída, parte dentro, parte fora da cerca e o grosso paredão que encostava ao último arco da ponte (Fig. 15). Aliás, com a sua construção, ficou claro que este arco tinha já escassa serventia na altura em que o paredão foi levantado: no séc. XVII.

Com um certo pendor, mas não tanto que se pudesse subir ou descer sem grandes atropelos, percebe-se que foi construída para facilitar o trânsito das pessoas, mas não de carros, porque não encontramos marcas dos seus rodados nas pedras gastas e polidas pelo intenso uso. Tudo indica que somente foi uma rua pedonal que permitia e facilitava o acesso dos moradores e dos transeuntes vindo dos lados da Rua do Andame e mesmo daqueles que transitando na ponte queriam descer até ao areal.

Que esta rua é obra posterior à construção da Torre dos Grilos, expressa-o e bem a estratigrafia, já que algumas das pedras da calçada foram colocadas de modo a cobrir uma boa parte do rampeado da ponte do lado do rio. Era a partir desta rua que se tinha acesso às duas casas, cujos alicerces acabaram por aparecer, ao areal que bordeja o rio onde se fazia uma grande parte da feira (Fig. 10).

Paredão seiscentista

Este paredão foi construído, sobretudo, para sustentar e definir o traçado da *Rua ao Pé da Ponte de Fora*, embora também se possa dizer que tal suporte, foi aproveitado como parte integrante da casa que se documenta no areal, junto à ponte.

O paredão tem uma espessura superior a 1,20m e é formado por grandes blocos de pedra, com a face bem picada voltada ao rio (Fig.15). Encostava ao arco da ponte e por sua vez servia de suporte ao muro de uma casa, a mesma que a fotografia de 1858 documenta no areal, junto à ponte.

Casas acopladas à cerca e à ponte medieval

Os alicerces descobertos junto à cerca medieval e à ponte pertenciam a duas construções distintas, a duas casas que uma gravura do séc. XVIII e a fotografia de 1858 documentam. Os alicerces mais evidentes são os da casa implantada no areal, entre o paredão da *Rua ao pé da ponte de fora* e o arco da ponte. Trata-se da pequena parcela de uma parede, de face dupla, a nível de alicerce e que encostava claramente ao muro/paredão de sustentação da rua (Fig.15). Pela sua disposição é notório que a casa, ao estender-se para o lado do rio, inutilizava o 1º e certamente a totalidade do 2º arco da ponte medieval do lado da vila. Permitia, isso sim a passagem pedonal, mas não a passagem de veículos por debaixo destes dois arcos.

A Casa do Patim

As valas abertas em pleno Largo Camões revelaram o sólido alicerce de uma casa. Pela localização e orientação, só pode pertencer à já mencionada Casa do Patim, obra que terá sido construída no decorrer do séc. XV, porque, de acordo com a tradição, ali terá pernoitado o Rei D. Manuel I, no decurso da sua Peregrinação a Santiago de Compostela, realizada no início do séc. XVI.

O alicerce da Casa do Patim foi feito com silhares de granito de boa dimensão e numa largura capaz de aguentar a colocação de uma parede com dupla fiada. As pedras apresentam-se bem esquadriadas, ligadas com barro, faces bem picadas, a lembrar as boas construções de cantaria do início da época moderna. Pela dimensão e largura do muro tudo indica que seja o alicerce de uma das paredes de sustentação da estrutura da casa, presumivelmente uma das paredes exteriores (Fig.7).

Relacionado com a Casa do Patim foi ainda encontrado um outro muro, de construção e tipologia semelhante ao anterior. A única diferença é que se trata de um muro de espessura menor (Fig. 8), razão pelo que devemos considerá-lo com sendo uma parede não exterior do edifício, isto é, de uma das divisões da casa.

A Casa do Patim tinha um quintal que se estendia até ao *muro da vila* e neste havia um poço, com cerca de 3 metros de profundidade, formato rectangular, totalmente forrado com silharia de boa esquadria. O remate era em abóbada e na actual reconversão do largo foi recuperado e musealizado.

Infra-estruturas

Entre as diversas infra-estruturas deveremos mencionar, sobretudo, aquelas que foram construídas com recurso à pedra, já que as obras em cimento são claramente do séc. XX.

Uma delas é um aqueduto construído no final do séc. XIX, o mesmo que também apareceu junto à Torre dos Grilos, encostado ao passeio de acesso à Ourivesaria Matos. O aqueduto foi integralmente feito com blocos de granito, de pedras mal afeioadas e os pequenos buracos tapados com pedras mais pequenas. O alicerce assentava sobre um bom piso de saibro, muito bem calcado, o que foi o primeiro pavimento do Largo Camões. De acordo com a estratigrafia este pavimento estendia-se por uma vasta área e cobria integralmente o que havia restado da Casa do Patim e do alicerce da cerca medieval.

Espólio

A intervenção arqueológica realizada no Largo Camões propiciou uns milhares de fragmentos cerâmicos – cerca de sete mil cacos – que se subdividem em pasta vermelha não vidrada, pasta castanho avermelhada não vidrada, louça picotada, louça preta, louça vermelha vidrada, faianças, porcelanas, materiais de construção e de cobertura e vidros.

Na generalidade a cerâmica desta intervenção reflecte, muito bem, o panorama da própria estratigrafia: enormes revolvimentos, profundas violações que originaram na mistura dos materiais arqueológicos. O resultado disto redundou numa fraca fiabilidade cronológica dos materiais e numa presença, largamente maioritária de materiais arqueológicos produzidos após o desmantelamento da muralha e da Torre dos Grilos.

À imagem da estratigrafia, também o material arqueológico e em especial o cerâmico, acompanha a cronologia da construção e sobretudo da ocupação inicial dos espaços que rodeavam o *muro da vila*, a torre e a Casa do Patim. Não é grande em número, nem poderia sê-lo. Convirá recordar que a grande fornecedora de materiais cerâmicos seria a Casa do Patim, mas no espaço desta só foram efectuadas duas valas de caracterização genérica e que em redor da Torre dos Grilos a intervenção praticamente não passou dos limites por aquela definidos. O mesmo poderemos dizer do espaço abrangido pelas casas do séc. XVII e XVIII que encostavam por dentro e fora do *muro da vila*. Destas limitámo-nos a registar a sua presença no momento em que interferiram com a torre e muro da vila. Para percebermos as respectivas dimensões e ocupações, a existirem ainda, haveria necessidade de escavar integralmente todo o Largo Camões.

Os materiais arqueológicos mais antigos podem ser atribuídos ao séc. XV-XVI. São as cerâmicas com os bordos e asas picotadas produzidas na região de Prado (Barroca, 1993; Peixoto, 1966) e que chegavam facilmente a Ponte de Lima pela antiga estrada romana (Almeida, 1979) que passava nas imediações daquelas olarias. O local ideal para a sua comercialização era a tão antiga, como tradicional feira quinzenal, que se realizava no areal fronteiro à vila amuralhada. Coevas serão algumas faianças de tipo malegueiro mas com decoração a azul e vinoso (tipo sevilhano) cobrir a aba dos pratos e o exterior das malgas (Dórdio et alii, 2001, 132-133). Ligeiramente mais tardias são as faianças de origem portuguesa, decoradas com motivos vegetalistas, a azul, numa profusão que abarca praticamente todo o interior dos pratos e malgas. O esmalte apresenta-se, quase sempre quebradiço e nem sempre disfarça as impurezas da pasta de tonalidade quase sempre rósea. A cronologia, que normalmente se lhe atribui, centra-se no 1º quartel do séc. XVII, estendendo-se aquelas que têm como decoração as “rendas” para meados da mesma centúria (Dórdio, 2001, 141-143; Barreira et alii, 1995, 158-162).

Toda esta produção, significativa, não na quantidade mas na qualidade, está relacionada com habitações com uma certa pujança económica, pois não era acessível às classes mais humildes. Na generalidade estará relacionada com a Casa do Patim, de ascendência senhorial e com outras habitações que terão estado nas imediações do actual Largo Camões. As cronologias, entre as cerâmicas e a dita Casa do Patim, condizem e algumas delas apareceram mesmo nas valas de sondagem responsáveis pela descoberta dos seus alicerces.

Com esta habitação e similares estão igualmente relacionadas os produtos cerâmicos, sobretudo a faiança cujos motivos decorativos foram alcançados com recurso a cores em que se combina o azul e o vinoso, mas cujas pastas, bastante mais avermelhadas as excluem das produções de tipo sevilhano. A sua cronologia é mais tardia, pois aponta-se-lhe o 3º quartel do séc. XVII mais a 1ª metade do XVIII, para as produções saídas da Fábrica Briosos de Coimbra que produziu ao longo da centúria de setecentos (Dórdio, 2001, 151-155; Barreira et alii, 1995, 145-184).

Os restos cerâmicos até agora referidos são uma ínfima percentagem face aos outros que pertencem à 2ª metade do séc. XVIII e ao séc. XIX-XX. A maioria foi recolhida nas camadas estratigráficas que se sobrepuseram ao desmonte do muro da vila e da Torre dos Grilos e aparecem espalhados por toda a área do Largo Camões, fruto da regularização e alteamento a que aquele espaço esteve sujeito durante os anos que se seguiram. Na amálgama que foram as deposições de terras que cobriram aqueles muros, mais os das casas que os acompanharam na demolição, misturaram-se cerâmicas de várias origens, fabricos e cronologias. Dificilmente saberemos se pertenciam às habitações que já definiam o actual Largo, no último terço do séc. XIX. O mais provável é que tenham para ali sido trazidas, sabe-se lá de onde, juntamente com a terra que foi sucessivamente alteado o Largo. Como o demonstra a estratigrafia, vários foram os pavimentos que antecederam o actual, com regularizações intermédias. Dificilmente poderemos dividi-los

por camadas estratigráficas, porque em todas elas há produções antigas misturadas com outras mais recentes, a solução foi dividi-las por fabricos, de acordo com as suas características.

Nas cerâmicas de pastas não vidradas, há produções aparentadas às de Ovar, senão mesmo de lá oriundas e que sabemos terem um percurso cronológico que se inicia pelo séc. XVI e estende-se para lá do XVIII (Barreira et alii, 1995, 145-184). Há, sobretudo, malgas de fundo reentrante e pança carenada e cântaros de com o colo e bojo espatulado, mas, a par destas, há outras que devem ser atribuídas a Prado. A estas mesmas olarias devem ser imputadas outras que têm pastas mais acastanhadas, mais grosseiras e também a chamada louça preta, apesar de, no final do séc. XIX, também produzir-se desta cerâmica nos fornos de Lanheses (Fernandes, 1996).

Das olarias de Prado e por analogia de toda a região que se estende até à entrada de Barcelos - Cervães, Areias-S. Vicente, Manhente, Galegos (Santa Maria) e Galegos (São Martinho) - provêm os chamados “vidrados de chumbo”. Na sua quase totalidade são produções do séc. XIX e mesmo XX, mas também as há mais antigas. No primeiro grupo distinguem-se as malgas, pratos e copos cobertos com um vidrado alaranjado decorado com motivos geométricos ou simplesmente aleatórios, sobrepostos por uma coloração amarelada, mais carregada ou mais beije consoante os casos, enquanto ao segundo são atribuídos os vidrados em tons de verde escuro aplicados em peças de grande diâmetro como são os alguidares e as talhas. Certos fragmentos são mais antigos e forâneos. A sua pasta vermelha coberta por um engobe branco sobre o qual foi aplicado um vidrado verde alface coloca-os na lista dos produtos oriundos do Norte de França e são de atribuir ao período final da Idade Média: séc. XIV (Nicourt, 1986).

Se nos abstrairmos das porcelanas – destacamos as peças da Vista Alegre produzidas entre 1910 e 1917 (Simas et alii, 1996, 156) - o grupo maioritário é inquestionavelmente o das faianças e nestas sobressaem as produzidas na região do Porto e de Vila Nova de Gaia. As formas mais comuns são os pratos e as malgas, estas com decoração em ambas as faces. No geral são peças muito decoradas, numa espécie de horror ao vazio, que se dividem em dois grupos principais: monocromáticas e policromáticas.

Nas primeiras prevalece o azul como cor preferencial, mas também há peças decoradas com outros tons, sobretudo o rosa. Distinguem-se, sobretudo aquelas que foram decoradas com flores e acabamento a pincel. Temos sobretudo um exemplar com estas características e que tem semelhanças com outras que costumam ser atribuídas à Fabrica de Miragaia (Fig. 20).

Na policromia, a paleta é bem mais vasta, pois as malgas, os pratos, os copos e mesmo até os servidores, aparecem pintados com cores vivas como o amarelo, o verde, o rosa, o azul, combinando-se numa profusão de motivos que vão do geométrico ao vegetalista. São peças bem conhecidas de todas as intervenções urbanas com ocupações do final do séc. XIX, início do XX e de acordo com alguns estudiosos serão produtos de fábricas de Vila Nova de Gaia, especialmente da Bandeira e da Fervença. Com cronologia análoga a estas são aquelas cuja decoração foi obtida através de um esponjado numa coloração castanha. Têm uma cronologia próxima a meados do séc. XIX e são conhecidas, por exemplo, na intervenção arqueológica realizada na Cadeia da Relação do Porto (Dórdio, 2001, 161-164).

Finalmente na palavra para os pratos e algumas malgas produzidas nas fábricas de Sacavém e Massarelos. Os motivos, em monocromia azul, verde ou rosa, decoram o centro de pratos com motivos campestres, sobressaindo o tema da “estátua” ou “cavalinho”. São peças com marcas impressas no fundo exterior e que cobrem uma cronologia que vai do último quartel do séc. XIX até ao segundo decénio do XX.

Catálogo

Cerâmica vermelha não vidrada

- Tigela. Pasta cinzenta no cerne e vermelha na superfície. Pé reentrante. Superfícies alisadas, tendo a interior vestígios de engobe castanho-avermelhado. LCPL00.C9. Inv. 21 (Fig. 18,1).
- Tigela. Bordo voltado para o exterior. Carena a marcar o meio da pança. Pasta vermelha, compacta, cerne levemente acinzentado. Superfícies alisadas. LCPL00.C9. Inv. 18 (Fig.18, 3).

- Púcaro. Fundo. Pasta vermelha, não muito cuidada. Superfície exterior coberta com aguada vermelha onde sobressaiam linhas de brunido vertical. Superfície interior fortemente marcada pelas estrias do torno. Pé raso com marcas de corte por fio. LCPL00. C2. Inv.63 (Fig. 18,2).
- Alguidar. Pasta vermelha, cuidada e bem cozida. Superfície interior coberta com aguada vermelho acastanhado. Superfície exterior alisada. LCPL00. C64.Inv.2.

Cerâmica de pasta castanho avermelhada não vidrada

- Taça. Bordo soerguido, facetado exteriormente. Perfil arqueado, levemente carenado. Pasta castanho alaranjada, com grãos de areia de grande calibre. Superfícies alaranjadas enegrecidas pelo uso culinário. PCPL00. C69.Inv.73.
- Testo. Pasta acastanhada, bem cozida, mas com bastante desengordurante arenosa de médio calibre. Superfície exterior alisada e queimado pelo fogo. Tem fuligem. LCPL00.C18.Inv.109.

Cerâmica do Prado (decoração picotada)

- Asa. Bordo com arranque de asa de rebordos elevados. Pasta com cerne cinzento e superfície alaranjada, com desengordurante arenoso de pequeno calibre. Decoração a picotado no bordo e asa. LCPL00. C61. Inv. 96.
- Asa. Bordo com arranque de asa de rebordos elevados. Pasta com cerne beije alaranjado e superfície alaranjada, com desengordurante arenoso de pequeno calibre. Decoração a picotado no bordo e asa. LCPL00. C61. Inv.52 (Fig. 17. 4).
- Taça. Bordo em aba larga, facetado e levemente soerguido. Pasta cinzenta, cuidada com finos grãos de desengordurante. Superfícies alaranjadas, tendo a exterior uma decoração à base de caneluras horizontais. O bordo tem decoração à base de picotado. LCPL00.C69. Inv.71 (Fig.17, 5).
- Taça. Bordo em aba larga, facetado e levemente soerguido. Pasta cinzenta, cuidada com finos grãos de desengordurante. Superfícies alaranjadas. O bordo tem decoração à base de picotado. LCPL00.C42. Inv. 68 (Fig.17, 6).

Louça Preta

- Testo. Chocolateira. Pasta cinzenta clara, arenosa mas dura e compacta. Superfície cinza escura, alisada. LCPL00. C20. Inv. 120.
- Taça. Pasta cinza escura, de má qualidade devido ao muito desengordurante. Superfícies escuras e alisadas. LCPL00. C69.Inv. 72.
- Cântaro. Bordo plano, levemente soerguido com moldura no exterior do lábio. Pasta cinza arenosa, bem cozida. Superfície exterior alisada e escura. LCPL00.C73.Inv. 91.
- Cântaro. Bordo em aba larga, plano, levemente soerguido com moldura no exterior do lábio. Pasta cinza escura, arenosa, bem cozida. Superfície exterior escura, decorada com linhas brunidas verticais. LCPL00.S.Inv. 95 (Fig. 17.2).
- Cântaro. Bordo plano, a descair para o exterior, com moldura no lábio. Pasta cinza, dura e bem cozida. Superfície alisada e escura. LCPL00.S.Inv. 98.
- Caçoila. Bordo engrossado a flectir para dentro formando ângulo aberto com a parede inclinada da pança. Pasta cinza escura, pouco cuidada, mas bastante dura. A face exterior é escura e está manchada com fuligem. LCPL00. C12. Inv. 105 (Fig.17, 3).

Vidrados de Chumbo

- Malga. Pasta beije alaranjada. Vidrado de tom laranja, brilhante e aderente. Decoração exterior a amarelo claro sobre o vidrado anterior, formando composições em que se misturam pequenos óvulos com linhas que dão a ilusão de ramagem. LCPL00.C13. Inv. 6 (Fig.17. 1).
- Malga. Pasta beije alaranjada. Vidrado de tom laranja, brilhante e aderente. Decoração exterior a amarelo claro sobre o vidrado anterior, formando uma composição cujas linhas se entrecruzam dando a ideia de pequenos triângulos. LCPL00.C13. Inv. 9 (Fig. 18, 6).
- Malga. Pasta alaranjada com finos grãos de areia. O vidrado de tonalidade laranja cobre ambas as superfícies. Na face exterior o vidrado só vai até meio; a parte inferior está coberta por uma aguada castanho-avermelhada. A decoração sobrepõe-se ao vidrado na metade superior. É amarela, formando losangos irregulares em cima e óvulos em baixo. LCPL00.C5. Inv. 74 (Fig.18, 5).
- Malga. Pasta rosa clara, porosa. Vidrado de tom amarelo muito claro a cobre o interior e uma decoração estrelada que rodeia um círculo, inciso, no fundo da malga. LCPL00. C33. Inv. 106.
- Malga. Pasta rosa clara, fina e homogénea. Vidrado laranja no interior e estendendo-se na superfície exterior até meio da peça.LCPL00. C13.Inv. 4.
- Copo. Pasta vermelho clara, dura e compacta. Vidrado amarelo claro com manchas de coloração verde alface a cobrir o interior. LCPL00. C41. Inv. 28.
- Caçoila. Asa acoplada. Pasta avermelhada, algo porosa, mas dura. Vidrado laranja a cobrir o bordo e toda a face interior. Conserva restos de fuligem. LCPL00. C64. Inv.58.

- Caçoila. Bordo provido de asa lateral. Pasta beije alaranjada. A superfície interior está coberta com um vidro verde alface manchado de tons amarelados. LCPL00.C61. Inv. 97.
- Caçoila. Fundo raso. Pasta beije rosa, com muita mica e finos grãos de biotite. Vidrado de tons alaranjados na superfície exterior, enquanto no interior o tom é verde acastanhado, muito aderente e brilhante. LCPL00.C49.Inv.100 (Fig. 18.4).
- Alguidar. Pasta vermelho claro, cuidada e bem cozida. O vidro verde cobre o interior e a parte exterior do bordo. É espesso e aderente. LCPL00.42.Inv. 69 e 70.
- Alguidar. Pasta laranja, homogénea e dura. Vidrado de tons laranja que cobre o bordo e espalha-se pela face interna. LCPL00. C8. Inv. 17.
- Alguidar. Pasta rósea, fina, bastante homogénea. Vidrado de tom verde mosqueado. LCPL00. C 5. Inv. 90.

Faiança

- Prato. Pasta rósea, porosa e pouco homogénea. Esmalte branco, aderente mas quebradiço. Pintura figurativa a azul. LCPL00. Inv.19.
- Malga. Pasta rósea, porosa e pouco homogénea. Esmalte branco, aderente mas quebradiço. Pintura figurativa a azul. LCPL00. C73. Inv.43 e 44.
- Malga. Pasta rósea, pouco compacta. Esmalte branco e aderente. Decoração espiralada a azul no fundo. LCPL00. C73. Inv.42.
- Prato. Pasta rósea, com fractura irregular. Esmalte espesso mas quebradiço. Decoração com “rendas”. LCPL00. C73.Inv.41.
- Malga. Fundo com ligeiro pé. Pasta branco rosa, porosa e com fractura irregular. Esmalte branco, brilhante e aderente. Fundo pintado a azul e vinoso representando motivos florais. O vinoso representa somente o caule das flores. LCPL00. C73. Inv. 20 (Fig. 19, 1).
- Malga. Pasta beije, fina e compacta. Esmalte aderente e brilhante. Decoração floral a verde. Marca da Fábrica Massarelos, fracturada, no fundo exterior. As letras MASS e PORT a rodear o monograma C& envolto numa coroa de louros. Completa o conjunto a palavra STATUE. LCPL. C15. Inv. 65.
- Malga. Pasta beije, porosa, fractura irregular. Esmalte interno branco e aderente e o exterior castanho-claro. A decoração foi feita no bordo com três linhas: duas em tom de rosa e a outra a amarelo. LCPL00. C13. Inv. C13. Inv. 5 e 7.
- Malga. Pasta beije, fina, porosa. Decoração floral em bandas e linhas onduladas, numa policromia que assenta em cores como o verde, azul, amarelo e amarelo torrado. LCPL00. C5. Inv. 75.
- Malga. Pasta beije, fina e compacta. Esmalte aderente e brilhante. Decoração floral e geométrica, por estampagem, a azul. LCPL00. 64. Inv. 60.
- Prato. Pasta beije, fina e compacta. Esmalte aderente e brilhante. Decoração floral – cachos de uvas no meio de uma ramada – feita com estampagem, a azul. LCPL00. C11. Inv. 59. LCPL00. C11. Inv.59.
- Prato. Pasta rósea, com fractura irregular. Esmalte espesso mas quebradiço. Decoração à base de bandas e óvulos a azul e vinoso. LCPL00.C49. Inv. 15.
- Prato. Pasta rosada, com fino desengordurante. Esmalte baço e estaladiço. Decoração a castanho e vinoso. LCPL00. C15. Inv. 66.
- Prato. Pasta rosada, pouco homogénea. Esmalte pouco espesso, baço e estaladiço. Decoração a azul e arabescos em vinoso. LCPL00. C20. Inv. 61 (Fig. 19, 2).
- Prato. Pasta rosa, pouco homogénea. Esmalte pouco espesso e estaladiço. Decoração ondulada a vinoso inserida entre dois filetes azuis. LCPL00. C27. Inv. 64.
- Prato. Pasta beije, fina, mas porosa. Esmalte pouco aderente, mas brilhante. Decoração floral policroma à base de amarelo torrado, amarelo, azul e verde alface. LCPL00,S. Inv.94.
- Malga. Fundo com pé. Pasta beije, fina e bastante grãos de biotite. Esmalte aderente e brilhante. Decoração floral, a azul, no fundo interior. Fábrica de Miragaia. LCPL00. C2. Inv. 111 (Fig. 20, 4).
- Malga. Pasta beije, fina, porosa. Esmalte brilhante, aderente mas pouco espesso. Decoração à base de cruces a azul a sobreporem-se a ma banda de amarelo torrado. LCPL00. C13. Inv. 11.
- Prato. Pasta branca, fina e homogénea. Esmalte aderente e espesso. Decoração floral a azul escuro no bordo. LCPL. C2. Inv. 62.
- Prato. Pasta beije, fina, porosa. Esmalte brilhante, aderente mas pouco espesso. Decoração de ma só cor, azul, em que se combina um motivo ondulado com bandas e linhas da mesma cor. LCPL00. C13. Inv. 12.
- Prato. Pasta branco sujo, porosa e pouco homogénea. Esmalte aderente. Decoração azul. LCPL00.C2. Inv. 3.
- Prato. Pasta beije rosada, depurada e fractura muito regular. Esmalte aderente e brilhante. Decoração floral policromada, prevalecendo as cores azul, amarelo torrado e vinoso. LCPL00. C9. Inv. 84.
- Prato. Pasta beije, fina e compacta. Esmalte aderente e brilhante. Decoração policromada com motivos florais. LCPL. C71. Inv. 83 e C15. Inv. 87.
- Prato. Pasta beije, depurada. Esmalte aderente e brilhante. Decoração em bandas coloridas: amarelo torrado, verde e amarelo. LCPL00. C17. Inv. 85.

- Prato. Pasta beije, depurada. Esmalte brilhante mas pouco espesso. Decoração, em azul, que combina motivos florais com geométricos. LCPL00. C32. Inv.88 (Fig. 20, 2).
- Prato. Pasta beije, pouco cuidada. Esmalte muito quebradiço sobre o qual foi apenas uma decoração floral, em azul. LCPL00. C14.
- Prato. Pasta beije, depurada. Esmalte aderente e brilhante. Decoração monocromática azul. LCPL00. C3a. Inv. 108 (Fig. 20, 3).
- Prato. Pasta beije, depurada e fractura regular. Esmalte, espesso e brilhante. Decoração policromada em que se mistura a estampagem com a pintura manual. LCPL00. C13. Inv. 10 (Fig. 20, 1).
- Servidor. Aba larga. Pasta branca, homogénea. Esmalte aderente e brilhante. Decoração floral pintada a cobrir a aba do bordo e o exterior. LCPL00. C65. Inv. 56 (Fig. 19, 4).
- Bacia. Pasta rósea, depurada e homogénea. Esmalte branco, aderente e espesso. Decoração floral policromada: verde e rosa. LCPL00. S. Inv.107.
- Chávena. Pasta beije rosa, fina e homogénea. Esmalte aderente e brilhante. Decoração esponjada a castanho. LCPL00. C 65. Inv. 57 (Fig. 19, 3).
- Tinteiro. Peça dupla acoplada. Pasta esbranquiçada, ligeiramente porosa. Esmalte muito brilhante e aderente. Decoração floral a castanho e vinoso. LCPL. C70. Inv. 176.
- Caneca. Pasta rósea, bem depurada. Esmalte brilhante e espesso. Decoração é um misto de pintura manual e esponjado. LCPL00. C12. Inv. 16.

Porcelana

- Pires. Marca VA (Vista Alegre) incompleta a verde impressa a carimbo no fundo exterior. LCPL00.C42.Inv.67.
- Pires. Decoração floral policromada. Marca VA (Vista Alegre) incompleta a verde impressa a carimbo no fundo exterior. LCPL00. C9.Inv. 103 e 104.

FONTES

AT-CNSG - LTM - Arquivo dos Terceiros. Confraria de Nossa Senhora da Guia - Livro dos Termos da Mesa (1772-1819).

AMPL-LV - Arquivo Municipal de Ponte de Lima - Livro de Vereações.

APL - Arquivo de Ponte de Lima.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - "A Rede Viária do Conventus Bracaraugustanus, Via Bracara Asturicam Quarta", *Mínia*, 2ª série, Ano II (3), Braga, 1979.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - "Proto-História e Romanização da Bacia Inferior do Lima", *Estudos Regionais*, 7/8, Viana do Castelo, 1990.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - *Povoamento Romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho*, Vol. VII, tese doutoramento, dactilografada, FLUP, 1998.

ALVES, Francisco J. S. et alii - "A cerâmica dos destroços do navio dos meados do século XV, Ria de Aveiro A e da zona Ria de Aveiro B. Aproximação tipológica preliminar", *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela, 1995.

AMORIM, Inês - "A Olaria de Aveiro no séc. XVIII: continuidade e desenvolvimento", *Revista de Olaria*, 2, Barcelos, 1998.

ANDRADE, Amélia Aguiar - *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990.

ARAÚJO, José Rosa de - *Caminhos Velhos e Pontes de Viana e Ponte de Lima*, Viana do Castelo, 1962.

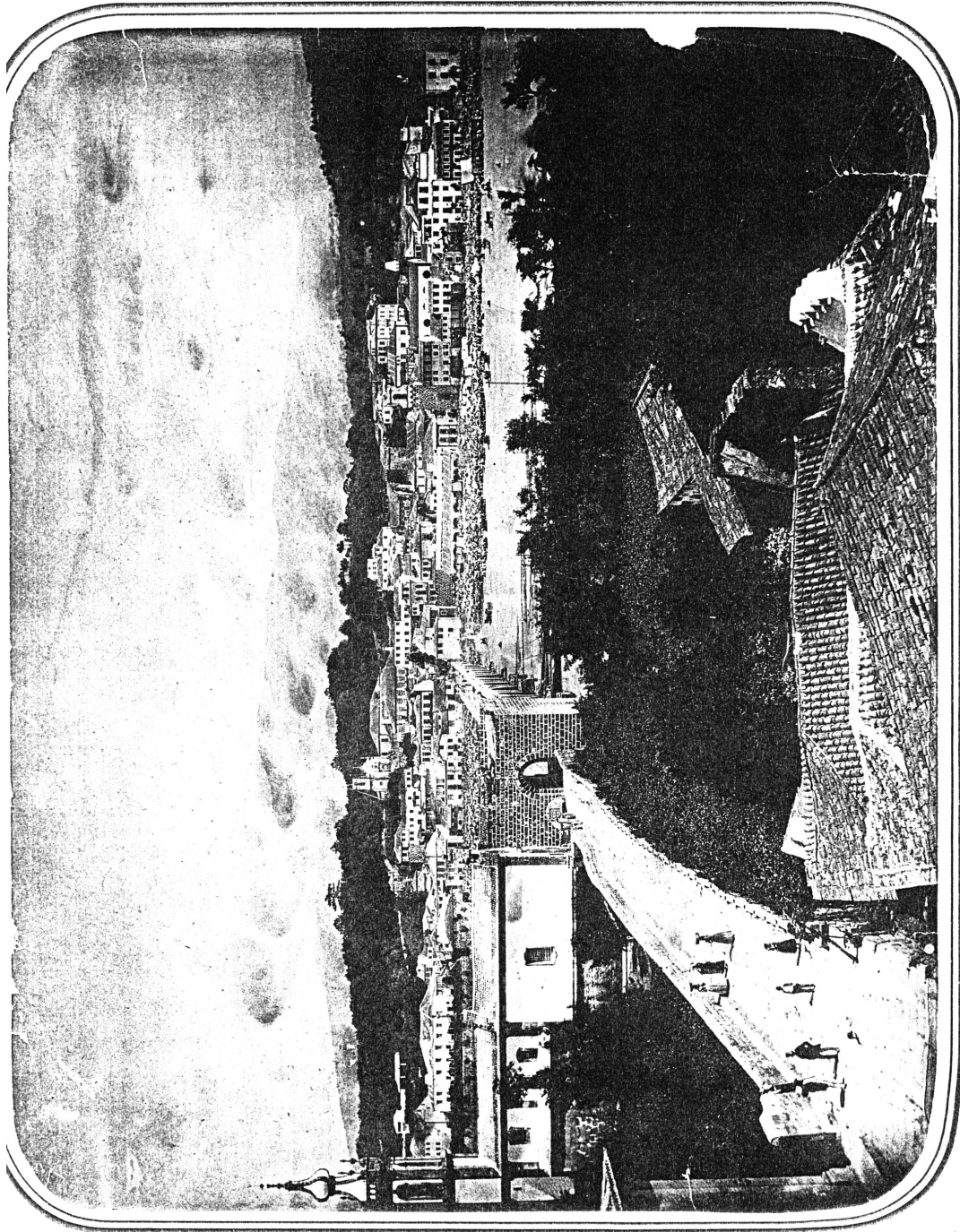
ARAÚJO, António de Sousa - "As Louças de Prado: Notas para a história da louça preta", *Revista de Olaria*, 2, Barcelos, 1998.

ASSUNÇÃO, Ana Paula - *Fábrica de Louça de Sacavém. Contribuição para o estudo da indústria cerâmica em Portugal, 1856-197*, Edições INAPA, Lisboa, 1997.

BALDAQUE, Mónica et alii - *Fábrica de Massarelos, Porto. 1763-1936*, Museu Nacional de Soares dos Reis, Porto, 1998.

BARREIRA, Paula, DORDIO, Paulo e TEIXEIRA, Ricardo - "200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do séc. XVI a meados do séc. XVIII", *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela, 1995.

- BARROCA, Mário Jorge - "Centros Oleiros de Entre-Douro-e-Minho", *Arqueologia Medieval*, 2, Porto, 1993.
- COSTA, A. Carvalho da - *Corografia Portuguesa*, Lisboa, 1706.
- DORDIO, Paulo; TEIXEIRA, Ricardo; SÁ, Anabela - "Faianças do Porto e Gaia: o recente contributo da arqueologia", *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*, Porto,
- FERNANDES, Isabel Maria - "Centros Produtores de Louça Preta da Região Norte", *Revista de Olaria*, 1, Barcelos, 1996.
- FERNANDES, Isabel Maria - *A Louça Preta de Prado, Vila Verde, Braga. Catálogo*, Barcelos, Coleções do Museu, 3, 1997.
- LEMONS, Miguel Roque Reys - *Anais Municipais de Ponte de Lima*, Ponte de Lima, 1936.
- MACEDO, Manuel Martinho e FREITAS, Maria da Graça - *O Cântaro Minhoto*, Fichas de Olaria, Barcelos, Museu de Olaria. 1996.
- NICOURT, Jacques - *Céramiques médiévales parisiennes – Classification et typologie*, Ermont, Jeunesse Pré-Historiques et Géologique de France, 1986.
- NOITES, Angelina Maria Soares et alii - *Mostra de Faiança Portuguesa*, Museu de Arte Sacra de Arouca, Arouca, 1998.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de - "Cervães. Nomeação de um juiz do ofício de louça branca. 1775", *Revista de Olaria*, 2, Barcelos, 1998.
- PEIXOTO, Rocha - "Uma ornamentação cerâmica actual de carácter arcaico", *Portugalia*, 1ª Série, vol. 2, Porto, 1908.
- PEIXOTO, Rocha - *As Olarias do Prado*. Barcelos, Museu Regional de Cerâmica, 1966.
- PEREIRA, João Castel-Branco et alii - *Os Ratinhos- Faiança Popular de Coimbra*, Museu Nacional do Azulejo, Lisboa, 1998.
- SANDÃO, Arthur de - *Faiança Portuguesa, séculos XVIII- XIX*, Livraria Civilização, Porto, 1988.
- SILVA, António Manuel S. P. - "Cerâmica Tradicional na Região de Aveiro, Alguns Elementos Documentais", *Revista de Olaria*, 1, Barcelos, 1996.
- STAPF, Sven - *Faiança Portuguesa. Faiança de Estremoz*, Lisboa, 1997.

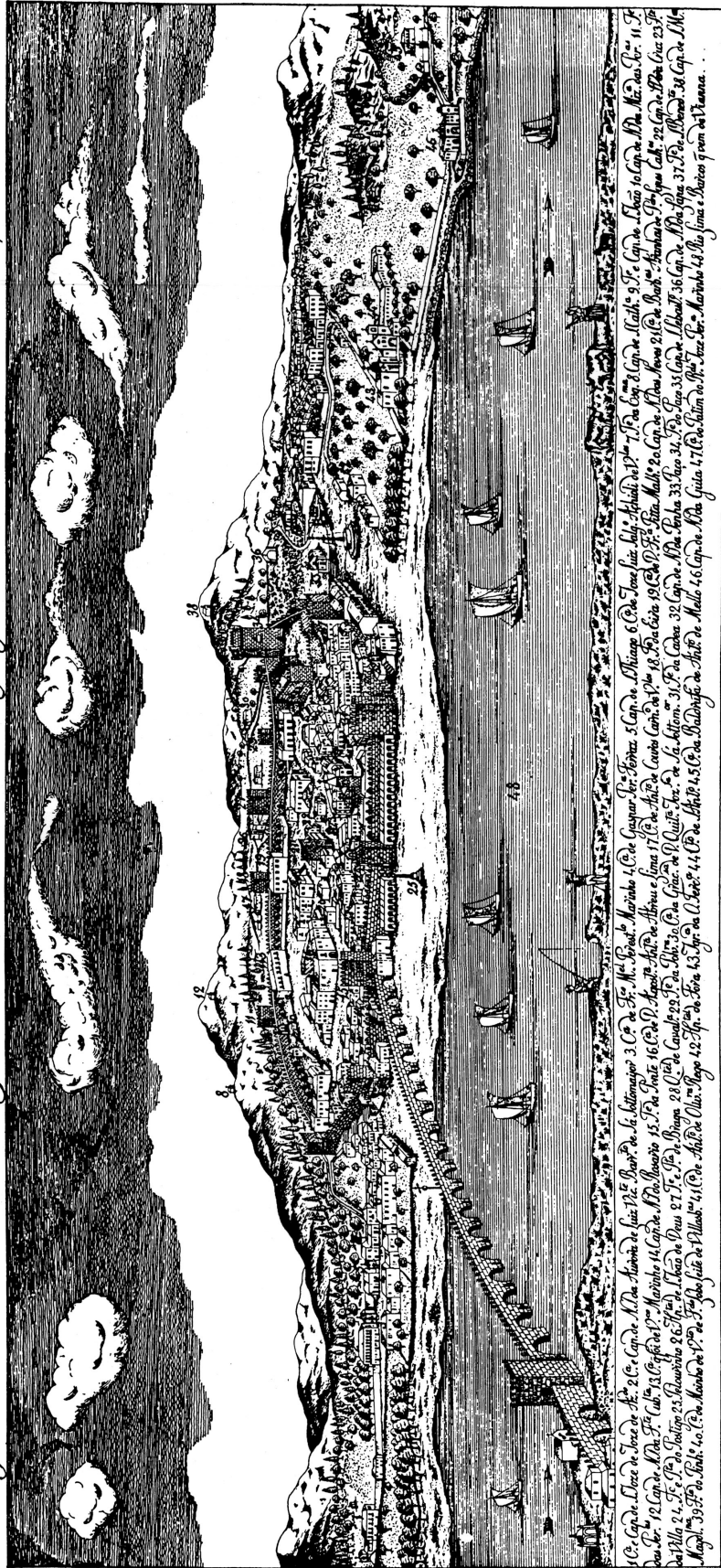


1858

Lithographie. Ancestral view of the photograph original

Fig.1 - Fotografia da Ponte de Lima datada de 1858.

Vista geral da villa de Ponte de Lima e seus arredores na Freguesia de S. Maria dos Anjos em - 1780.



Justino Velho pintor.

Dr. Filipe de Sousa de Castro

Fig. 2 - Representação idealizada de Ponte de Lima em 1780.

Fig.3

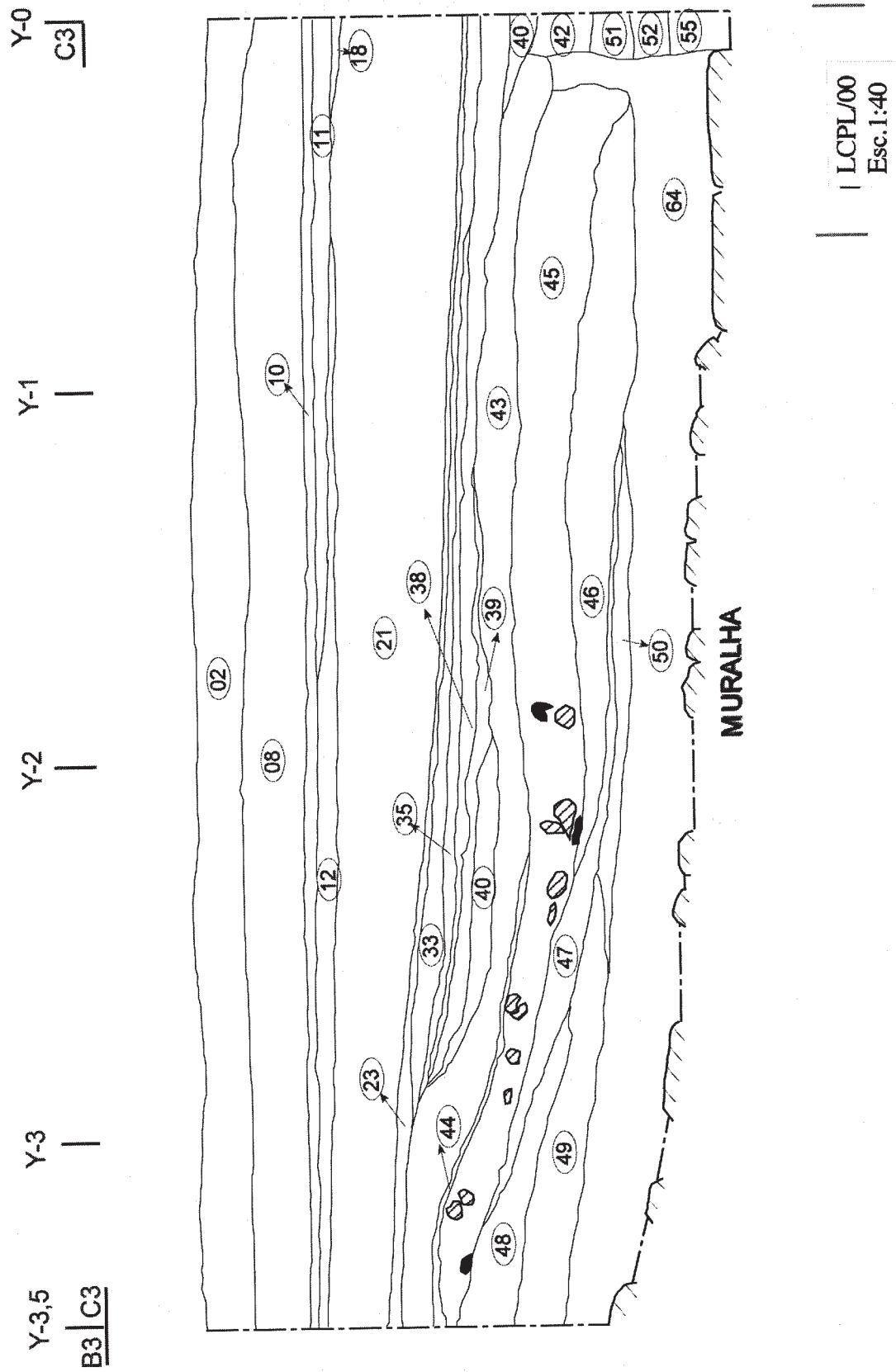


Fig.4 - Corte estratigráfico dos Quadrados B3 - C3.

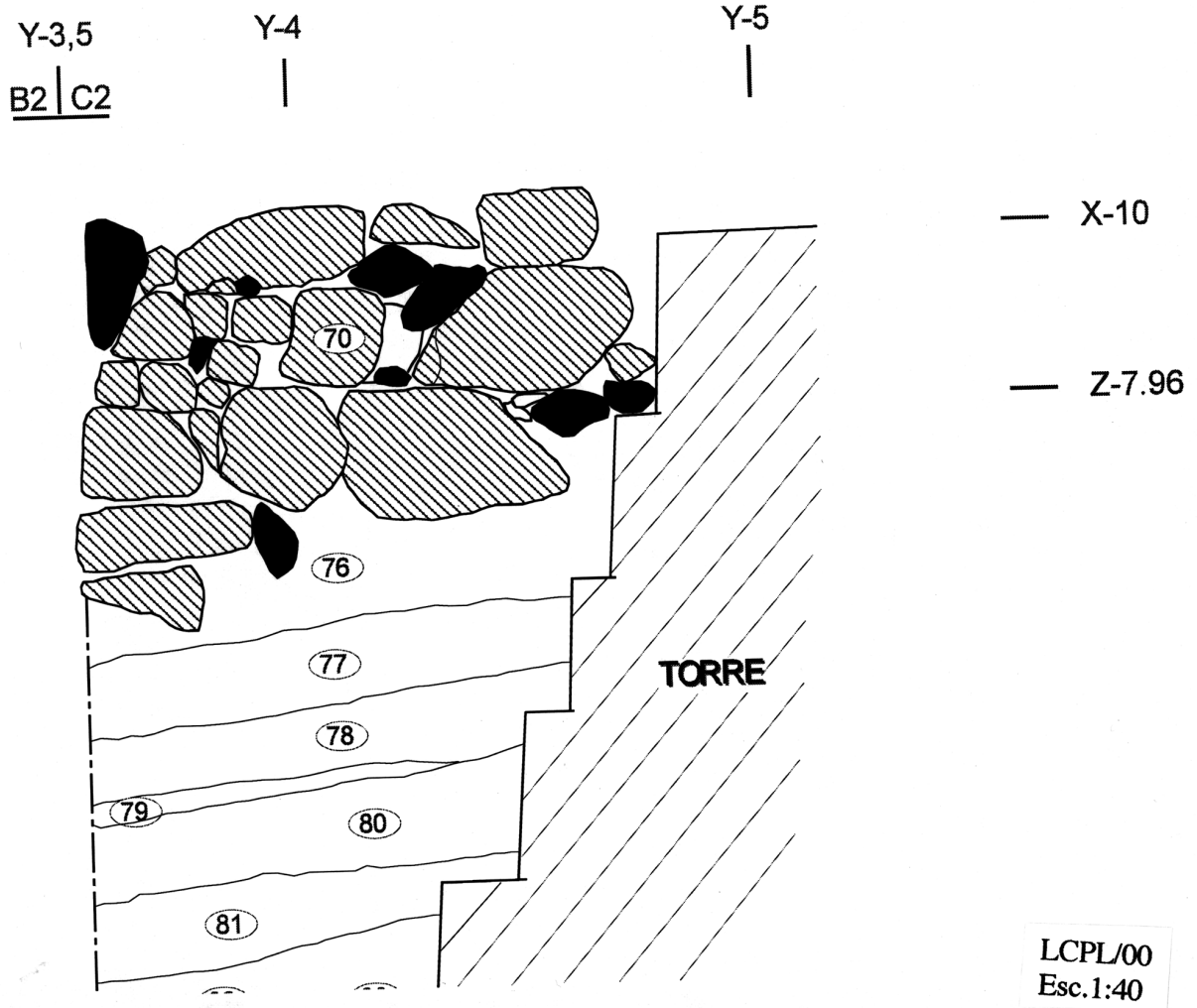


Fig.5 - Corte estratigráfico dos Quadrados B2 - C2.



Fig.7 - Alicerce da Casa do Patim.



Fig. 8 - Alicerce de muro da Casa do Patim.



Fig. 9 - Alicerce do muro da Casa do patim e espaço da muralha.



Fig. 10 - Lajeado da Rua ao Pé da Ponte da Fora.



Fig. 11 - Lajeado do séc. XIX assente sobre o alicerce da Torre dos Grilos.



Fig. 13 - Alícerce da Torre dos Grilos e arranque da muralha.



Fig. 14 - Alícerce esalonado da Torre dos Grilos e muralga.

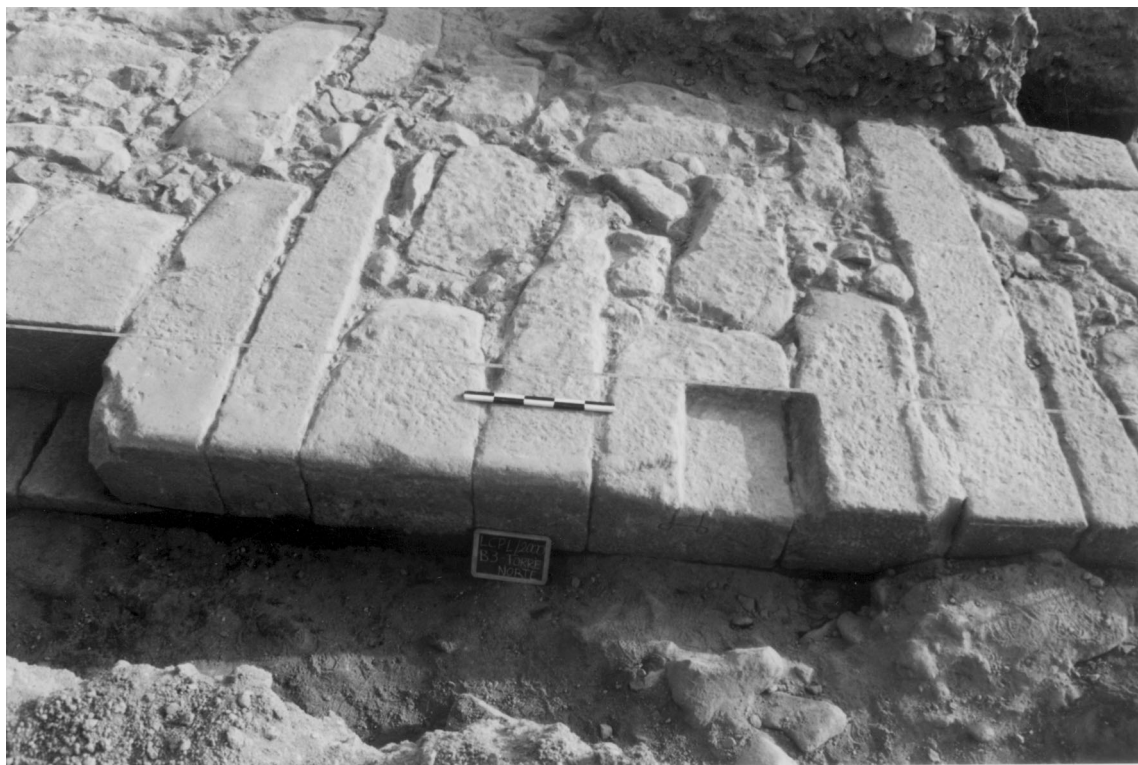


Fig. 14 - Alicerce da Torre dos Grilos e encaixe do Cunhal da porta.



Fig. 15 - Paredão que defendia a Vila do lado do Rio Lima.

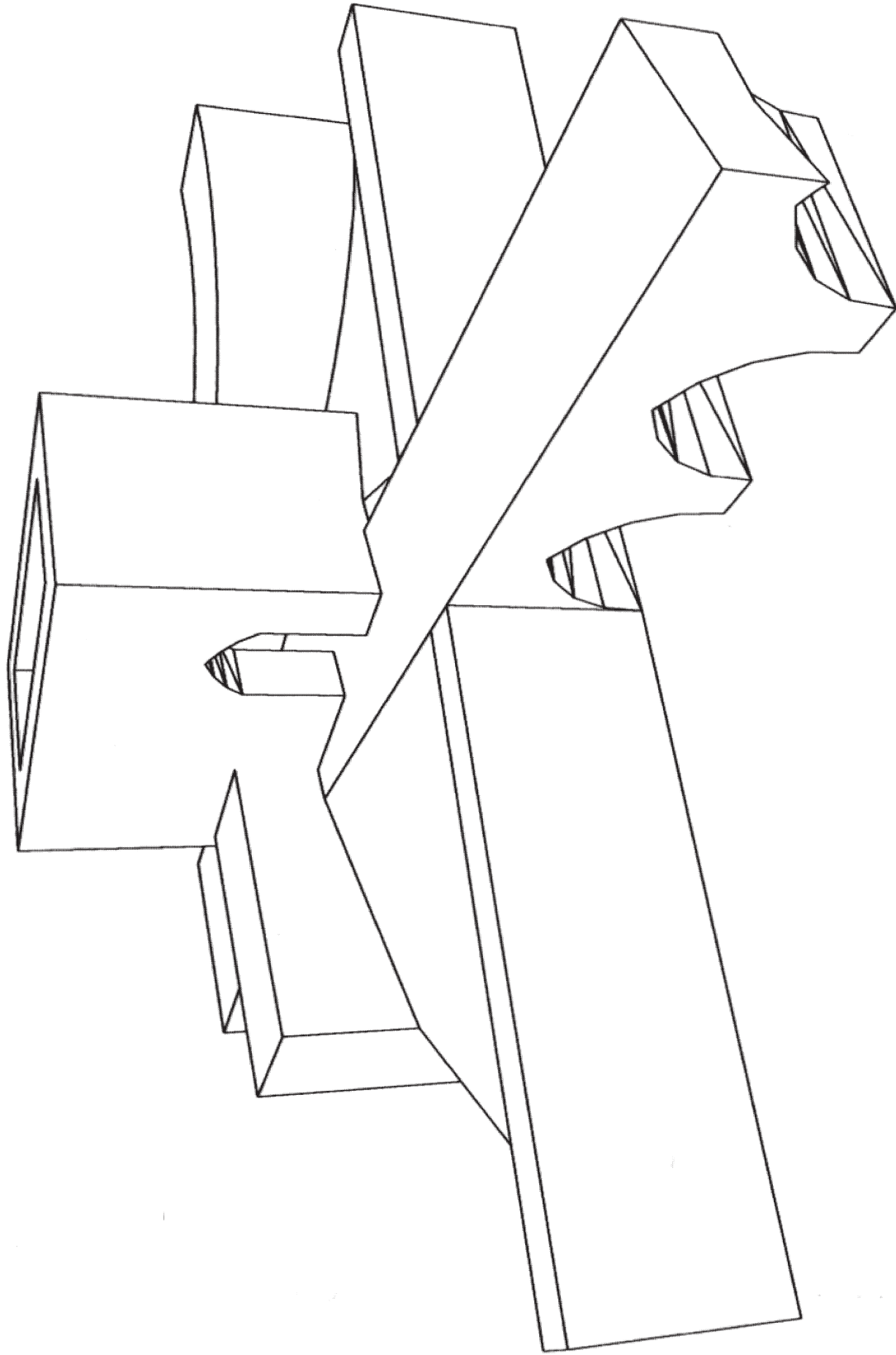


Fig. 16 - Representação esquemática da entrada lateral da Torre dos Grilos.

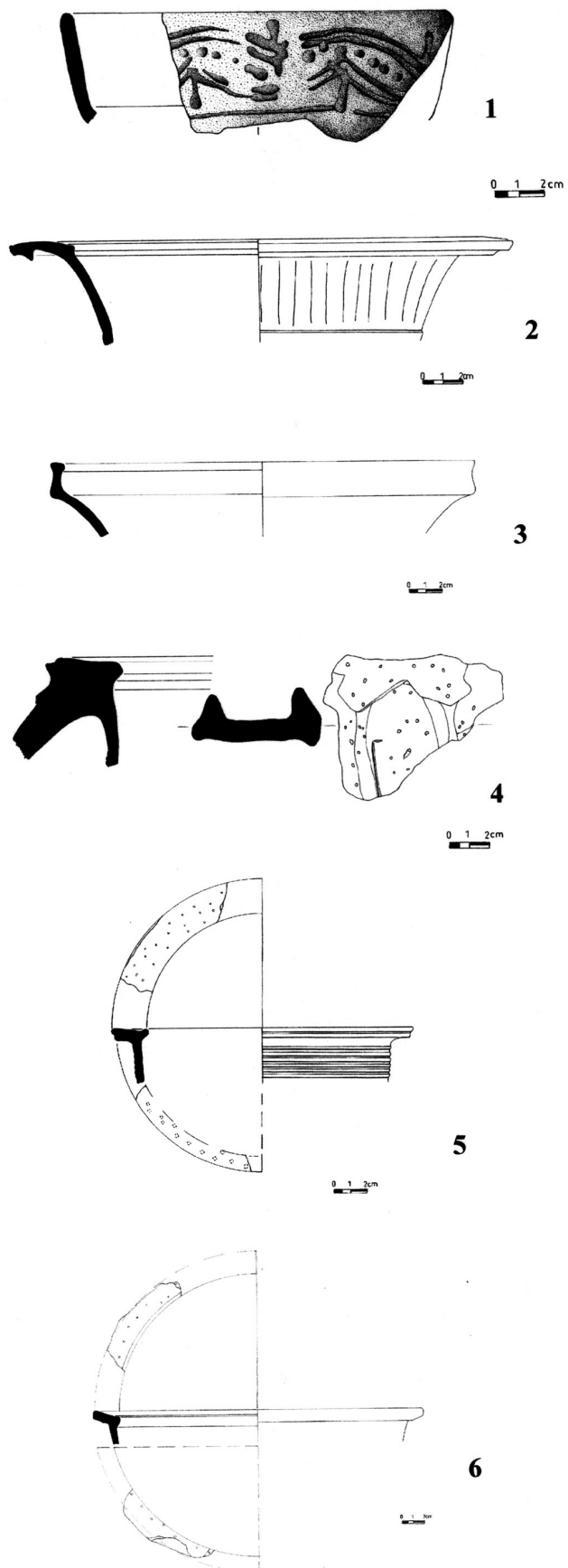


Fig.17 - Representação gráfica de cerâmica.

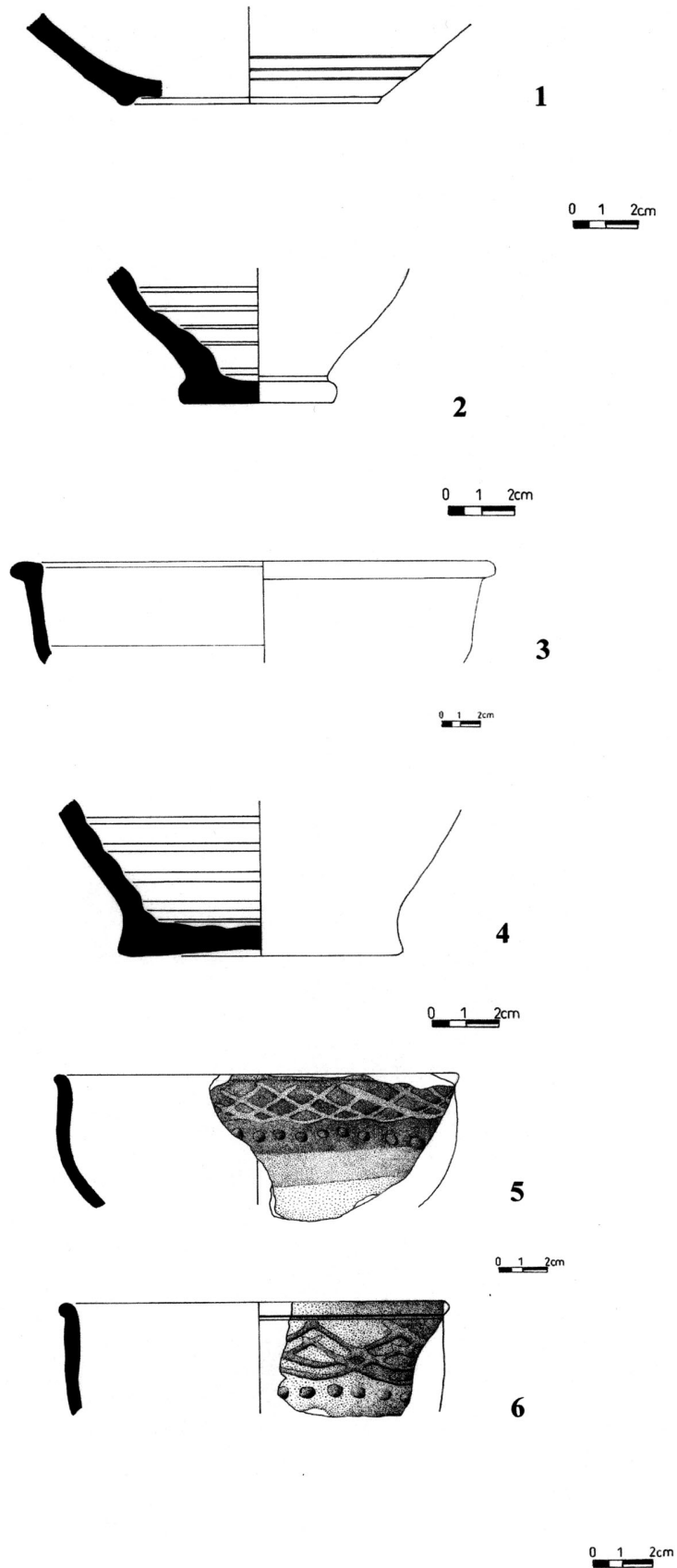


Fig.18 - Representação gráfica de cerâmica.

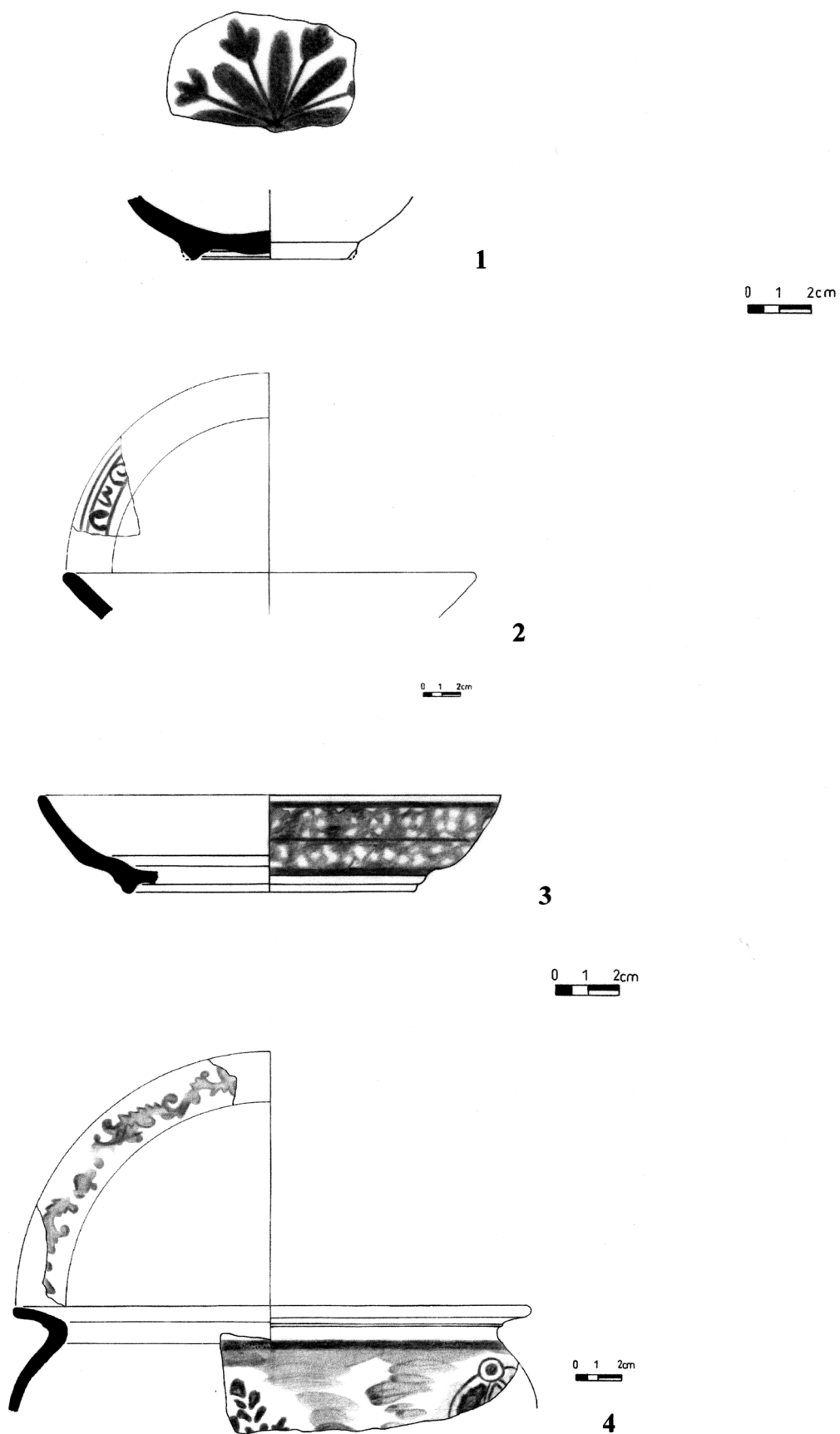


Fig.19 - Representação gráfica de cerâmica.

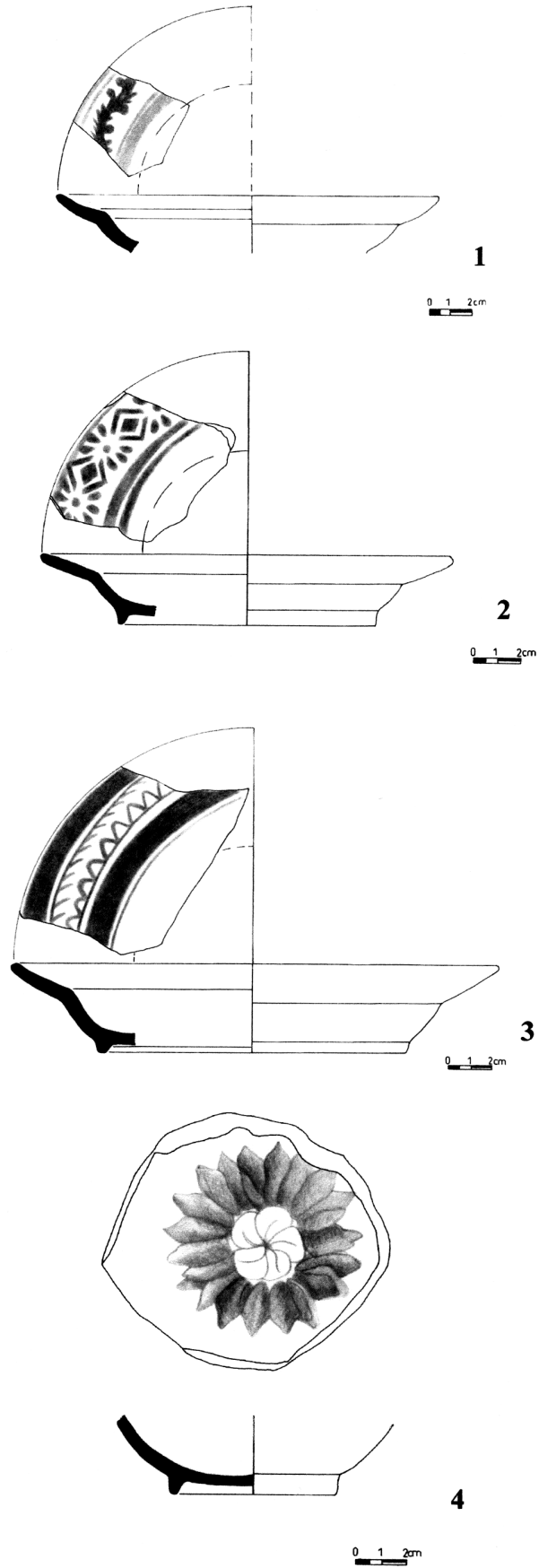


Fig.20 - Representação gráfica de cerâmica.

Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)

Mário Jorge Barroca*

ABSTRACT:

The author characterizes the time when the first castles were built in the North of Portugal during the last three decades of the 9th century (circa 870-900) and correlates this event to the Christian conquest process. The earliness of this process in the valley of river Douro is emphasized and the major evolution of the “*encastelamento*” (*castle building*) in the North of Portugal is presented, with identification of the 50 castles documented until the year 1000. Two major groups of military structures are identified: castles built by the Counts and castles built by the local communities. The author also characterizes the military process of the “*Reconquista*” (*reconquest*): first the progress up to river Mondego and the formation of the County of Coimbra (878); then the campaigns of al-Mansur and the Christian retreat to river Douro (986-997); finally, the definitive conquest of the Beiras (1057-1058) and Coimbra (1064). At last, the Author describes the new territorial organization of *Terrae*, due to Fernando Magno, which had crucial importance in the development of the Romanesque castles.

O presente texto serviu de base a uma comunicação que apresentámos ao Seminário “*Poblamiento Rural en el Norte de la Península Ibérica (Siglos V-X). Continuidades, rupturas, transformaciones*”, que, coordenado pelos Professores Doutores Angel Fuentes e Jorge Lopez Quiroga, decorreu na Casa de Velázquez, em Madrid, em 22 e 23 de Fevereiro de 1999. Como as Actas do Seminário continuam, infelizmente, a aguardar edição, e como, mesmo depois de elas saírem dos prelos, a sua divulgação em Portugal será certamente escassa, optamos por publicar aqui o texto do contributo apresentado a esse encontro. O tema que então tratámos foi, aparentemente, um pouco marginal à temática desse encontro, centrada no estudo dos problemas do povoamento rural no Norte da Península Ibérica entre os Séc. V e X. Entendeu a organização deste Encontro que o nosso contributo poderia ser interessante, e por isso gostaríamos de deixar expresso o nosso reconhecimento pelo amável convite que nos foi endereçado para participar nessa reunião científica. É evidente, de resto, que uma correcta compreensão do povoamento rural na fase final destas centúrias deverá passar pelo entendimento das estruturas fortificadas que

* Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Via Panorâmica, s/n, 4150-564 PORTO.

asseguraram, a cada momento, a estabilidade necessária à fixação das comunidades humanas numa determinada zona.

O primeiro problema que se coloca nos estudos de Castelologia Medieval é, naturalmente, definir o momento em que surgem os primeiros castelos. Durante muito tempo as necessidades de defesa foram suplantadas pelo recurso à fortificação dos povoados. Aconteceu assim desde a Idade do Bronze e do Ferro, quando os povoados se rodearam de espessos sistemas muralhados, e foi esta a opção pelo menos até à Alta Idade Média. A Crónica de Idácio, magnífico testemunho dos conturbados tempos vividos nos Séc. IV-V, revela-nos como era sistemática a opção pelos povoados fortificados. Efectivamente, nesta Crónica, que relata eventos ocorridos entre os anos de 379 e 469, encontramos diversas referências a povoados defendidos por muralhas, designados genericamente por *oppida*. Encontramos, igualmente, diversas referências a cidades, herdadas do período romano. Mas não encontramos uma única referência explícita a um castelo. A leitura de Idácio revela-nos, ainda, uma sociedade etnicamente dividida, com uma fixação territorial diferenciada, tendo as populações hispânicas conseguido preservar na sua posse as mais importantes cidades enquanto que os povos germânicos se viram obrigados a optar por uma implantação essencialmente rural. Idácio é explícito quando se refere aos “... hispânicos, espalhados pelas cidades e ópidos ...” e aos “... Bárbaros, dominadores das províncias ...” (HYDACE: I, § 49, pp. 117-119). O relacionamento entre invasores e invadidos foi quase sempre problemático. Ao longo da Crónica, de uma forma cíclica, afloram conflitos entre suevos e hispano-romanos, com os primeiros a atacar e pilhar as cidades ou os povoados fortificados detidos pelos segundos. No entanto, ao longo destes noventa anos, tão conturbados e tão ricos em eventos militares, não encontramos nenhuma referência explícita a um castelo.

Podemos, por isso, dizer sem qualquer receio que o castelo, na acepção restrita do termo - isto é, enquanto *estrutura amuralhada rodeando um pequeno pátio, servindo de abrigo a uma guarnição militar que tem por missão velar pela segurança de um território mais vasto* - foi uma invenção dos tempos medievais e, particularmente, da Reconquista. Deles não encontramos traços, nem documentais nem arqueológicos, antes da Invasão Muçulmana de 711, mas já temos notícias seguras a partir das primeiras presúrias de Afonso III das Astúrias (866-910). Procuremos caracterizar melhor o momento onde aparecem os primeiros castelos no espaço actualmente português.

Nos meados do Séc. IX, a fronteira cristã estava, na zona ocidental da Península, posicionada no vale do rio Minho, que fora alcançado com a presúria de Tuy, por Afonso Betotes, em 854. Quando Afonso III das Astúrias subiu ao trono, em 866, a fronteira cristã continuava posicionada neste vale. No entanto, pouco depois inaugura-se uma fase particularmente dinâmica do ponto de vista militar, que aproveita uma conjuntura favorável para as forças cristãs. Em 868 dava-se a presúria de *Portucale*, por Vímara Peres, e com ela a fronteira avançava até à margem direita do rio Douro. A presúria do Porto ficou memorizada no *Chronicon Laurbanense*, um dos registos analísticos que chegou até aos nossos dias, facto que espelha a importância do evento: “*Era DCCCCVI Prenditus est Portucale ad Vimara Petri.*” (PMH, Script.: p. 20).

O Conde Vímara Peres morreria em 873, cinco anos depois da presúria do Porto: “*Era DCCCCXII^o. venit rex Adefonsus in Vama (sic) et in VI^o die Vimara mortuus est.*” (PMH, Script.: p. 20). Mas as consequências da sua actuação prolongaram-se muito para além desta data. A partir de *Portucale* deu-se a reorganização de todo o território de Entre-Douro-e-Minho: o repovoamento de Braga, a partir de 870 (onde o próprio Vímara Peres teve intervenção directa, figurando no diploma que estabelece os limites de Braga - LF 16); a fundação de Guimarães (vila que surge a partir da quintã condal de Vímara Peres, referida desde 879); e com a presúria de outros lugares mais modestos. De algumas dessas presúrias chegaram-nos notícias documentais, como é o caso da presúria de Negrelos (hoje S. Miguel do Paraíso, conc. de Guimarães), realizada por Lucídio Vimaranes, o filho de Vímara Peres (PMH, DC 5, de 870), ou da presúria de Lardosa (lugar da freg. de Rans, conc. de Penafiel), realizada por Muzara e Zamora, dois moçárabes certamente vindos de Sul (PMH, DC 9, de 882).

Quatro anos mais tarde, em 872, o Conde Odoário presuriava a cidade de Chaves, no alto Tâmega, e, a partir deste ponto, dava-se início ao processo de repovoamento da zona Norte de Trás-os-Montes, em torno dos férteis terrenos da veiga de Chaves. O protagonismo de Odoário chegou até nós graças a uma notícia redigida um século mais tarde, encerrada numa doação de 982 onde se regista que o conde, “*digno bellatori*”, ergueu vicos e castelos, amuralhou cidades e povoou vilas:

“... *data est terra ad populandum illustrissimo viro domno Odoario digno bellatori, in Era DCCCCX, a principe serenissimo domno Adefonso, qui venit in civitate Flavias, secus fluvium Tamice, vicos et castella erexit, et civitates munivit, et villas populavit, atque eas certis limitibus firmavit, et terminis certis locavit, et inter utrosque habitantes divisit ...*” (BARRAU-DIHIGO 1989: p. 172; AZEVEDO L. G. 1939: II, p. 88)¹.

Julgamos que o Castro da Curalha (freg. da Curalha, conc. de Chaves) poderá ser exemplo de um desses povoados que Odoário “ergueu” no Alto Tâmega, depois de ter assumido o controle de Chaves. Este povoado, que Santos Júnior escavou ao longo de vários anos², revelou abundante espólio associado a estruturas habitacionais e a um urbanismo claramente medieval. Na realidade, ao invés do que entendia Santos Júnior, que sempre classificou a Curalha como um simples povoado castrejo, parece-nos evidente que se trata antes de um povoado mediévico. As suas casas, adoptando sistematicamente plantas rectangulares, com ângulos rectos, adossam-se umas às outras, erguendo-se comprimidas num espaço reduzido, e encostam-se à muralha, tudo opções evitadas em povoados castrejos. Por seu turno, o espólio exumado é na sua maioria tardio, compreendendo materiais tardo-romanos e altimedievicos, como sigillatas claras e estampadas, e um conjunto muito importante de materiais medievais, da Reconquista, onde se contam as cerâmicas cinzentas ornamentadas com cordões plásticos com dedadas, incisões e outras gramáticas decorativas tipicamente medievais. Acrescentemos, finalmente, que o Castro da Curalha ainda se encontra documentado em [1169-1175] (LF, 503). Todos estes dados revelam que o Castro da Curalha teve uma reocupação tardia, da Reconquista, que foi a responsável pelo seu urbanismo, sendo desta forma um testemunho da reorganização do povoamento da zona da *civitas* de Chaves, processo encetado por Odoário a partir de 872.

Seis anos mais tarde, em 878, era a vez do Conde D. Hermenegildo presuriar, ainda em nome de Afonso III, a cidade de Coimbra, na margem Norte do rio Mondego:

“... *Era DCCCXVI^a. prendita est Conimbria ad Ermenegildo Comite.*” (PMH, Script.: p. 20).

Na sequência desta reconquista outros pontos a Sul do Douro seriam igualmente repovoados por ordem de Afonso III. É o caso da *civitas* de Viseu, que as Crónicas *Rotensis* e *Ad Sebastianum*, declaram expressamente ter sido povoada por iniciativa daquele monarca asturiano:

“... *Rudis namque nostris temporibus quum civitas Viseo et suburbis eius iussum nostrum esset populatus.*” (CRÓN. AST.: pp. 122 e 123).

E o mesmo terá acontecido a Lamego, como se regista na Crónica *Albeldensia*, e cujo castelo está documentado na posse das forças cristãs em 952 (PMH, DC 65). O esforço militar de Afonso III foi, como se sabe, registado laudatoriamente nas crónicas asturianas, que, para a área hoje portuguesa, referem as conquistas de Porto, Anégia, Braga, Chaves, Lamego, Viseu e Coimbra³.

¹ A figura do Conde Odoário foi estudada por BALIÑAS PEREZ 1995: pp. 35-51.

² Sobre as escavações na Curalha veja-se SANTOS JÚNIOR 1980-85 e SANTOS JÚNIOR 1984. Para uma revisão actualizada da Curalha vd. TEIXEIRA 1996: pp. 77-78 e 167-168.

³ Na Crónica *Rotensis* refere-se a conquista de “... *Portugale, Anegiam, Bracaram metropolitanam, Viseo, Flavias ...*” - CRÓN. AST.: p. 132; na Crónica *Ad Sebastianum* são mencionados “*Portucalem, Bracaram metropolitanam, Viseo, Flavias ...*” - CRÓN. AST.: p. 133; na Crónica *Albeldensia* mencionam-se a conquista e povoamento de Coimbra (“... *Conimbriam ab inimicus possessam eremavit et Gallecis postea populavit ...*”) e depois o povoamento de Braga, Porto, Viseu e Lamego - CRÓN. AST.: pp. 176-177.

Este momento ímpar da Reconquista revela-se ainda mais notável quando comparado com a cronologia da fixação nos principais pontos do vale do Douro na zona leonesa: Zamora seria retomada em 893, Simancas em 899, Toro em 900, Burgo de Osma em 912. Ao fim de uma década de movimentações militares (868-878), a fronteira cristã tinha progredido perto de 200 km para Sul ao longo da fachada atlântica, passando do vale do rio Minho para o vale do Mondego e englobando pontos tão importantes como Montemor-o-Velho, Coimbra e Viseu. Mas, à medida que se avançava para o interior, a fronteira recuava: ela contornava o maciço da Serra da Estrela pela encosta Norte mas não devia ultrapassar o vale do Rio Côa para Leste. Acreditamos, mesmo, que a fronteira estaria estacionada neste alcandorado vale. Na realidade, a Ocidente do Côa encontramos uma série de castelos - como Trancoso, Sernancelhe, Longroiva, Numão, etc - que estavam na posse das forças cristãs no Séc. X. A Leste do Côa, pelo contrário, conhecemos alguns testemunhos muçulmanos para essa época e mesmo para fases mais avançadas (como é o caso da cisterna muçulmana de Castelo Rodrigo, com o seu arco ultrapassado quebrado, do Séc. X) (BARROCA 1999).

Deste modo, podemos dizer que, no território actualmente português, pouco depois de 878, a fronteira cristã estava posicionada ao longo do vale do Mondego, até alcançar o Côa, seguindo pelo curso deste rio até ao Douro. A reconquista de Zamora, ocorrida apenas em 893, 15 anos depois de Coimbra e 25 anos depois do Porto, confirma como o posicionamento da fronteira no vale do Douro leonês foi um processo mais moroso. Este vasto espaço do Entre-Douro-e-Mondego permaneceu na posse das forças cristãs durante mais de um século, até às investidas de al-Mansur nos finais do Séc. X, em 986, 987, 995 e 997, que trouxeram a fronteira cristã de novo até ao vale do Douro. É este primeiro domínio cristão, tão prolongado, que ajuda a explicar a presença de tantos testemunhos pré-românicos no Centro de Portugal, desde vestígios avulsos até templos moçárabes mais ou menos bem conservados (como os casos de S. Pedro de Balsemão, Prazo, S. Pedro do Sul, Viseu, Fráguas e S. Pedro de Lourosa)⁴.

É neste contexto político-militar que surgem as primeiras referências documentais a castelos no Noroeste de Portugal. Não sabemos se as populações autóctones já possuíam algumas estruturas defensivas erguidas antes da chegada dos presores de Afonso III (866-906). Se as tinham, a escassa documentação da época não o deixa transparecer. Mas pouco depois das primeiras presúrias assistimos ao aparecimento de referências documentais a estruturas castelares. Na realidade, a mais antiga notícia que se conhece para um castelo em Portugal remonta ao ano de 870. Na presúria da “*villa Negrelus*” (hoje S. Miguel do Paraíso, Guimarães) declara-se que esta vila está no “*territorio Bracharensis urbium Portugasensis ... subtus mons Caballus prope rivulum Have*” (PMH, DC 5). A expressão “*subtus mons*”, sob o monte, é muito característica da documentação medieval portuguesa e, como Carlos Alberto Ferreira de Almeida teve ensejo de demonstrar (ALMEIDA 1978: pp. 25-27; ALMEIDA 1992: pp. 382-383), não corresponde apenas a uma relação de dependência topográfica (que muitas vezes nem sequer existe), mas sobretudo a uma dependência de carácter administrativo e militar. O *Mons Caballus*, sob o qual se enquadrava a *villa* de Negrelos, corresponde hoje a N^a. S^a. do Monte (Cavalos, freg. Conde, conc. Guimarães) e era um desses primitivos castelos roqueiros. Encontra-se documentado desde 870 até, pelo menos, o ano de 1013 (PMH, DC 221) (ALMEIDA 1978: p. 35, N^o 53).

Pouco depois desta primeira referência seria a vez de, num documento de 875 relativo à Igreja de S. Martinho de Soalhães (Marco de Canaveses), se citar o *Mons Genestaxo*:

⁴ A igreja moçárabe de S. Pedro de Lourosa, datada do ano de 912 por meio de uma inscrição (BARROCA 1995: II, pp. 33-35, Insc. N^o 3), espelha a fuga, para Norte, de comunidades moçárabes fugindo à vaga de intolerância que acompanhou a ascensão ao poder de Abd Al-Rahman III (912-961), um processo que deu origem a outros célebres monumentos moçárabes (como é o caso da Igreja de S. Miguel de Escalada, junto a León, datada de 913).

“... *baselica Sancti Martini Episcopi, que est fundata in Villa de Suylanes, subtus mons Genestaxo, secus rivulum Gallina, et flumen Dorio, territorio Anegia ...*” (PMH, DC 8).

O monte Gestaçô (freg. Paços de Gaiolo, conc. Marco de Canaveses) encontra-se documentado até pelo menos 1087 (PMH, DC 688) (ALMEIDA 1978: p. 37, Nº 83).

A partir de então, as referências a castelos multiplicam-se a um ritmo crescente. Bastará registar que, até aos fins do Séc. X, ou seja, até ao ano 1000, num universo total de 183 documentos⁵, 71 deles possuem referências a castelos (38,8 %), correspondendo a um total de 50 estruturas castelares distintas. Os quadros que preparamos (Quadros 1 e 2) ilustram a progressão deste fenómeno que, como já tivemos oportunidade de sublinhar noutros estudos nossos, se reveste de uma grande novidade (BARROCA 1990-91: p. 91 e ss.; BARROCA 1997: pp. 14-15).

	Nº de Doc. (PMH, DC)	Nº de Doc. c/ ref ^a . a Castelos	Percentagem
870-900	11	3	27,3 %
901-925	18	7	38,8 %
926-950	32	5	15,6 %
951-975	52	27	51,9 %
976-1000	70	29	41,4 %
TOTAL	183	71	38,8 %

Quadro 1 - Documentos até ao Ano 1000 que referem castelos.

	Nº de Doc. c/ ref ^a . a Castelos	Nº Castelos referidos	Totais cumulativos
870-900	3	4	4
901-925	7	7	10
926-950	5	4	12
951-975	27	30	37
976-1000	29	22	50
TOTAL	71	-	-

Quadro 2 - Evolução do número de castelos referidos até ao Ano 1000.

O aparecimento do castelo no Noroeste de Portugal, no último quartel do Séc. IX, na sequência das primeiras presúrias astur-leonesas, e o modelo de organização do espaço adoptado desde então são processos que apresentam um estreito paralelismo, quer em termos de cronologias quer em termos de soluções arquitectónicas, com o que outros autores têm vindo a detectar noutras zonas da Península. Referimo-nos, concretamente, aos estudos de José Avelino Gutierrez González para a zona de León e de Francesc Fité para a zona da Catalunha, e à síntese de André Bazzana sobre o aparecimento do castelo nas zonas setentrionais da Península Ibérica, apresentada no 16º Colóquio *Chateau Gaillard* (GUTIERREZ GONZÁLEZ 1989: p. 173; GUTIERREZ GONZÁLEZ 1995: p. 46; FITÉ 1989: pp. 195-196; FITÉ 1993: p. 8; BAZZANA 1994: pp. 34-35). As cronologias apontadas por Bazzana para a zona oriental da Península não diferem, de resto, muito das cronologias que Helena Catarino encontrou para a zona meridional portuguesa (CATARINO 1997-98: II, pp. 579-587).

⁵ Tomamos como universo de estudo apenas os diplomas publicados nos PMH, DC.

A cartografia das 50 estruturas fortificadas documentadas em Portugal até ao ano 1000 (Fig. 1) revela uma concentração significativa na parte terminal do curso do rio Douro, correspondendo grosso modo ao Douro Litoral, abrangendo ambas as margens do rio e alcançando, no interior, os contrafortes das Serras do Marão e de Montemuro. Nesta zona concentram-se 47 % das estruturas castelares conhecidas para o último quartel do Séc. IX e todo o Séc. X. Fora desta zona, salientemos a presença de outras concentrações igualmente significativas: uma na parte inferior do vale do rio Ave, em torno da foz deste rio, com 6 castelos que permitiam o controle destas terras férteis e o domínio do curso fluvial; outra concentração em torno do eixo Braga-Guimarães, com um total de 6 castelos; finalmente, um pequeno conjunto de estruturas castelares entre o Vouga e o Mondego, relacionadas com a presença de forças cristãs em Coimbra, onde contabilizamos 3 castelos até ao ano 1000 mas que, dobrada a centúria, rapidamente aumentariam de número. Julgamos que merece igualmente destaque a quantidade de castelos que, até ao ano 1000, escolheram montes com ocupações castrejas para se implantar (pelo menos 11 exemplos, ou seja 22%) e o número de castelos que se posicionaram nas imediações de vias romanas ainda em uso (pelo menos 6 casos). Deixamos de lado a concentração de castelos no Leste do território cristão, onde se erguiam 10 castelos condais, de que nos ocuparemos mais à frente.

Zona	Nº Castelos
Entre-Lima-e-Cávado	1
Entre-Cávado-e-Ave	12
Entre-Ave-e-Douro	12
Entre-Douro-e-Vouga	11
Entre-Vouga-e-Mondego	3
Beira Interior	11
TOTAL	50

Quadro 3 - Distribuição geográfica dos castelos portugueses dos Séc. IX-X

A distribuição geográfica dos castelos portugueses até ao ano 1000 revela dois aspectos que importa sublinhar. Em primeiro lugar, o facto do aparecimento dos primeiros castelos no Norte de Portugal acontecer na zona do Douro Litoral, que foi palco das primeiras presúrias de Afonso III, e atingir aqui, desde cedo, um grande dinamismo. Em segundo lugar, o facto de só numa fase mais tardia ter alcançado as zonas mais setentrionais do Entre-Douro-e-Minho. Na realidade, a penetração dos castelos até aos fins do Séc. X revela-se muito diminuta na zona a Norte do vale do Ave. Esta perspectiva encontra-se comprovada num precioso documento dos PMH, o célebre DC 13, sobre o qual Carlos Alberto Ferreira de Almeida lançou luz definitiva ao identificar a sua localização e quase toda a sua microtoponímia⁶. Trata-se de um documento do ano de 906, que regista uma composição entre o Bispo de Iria, Sisnando, e o Bispo de Coimbra, Nausto, sobre a partilha de bens que ambos bispados detinham em *Silva Scura*. O espaço da “... *ecclesia et villa vocabulo Sancta Eolalia que scita est in Silva Scura* ...” é descrito com um pormenor invulgar, sendo enumerados 25 moradores e diversas propriedades (2 várzeas, 6 linhares, 26 campos, 2 arroteias, 4 pomares e 1 vinha, sendo mais de uma dezena de propriedades vedadas). A importância deste documento para a Castelologia reside no facto de, em 906, quando se fez um levantamento tão exaustivo e minucioso desta zona, não se ter registado nenhum castelo. No entanto, um

⁶ Durante muito tempo entendeu-se que o PMH, DC 13 dizia respeito a Águas Santas (Maia) ou a Águas Santas (Póvoa de Lanhoso). Foi Carlos Alberto Ferreira de Almeida quem, em 1970, dissipou todas as dúvidas, demonstrando que se trata de St^a. Eulália de Rio Covo, freguesia do concelho de Barcelos - cf. ALMEIDA 1970: pp. 97-107. O mesmo autor já anteriormente se tinha debruçado sobre este diploma - ALMEIDA 1966: pp. 635-642.

século mais tarde, nos inícios do Séc. XI, existiam aqui dois castelos: o castelo de Midões (a Ocidente) e o castelo de Penafiel de Bastuços (a Oriente), este último documentado pelo menos desde 1018 (LF 68). Deste modo, o DC 13 corrobora a ideia de que a progressão dos castelos para o coração do Entre-Douro-e-Minho, e nomeadamente para a zona a Norte do vale do rio Ave, foi um acontecimento mais tardio do que o panorama que se desenha para o espaço compreendido entre o Ave e o Douro e, de uma maneira geral, para a zona do vale do Douro.

O documento de Soalhães, de 875 (DC 8), para além de conter uma das primeiras referências documentais a castelos, encerra uma outra enorme novidade: a referência ao território de Anégia. Na realidade, depois das presúrias de Afonso III, assistimos a uma reorganização do território incorporado dentro dos limites cristãos, a qual passou pela criação das *civitates*. Não se trata, aqui, de uma simples referência a povoados urbanos, a *ciudades*. Certamente que a expressão *civitas* também foi utilizada nessa acepção, conhecendo-se documentos onde Braga, Porto e Coimbra são tratadas como *civitates*. Mas, em muitos outros documentos, do último quartel do Séc. IX, do Séc. X e do Séc. XI, sobretudo da zona do vale do Douro, surgem referências a *civitates* que nunca corresponderam a cidades - nunca foram sede de bispado nem sequer atingiram dimensão urbana digna de relevo - mas que, apesar disso, continuaram a ser designadas como *civitates*. É o caso das *civitates* de Anégia e de St^a. Maria, que nunca tiveram uma dimensão urbana significativa. Por outro lado, é flagrante que, muitas vezes, a expressão *civitas* não se reporta a um local mas antes a um território. Na realidade, estas *civitates* eram amplos espaços territoriais que, do ponto de vista militar, estavam confiados ao controle de uma estrutura militar que, muitas vezes, se revestia de características arquitectónicas muito incipientes. A organização territorial imposta por Afonso III no Douro Litoral não se afasta, portanto, muito da que o mesmo monarca instituiu noutras zonas do seu reino, nomeadamente com as *mandationes* ou os *commissa* galegos⁷.

“A Civitas era ou poderia ser um comitatus, tinha o seu território próprio, e, idealmente, estava sob a responsabilidade de um conde ou de um *commissarius da administração central*. “ (ALMEIDA 1992: p. 377).

A primeira *civitas* a ser referida na documentação foi Anégia, a mais bem documentada de todas as *civitates* que Afonso III criou na zona actualmente portuguesa. A primeira referência documental para Anégia remonta a 875 (PMH, DC 8) e este território permanecerá operacional durante mais de dois séculos, entrando em decadência apenas a partir dos meados do Séc. XI, mais concretamente a partir da década de 60 do Séc. XI. A Crónica *Rotensis* regista, indirectamente, a criação de Anégia quando declara que Afonso III, juntamente com seu irmão Fruela, tomou muitas *civitates*, nomeadamente as de Porto, Anégia, Braga, Chaves e Viseu:

“... *Qui cum fratre Froilane sepius exercitu mobens multas civitates bellando cepit, id est, Lucum, Tudem, Portugalem, Anegiam, Bracaram metropolitana, Viseo, Flavias ...*” (CRÓN. AST.: p. 132).

A *civitas* de Anégia implantava-se num pequeno esporão sobranceiro à confluência dos rios Tâmega e Douro. No seu local ergue-se hoje a Capela da Senhora da Cividade (freg. de St^a. Maria de Eja, conc. de Penafiel), que conserva um topónimo bem significativo. Desde há muito conhecida dos historiadores a partir das numerosas referências documentais (mais de meia centena de documentos, balizados entre 875 e os fins do Séc. XI), a sua estrutura arquitectónica seria identificada por Carlos Alberto Ferreira de

⁷ Sobre as *civitates* do território português vide, entre outros, ALMEIDA 1988: pp. 150-151; ALMEIDA 1989: pp. 43-48; ALMEIDA 1992: pp. 377-378; BARROCA 1990-91: pp. 91-93; MATTOSO 1992: I, pp. 468-470. Sobre as diferentes acepções da palavra *civitas* veja-se ESTEPA DIEZ 1978; e sobre os *commissa* galegos LOPEZ ALSINA 1988: pp. 220-227.

Almeida e valorizada por este e outros autores⁸. A *civitas* de Anégia ergueu-se num pequeno esporão situado na periferia de um povoado castrejo romanizado, que teve uma ocupação tardia, que se estendeu pelo menos até ao séc. V-VI já que aqui se recolheu *Sigillata Clara D.* Não temos, no entanto, comprovação arqueológica de que o povoado tenha sofrido uma reocupação durante a Reconquista, como parece sugerir a presença da vizinha *civitas*. Gozando de uma notável situação topográfica, a *civitas* de Anégia vigiava o curso final do Tâmega e parte do vale do rio Douro. Da velha estrutura militar ainda restam alguns vestígios, nomeadamente uma muralha em talude, definindo uma plataforma de exíguas dimensões, com valores extremos na ordem dos 24 por 30 metros. A sua implantação no terreno, ocupando um esporão periférico ao monte principal, onde se ergueu o povoado castrejo, não pode deixar de recordar o exemplo do Porto, sede de outra das *civitates* de Afonso III, onde o povoado civil se localizava num monte e a sede militar numa colina periférica: o povoado principal no Morro da Pena Ventosa, em torno do pólo religioso, onde depois se construiu a Sé românica; o pólo militar num pequeno esporão periférico, a Nordeste, que a toponímia urbana memorizou como a *Cividade* e que foi quase totalmente destruído em 1950-53.

Para além de Anégia, temos conhecimento, documental e arqueológico, de outras *civitates* criadas por Afonso III ou pelos seus sucessores: Porto (desde c. 868), Braga (desde c. 870), Chaves (desde c. 872), Lamego (a. de 906), Viseu (a. de 906), St^a. Maria (Feira) (a. de 977), Seia e Coimbra (desde c. 878) foram igualmente sede de *civitates*. E, apesar de carecermos de comprovação documental, acreditamos que Lanhoso, Guimarães, Maia e Montemor-o-Velho também possam ter sido.

A *civitas* de Santa Maria (freg. de St^a. Maria da Feira, conc. da Feira), revela-se particularmente importante pelos vestígios arquitectónicos ainda sobreviventes. Criada ao longo do Séc. X - uma vez que é omitida em documento de 902 mas já se documenta em 977 (PMH, DC 120) - esta estrutura militar ganhou particular importância quando a zona do vale do Vouga voltou a ser um espaço de fronteira, depois das investidas de al-Mansur contra Coimbra e o vale do Mondego, nos fins do Séc. X (em 986 e 987). Significativamente, a *civitas* perderia progressivamente a importância adquirida quando, em 1064, com a campanha de Fernando Magno, as forças cristãs voltam a ocupar, agora de forma definitiva, a cidade de Coimbra e o vale do Mondego. Ainda se conservam alguns vestígios da sede da velha *civitas*, agora integrados dentro do perímetro do Castelo de St^a. Maria da Feira, na zona da chamada "Torre de Menagem". No entanto, essa "Torre de Menagem" apresenta uma série de anomalias que não podem deixar de ser sublinhadas. Em primeiro lugar, por ser uma construção muito larga, com c. 20 x 13,8 metros, ultrapassando muito as dimensões máximas das Torres de Menagem dos castelos portugueses. Depois porque essa construção define um pátio, com 9 x 14,9 metros, no interior do qual se localiza uma cisterna, o que é igualmente anómalo numa Torre de Menagem. Finalmente porque possui cinco torreões adossados (quatro dos quais desde a primeira fase). Todos estes aspectos revelam que não se trata de uma vulgar Torre de Menagem. Acrescentemos o facto de, na parte inferior dos seus muros, junto dos alicerces, possuir um aparelho construtivo claramente pré-românico, com uma organização não-isódoma, compreendendo silhares com cotovelos, pequenas cunhas e bastantes silhares almofadados. Finalmente sublinhemos que, como António Nogueira Gonçalves e Carlos Alberto Ferreira de Almeida tiveram oportunidade de salientar, a sua porta de entrada foi, outrora, munida de um arco ultrapassado, tendo esse perfil sido alterado com uma reforma empreendida no Séc. XVII (GONÇALVES 1978: pp. 10-14; ALMEIDA 1988: pp. 161 e 163). Todos estes aspectos revelam-nos que o núcleo central do Castelo da Feira corresponde à velha estrutura condal, que foi objecto de reconstruções ao longo dos séculos, e que foi adaptada a residência nos fins da Idade Média, mas que conseguiu preservar, intacto, o perímetro da

⁸ ALMEIDA 1981-82: pp. 131-133; BARROCA 1990-91: pp. 92-93; LIMA 1993: pp. 31-39 e 118-119. Pode, assim, ser rectificadada a nota que, na mais recente edição das Crónicas Asturianas, regista Anégia como localidade não identificadada do Norte de Portugal (cf. CRÓN. AST.: p. 207, nota 40).

obra condal do Séc. X. Na realidade, é possível acompanhar a fase mais antiga ao longo das quatro paredes da velha construção. Este aspecto é muito importante, porque mostra que a organização desta estrutura, formando um pátio sub-rectangular, com quatro torreões (já que o torreão central da parede oposta à entrada resulta de acrescento posterior), remonta à 2ª metade do Séc. X. Desta forma, a primeira fase da *civitas* de Stª. Maria constitui um paralelo precioso para a primeira fase do castelo de Lanhoso que, na fase do Séc. X, optou por erguer três torreões equidistantes na fachada voltada ao acesso.

A organização do território do Norte de Portugal em *civitates* não impediu que se multiplicassem os castelos erguidos por iniciativa das populações. Na realidade, as *civitates*, enquanto lugares centrais de um território, conviviam com diversas outras estruturas de defesa e refúgio, erguidas pelas populações. De resto, o período de maior dinamismo do *incastelamento* corresponde, precisamente, ao momento em que as *civitates* estruturavam esta região do ponto de vista militar e administrativo. Compreende-se que assim fosse: os territórios das *civitates* eram demasiado amplos para serem eficazmente defendidos a partir de um único local fortificado. Só para referir o exemplo de Anégia, que conhecemos melhor por possuímos documentação mais abundante, podemos dizer que o território desta *civitas* se estendia por ambas as margens do Douro ao longo de cerca de 30 km, desde o rio Sousa até ao rio Ovil, abrangendo diversos concelhos da actual divisão administrativa portuguesa (a Norte do Douro os concelhos de Paredes, Penafiel, Marco de Canaveses e Baião; a Sul do Douro os concelhos de Castelo de Paiva e Cinfães) (AZEVEDO P. A. 1898: pp. 208-215; BARROS 1954: XI, pp. 226-263; MERÊA e GIRÃO 1943: pp. 255-263; ALMEIDA 1981-82; BARROCA 1990-91; LIMA 1993). Dentro do seu âmbito geográfico, Anégia chegou a comportar pelo menos 16 outras estruturas defensivas, de menores proporções, que conviveram com a *civitas* e foram toleradas por esta⁹. A documentação da época designa invariavelmente estas estruturas secundárias por *monte*, *alpe* ou *castrum*. Como Carlos Alberto Ferreira de Almeida teve oportunidade de sublinhar, estas designações correspondiam a pontos fortificados, a pequenos castelos roqueiros erguidos no alto de montes (ALMEIDA 1978; ALMEIDA 1989: pp. 38-54; ALMEIDA 1992: pp. 371-385). Na maior parte dos casos os trabalhos defensivos eram sumários, compreendendo o corte de pedra, a deslocação de terras para criar desníveis, e a construção de muralhas, por vezes em talude e apenas revestidas de pedra na face exterior. Nalguns casos, mais raros, os trabalhos envolveram também a criação de fossos. O aparelho de construção destes castelos revela-se incipiente: eram construídos em pedra seca (ou *mamposteria*), com pedras mal aparelhadas e de grandes dimensões, sem recurso a argamassa. Estes castelos de refúgio, erguidos entre penedos graníticos, com arquitecturas pouco elaboradas, desconhecendo a maioria das soluções da arquitectura militar medieval (como é o caso dos torreões adossados aos panos de muralha), foram-se multiplicando de forma crescente ao longo do Séc. X mas, sobretudo, ao longo do Séc. XI, quando chegam a ultrapassar as três centenas em todo o Noroeste de Portugal. Efectivamente, é nesta última centúria que se detecta um maior dinamismo no processo de *incastelamento* do Entre-Douro-e-Minho e da zona Norte das Beiras. Mas este processo escapa já à cronologia da nossa abordagem.

Paralelamente às *civitas* e aos castelos de iniciativa das populações, detectamos no espaço português um outro grupo de fortificações, que resultam da iniciativa condal. É neste grupo de castelos

⁹ Entre 875 e 1123 coexistiram dentro do território da *civitas Anégia* os seguintes castelos: *Genestazo* (Gestação, Soalhães, Marco de Canaveses), *Petroselo* (Peroselo, Penafiel), *Gavano* (Monte d'Arcas, Souselo, Castelo de Paiva), *Aradrus* (Monte Aradros ou Monte de Santiago, Alpendorada, Marco de Canaveses), *Bendoma* (Vandoma, Paredes), *Serra Sicca* (Stª. Adrião, Real, Castelo de Paiva), *Ordines* (Ordins, Lagares, Penafiel), *Gustodias* (Real, Castelo de Paiva), *Eiras* (Montedeiras, Marco de Canaveses), *Asperonis* (Esporão, Rio de Moinhos, Penafiel), *Castro de Boi* (Castro de Boi, Manhuncelos, Marco de Canaveses), *Maurenti* (Moirinte, Torrão, Marco de Canaveses), *Monte Muro* (Montemuro, Castro Daire-Cinfães), *Castro Malo* (Castro Mau, Marco de Canaveses), *Lebor* (Monte do Facho, Peroselo, Penafiel) e *Salgueirus* (Salgueiros, Guilhufe, Penafiel). Para as identificações administrativas seguimos LIMA 1993: pp. 141 e ss.

que iremos encontrar os maiores requintes arquitectónicos. O primeiro exemplo de um castelo condal português é, obviamente, o Castelo de Guimarães, fundado por D. Mumadona Dias entre 950 (VMH 5) e 957 (PMH, DC 71; VMH 8), para defesa do Mosteiro de Guimarães¹⁰. Uma década mais tarde, em 968 (PMH, DC 94; VMH 14), num aditamento ao seu testamento, Mumadona doaria o castelo ao cenóbio vimaranense, declarando que o fundara para defesa do Mosteiro das ameaças dos “gentios” (reportando-se certamente a muçulmanos ou a normandos)¹¹:

“... laboravimus castellum quod vocitant Sanctum Mames in locum predictum Alpe Latito quod est super huius monasterio constructum et post defensaculo huius sancto cenobio concedimus cum fratribus et sororibus in ipso monasterio persistentibus ...” (PMH, DC 97 = VMH 14).

Os dados documentais conhecidos revelam-nos, portanto, que a construção do primeiro castelo de Guimarães foi iniciativa da condessa quando já se encontrava viúva do conde Hermenegildo ou Mendo Gonçalves, que morreu antes de 950 (MATTOSO 1981: p. 140). No entanto, dessa primeira fortificação, erguida nos meados do Séc. X, não restam hoje vestígios.

Na mesma época em que Mumadona erguia o castelo de Guimarães, uma sobrinha sua, D. Flâmula Rodrigues, detinha um notável conjunto de fortificações na Beira interior, a Ocidente do rio Côa. D. Flâmula Rodrigues era filha de D. Rodrigo Tedones e de D. Leodegúndia Dias (MATTOSO 1981: p. 153). Era, assim, descendente de duas famílias condais: a de D. Afonso Betotes, presor de Tuy em 854 (de quem era bisneta pelo lado paterno); e a de D. Diogo Fernandes, povoador da região de Lamego (de quem era neta pelo lado materno). Em 960, sentindo-se doente, decidiu fazer uma ampla doação de bens ao Mosteiro de Guimarães, onde entrou como devota. Entre esses bens contam-se 10 castelos:

“... nostros castellos id est Trancoso, Moraria, Longobria, Nauman, Vacinata, Amindula, Pena de Dono, Alcobria, Seniorzelli, Caria, cum alias penellas et populaturas que sunt in ipsa Stremadura ...” (PMH, DC 81 = VMH 11).

Estes castelos localizam-se na Beira interior, a Leste do território da cidade de Lamego e a Ocidente do rio Côa, correspondendo ao espaço compreendido entre os rios Távora e Côa. Constituíam, assim, a uma mancha geográfica coerente, que penetra quase 50 km a Sul do Douro (tendo em conta o exemplo mais meridional, Trancoso). Eram, verdadeiramente, nesta zona do interior, a *Estremadura*, a fronteira do espaço detido pelas forças cristãs a Sul do Douro. A identificação dos castelos referidos no diploma de 960 oferece algumas dificuldades mas julgamos que podem ser todos localizados: *Trancoso* corresponde hoje a Trancoso; *Moraria* a Moreira de Rei; *Longobria* a Longroiva; *Nauman* a Numão; *Vacinata* corresponderá a Muxagata (?); *Amindula* a Meda; *Pena de Dono* a Penedono; *Alcobria* a Alcarva; *Seniorzelli* a Sernancelhe; *Caria* a Caria (CINTRA 1984: pp. XXXVI-XXXVII; BARROCA 1990-91: pp. 94-98). Vários destes castelos apresentam ainda hoje estruturas medievais (como é o caso de Numão, Moreira de Rei, Longroiva e Penedono), mas esses vestígios correspondem a reformas românicas ou até posteriores. Há, no entanto, um caso excepcional em que a estrutura que existia no tempo de D. Flâmula, em 960, ainda se conserva. Referimo-nos à torre moçárabe do Castelo de Trancoso, que tivemos oportunidade de identificar e valorizar pela primeira vez em 1990-91, uma construção que remonta aos meados do Séc. X. Trata-se de uma torre bastante larga, de planta sub-quadrangular e com c. 12 metros de lado, que adopta um perfil tronco-piramidal, com porta de acesso rasgada no 1º andar e munida de arco ultrapassado, que recorda, com as devidas distâncias, o exemplo da Torre de D. Urraca em Covarrubias (Burgos) (FONTAINE 1973: pp. 207-211; SANCHEZ TRUJILLANO 1976: pp. 665-682). A

¹⁰ Sobre o Castelo de Guimarães veja-se BARROCA 1996: pp. 17-28; PINA 1933; DGEMN 1937; BARROCA 1990-91: pp. 94 e 114-115.

¹¹ A época em que Mumadona Dias fez a doação foi marcada por invasões normandas ou vikings (966-971). Conhecemos notícias de ataques no Sul da costa atlântica da Península Ibérica em 966 (Alcácer do Sal, Lisboa, Silves) (DOZY 1881: II, p. 288). No Noroeste da Península, em 970 dá-se a conquista e pilhagem de Santiago de Compostela, tendo as forças invasoras permanecido na Galiza até ao ano de 971 (DOZY 1881: II, pp. 295-297; MACHADO 1931; CHAO ESPINA 1965: pp. 229-245).

torre de Trancoso apresenta o característico aparelho de construção não-isódomo, cheio de cotovelos, “rolhas” e cunhas, com várias pedras almofadadas, denunciando a técnica de construção moçárabe. Não temos, por isso, dúvidas em classificá-la como obra do Séc. X. Esta torre seria mais tarde incorporada dentro do perímetro do castelo românico de Trancoso, onde passou a exercer as funções de Torre de Menagem.

Para além de Trancoso apenas encontramos vestígios coevos do tempo de D. Flâmula no castelo de Sernancelhe. Aqui, a fortificação de D. Flâmula ergueu-se num monte sobranceiro ao núcleo histórico da vila, não longe do largo da Igreja paroquial. O monte sofreu desaterros e corte de pedra, para realçar as diferenças de cota e dificultar os acessos, e, no seu alto, foi erguida uma muralha definindo uma plataforma de dimensões relativamente modestas. A muralha, com aparelho não-isódomo, ignora torreões. A meia encosta, aproveitando uma pequena plataforma voltada a Leste, foram implantadas estruturas de habitat. Quer aqui, quer na zona superior do Monte do Castelo, recolhemos recentemente cerâmica da Alta Idade Média, que denuncia uma possível ocupação anterior, dos Séc. VII-VIII, e cerâmica da Reconquista.

Infelizmente, para os outros castelos de D. Flâmula não possuímos vestígios de arquitectura militar que possam ser associados ao Séc. X.

A doação de D. Flâmula refere, para a zona compreendida entre o Távora e o Côa, três níveis distintos de estruturas de povoamento: *castellos*, *penellas* e *populaturas*. Já vimos que os castelos foram nomeados de forma individual o que deve ser entendido como espelho da sua importância mas, também, um reflexo do facto de serem menos numerosos. Eram eles, erguidos por iniciativa condal, que deviam ostentar as arquitecturas mais elaboradas. No entanto, e como nos ensina o caso de Trancoso, nem sempre a expressão *castellum* deve ser associada a uma estrutura do tipo do castelo cristão do Norte. Em Trancoso não passava de uma robusta torre. Ora, conhecemos diversas referências a torres ao longo do Séc. X, que revelam que esta opção deve ter sido relativamente usual¹². Abaixo dos *castellos*, D. Flâmula colocou as *penellas*. Seriam, seguramente, menos importantes que os castelos e mais numerosas que estes: por isso não houve possibilidade (nem talvez vontade) de as individualizar. Pelo que nos ensina a documentação da época, diríamos que as *penellas* correspondem ao que vulgarmente chamamos “castelos roqueiros”, castelos erguidos por iniciativa das populações e coroando os montes. Finalmente, as *populaturas* seriam a unidade-base do povoamento agrupado nesta zona. Ou seja, corresponderiam aos núcleos de povoamento concentrado, às nossas aldeias. Abaixo deste patamar teríamos as unidades individuais de povoamento, os casais, que D. Flâmula já não referiu¹³.

Ressalvemos, no entanto, que os castelos das Beiras que D. Flâmula entregou ao Mosteiro de Guimarães em 960 podem não ter sido erguidos por sua iniciativa. Na realidade, muitos dos bens então doados tinham chegado às suas mãos por herança paterna. Deste modo, eles podem ter sido erguidos por iniciativa de D. Rodrigo Tedones, nobre que se encontra documentado entre 928-33 e 939.

A doação de 960 conduziu estes dez castelos para a posse do Mosteiro de Guimarães, que os deteve durante mais de três décadas. No entanto, com a aproximação dos finais da centúria, as forças cristãs enfrentaram um período desfavorável. A reorganização militar que al-Mansur implementou em 980 traduziu-se num reforço do poder muçulmano e numa série de vitórias. Na área que hoje constitui Portugal são conhecidas quatro campanhas decisivas. Uma, em 986, contra Condeixa; outra, em 987, contra Coimbra e Montemor-o-Velho, que voltam a cair na mão das forças muçulmanas, mantendo-se em seu poder durante quase 80 anos, até 1064. Os *Annales Portucalenses Veteres* registaram a queda de

¹² Veja-se, por exemplo, a “torre de Miranda” (Miranda do Corvo) que se cita em documento do Mosteiro de Lorvão, datado de 998 (PMH, DC 179).

¹³ Sobre as *villae* vejam-se as recentes sínteses de ALARCÃO 1998: pp. 89-119, sobretudo pp. 110-117; e MATTOSO 1992: I, pp. 460-462.

Coimbra em 987: “*In Era Tª XXVª Almanzur accepit Colimbrian IIIª Kalendas Iulli.*” (ACMA: p. 27). Uma década depois das campanhas contra o baixo vale do Mondego, al-Mansur investiu em 995 contra o castelo de Aguiar de Sousa, a Leste da cidade do Porto, que, apesar das suas extraordinárias condições defensivas, foi igualmente conquistado. A *Chronica Gothorum* memorizou esses eventos: “*Era MXXXIII Almanzor cepit Castellum de Aguilar quod est in ripa Sause in Portugalensia provincia.*” (PMH, Script.: p. 9). Alguns anos mais tarde, em 997, al-Mansur conduziu a célebre campanha contra Santiago de Compostela. Nessa altura os seus exércitos atravessaram a Beira portuguesa, passando por Viseu e por Lamego, juntando-se no Porto a outro ramo do exército que se deslocou por via marítima. Julgamos que foi por esta ocasião que os castelos da Beira voltaram ao poder muçulmano. Na realidade, no relato da campanha de 997, da autoria de Ibn Idhari (*Al-Bayano l’Mogrib*), regista-se que al-Mansur saiu de Córdova a 3 de Julho de 997 e se dirigiu a Viseu onde “*reuniram-se-lhe grande número de condes que reconheciam a sua autoridade*” (PEA: II, p. 257). Este pormenor revela que a *civitas* de Viseu, se não foi conquistada por al-Mansur, estaria pelo menos do seu lado. Mais à frente, ao relatar o regresso dos exércitos vitoriosos, Ibn Idhari escreve que al-Mansur “*continuou a marcha até à fortaleza de Lamego, que antes havia conquistado*” (PEA: II, p. 261; DOZY 1988: III, pp. 186-187). Tudo parece indicar, portanto, que a conquista muçulmana de Lamego terá ocorrido no quadro da campanha de 997, quando as tropas rumaram a Norte. Por essa altura, os restantes castelos da Beira devem ter passado para o lado muçulmano. O certo é que em fins do Séc. X o Mosteiro de Guimarães tinha perdido todos os seus castelos da Beira. E a fronteira cristã, que se tinha fixado no vale do Mondego em 878, recuara para a zona do Entre-Douro-e-Vouga. É neste contexto que a *civitas* de Santa Maria, conservada na posse das forças cristãs, ganha uma nova importância estratégica. Ao dobrar o ano 1000, seguindo-se pelo vale do Douro, o domínio muçulmano volta a documentar-se na margem Sul do rio a montante de Resende, depois de ultrapassado o sistema montanhoso da Serra de Montemuro. Os castelos de Cárquere, de S. Martinho de Mouros, de Lamego e os dez castelos de D. Flâmula voltaram à posse das forças muçulmanas e só regressariam aos domínios cristãos com a campanha das Beiras de Fernando Magno, em 1055-1058.

Para além de Guimarães e dos castelos de D. Flâmula, são conhecidos outros castelos de iniciativa condal, como é o caso do castelo de Vermoim (Vila Nova de Famalicão) que em 1016 sofreu um sangrento assalto de Normandos durante o qual faleceu o Conde D. Alvito Nunes: “*Era MLIV VIIIª Idus Septembris veniunt Lormanes ad castellum Vermudii, quod est in provincia Bracharensis. Comes tunc ibi erat Alvitus Nuniz.*” (PMH, Script.: p. 9)¹⁴. Mas reservaremos a nossa atenção para um derradeiro exemplo: o notável castelo de Lanhoso (Póvoa de Lanhoso).

O Castelo de Lanhoso ergue-se no alto de um enorme afloramento granítico, com desníveis abruptos de várias dezenas de metros. A estrutura militar apresenta uma fase inicial, do séc. X, uma reforma nos fins do Séc. XI, ordenada pelo Bispo bracarense D. Pedro (1070-1091), e finalmente uma reforma gótica, promovida por D. Dinis na passagem do Séc. XIII para XIV (BARROCA 1990-91: pp. 111-114). Antes da intervenção da DGEMN, nos anos 30 deste século¹⁵, o acesso ao alto do monte do Castelo de Lanhoso continuava a fazer-se, como nos tempos medievais, por meio de um íngreme caminho pedonal que terminava, na parte superior, numa série de degraus escavados na rocha. Estes conduziam directamente à única porta do sistema muralhado, enquadrada por torreões quadrangulares. No pano de muralha voltado ao único acesso possível existiam outros torreões, mas nas restantes zonas a muralha de Lanhoso ignorava esses mecanismos complementares de defesa. Nesta linha de muralha encontramos aparelho de

¹⁴ Segundo Rui de Azevedo, é possível que este ataque normando tenha tido lugar em 1015 (AZEVEDO R. 1973: pp. 85-88).

¹⁵ Sobre o restauro deste castelo veja-se DGEMN 1942. Durante o restauro foi rasgada a estrada de acesso ao alto do monte, e colocaram-se a descoberto vestígios de um povoado castrejo, a meia encosta, o qual foi escavado por Carlos Teixeira - TEIXEIRA 1939; TEIXEIRA 1940a; TEIXEIRA 1940b. O Castelo de Lanhoso terá tido uma ocupação tardia, a julgar pelo aparecimento de uma numisma suévica de prata (cf. BARRAL y ALTET 1976: pp. 167-168, Nº S-14) .

construção com as habituais características pré-românicas: negação da isodomia, silhares com cotovelos, pequenas cunhas, pedras almofadas. Ultrapassado este primeiro sistema defensivo, tinha-se acesso a um pátio amplo, na sua maior parte constituído pelo próprio afloramento rochoso, e, na extremidade Norte, erguia-se a alcáçova militar. Esta apresentava a fachada Sul munida de três torreões de planta quadrangular, equidistantes, erguidos sobre uma larga sapata envolvente. A porta de entrada, volta a Ocidente, era enquadrada por dois outros torreões. A muralha da alcáçova delimita um pátio sub-trapezoidal, dentro do qual foi construída uma estrutura habitacional, da qual restam diversos pilares. Ao longo de quase toda a muralha, acompanhando a zona de alicerce e preenchendo os interstícios entre as rochas, encontramos aparelho de construção pré-românico. Deste modo, o Castelo de Lanhoso era, inicialmente, composto por uma cerca relativamente ampla, com uma única porta de acesso, e, na extremidade do pátio, na zona com cotas mais elevadas, possuía uma Alcáçova. Esta zona sofreu uma reforma nos fins do Séc. XI, assinalada por uma inscrição do Bispo D. Pedro (BARROCA 1995: II, pp. 96-98, Insc. Nº 32). Podemos, portanto, atribuir essa reforma ao período que medeia entre os anos de 1070 e 1091, datas extremas do governo deste prelado à frente da diocese de Braga (COSTA 1959: I, pp. 26-30; COSTA 1990: pp. 407-424). Esta inscrição revela-se fundamental porque ajuda a datar a primeira fase do castelo, remetendo-a para o Séc. X ou para a primeira metade do Séc. XI. A excelência dos mecanismos defensivos de Lanhoso, desde o seu singular sistema de acesso até às estruturas reformadas pelo Bispo D. Pedro no último quartel do Séc. XI, ajudam a compreender o motivo porque D. Teresa decidiu eleger este Castelo para seu refugio quando teve de fugir aos exércitos de D. Urraca e de Diego Gelmirez, em 1121. Lanhoso era, nessa altura, o melhor castelo da região de Braga e, certamente, um dos melhores do Entre-Douro-e-Minho. Mas de nada lhe valeu já que, como se sabe, D. Teresa se viu obrigada a assinar a capitulação, no chamado “Tratado de Lanhoso”, de 1121 (MATTOSO 1992: II, pp. 50-51).

É tempo de concluir. Os finais do Séc. X e o primeiro quartel do Séc. XI ficaram marcados por uma conjuntura militarmente desfavorável para as forças cristãs, onde aos sucessos califais se aliaram uma série de ataques normandos que assolaram a costa atlântica. Esta situação contribuiu para acentuar o sentimento de insegurança entre as populações do Entre-Douro-e-Minho e, particularmente, do Douro Litoral. Em resposta, o processo de *incastelamento* incrementou-se ainda mais. Ao longo da primeira metade do séc. XI multiplicam-se, nos documentos, as referências a castelos com uma particular incidência precisamente nesta área mais meridional do Entre-Douro-e-Minho e do primeiro Condado Portucalense. Alguns cálculos mais recentes apontam para a existência de quase 300 castelos no Entre-Douro-e-Minho, numa densidade por vezes equivalente à da rede paroquial (ALMEIDA 1992: p. 379). No entanto, a conjuntura militar, desfavorável para as forças cristãs, viria a modificar-se radicalmente. Em 1031 o desaparecimento do Califado de Córdoba e a fragmentação do poder muçulmano, com a constituição das primeiras Taifas (1031-1090), inaugura uma nova fase mais favorável às forças cristãs, que aproveitaram para empreender uma série de campanhas militares em diversas frentes. No território actualmente português, esta nova fase seria marcada, nos meados da centúria, pela Campanha das Beiras, encetada por Fernando Magno. Em 1055 era reconquistada Seia, um pouco a Sul do Mondego, na encosta Norte da Serra da Estrela. Depois, entre 1057 e 1058, Fernando Magno promove uma campanha militar que, partindo de Sul, haveria de conduzir à conquista de uma série de estruturas militares, assegurando de novo o domínio da Beira. Os primeiros castelos a serem reconquistados foram os castelos que D. Flâmula doara ao Mosteiro de Guimarães, que foram tomados entre 1055 e 1057. Depois de atingido o Douro, as forças cristãs dirigiram-se a Lamego, que reconquistam definitivamente em 1057. No ano seguinte, em 1058, reconquistam S. Martinho de Mouros, um importante castelo junto do Douro, de que sobrevivem vestígios muito importantes. Finalmente, dirigindo-se para Sul, reconquistaram definitivamente Viseu (1058). A campanha militar incluiu ainda outras estruturas, como é o caso dos castelos de Travanca e de Penalva (hoje Travanca, freg. do conc. de Mangualde, e Castelo de Penalva, freg. do conc. de Penalva do Castelo). A Crónica *Gothorum* relata-nos este momento decisivo:

“... Era MCXVI, III^o Calendas Augusti, in die S. Cucufatis, rex Domnus Fernandus cepit civitatem Viseum, post ea Geisam, et S. Martinum de Mauris, et Travanca, et Penalviam, atque cetera castella christianorum vicinatum per annos VIII...” (PMH, Script.: pp. 9-10).

Significativamente, pouco depois, em 1059, o Mosteiro de Guimarães fazia um novo inventário dos seus bens e os castelos de D. Flâmula voltariam a ser referidos entre as suas propriedades, revelando de que Fernando Magno voltou a entregar as fortificações aos monges vimaranenses:

“... Et in extremis ex alia parte Durio castellos id sunt Trancoso, cum suas villas. Longobria. Terrenio. Moraria. Nauman. Vacinada. Pennadedomno. Amendula. Seniorzelli. Alcobria et Caria. Ista penas cum toto sua devido ...” (PMH, DC 420 = VMH 45).

Neste novo inventário figura pela primeira vez o castelo de *Terrenio* (hoje Terrenho, conc. de Trancoso). Para além destas fortificações e *civitates* reconquistadas definitivamente por Fernando Magno e referidas na *Chronica Gothorum*, o Monge de Silos acrescentaria ainda o castelo de Tarouca, um pouco a Sul de Lamego, e o castro de St^a. Justa, hoje conhecido pelo nome de Marialva (AZEVEDO L. G. 1939: III, p. 3). Este extraordinário momento militar, que se arrastou por 8 anos, anunciou a investida final contra a cidade de Coimbra, que seria tomada em 9 de Julho de 1064 pelas forças leonesas de Fernando Magno: “Era M. C. II^a, VI^o Idus Iulii accepit Fernandus Rex Colimbriam.” (ACMA: p. 27)¹⁶. No rescaldo deste novo avanço da linha de fronteira, as velhas *civitates*, criadas por Afonso III no Séc. IX, entrariam em decadência. Os seus territórios fragmentaram-se em unidades mais pequenas, as *terrae*, confiadas ao governo de *milites*. O território da *civitas* de Anégia serve, uma vez mais, de exemplo: a sua unidade quebrou-se a partir de 1062-1066 e deu origem a seis Terras medievais diferentes. A evolução levaria a que cada um destes territórios, cada *terra*, tivesse um único castelo. É com este modelo territorial que se difunde, entre nós, o castelo românico, que é por excelência o castelo cabeça-de-terra. Com esta nova fase, que arranca a partir dos meados do Séc. XI e ganha maturidade com o virar de centúria, inicia-se a ascensão dos Infanções, que rapidamente se guindam aos mais altos lugares da Nobreza, atingindo o estatuto de Ricos-Homens com o findar da centúria.

Porto, Fevereiro de 1999.

BIBLIOGRAFIA:

A) Fontes Documentais:

ACMA - *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, ed. de António Cruz, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1968

CRÓN. AST. - *Crónicas Asturianas*, ed. de Juan Gil Fernandez, José L. Moralejo, Juan Ruiz de la Peña, Oviedo, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Oviedo, 1985

HYDACE - *Chronique*, ed. de Alain Tranoy, 2 vols., Paris, Les Éditions du Cerf, 1974 (col. Sources Chrésiennes, n^o 218)

LF - *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, 3 vols., Ed. de Avelino de Jesus da Costa, Braga, 1965-1978-1990

PEA - *Portugal na Espanha Árabe*, ed. de António Borges Coelho, 4 vols., Lisboa, Seara Nova, 1972-1975 (col. Paralelos, n^o. 2 a 5)

¹⁶ A data da reconquista definitiva de Coimbra foi a 9 de Julho de 1064 e não a 10 de Julho, como algumas fontes medievais declaram (VEIGA 1938).

PMH, Script. - *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, Lisboa, Academia das Ciências, 1856 e ss.
 PMH, DC - *Portugaliae Monumenta Historica, Diplomata et Chartae*, Lisboa, Academia das Ciências, 1867 e ss.

VMH - *Vimaranis Monumenta Historica*, ed. Abade de Tagilde, Guimarães, 1929-1931

B) Estudos:

ALARCÃO, Jorge (1998) - "A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal", *Conimbriga*, vol. XXXVII, Coimbra, pp. 89-119

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1966) - "O Documento 13 dos Diplomata et Chartae: Duas considerações", *Lucerna*, vol. 5, Porto, pp. 635-642

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1970) - "Ainda o Documento XIII dos Diplomata et Chartae", *Revista da Faculdade de Letras. História*, 1ª Série, vol. I, Porto, pp. 97-107

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978) - *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Desde as Origens a 1220*, diss. complementar de doutoramento, ed. policopiada, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; LOPES, Francisco Gaspar de Almeida (1981-82) - "Eja (Entre-os-Rios). A Civitas e a Igreja de S. Miguel", *Portugalia*, Nova Série, vol. II/III, Porto, 1981-82, pp. 131-139

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1988) - *Arte da Alta Idade Média*, vol. 2 da *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Edições Alfa

ALMEIDA; Carlos Alberto Ferreira de (1989) - "Castelos e Cercas Medievais. Séculos X a XIII", *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Edições Alfa, pp. 38-54

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1992) - "Castelos Medievais do Noroeste de Portugal", *Finis Terrae. Estudos em Lembrança do Prof. Dr. Alberto Balil*, Santiago de Compostela, pp. 371-385

AZEVEDO, Pedro A. de (1898) - "O Território de Anegia", *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. 4, Lisboa, pp. 208-215

AZEVEDO, Luís Gonzaga de (1939) - *História de Portugal*, 6 vols., Lisboa, Edições Biblión, 1939

AZEVEDO, Rui de (1973) - "A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas Normandos à Galiza em 1015-1016", *Revista Portuguesa de História*, vol. XIV, Coimbra, pp. 73-93

BALIÑAS PEREZ, Carlos (1995) - "La Casa de Odoario: Una Familia Nobiliar Gallega en los Siglos IX y X", in *Medievo Hispano. Estudios in memoriam del Prof. Derek W. Lomax*, Madrid, Sociedad Española de Estudios Medievales, pp. 35-51

BARRAL y ALTET, Xavier (1976) - *La Circulation des Monnaies Suèves et Visigothiques. Contribution à l'histoire économique du royaume visigoth*, Munchen

BARRAU-DIHIGO, Lucien (1989) - *Historia Política del Reino Asturiano (718-910)*, Gijón, Silverio Cañada Editor (1ª ed., 1921)

BARROCA, Mário Jorge (1990-91) - "Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)", *Portugalia*, Nova Série, vol. XI-XXI, Porto, pp. 86-136

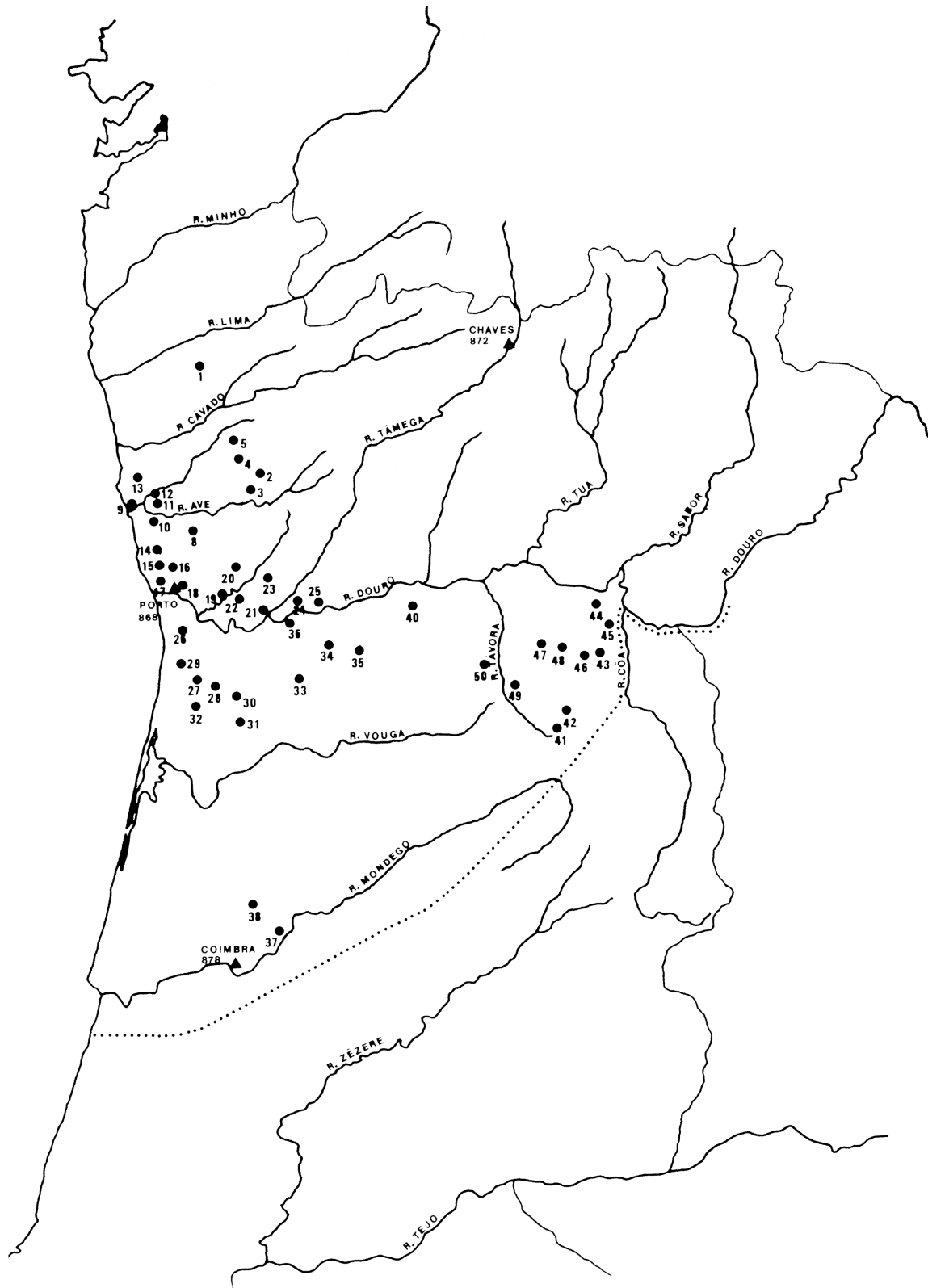
BARROCA, Mário Jorge (1995) - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, diss. de Doutoramento, 3 vols., ed. policopiada, Porto, Faculdade e Letras da Universidade do Porto

BARROCA, Mário Jorge (1996) - "O Castelo de Guimarães", *Patrimonia*, nº 1, Lisboa, pp. 17-28

BARROCA, Mário Jorge (1997) - "Castelos Medievais Portugueses - Origens e Evolução (Séc. IX-XIV)", in *La Fortaleza Medieval: Realidad y Símbolo*, Actas das Jornadas da XIV Assembleia Geral da Sociedade Espanhola de Estudos Medievais, Alicante, pp. 13-30

- BARROCA, Mário Jorge (1999) - "Arquitectura Militar e Testemunhos Arqueológicos Medievais num espaço de fronteira", in *De Miranda do Douro ao Sabugal - A Formação de uma Fronteira*, Porto, FLUP, 1999 (no prelo)
- BARROS, Henrique da Gama (1954-1945) - *História da Administração Pública em Portugal (Séc. XII a XV)*, 2ª ed., anotada por Torquato de Sousa Soares, 11 vols., Lisboa, Ed. Sá da Costa
- BAZZANA, André (1994) - "Le Début du Château dans l'Espagne Septentrionale", *Château Gaillard - Études de Castellologie Médiévale*, vol. XVI, Caen, Université de Caen, pp. 33-43
- CATARINO, Helena (1997-98) - "O Algarve Oriental durante a Ocupação Islâmica. Povoamento Rural e Recintos Fortificados", *Al-Ulyā*, vol. 6, tomos 1 a 3, Loulé, Arquivo Histórico Municipal de Loulé
- CHAO ESPINA, Henrique (1965) - "Los Normandos en Galicia", *O Instituto*, vol. 126, Coimbra, 1965, pp. 209-264
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (1984) - *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*, 2ª ed., Lisboa, IN-CM (1ª ed., 1959)
- COSTA, Avelino de Jesus da (1959) - *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, 2 vols., Coimbra
- COSTA, Avelino de Jesus da (1990) - "O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga", *Actas do Congresso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. I, Braga, 1990, pp. 407-424
- DGEMN (1937) - *Castelo de Guimarães*, "Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais", vol. 8, Porto
- DGEMN (1942) - *Castelo de Lanhoso*, "Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais", vol. 29, Porto
- DOZY, Reinhart (1881) - *Recherches sur l'Histoire et la Littérature de l'Espagne pendant le Moyen Age*, 2 vols., 3ª ed., Paris-Leyde, E. J. Brill
- DOZY, Reinhart (1988) - *Historia de los Musulmanes de España*, 4 vols., Madrid, Ed. Turner
- ESTEPA DIEZ, Carlos (1978) - "La vida urbana en el Norte de la Peninsula Iberica en los Siglos VIII y IX. El significado de los terminos «ciuitates» y «castra»", *Hispania*, vol. 139, Madrid, pp. 257-273
- FITÉ, Francesc (1989) - "Arquitectura Militar y Repoblación en Catalunya (Siglos VIII al XI)", *III Congreso de Arqueologia Medieval Española*, Actas, vol. I, Ponências, Oviedo, pp. 195-235
- FITÉ, Francesc (1993) - *Arquitectura i Repoblació en la Catalunya dels segles VIII-XI*, Lleida, Universitat de Lleida
- FONTAINE, Jacques (1973) - *L'Art Mozarabe*, Yonne, Zodiaque
- GONÇALVES, António Nogueira (1978) - *Vila da Feira. Castelo - Convento - Misericórdia*, Coimbra, Edições Epartur
- GUTIERREZ GONZÁLEZ, José Avelino (1989) - "Sistemas defensivos y de Repoblación en el Reino de León", *III Congreso de Arqueologia Medieval Española*, Actas, vol. I, Ponências, Oviedo, pp. 169-191
- GUTIERREZ GONZÁLEZ, José Avelino (1995) - *Fortificaciones y Feudalismo en el origen y formacion del Reino Leones (Siglos IX-XIII)*, diss. de doutoramento, Valladolid, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Valladolid
- LIMA, António M. Carvalho (1993) - *Castelos Medievais do Curso Terminal do Douro (Séc. IX-XII)*, diss. de Mestrado, ed. policopiada, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- LOPEZ ALSINA, Fernando (1988) - *La Ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, Santiago de Compostela

- MACHADO, Luís Saavedra (1931) - "Expedições normandas no Ocidente da Hispânia", sep. do *Boletim do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1931
- MATTOSO, José (1981) - *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, Ed. Presença
- MATTOSO, José (1992) - *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores
- MERÊA, Paulo; e GIRÃO, Aristides de Amorim (1943) - "Territórios Portugueses do Século XI", *Revista Portuguesa de História*, vol. II, Coimbra, pp. 255-263
- PINA, Luís de (1933) - *O Castelo de Guimarães*, Col. Estudos Nacionais, Vila Nova de Gaia
- SANCHEZ TRUJILLANO, M. T. (1976) - "Las Torres de Covarrubias y Noviercas", *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, vol. LXXXIX, fasc. 3, Madrid, pp. 665-682
- SANTOS JÚNIOR, J. R.; FREITAS, Adérito Medeiros de (1980-85) - "O Castro da Curalha", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 23 (4), Porto, 1980, pp. 393-405; vol. 24 (1), Porto, 1981, pp. 59-100; vol. 24 (2), Porto, 1982, pp. 265-291; vol. 24 (3), Porto, 1983, pp. 453-474; vol. 25 (1), Porto, 1985, pp. 5-29
- SANTOS JÚNIOR, J. R. (1984) - "O Castro da Curalha - Chaves. Vivente na Época Suévica?", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 24 (4), Porto, pp. 683-684
- TEIXEIRA, Carlos (1939) - "Os torques de Lanhoso", sep. de *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, vol. 24, Porto
- TEIXEIRA, Carlos (1940a) - "Notas Arqueológicas sobre o castro de Lanhoso", sep. de *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 9, Porto
- TEIXEIRA, Carlos (1940b) - "O Castro de Lanhoso e o seu espólio", *Congresso do Mundo Português*, vol. 1, Lisboa, pp. 517-529
- TEIXEIRA, Ricardo (1996) - *De Aquae Flaviae a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*, diss. de Mestrado, ed. policopiada, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- VEIGA, Augusto Botelho da Costa (1938) - "Solução do problema cronológico da segunda reconquista cristã de Coimbra", sep. de *Brotéria*, vol. XXVI, Lisboa



MAPA 1

CASTELOS PORTUGUESES (SÉC. IX-X)

- ▲ - Presúrias de Afonso III (866-910).
- - Castelos documentados até ao Ano 1000.
- ... - Fronteira dos territórios cristãos.

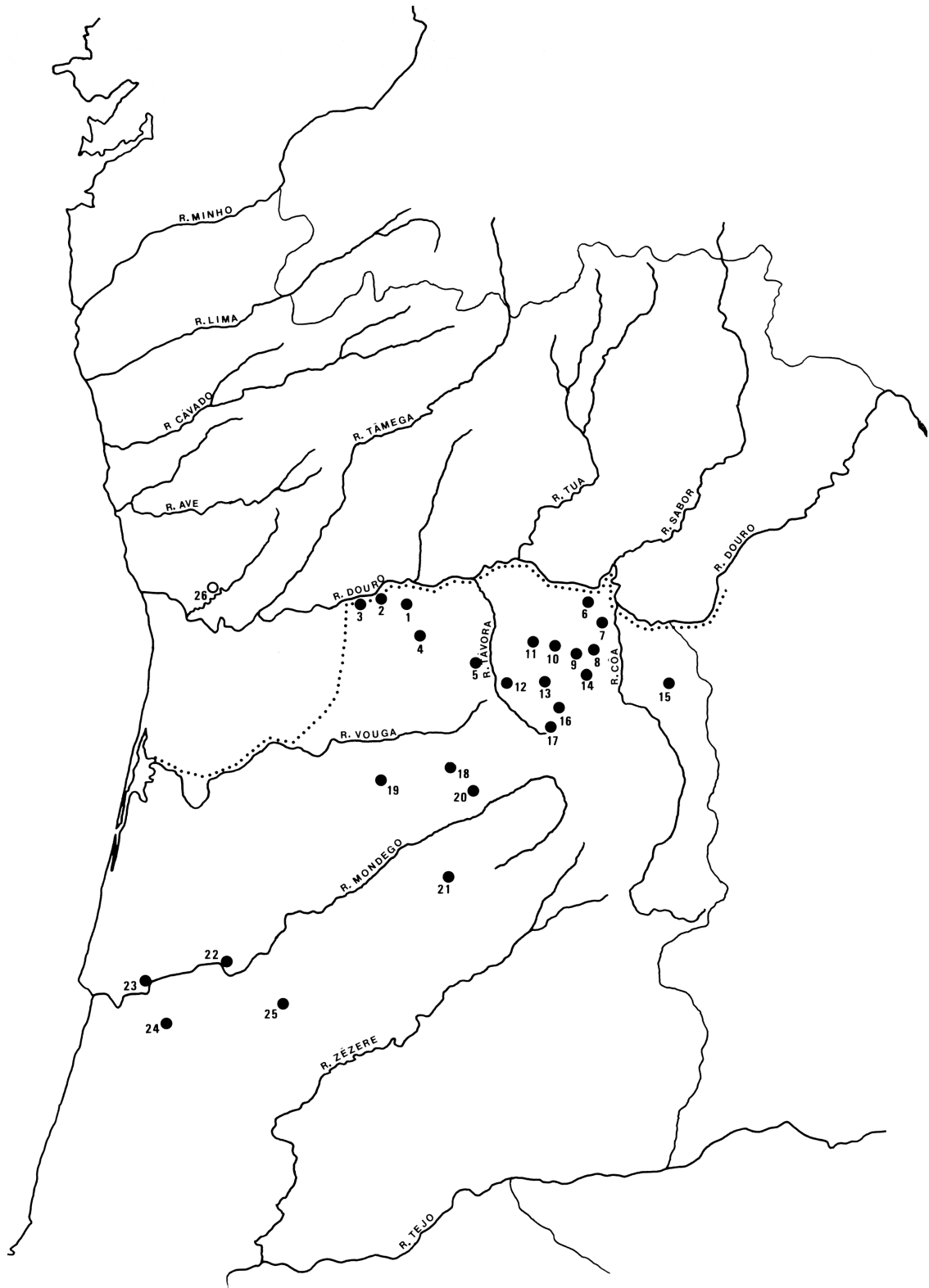


LEGENDA DO MAPA 1:

CASTELOS PORTUGUESES (SÉC. IX-X)

Castelos documentados até ao Ano 1000:

- 1 - Castro Mau (Cerzedelo, Ponte de Lima)
- 2 - Mons Latito (Guimarães, Guimarães)
- 3 - Mons Cavallus (Conde, Guimarães)
- 4 - Mons Autino (Sande, Guimarães)
- 5 - Monte St^a. Marta (Falperra, Braga)
- 6 - Monte Asagie (não cartografado)
- 7 - Alpe Alaria (não cartografado)
- 8 - Civitas Albarelios (Alvarelhos, St^o. Tirso)
- 9 - Castro S. Iohanne (Vila do Conde, Vila do Conde)
- 10 - Castro Bove (Vilarinho, Vila do Conde)
- 11 - Civitas Bogonti (Bagunte, Vila do Conde)
- 12 - Castro Argefonsi (Argifonso, Arcos, Vila do Conde)
- 13 - Monte Terroso (Terroso, Póvoa do Varzim)
- 14 - Mons Custodias (Custóias, Matosinhos)
- 15 - Mons Petras Rubias (Pedras Rubras, Moreira da Maia, Maia)
- 16 - Monte Pedroso (Leça, Matosinhos)
- 17 - Castro Mafamudi (Aldoar, Porto)
- 18 - Monte Gundemari (Gondomar, Gondomar)
- 19 - Castello Aquillar (Aguiar de Sousa, Aguiar de Sousa)
- 20 - Monte Bendoma (Vandoma, Baltar, Paredes)
- 21 - Civitas Anegia (Eja, Entre-os-Rios, Penafiel)
- 22 - Mons Ordines (Ordins, Lagares, Penafiel)
- 23 - Monte Petroselo (Pedroselo, Marecos, Penafiel)
- 24 - Monte Aradrus (Magrelos, Marco de Canaveses)
- 25 - Mons Genestazo (Gestaçô, Paços de Gaiolo, Marco de Canaveses)
- 26 - Mons Pedroso (Pedroso, Vila Nova de Gaia)
- 27 - Civitas St^a. Maria (Castelo da Feira, Feira)
- 28 - Mons Souto Redondo (Souto Redondo, S. João de Ver, Feira)
- 29 - Mons Sagitella (Saitela, Moselos, Feira)
- 30 - Monte Codale (Codal, Vale de Cambra)
- 31 - Monte Zebrario (Castelões, Vale de Cambra)
- 32 - Castro Rekaredi (Recarei, S. Vicente de Pereira, Ovar)
- 33 - Monte Fuste (Moldes, Arouca)
- 34 - Monte Vargano (Cinfães) (?)
- 35 - Monte Geronzo (Montemuro, Cinfães)
- 36 - Monte Gavano (Castelo de Paiva, Castelo de Paiva) (?)
- 37 - Monte Lauribano (Lorvão, Penacova)
- 38 - Mons Buzaco (Buçaco, Luso, Mealhada)
- 39 - Monte Gabro (Vouga - não cartografado)
- 40 - Castellum Lamego (Lamego, Lamego)
- 41 - Trancoso (Trancoso, Trancoso)
- 42 - Moraria (Moreira de Rei, Trancoso)
- 43 - Longobria (Longroiva, Meda)
- 44 - Nauman (Numão, Vila Nova de Foz Côa)
- 45 - Vacinata (Muxagata, Vila Nova de Foz Côa) (?)
- 46 - Amindula (Meda, Meda)
- 47 - Pena de Dono (Penedono, Penedono)
- 48 - Alcobria (Alcarva, Ranhados, Meda)
- 49 - Seniorzeli (Sernancelhe, Sernancelhe)
- 50 - Caria (Caria, Moimenta da Beira)



MAPA 2

FRONTEIRA NO ANO 1000

- - Castelos na posse muçulmana no ano 1000, depois das Campanhas de al-Mansur.
- Fronteira dos territórios cristãos.

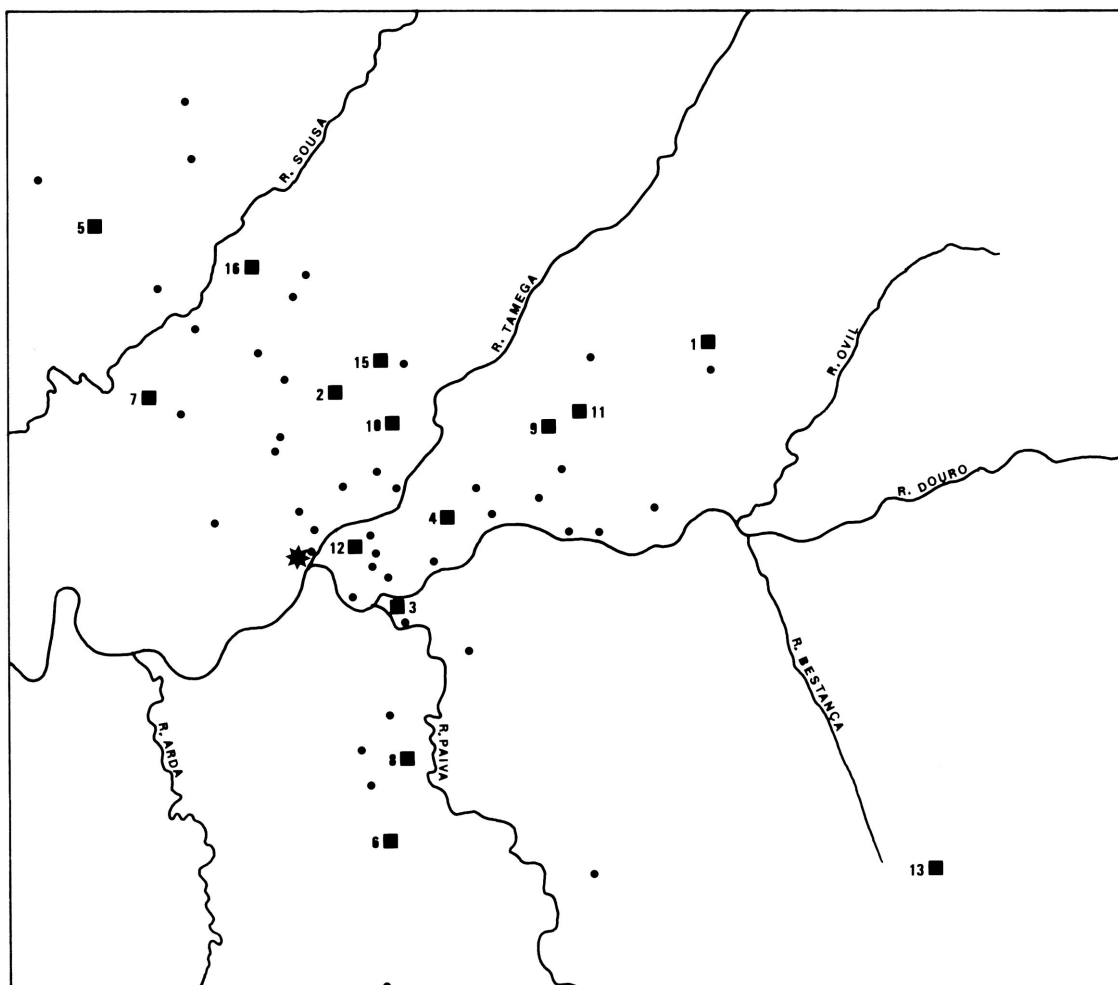


LEGENDA DO MAPA 2:

FRONTEIRA NO ANO 1000

Castelos na posse muçulmana no ano 1000, depois das Campanhas de al-Mansur:

- 1 - Lamego
- 2 - S. Martinho de Mouros
- 3 - Cárquere
- 4 - Tarouca
- 5 - Caria
- 6 - Numão
- 7 - Muxagata
- 8 - Longroiva
- 9 - Meda
- 10 - Alcarva
- 11 - Penedono
- 12 - Sernancelhe
- 13 - Terrenho
- 14 - St^a. Justa (Marialva)
- 15 - Castelo Rodrigo
- 16 - Moreira de Rei
- 17 - Trancoso
- 18 - Castelo de Penalva
- 19 - Viseu
- 20 - Travanca
- 21 - Seia
- 22 - Coimbra
- 23 - Montemor-o-Velho
- 24 - Soure
- 25 - Lousã
- 26 - Aguiar de Sousa



MAPA 3

O TERRITÓRIO DA CIVITAS
DE ANÉGIA

- * - Civitas de Anégia
- - Núcleos de povoamento
- - Castelos documentados no âmbito da Civitas

(adaptado de A.M.C. LIMA 1993)



LEGENDA DO MAPA 3:

O TERRITÓRIO DA CIVITAS DE ANÉGIA

Castelos documentados dentro do âmbito territorial da *Civitas* de Anegia entre 870 e os fins do Séc. XI (por ordem cronológica da 1ª referência):

- 1 - Mons Genestazo (Gestação, Paços de Gaiolo, Marco de Canaveses)
- 2 - Mons Petroselo (Pedroselo, Marecos, Penafiel)
- 3 - Mons Gavano (Monte d'Arcas, Souselo, Castelo de Paiva)
- 4 - Monte Aradrus (Magrelos, Marco de Canaveses)
- 5 - Monte Bendoma (Vandoma, Baltar, Paredes)
- 6 - Serra Sicca (Stº Adrião, Real, Castelo de Paiva)
- 7 - Mons Ordines (Ordins, Lagares, Penafiel)
- 8 - Mons Gustodias (Real, Castelo de Paiva)
- 9 - Mons Eiras (Montedeiras, Marco de Canaveses)
- 10 - Mons Asperonis (Esporão, Rio de Moinhos, Penafiel)
- 11 - Castro Bove (Castro de Boi, Manhuncelhos, Marco de Canaveses)
- 12 - Mons Laurenti (Moirinte, Torrão, Marco de Canaveses)
- 13 - Monte Geronzo (Montemuro, Cinfães)
- 14 - Castro Malo (Castro Mau, Marco de Canaveses/Amarante)
- 15 - Mons Lebor (Luzim, Peroselo, Penafiel)
- 16 - Mons Salgueirus (Salgueiros, Guilhufe, Penafiel)

As fábricas de tecido do estreito no Porto, segundo o inquérito de 1814¹

Teresa Soeiro

ABSTRACT:

Based on the governmental Enquiry of 1814, this paper focuses on the relevance of the ribbon-weaving industry of Oporto from the second half of the 18th century to the first half of the 19th century. Manufacturers, establishments, means of production, working conditions and workforce (particularly the persistent sexual discrimination) are analysed.

De entre os inquéritos à indústria realizados nos finais de setecentos e nas primeiras décadas do século seguinte, sobretudo por iniciativa da Junta do Comércio², destaca-se, para a área do Porto, o de 1814, depositado no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, que agora nos ocupa³. Nesta achega vamos apenas ter em conta o que ele transmite acerca de uma actividade enraizada na cidade, mas decadente segundo a leitura feita pelos visados, o fabrico de tecidos do estreito.

1. A ACTIVIDADE DOS FABRICANTES DE TECIDOS DO ESTREITO

Em 1788⁴, baliza laxa que usaremos para iniciar esta viagem à *vol d'oiseau* sobre o subsector da indústria portuense voltado para o fabrico do estreito «*todos os tecidos desta corporação se podião reputar izentos dos direitos de entrada, e sahida nas Alfandegas do Reyno e conquistas sem limite de tempo, pelo decreto de 3 de Abril 1763, porém como assim não succedeo, ficarão os dos teares da Real Fabrica com esta graça illimitada, e os particulares com ella por 10 annos pelo decreto 30 de Abril 1774*» prorrogado por mais dez anos pelo alvará de 1 de Agosto de 1784. Era, pois, uma actividade

¹ Trabalho realizado em 2000, para publicação conjunta do *Inquérito* de 1814 no âmbito do projecto *Estruturas sócio-económicas e industrialização no Norte de Portugal (sécs. XIX-XX)*, patrocinado pela JNICT.

² PEDREIRA, Jorge Miguel - *Estrutura sectorial e regional da indústria portuguesa: estatística e cartografia. Os inquéritos industriais da Junta do Comércio (1815-1825)*. *Revista de História Económica e Social*. Lisboa, 27 1989, p. 95-135. Utilizaremos a designação Junta do Comércio genericamente, sem anotar as transformações formais sofridas por esta instituição.

³ IAN/TT – Junta do Comércio 454

⁴ DIAS, Luís Fernando de Carvalho - *A relação das fábricas de 1788*. Coimbra, 1955.

protegida aquela a que se dedicavam *diversos particulares* nas cidades de Lisboa, Coimbra, Braga e em Sobral, bem como no Porto. Aqui nenhum mereceu ser nomeado pelo nome próprio, como em Lisboa e Coimbra. Quinhentos teares, contara-se em 1777⁵.

Outras protecções legais, evocando a pragmática de 1749 (24 de Maio), contribuíram, na década de oitenta, para defender a indústria passamanaria, proibindo a entrada no reino a vários artigos desta arte, como se discriminou no alvará de 2 de Agosto de 1786. Do Porto saíam *para as nossas Américas*, neste momento e segundo Rebelo da Costa⁶, qualquer coisa como 500 000 varas de fitas, galões e outras obras do estreito. O número de teares na cidade e aro foi avaliado, por esta altura ou pouco depois, em quinhentos e vinte⁷. Recordemos que a obra de tear, incluindo passamanaria, estava proibida, desde 1789, no Brasil, com excepção para os panos grosseiros.

Esta afirmação da actividade do estreito, patente na concentração de pedidos de licença em 1789, chamou a atenção das autoridades, que no início da década de noventa vão fazer uma correição geral às fábricas e tentar impor algumas normas de funcionamento. Verificou-se, na ocasião, que muitos proprietários e responsáveis não tinham exame de mestre nem licença para estarem estabelecidos, situação que foi de imediato alvo de punição exemplar, a apreensão dos teares e da obra feita, depois suavizada diante do impacto negativo que gerou: «*Na ultima correição a todas as fabricas desta natureza pello Inspector, Procuradores, Escrivão e Meirinhos, ordenei, que aquelles dos fabricantes que se achacem estabelecidos com teares sem ordem de V. Magestade pella Real Junta... e exame da sua capacidade e pericia, focem inhibidos, embargados os teares e juntamente as obras. Assim se practicou, sendo muitos os comprehendidos com o Suplicante. Vendo porem que alguns erão pobres e que ficavão sofrendo prejuizos com a pena comminada, que se executou, lhes mandei entregar dipois os ditos teares, e obras, preterindolhes tempo competente para requererem a V. Magestade...*» (JC 8 1792, Junho, 25). Pela data dos pedidos de licença e de exame que listamos adiante, esta medida coerciva levou mesmo alguns fabricantes a regularizar a sua situação, solicitando carta de exame depois de muitos anos de profissão *porque agora lha estão a exigir*. O significativo volume de licenças de 1789 corresponderia já a alguma acção similar por parte das autoridades?

Mas, a pressão sobre este subsector dos tecidos do estreito tinha também a ver com os *abusos* que muitos praticavam, ingerindo-se em actividades para as quais se passava um número de licenças muito restrito, como era o fabrico de galões de ouro e prata verdadeiros. Os artífices do estreito podiam fazer galões de palheta falsa, mas a utilização de metais nobres estava reservada a fábricas expressamente privilegiadas para esse labor, algumas muito próximas do poder. Esta era a situação consignada no decreto de 20 de Março de 1793; confiscar os teares e a obra, julgar os prevaricadores, seria a pena. Como base para se abrir os processos foi usado o *Mappa Geral das Fabricas da Cidade do Porto* remetido a Lisboa pelo Desembargador Corregedor Francisco de Almada e Mendonça, de onde se teria extraído a lista de dezassete fabricantes de galão fino e falso, responsáveis por 77 780.5 varas de obra⁸.

⁵ Francisco Joze de Moraes, inspector dos teares de estreito e contrabando na cidade do Porto escreve (1777) que estavam em laboração 500 teares do estreito, muitos deles entregues a pessoas não aptas. A situação ficava a dever-se à falta de método na admissão de aprendizes e à possibilidade deles vaguearem de um para outro mestre acabando o tempo de aprendizagem sem o saber necessário, e à falta de perícia de quem levantava os teares. Em consequência tínhamos maus mestres, obra de má qualidade, em que se chegava a meter barbilho e fiado no lugar da seda, pouco estímulo ao progresso e uma concorrência desleal que levava os bons a baixar a qualidade para a aguentarem.

Como medidas de saneamento desta desordem preconiza-se a fixação dos aprendizes a um só mestre durante os cinco anos de aprendizagem, um melhor controlo dos exames, a proibição de o mestre receber mais de um aprendiz por cada dois teares, a proibição de existência de fábrica sem ter na sua direcção mestre examinado: IAN/TT - *Real Fábrica das Sedas* 390, Consultas e representações, fl. 40v.-42v.

⁶ COSTA, Agostinho Rebêlo da - *Descrição topográfica e histórica da cidade do Pôrto*. 2ª ed., Porto 1945, p. 271.

⁷ OLIVEIRA, Aurélio - As indústrias no Porto nos finais do século XVIII, in ALVES, Jorge Fernandes (coord.) - *A indústria portuense em perspectiva histórica*. Porto, 1998, p. 296.

⁸ SOEIRO, Teresa - A produção de passamanaria de palheta em Penafiel, in ALVES, Jorge Fernandes (coord.) - *A indústria portuense em perspectiva histórica*. Porto, 1998, p. 185-186 e 201. Aproveitamos para corrigir os valores do quadro da página 201: Manoel de Siabra produz 10 000 varas de galão, cinco do verdadeiro e outro tanto do falso e Joze da Costa 2 826 varas de falso.

O volume de pedidos de licença volta a disparar em 1794, certamente por efeito desta nova atitude da fiscalização. No mesmo sentido pode ser lido o pedido de um dos proprietários para, demonstrando orgulho na sua qualidade e fidelidade às regras, colocar as armas reais no portal da fábrica, sinal de distinção.

A este pôr em ordem das actividades do estreito segue-se uma década em que, nesta primeira e restrita abordagem, deparamos apenas com um/dois pedidos de carta e licença apresentados em cada ano. Um novo aumento em 1806/7, o vazio dos anos da guerra peninsular e novamente alguns requerimentos anuais entre 1812 e 1814, data do inquérito em estudo.

Ao fazer remontar a implantação de quase todas as unidades recenseadas em 1814, e apenas três não o são explicitamente, a datas anteriores à presença dos exércitos franceses, somos levados a pensar que, por perturbadora que esta interferência tenha sido no desenrolar das actividades deste subsector, ela não representou uma quebra generalizada. A pequena dimensão das unidades, a instalação provável em edifícios que não se destacariam do demais casario e também o facto dos meios técnicos de produção serem reduzidos e fáceis de desmontar e retirar podem ter contribuído para diminuir eventuais prejuízos e facilitar a retoma da produção.

Permitindo-nos um olhar mais pormenorizado sobre a indústria portuense do que os que o antecederam e sucederam proximamente, este documento mostra ostensivamente as lacunas dos demais, sobretudo da listagem publicada por Acúrsio das Neves, atribuída ao mesmo ano de 1814⁹, base para interpretações favoráveis a um forte impacto negativo devido à conjuntura de guerra. Num ponto porém estão de acordo o inquérito de 1812, em que o número total de fábricas portuenses inscrito é ridículo, e especialmente nos têxteis, e este: as dificuldades atribuem-se mais à concorrência dos produtos vindos do exterior e à *falta de extracção* do que a destruições provocadas pela guerra. A carência de mão-de-obra especializada é também argumento invocado para uma geral afirmação de estado de decadência. Só que as respostas são demasiado iguais para não nos ficar a impressão de que teriam sido conduzidas.

Falta-nos seguir o percurso dos mestres encartados entre 1786 e 1814 e que não surgem no documento deste ano, para ter a certeza do destino das suas fábricas, se acaso as tiveram.

2. LOCAIS DE TRABALHO, MEIOS TÉCNICOS DE PRODUÇÃO E MÃO-DE-OBRA

Para esboçar a ténue imagem que se segue das fábricas do estreito do Porto utilizamos o inquérito de 1814 mas também documentos inseridos no fundo da Junta do Comércio *Processos de licenciamento de fábricas e matrículas de servidores: Tecidos* (JC 8), nos quais surpreendemos os intervenientes a expor directamente as suas necessidades e queixas, ainda que com o formalismo inerente ao facto de se estarem a dirigir ao poder, e os funcionários desse mesmo poder a relatar as observações feitas durante as visitas a estabelecimentos, por vezes com comentários que parecem só poder estar presentes por se tratar de informação de circulação interna. Começamos por fazer um resumo dos dados.

2.1. Fábricas de passamanaria, 1786 - 1814

2.1.1. Fábricas presentes no inquérito de 1814:

- **Agostinho Joze Alves**, de cinquenta anos, é dono e mestre de uma fábrica na rua do Bonfim. Veio de Veade (conc. Celorico de Basto) mas os três filhos, que trabalham consigo desde muito jovens (8/10 anos) nasceram já em Campanhã. Apesar de dizer que serve há trinta e seis anos, obteve

⁹ NEVES, José Acúrsio das - *Variadas sobre objectos relativos às artes, comércio e manufacturas, consideradas segundo os princípios da economia política* in Obras completas de José Acúrsio das Neves, v. 3, Porto, Edições Afrontamento, p. 265.

carta de mestre apenas em 1806, perdida aquando das invasões francesas, pelo que solicita à Junta do Comércio uma segunda via, aprovada em 1814 (JC8). Fabrica galão para sapatos, no que emprega seda, pelo e trama. Vende na cidade, mas considera o estabelecimento decadente por causa das *calamidades da guerra*. Esta situação não o impediu de perdurar até, pelo menos, 1829, se é o mesmo que encontramos no inquérito desse ano¹⁰.

- **Angela Maria** é proprietária com estabelecimento na rua de Santa Catarina. Não se explicita se estamos perante uma viúva, como nos outros casos em que uma mulher possui fábrica, ou por que outra casualidade a obteve. Emprega como mestre a Manuel Fernandes Palmeira, natural da freguesia deste nome, concelho de Braga, que ascendeu à categoria em 1805 (confirmado em JC8). Dá trabalho ainda a quatro oficiais, um deles mais velho e com mais anos de profissão que o mestre. Três deles são da cidade, um veio de Lago, concelho de Amares. Fabricam fitas, lavradas e lisas, além de outras obras, que eram vendidas para o Brasil, comércio agora decadente *por falta de extracção*.
- **António Joaquim Caldeira** é proprietário e mestre desde 1803/4 (JC8) de uma fábrica sediada em Campanhã, de onde é natural. Emprega três oficiais, de Arnelas (Olival, V.N. Gaia), Ermesinde e Campanhã, que teriam todos começado a trabalhar entre os 10/14 anos, idade que também teria o aprendiz (de Penafiel) ao entrar. Fabrica fitas de seda de todas as qualidades, lavradas e lisas, para o mercado portuense, estando em dificuldade por falta de escoamento
- **António Martins**, de Campanhã, é proprietário e mestre de um estabelecimento com carta datada de 22 de Abril de 1790 (embora ele tenha trinta e nove anos de profissão), em que apenas labora mais um oficial, da sua idade mas com menos anos de profissão. Fabricam, para outros mestres do mesmo ofício, fitas de todas as qualidades, com seda e algodão.
- **António Martins Torres** é proprietário e mestre com casa na rua Direita, Valongo, estabelecida desde que no ano de 1789 obteve carta de mestre (JC8). O seu único oficial é da mesma naturalidade, terra onde o trabalho da seda conheceu, nestas décadas, significativa implantação. Fabrica fitas de seda, matéria prima de que consome uma arroba, vendendo-as para a cidade. Atribui a decadência actual não só à pouca procura como à falta de gente, certamente que para negociar e comprar.
- **António Rodrigues Coelho** é proprietário e mestre de uma unidade da rua do Bonjardim que tem maior dimensão, empregando seis oficiais e um aprendiz, seu filho, nascido no Porto. Daqueles, três têm uma idade e um tempo de profissão, mais de trinta anos, aproximado ao do patrão/mestre, enquanto os outros entraram cerca de dez anos depois. As suas proveniências são as mais diversas: Arouca, Feira, Guimarães e Valongo. O proprietário é natural de Barqueiros, concelho de Mesão Frio.

Fabrica por ano: 4 000 varas de fitas de veludo

12 000 varas de fitas várias

700 dúzias de ligas para senhora

Consome: 350 arráteis de seda

250 arráteis de algodão

Vende para o reino e ultramar, mas considera a unidade em decadência por falta de venda devida à concorrência de idêntica mercadoria vinda do estrangeiro.

Em 1820 este estabelecimento está a passar para as mãos do filho do proprietário, com o mesmo nome, que a identifica como «*fabrica de tecidos do largo, lizo e lavor de seda e tecidos do estreito, galões e volantas de palheta falça e teares de máquina*» (JC8). O auto de averiguação, feito a 14 de Novembro de 1820, descreve-a como tendo um escritório de vendagem e uma

¹⁰ AHMOP - JC 12 *Mappas dos ministros territoriais a cerca das fabricas existentes: 1830.*

- pequena loja com quatro teares de estreito em que trabalham um mestre e dois oficiais. Fora deste edifício a fábrica dispõe de dois teares de máquina do estreito, fabricando cada um dezasseis peças, em outro local de mais dois teares do largo e um de estreito e, numa última secção, de mais três teares do estreito.
- **Caetano Joze Ferreira Macedo** é mestre e proprietário de uma fábrica em Arnelas (Olival, V. N. Gaia). Com sessenta anos e quarenta e sete de profissão, veio de Vila Marim, concelho de Mesão Frio, e é mestre desde 1786. Emprega três oficiais jovens, um da sua própria freguesia e dois da Feira. Gasta anualmente 384 arráteis de seda e algodão, para o fabrico de galões vendidos no reino e exterior. Queixa-se da falta de oficiais.
 - **Custodia Maria de Lima**, viúva, mantém uma unidade na rua de Santa Catarina com cinco oficiais e um aprendiz, entre os quais poderá haver laços familiares próximos. Fabrica fitas e galões de seda para venda na cidade, estando decadente, como as demais, por falta de extracção.
 - **Francisco Alves Magalhães** veio do Torrão, concelho de Marco de Canaveses, e fabrica fitas de seda e galão de palheta falsa numa fábrica que diz estabelecida em 1786, onde emprega como oficial apenas o filho, já nascido no Porto. A produção destinava-a ao mercado da cidade, mas tem demasiado empate por falta de venda.
 - **Francisco Martins** é proprietário e mestre, natural de Campanhã, com autorização desde 1789. Tem outro irmão, Joaquim Martins, com estabelecimento do mesmo ramo. Trabalha com dois filhos por oficiais, ambos iniciados muito cedo na arte, e mais uma terceira pessoa. Fabrica fitas com seda e algodão, que venderia na cidade.
 - **João Machado d'Assunção** veio de Ariz, Marco de Canaveses. É ainda jovem, com vinte e oito anos, doze de profissão e carta de mestre desde 1807. Trabalha com um aprendiz, de dez anos, oriundo da sua freguesia natal. Fabrica fitas de seda, para venda na cidade, mas considera, como os demais, que a fábrica está decadente por falta de venda, e também por carência de profissionais.
 - **Joaquim António de Moura**, de Campanhã, é mestre desde 1796 ou 97. Com trinta e cinco anos de profissão, trabalha na rua Senhor do Bonfim, sozinho, no fabrico de fitas de alças, galão de chicote e fita de sapatos, que entrega a outros mestres.
 - **Joaquim Martins**, irmão de Francisco Martins, é proprietário e mestre de uma pequena unidade em Campanhã, onde laboram apenas dois oficiais da sua geração. Fabricam fitas com seda e algodão, vendidas na cidade.
 - **Joze Coelho de Oliveira**, natural de Sobreira, Paredes, tem a trabalhar consigo um filho já nascido no Porto (outro tem fábrica própria), um oficial e um aprendiz que vieram de Lagares, Penafiel, freguesia vizinha da sua, e um terceiro oriundo de Freamunde, Paços de Ferreira. Com sessenta anos e quarenta de profissão é mestre apenas desde 1792 e os seus colaboradores são todos muito jovens. As fitas de seda produzidas na fábrica da rua do Medo Vinagre tinham como mercado o reino e o ultramar, comércio decadente por causa da concorrência estrangeira.
 - **Joze Martins Torres**, proprietário de uma fábrica em Campanhã é um caso curioso, pois tem um familiar (ou o próprio) que trabalha há trinta anos na posição de oficial e é o seu jovem filho, com carta desde 1807, que exerce como mestre de um total de três oficiais. Consumindo seda e trama de algodão, fabrica fitas de veludo e ligas de seda, para venda na cidade.
 - **Joze Miranda** de Tresouras, Baião é mestre de si próprio pois, apesar de ter carta desde 1786 e quarenta e quatro anos de profissão, trabalha só, no Passeio das Fontainhas. Sabe realizar obra muito diversa, fitas, alças, galões e trenas de palheta falsa e outros, vendendo para o reino. Está incluído na lista de fabricantes de galão elaborada na década de noventa (AHMOP - MR 41. *Documentos referentes a diversas indústrias: Algodões - papel*)
 - **Maria dos Santos**, viúva, é proprietária da fábrica em Campanhã que lhe ficou de seu marido, com provisão de 9 de Novembro de 1789. Nela emprega dois dos seus jovens filhos (11 e 12

anos) como aprendizes, além de um terceiro, de 24 anos, que é oficial, tendo-se iniciado no ofício há doze. Trabalha com seda, em fitas de toda a qualidade, vendidas a outras fábricas. Estaria decadente *por falta de extracção*.

- **Manoel Coelho Oliveira** tem fábrica na rua do Mede Vinagre, como seu pai Joze Coelho Oliveira. Nascido ainda em Sobreira, Paredes, contrariamente ao irmão que é já portuense, este mestre de vinte e sete anos tem dezoito de profissão e carta desde 1804/5. Trabalham com ele dois oficiais e dois aprendizes, também bastante novos, iniciados no ofício entre os oito e os quinze anos, todos oriundos de fora da cidade, dos concelhos de Amarante, Famalicão e Felgueiras. Fabrica fitas de veludo e fitas de fumo para serem consumidas na cidade.
- **Manoel de Oliveira**, estabelecido em S. Lázaro, é um proprietário e mestre natural de Ancede, Baião, que trabalha há trinta anos, assim como um dos seus oficiais, vindo da freguesia próxima de Santa Marinha do Zêzere, enquanto os outros três, também com bastantes anos de profissão, são de Campanhã, Braga e Talavera de la Reina, Espanha. Tem carta de mestre datada de 1800 e fabrica fitas de seda e galões de palheta encomendados por negociantes da cidade.

2.1.2. Outros fabricantes e mestres portuenses de passamanaria:

Na cidade do Porto outros fabricantes haveria de obra do estreito, alguns dos quais nos são conhecidos pela documentação recebida e produzida pela Junta do Comércio (JC8), nomeadamente cartas de exame, pedidos de autorização vários, visitas, etc. Dessa documentação respigamos mais alguns casos que nos podem ajudar na compreensão da dimensão e características desta actividade.

- **António Coelho** tinha, em 1789, teares estabelecidos em casa nas Fontainhas, mas não possuía licença, que agora pedia
- **António Francisco**, de Campanhã, também se estabeleceu com teares, mas como verificou que não o podia fazer sem carta de exame, pede-a em 1788
- **António José de Abreu** recebe carta de mestre em 1789
- **António José Ferreira** faz outro tanto no mesmo ano de 1789
- **António Martins**, recebe a carta em 1807
- **António da Silva Quintas**, de Perafita (conc. Matosinhos), recebe-a em 1790
- **António Silva Santos**, de Leça, em 1796
- **Cláudio de Barros** tem fábrica na cidade em 1803, mas precisa de arranjar um mestre para ela
- **Custódio Joze da Silva** tem um problema diferente. Ele é fabricante do largo com estabelecimento na rua do Sol, mas agora, em 1793, quer dedicar-se também às fitas, a fim de gastar nos teares destas as sedas que não servem para o liso. A corporação do estreito está contra, porque a actividade não pertence ao ofício para que está examinado, mas a Junta acha boa ideia este aproveitamento
- **Custódio Pinto de Azevedo** pede carta de mestre em 1813
- **Elisério Eugénio** pede carta de mestre em 1806
- **Elias**, espanhol, fabrica fitas em máquina e pede carta de mestre em 1794
- **Francisco António Gonçalves**, de Campanhã, pede carta de mestre em 1794
- **Francisco José António Guimarães** pede carta de mestre em 1814
- **Jacinto José de Abreu**, com fábrica de estreito na cidade, unidade que reputa de grande e com qualidade, deseja, em 1794, levantar as reais armas no seu pórtico. A vistoria, dois anos depois, verifica que é de facto uma das principais, com trinta e três teares a trabalhar na perfeição
- **João António Lombano**, andaluz, tem fábrica com teares de fitas, para a qual pede licença em 1794
- **João António da Silva** emprega mulheres no trabalho das fitas, em 1789
- **João António da Silva Pinto Ribeiro** obtém carta de mestre em 1806

- **João Baptista de Azevedo Cunha**, de Sto Ildefonso, recebe carta de mestre em 1791
- **João da Costa Alves** «*commerciante desta cidade, pede a V. Magestade Provisão de licença para mandar continuar na laboração de oito teares do tecido do estreito, tanto de matizes como de lizo, os quaes tem por sua conta há perto de vinte annos, e que a mesma licença se estenda a poder ter officiaes e aprendizes.*». A este pedido de 1792 a resposta é positiva, sob a condição de o requerente ter sempre contratados mestres examinados
- **Joaquim António de Moura**, fabricante de fitas em Campanhã, recebe carta de mestre em 1797
- **Joaquim Jose**, recebe-a em 1795
- **Joaquim Jose Moreira** em 1814
- **Joaquim Joze da Silva**, de Miragaia, tem teares de fitas mas, como agora (1792) lhe estão a exigir carta de mestre, que não tem, pede-a
- **Joaquim Teixeira** pede carta de exame em 1789
- **Joze Lopes Pinheiro**, de Leça, pede carta de mestre em 1794
- **José Martins**, de Campanhã, pede carta de mestre em 1794, porque lha estão a exigir
- **Lourenço José Pereira**, de Santo Ildefonso, pede carta de mestre em 1794
- **Luiz Ferreira**, de Santo Ildefonso, recebe carta de mestre em 1789
- **Manuel António Gracia**, de Miragaia, recebe carta de mestre em 1812
- **Manuel Coelho de Oliveira**, quer carta de mestre em 1804
- **Manuel Garcia de Aguiar** tem quatro teares a trabalhar e pede carta de mestre por se considerar hábil no ofício, 1788
- **Manuel José Carvalho Guimarães** tem carta de mestre desde 1785¹¹
- **Manuel Martins da Fonseca** surge nos *Mappas*¹² de 1826/28 como fabricante de tecidos de seda do estreito e galões de palheta, estabelecido na rua do Bonfim por provisão de 1809. Com um mestre, quatro oficiais, dois aprendizes e dois serventes, esta unidade vende para o reino e para o Brasil aproximadamente:

galão	10 000 peças
xailes	4 000 peças
seda	600 peças

 Consome: algodão em rama 4 800 arrobas

seda	100 arrobas
metais	6 000 marcos
- **Manuel Quintino Ellerpek Butheler** tem, em 1822 e há mais de vinte anos, duas máquinas de tecer fitas, fazendo uma vinte e outra vinte e cinco exemplares em simultâneo, semelhantes às que se importam de França. Exporta para o ultramar. Em 1822 pede provisão por causa da exigência da Junta do Comércio de 2 de Maio de 1822. A visita não só confirma o que ficou dito, como sugere que poderão mesmo ser empregues mulheres para laborar nestas máquinas
- **Vicente Joze Pereira** obteve carta em 1794

Valongo, a pouca distância do Porto, dispunha não só da fábrica incluída no inquérito, de António Martins Torres, fundada em 1789, como teve por essa época outros mestres deste ofício, como **António Alves Pereira** (1790), **Domingos Marques Ribeiro** (1791), **Jose António Loris** (1795), **Manoel Ferreira da Costa** (1795), **Manoel Gonsalves Ferreira** já estabelecido com teares em 1794 e que quer ser examinado para mestre, **Manoel Lopes da Cruz** (1795), **Manoel de Paiva** (1795) e **Manuel da Silva Couto** (1800).

¹¹ ADP – PO1 4^{as}. n.º589

¹² AHMOP - JC 12 *Mappas dos ministros territoriais a cerca das fabricas existentes: 1826-1828.*

Exemplo das fábricas novas, montadas depois das dificuldades criadas pelas invasões e pela abertura do comércio, pode ser a de **Domingos Vieira Dias & C^a**, na rua Bela a Princesa. Não só tem outra organização, de tipo empresarial, como dispõe de maquinaria aperfeiçoada para fabrico de galões de seda para sapato e chicote e fitas lisas. Possuindo fundos próprios, os proprietários querem ampliá-la para poder aumentar a produção e exportar para o Brasil. A vistoria, de Fevereiro de 1821, fez o reconhecimento de uma propriedade de lojas com andar e quintal. Na loja estavam três teares de *invenção estrangeira*, tecendo cada um deles em simultâneo dezasseis peças de galão de várias cores. Eram manobrados por três oficiais e um aprendiz. Para além destes havia uma urdideira, uma escanhadeira, duas rodas de encher canelas e vários utensílios miúdos. Na sala estaria um gabinete que servia de escritório, com balcão, balanças e pesos, muita seda em canudos e seda de cor por dobar. Sessenta mulheres dobavam seda.

Também inovadora seria a fábrica de **Victorino Leite**, na rua do Poço das Patas, Santo Ildefonso, onde se laborava em tecidos do estreito de algodão, feitos em tear de máquina. Um destes teares executava vinte e seis galões de diferentes cores ao mesmo tempo e o outro dezasseis. Empregava o próprio director, um oficial e um aprendiz. Como tantas outras do ramo têxtil, fora da fábrica tinha a trabalhar por sua conta mais treze teares distribuídos por seis casas (1 em Cedofeita, de ligas; 4 no Padrão, sendo três de ligas e um de fita para chicote; 1 em Santo Ildefonso, de máquina, para galões, 2 em Campanhã, sendo um de liga e outro de galão para chicote; 1 de máquina, em Santa Catarina, para galão; 3, em Campanhã, para galão de travessa; outro em Campanhã, de presilha para chapéus).

Manuel Martins da Fonseca, natural de Valongo, que em 1805 requer exame do largo liso, pede em 1817 para estabelecer na cidade um tear que fabrica ao mesmo tempo dezasseis ou dezoito peças de galão de seda para sapatos, com capacidade para produzir 100 varas diárias, ocupando um oficial. Esta fábrica, na rua do Bonjardim, vem a ser vistoriada em 1826 quando o proprietário, que se identifica como fabricante do largo e do estreito, de seda e algodão e de teares de máquina, afirma precisar dos privilégios e isenções do ramo para poder prosperar.

A unidade é então descrita como «*huma caza com huma grande loge e dentro desta oito theares, a saber hum de maquina para trabalhar em galões de sapato, trez a trabalhar em saïotes d'algudão, trez ditos a trabalhar em lapins, lenços de seda e nobrezas e hum a trabalhar em lenços de algudão; huma hurdideira, trez rodas para encher canelas*», ocupando-se em tudo isto um mestre, seis oficiais e dois aprendizes. Em outra casa fazia-se o tinto, dispondo das competentes caldeiras de cobre. Fora da fábrica e dispersos, dispunha de um tear a fabricar lenços para tabaco, seis de ligas para meias, dezasseis a fabricar fitas de cordão de seda e quatro a fabricar galões de palheta falsa. Ao todo trabalhavam nestes teares vinte e cinco oficiais. Também fora da fábrica executavam o seu mister doze dobadeiras.

Como vemos nestas fábricas novas, a divisão do sector têxtil em *largo* e *estrito* perdia sentido, e começa a deixar de ser utilizada ainda antes de meados do século XIX, cedendo lugar a uma realidade que se impunha, a divisão segundo a matéria-prima, com um lugar de cada vez maior destaque para o algodão. O *estrito*, com quinze fábricas em 45/52, concentradas com uma excepção na área Bonfim/Campanhã, seria então quase irrelevante como actividade exclusiva, se comparado com o restante têxtil. Mecanizado e necessitando de novo tipo de trabalhadores ou ofício artesanal voltado para um mercado reduzido e com diferentes especialidades que continuavam a requerer bastante saber fazer, ocupava pouca mão-de-obra¹³.

¹³ MAGALHÃES; Maria Madalena Allegro de - A indústria do Porto na primeira metade do séc. XIX. *Revista da Faculdade de Letras - Geografia*. Porto, 1ª série, 4 1988, p. 123.

Sousa Reis escreverá, no início dos anos sessenta, que, apesar de no Porto haver várias destas fábricas, a de Raimundo Joaquim Martins se sobrepunha a todas pela qualidade dos artigos produzidos, entre os quais pontificavam as fitas de várias cores. Este estabelecimento até dispunha de uma máquina a vapor, embora deteriorada e sem uso¹⁴.

2.2. Fábricas de passamanaria de palheta

Reunimos em outro trabalho¹⁵ algumas notícias sobre esta actividade, no Porto e em municípios vizinhos. Para lá remetemos, comentando-se agora apenas brevemente as fábricas mencionadas no inquérito de 1814:

- **Joze da Rocha Moreira** (também nomeado como Joze da Rocha), estabelecido em Mija Velhas, é proprietário e mestre de uma fábrica de galão falso, com carta da Junta do Comércio de 10 de Maio de 1800. Não temos notícia de que fizesse fitas ou outras obras próprias da corporação do estreito. Falamos dele ao estudar a indústria de galão em Penafiel¹⁶. Era natural de Marecos, Penafiel, mestre desde 1799, e com ele trabalhavam, por ocasião do inquérito, seis oficiais e dois aprendizes, sendo que cinco deles provinham de outras tantas freguesias daquele mesmo concelho (Capela, Duas Igrejas, Marecos, Paço de Sousa e Valpedre). Os três restantes eram de Amarante, Fafe e Castelo de Paiva. Todos tinham ingressado jovens nesta unidade, sendo que o mais antigo servia há vinte e seis anos. A oficina, como dissemos no trabalho citado, disporia de um engenho de cobrir e oito teares montados no local, enquanto fora trabalhavam mais seis teares e dezanove rendilheiras. Como as demais, diz-se decadente.
- **Luis de Almeida Moraes (filhos de)** era a grande empresa de fabrico de galão fino ou verdadeiro existente no Porto. Sediada no Palácio dos Carrancas (Museu Nacional de Soares dos Reis), rua dos Quartéis da Torre da Marca, funcionava na década de oitenta do século XVIII (29 de Maio de 1789) e tinha privilégio real. A diversidade e qualificação do seu pessoal, que incluiu estrangeiros, assim como o seu equipamento técnico, distanciam-na e muito de todos os estabelecimentos *do estreito* antes mencionados. Aliás, ela surge neste inquérito de 1814 como fábrica de tirador, diferenciada das restantes, que nunca puderam trabalhar metais nobres mas apenas palheta falsa¹⁷. Era seu administrador Henrique Joze, filho do anterior proprietário. Várias autoridades da cidade são unânimes ao responder, em 1820, a alguns quesitos colocados pelo poder central¹⁸, sempre com dúvidas sobre o cumprimento da proibição¹⁹, confirmando não existir aqui nenhuma fábrica de galões finos desde que encerrou a de Luiz de Almeida Moraes e filhos, e que na alfândega há anos não se despachava esta mercadoria.
- Quando, em 1822, a Fábrica dos Carrancas pode voltar livremente a trabalhar em galão de ouro e prata, também **Domingos José de Freitas Guimarães & C^a**, presente no inquérito de 1814 como fabricante de tecidos de seda do largo, associa ao seu estabelecimento da rua da Cadeia Velha, Sé, o fabrico do estreito e especialmente de galões. Um auto de exame datado de 1827 descreve

¹⁴ REIS, Henrique Duarte e Sousa - *Apointamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto*. Porto: Manuscritos Inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto - II série 3, 1984, p. 231.

¹⁵ SOEIRO, Teresa - A produção de passamanaria de palheta em Penafiel, in ALVES, Jorge Fernandes (coord.) - *A indústria portuense em perspectiva histórica*. Porto, 1998, p.183-202.

¹⁶ SOEIRO, Teresa - A produção de passamanaria de palheta em Penafiel, in ALVES, Jorge Fernandes (coord.) - *A indústria portuense em perspectiva histórica*. Porto, 1998, p. 186.

¹⁷ SOEIRO, Teresa - A produção de passamanaria de palheta em Penafiel, in ALVES, Jorge Fernandes (coord.) - *A indústria portuense em perspectiva histórica*. Porto, 1998, p. 183 e segs.

¹⁸ IAN/TT - Real fábrica das Sedas 392 Alvarás decretos e avisos, Fl. 11-12, 31 de Julho de 1820, em resposta a mais um pedido de viabilidade apresentado por Manoel Mendes Moraes e Castro, da fábrica de tirador dos Carrancas: IAN/TT - *Real fábrica das Sedas* 399 Consultas e representações, Fl. 189v.-190, 21 de Junho de 1820.

¹⁹ Mostramos em outro momento que as autoridades portuenses não foram poupadas a críticas pela sua brandura para com os infractores. O edital de 17 de Janeiro de 1814, confirmando a proibição, atribui o pouco respeito de que é alvo à moderação das penas cominadas, passando por isso a equiparar o galão fino fabricado ilegalmente a contrabando, ficando os autores sujeitos às penas deste.

esta fábrica como tendo uma grande sala com doze teares a trabalhar em palheta fina e falsa, entregues a onze oficiais e um mestre. Em outra casa, na rua das Hortas, dispunha de três engenhos, com três homens que se ocupavam de cobrir as palhetas em fio, e nove homens a puxar em tiradores de prata e ouro. Havia aqui também uma sala para guardar e expor a obra acabada.

- **José Moreira de Lima**, pede, em 1811, para estabelecer fábrica de tirador de ouro e prata na rua do Almada. Nela trabalha um mestre, dois oficiais, um aprendiz e um servente, fazendo 200 a 300 marcos de lantejoulas, palheta e canotilho, e consumindo 200/250 marcos de galão de prata, 3/4 marcos do de ouro e 30 arráteis de seda, segundo dados referentes a 1829 (JC 12 1830)

- **João Coelho da Rocha**, em 1827, recebe a fábrica de galão de palheta falsa que era do pai, situada em Contumil, e pede as isenções de direitos e privilégios das fábricas do género. A vistoria, nesse ano, encontrou-a instalada numa casa com uma sala onde estavam armados sete teares, utilizados por um mestre e sete oficiais, e outra sala com uma urdideira ao cuidado de um homem. Fora deste edifício a fábrica dispunha de mais seis teares de galão, quatro a trabalhar em volantes, três em trenas e dois em espiguilha, além de dez mulheres que faziam renda. Consumia anualmente cerca de 1 300 arráteis de palheta, 700 arráteis de fio ou fieira de ouro e prata falsos e 15 arrobas de chicote. Dois anos volvidos, nova vistoria encontra esta fábrica com doze teares, sete para fio de ouro e cinco de palheta falsa, tudo o mais que se vira antes, dentro e fora da unidade, e ainda uma casa do tinto, com a sua caldeira grande de cobre, dois tachos também de cobre, duas tinhas e duas balsas de madeira, empregando um oficial. Numa outra sala acumulava-se a obra feita.

2.3. Fábricas de tecer meias

Na listagem de 1788 são recenseadas duas fábricas de meias de seda no Porto, a de **Damazo António Ribeiro Pereira** (16 de Novembro de 1775) e a de **Gertrudes Moura Coutinho** (5 de Outubro de 1787), que partilhavam esta actividade com outras em Alcobaça, Almada, Sobral e Tomar e ainda mais de duas dezenas na capital. Acrescenta-se que «*as meyas de seda como incluídas na Corporação do estreito gozão as isenções que foram prorrogadas por mais 10 anos*» (alvará de 1 de Agosto de 1784) e mais que «*em benefício das fábricas deste genero he prohibida a entrada de meyas de seda de côres*» (decreto de 14 de Fevereiro de 1786).

Importante na indumentária feminina mas sobretudo na masculina, num tempo em que ainda predomina o uso de calção²⁰, este artigo, pouco vantajoso e depressa excessivo (p.e. decreto de 3 de Abril de 1763) no contexto da Real Fábrica das Sedas, que chegou por vezes a suspender a sua produção, como no final da década de setenta²¹ ou a fazer leilões da muita mercadoria acumulada nos seus armazéns por compra aos fabricantes incapazes de a colocar no mercado, teve de facto na cidade do Porto uma fábrica destacada, propriedade de Damazo António Ribeiro Pereira, que surge já na *lista das fábricas instaladas com participação da Junta de Comércio* até à reforma de D. Maria I²² e na memória de final de setecentos sobre as *Fábricas que presentemente existem nesta cidade do Porto* publicada por Aurélio de Oliveira²³. A fábrica de meias, *novamente estabelecida*, foi pelo autor desta última memória considerada como muito útil, mas necessitando de protecção estatal e ponderação na administração por parte do proprietário.

²⁰ Não tardará muitos decénios para que a calça o destrone. Esta situação tirará importância e modificará as meias em uso: MADUREIRA, Nuno Luís - *Lisboa: luxo e distinção 1750-1830*. Lisboa, 1990, p. 58-59.

²¹ BASTO, Carlos - *A indústria e arte têxtil*. Port, 1960, p. 230.

²² MACEDO, Jorge Borges de - *A situação económica no tempo de Pombal* Lisboa, 3ª ed. 1989, p. 213. Fabricaria meias em seda, linho, algodão e lã.

²³ OLIVEIRA, Aurélio - As indústrias no Porto nos finais do século XVIII, in ALVES, Jorge Fernandes (coord.) - *A indústria portuense em perspectiva histórica*. Porto, 1998, p. 291 e 296.

Damazo António Ribeiro Pereira, Cavaleiro da Ordem de Cristo e bacharel pela Universidade de Coimbra, estabeleceu-se na rua do Bonjardim com uma fábrica de meias de seda, de nove teares, para dirigir a qual contratou o mestre Francisco Nualart. A 16 de Novembro de 1775 obteve alvará para poder não só continuar a funcionar com estes teares como para montar outros, estando também nos seus projectos adquirir um destinado ao fabrico de meias às riscas. Crescimento este que não parou, desmesurado para as possibilidades do proprietário, num ramo com excesso de produção em relação à capacidade do mercado nacional, obrigando a grande empate de capital por imobilização da mercadoria em armazém, mesmo ao abrigo de proibições da importação (p.e. decreto de 14 de Fevereiro de 1786). Acabou de tal forma endividado que, depois de um longo processo, o Desembargador e Juiz da Coroa Francisco de Azevedo Coutinho, a 27 de Outubro de 1790, acaba por dar um parecer afirmando-o insolvente, pois as suas dívidas eram já superiores aos rendimentos. De nada valera o apelo dirigido no ano anterior à rainha, argumentando que, como cidadão patriota aliciado pela propaganda do estado, investira mais de cem mil cruzados numa fábrica de tanta utilidade, além de ser um benemérito público por ter cedido gratuitamente terreno das suas propriedades para abrir novas ruas. Os credores caíam-lhe em cima, não aceitando como garantia as acções nas companhias do Alto-Douro e de Pernambuco, nem os imóveis e terrenos que possuía na área oriental da cidade ou as quintas em Bouças e no Douro.

O acordão da Relação (12 de Janeiro de 1792) apenas salvaguardou que a fábrica deveria ser arrematada por inteiro, para assim se preservar a utilidade pública. Tinha então noventa e dois teares, dos quais sete trabalhavam, quarenta apresentavam-se ferrugentos e quarenta e cinco incompletos e também oxidados.

Em 1814, a mesma actividade é desenvolvida na mesma rua por **José Moreira Ribeiro**, de 53 anos, natural de Santa Cruz do Bispo (conc. de Matosinhos), identificado no inquérito como proprietário e mestre de uma fábrica de tecer meias de seda e algodão, barretes luvas e várias miudezas, sita na rua do Bonjardim, estabelecida há muitos anos, em que trabalhavam dois oficiais e um aprendiz, este seu filho, já nascido no Porto. Exercia a profissão há vinte e cinco anos, e um dos seus oficiais há trinta, tempo suficiente para nos deixar pensar numa possível ligação ao estabelecimento anterior.

Envia nesse mesmo ano de 1814 um requerimento à Junta do Comércio, pedindo privilégio (30 de Abril - 26 de Maio), no qual descreve a sua unidade como tendo cinco teares de ferro e bronze, a trabalhar um em meias, outro em barretes e outro em fazenda para calção ou pantalonas. Nestas instalações dispunha ainda de uma tinturaria e um torcedor, e nelas laboram cinco dobadeiras e uma bordadeira. Vendia para o mercado portuense e era mais um caso em que se dizia estar decadente *por falta de extracção*.

Era também mestre fabricante de meias, na cidade do Porto, **Custódio José de Passos**, com carta datada de 1805

2.4. Outras fábricas que trabalham com seda

2.4.1. Fábricas de torcer

Com o manuseio da seda e preparação de matéria-prima depois utilizada por outros estão relacionadas as fábricas especializadas em torcer seda, algodão, pelo e trama. O inquérito de 1814 menciona apenas uma, que trabalha para todas as fábricas de tecidos. Mas, no quadro da população estritamente portuense elaborado por Cândido dos Santos para 1780-85, vemos aparecer esta profissão em várias freguesias, com número significativo sobretudo em Santo Ildefonso, onde também residia a maior parte dos fiteiros²⁴.

²⁴ SANTOS, Cândido dos - A população do Porto de 1700 a 1820. Contribuição para o estudo da demografia urbana. *Revista de História*. Porto, 1 1978, p. 292 e segs.

- **Luiz Joze Moreira**, proprietário e mestre natural do Porto, estava estabelecido na rua Direita com uma pequena unidade onde trabalhava apenas ele e um oficial.

Uma imagem mais nítida desta actividade pode ser-nos dada pela fábrica seguinte que, apesar de se tratar de um caso de data mais adiantada, é bastante curioso.

- **António Fernandes Leite** diz ter sido sócio de Manuel da Cunha Guimarães, que desde 1820 tinha licença e privilégios para uma fábrica de torcer seda de pelo e trama, com quatro tornos, que agora queria continuar. Mas, no relatório da visita observam-se as más condições do local, assim comentadas «*o que o supplicante agora chama fabrica he hum unico torno colocado n'hum pocilga, em que se occupa hum homem e dois rapazes*». Com mais pormenor, a vistoria de 6 de Janeiro de 1828 viria a encontrar esta fábrica em «*hum casa, com hum loge, tendo na mesma hum torno com sessenta e dous fuzos para tecer o retroz, e se ocupa neste hum homem effectivamente, e trez rapazes; tem mais hum emchedor, occupando-se hum rapaz a encher seda; mais hum dobador e se emprega n'elle hum rapaz a dobar seda*»

3. LOCALIZAÇÃO, DIMENSÃO, MÃO-DE-OBRA E EQUIPAMENTO

As fábricas do estreito recenseadas neste inquérito encontravam-se, com raras excepções, todas bastante próximas, entre Santa Catarina e Campanhã, sendo aqui a maior concentração, seis. Nas actuais ruas e praças de Santa Catarina, Santo Ildefonso, S. Lázaro, Morgado Mateus, Passeio das Fontainhas, Praça das Flores e Campo 24 de Agosto havia uma ou duas unidades. As da rua do Bonjardim poderiam não estar muito distantes destas, mas ela é bastante extensa para o afirmarmos. Algo mais afastada ficava a da rua das Oliveiras, já do outro lado da actual avenida dos Aliados, e ainda mais longe a fábrica de tirador da rua dos Quartéis, à Torre da Marca, actual D Manuel II, mas esta foi para aí transferida, ocupando um edifício novo e amplo, num momento em que a área começava a ser urbanizada e valorizada.

Se considerarmos a informação retirada de outros documentos vemos que as unidades ou mestres referidos continuam a pertencer maioritariamente a esta área, sendo a excepção no aro urbano dois de Miragaia, e num perímetro mais alargado para Norte, dois de Leça e um de Perafita, concelho de Matosinhos.

Fora da cidade o inquérito regista duas fábricas, uma em Arnelas, na outra margem do rio face às anteriores, e outra em Valongo, o primeiro aglomerado significativo na estrada que, exactamente do Bonfim/Campanhã, saía para Trás-os-Montes.

*

Não sabemos qual o critério utilizado no inquérito de 1814 para dar a designação de fábrica a um local de trabalho. A dimensão e número de trabalhadores não foi com certeza, uma vez que inclui na listagem dois casos em que o mestre trabalhava sozinho e um em que tinha consigo apenas um aprendiz. Seguem-se em quantidade igual as situações de mestre mais um oficial, mais três, e de cinco elementos, variando a repartição entre oficiais e aprendizes. Um caso de seis pessoas, cinco oficiais e um aprendiz, sem mestre porque a proprietária era uma viúva. Oito pessoas, o máximo nomeado entre os fabricantes de fitas (mestre, seis oficiais e um aprendiz) verifica-se uma vez. Ou seja, nenhuma destas unidades chegava ao limiar da dezena de trabalhadores.

Década e meia volvida, no inquérito de 1829 (JC 12, 1830), as fábricas do estreito são menos numerosas mas muitas delas já ultrapassam aquele umbral dos dez trabalhadores²⁵, mesmo sem contar

²⁵ MADUREIRA, Nuno Luís - *Mercado e privilégios. A indústria portuguesa entre 1750 e 1834*. Lisboa, 1997, p. 362.

com as mulheres a trabalhar no domicílio, nem com os teares dispersos, a funcionar por conta, que encontramos em quase todas as *visitas* da década de vinte.

Já as fábricas de obra de palheta parecem de maior dimensão e complexidade. No topo estaria a fábrica de tirador à Torre da Marca, que entre efectivos, trabalhadores a tempo parcial e ao domicílio agrupava cinquenta pessoas, trinta das quais no edifício sede. As outras vinte eram mulheres, e ficamos com a impressão de que trabalhariam em casa. Interessa-nos também salientar que esta fábrica empregava artistas nacionais e estrangeiros de diversos ofícios.

José da Rocha Moreira, fabricante de galão falso, dá trabalho apenas a mão-de-obra da sua arte, seis oficiais e dois aprendizes segundo o inquérito. Mas por outro documento vemos que para além dos oito teares que tinha na fábrica, número correspondente ao dos empregados, havia ainda seis teares no exterior, certamente com outros tantos oficiais, e dezanove rendilheiras. Passamos assim das nove pessoas da contagem oficial para pelo menos trinta e quatro.

São os que trabalham em casa e sobretudo as mulheres, que não carecem de inscrição como oficial nem pedem exame para obter carta de mestre, que se tornam invisíveis, como veremos adiante. Ao todo estaremos, neste subsector portuense, perante um grupo de centena e meia a duas centenas de trabalhadores.

*

Nas fábricas do estreito, a que talvez com mais propriedade devêssemos chamar oficinas, o proprietário é mestre, ou foi e ela está agora entregue à viúva, que se vê por vezes na necessidade de contratar um outro mestre. Curioso é o caso que já referimos de um pai(?) proprietário que trabalha na sua fábrica como oficial, sendo o lugar de mestre ocupado pelo filho.

A naturalidade destes proprietários/mestres obriga-nos a uma outra dimensão geográfica. Se seis são de Campanhã e aí têm as suas fábricas ou em Santo Ildefonso, os demais nasceram fora da cidade e para aqui vieram trabalhar. A excepção é o mestre de Valongo, que se fixou ali mesmo, e o de Mesão Frio, que desceu o Douro até Arnelas. Esta via fluvial, importante eixo do comércio portuense, pode ter trazido até à cidade mais cinco mestres/proprietários, um segundo de Mesão Frio, dois de Baião e outros dois do Marco de Canaveses. Ainda ligados ao Douro ou à estrada de Trás-os-Montes estão os que partiram de Penafiel e o pai e filho vindos do concelho de Paredes. Apenas dois vêm do Minho, de Braga e Cabeceiras, e outro do actual concelho de Matosinhos.

Destes proprietários/mestres pelo menos doze têm a trabalhar consigo entre um e três filhos. Metade deles, originários de fora da cidade, vão para aqui transferir-se de forma a que a nova geração surja como nascida em Santo Ildefonso ou Campanhã. Joze Coelho Oliveira, de Sobreira, Paredes, tem um filho, que já é mestre com estabelecimento próprio, ainda nascido na mesma freguesia do pai, e outro filho, mais novo, oficial na sua fábrica, que já veio nascer a Santo Ildefonso.

A fidelidade ao lugar ou região de origem e a vontade de ajudar parentes ou conterrâneos que trilham de novo o árduo caminho da migração talvez expliquem que com um mestre de Sobreira, concelho de Paredes, trabalhem um oficial e um aprendiz da vizinha freguesia de Lagares (Penafiel); ou que um proprietário de Marecos (Penafiel) receba na sua fábrica cinco trabalhadores de outras quatro freguesias do mesmo concelho; ou que um mestre de Ariz (Marco de Canaveses) tenha consigo um jovem aprendiz da mesma naturalidade; ou ainda que um mestre de Ancede, tenha por oficial um homem com os mesmos anos de profissão que ele, vindo de Santa Marinha do Zêzere, ambas freguesias do concelho de Baião.

Solidariedade, familiar ou vicinal, pode ser também palavra-chave para o recrutamento de mão de obra para a profissão, mas a relação torna-se esquiva quando os nomes não se repetem exactamente e as freguesias de origem são as da cidade, de onde provem a maioria dos trabalhadores e onde estão sediadas as fábricas.

*

Por último, precisamos de dar lugar às escassas referências que temos sobre o equipamento destas fábricas/oficinas, e este é um dos pontos mais fracos do inquérito de 1814.

Nada se diz sobre o capital necessário à sua montagem nem temos qualquer avaliação do seu património e descrição do equipamento. Apenas ficaram anotadas as matérias-primas utilizadas e as produções obtidas. A presença da seda é a constante, utilizando-se cada vez mais o algodão para embaratecer o produto e, obrigatoriamente, a palheta falsa quando se trata de fabricar esta modalidade de galões, trena, etc. Fabricam-se fitas lisas e lavradas, de veludo, fitas de fumo, galão para sapatos, galão de palheta, trena, alças, ligas e certamente que outras obras do ofício do estreito. Não se distinguem aqui os produtos de passamanaria enquanto matéria-prima para outros, mais elaborados, deste mesmo ofício, divisão que o Inquérito Industrial de 1890 esclarece. O primeiro nível produziria cordão simples e requife, soutache, trança ou liga, cairel, froco, grade, espiguiha, franja e botões e tranquilhas revestidos.

Teares do estreito simples, pouco numerosos se atendermos ao baixo número de trabalhadores por unidade, com um ou outro caso de maior aglomeração, como a fábrica de Jacinto José de Abreu, que em 1796 dispunha de trinta e três teares a trabalhar na perfeição. Outras máquinas eram indispensáveis como as urdideiras, as rodas de encher as canelas, etc, mas o tear, tradicional ou com inovações, seria o elemento chave da profissão²⁶. Em montar um tear e lançar a teia consistia a primeira etapa do exame para tecelão²⁷. Ser obrigado a desmontá-lo tornava-se num enorme prejuízo, ainda maior se a obra ia a meio. É ao apelo «*dos fabricantes de seda da cidade do Porto; que havendo estabelecido os seus teares em casas alugadas, os inquietarão, e pretensão expulsar dellas outros alugadores...de que lhes seguia muito consideravel prejuizo, obrigando-os a despejar as casas depois de armada a fabrica das suas officinas*», que dá resposta o alvará de 3 de Março de 1771, em que se estende ao Porto e ao reino os privilégios que já gozavam os fabricantes de Lisboa, de serem apenas postos fora das casas se elas fossem para o proprietário ou se tivessem rendas em atraso. Mais de vinte anos volvidos (alvará de 5 de Outubro de 1792) são os mestres fabricantes de seda da província do Minho que se queixam dos gravíssimos prejuízos que lhes são causados pela penhora de teares e outros instrumentos e máquinas feita pelos seus credores. Por real alvará foi atendida a pretensão, visto aí se ordenar «*que os teares, e instrumentos de laboração das suas fabricas sejam isentos, e reservados de todas, e quaesquer penhoras, e execuções; assim, e da mesma sorte que o são os bois e instrumentos da lavoura, pela Ordenação*», tudo a bem da promoção das artes e indústrias.

Os teares de máquina representavam neste subsector um considerável avanço, já que cada um podia fabricar em simultâneo entre dezasseis e vinte e cinco fitas diferentes. O seu manuseamento certamente que requeria técnicos, talvez não os das lojas tradicionais porque, como diz um dos proprietários que investiram nestas máquinas, elas enquadravam-se nos *novos inventos*²⁸, trabalho que não era ensinado pelos mestres da corporação. Alimentá-las depois de iniciada a laboração parece ter sido tarefa simples, já que se põe a hipótese de até as *mulheres* a poderem realizar.

Os primeiros destes teares surgem, em pequeno número, na mão de mestres especializados na sua utilização, mas depois vão multiplicar-se, não pela acção dos tradicionais mestres do estreito mas sobretudo no seio de unidades de maior dimensão e de actividade diversificada, libertas das peias corporativas, em que tanto se trabalha o estreito como o largo, em seda como em algodão ou palheta.

Paradigma das fábricas mais antigas e pensadas em grande pode ser a de Damazo António Ribeiro Pereira, proprietário levado à ruína pelo sobredimensionamento do seu projecto e pela vontade de inovar em matéria de apetrechamento; ou a fábrica de tirador de Luís de Almeida Morais, esta bem sucedida e duradoura, com meios financeiros e técnicos de dimensão e qualidade invulgares para a época.

²⁶ Para ter uma ideia do que poderia ser na segunda metade de setecentos uma fábrica de passamanaria completa veja-se o artigo *passementerie* e respectivas estampas na *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des arts et des métiers*. Paris, tomo 12, 1769, p. 101 e segs.

²⁷ LANGHANS, Franz-Paul - *As corporações dos ofícios mecânicos. Subsídios para a sua história*. Lisboa, v.2, 1946, p. 725.

²⁸ Percorremos a documentação de AHMOP - JC9 *Novos Inventos* mas não deparámos com processos relativos a fábricas do estreito, excepto a de Manuel Barboza, a pedir privilégios. Tinha provisão desde 1824.

Doze destas fábricas do estreito consideravam que a cidade era o seu mercado, uma estendeu o raio de acção ao reino e três a além-mar, tantas como as que tinham o mais reduzido horizonte, trabalhar para outros mestres ou negociantes. Todas são unânimes em dizer que estavam em estado de decadência, sob o argumento da falta de extracção, que três especificam se fica a dever à concorrência de produtos estrangeiros. Apenas um proprietário aponta directamente as calamidades da guerra como causa próxima da situação, e possivelmente era também nas perturbações originadas pelo conflito que pensava quem mencionou a falta de oficiais ou falta de gente como factor da crise.

3.1. A invisibilidade das mulheres

As artes mecânicas, entre as quais se encontrava o fabrico de tecidos, foram entendidas no antigo regime como «domínio onde o trabalho manual era controlado pela inteligência»²⁹. Organizadas em ou como corporação, esta definia quem e como podia exercer um ofício específico, ao mesmo tempo que dava aos seus artistas um posicionamento social³⁰.

Quando se fala de um percurso de aprendiz, oficial e mestre, com tempo, tarefas e provas a ultrapassar, é no masculino que a sociedade pensa. Poucas vezes as mulheres integram claramente este mundo do trabalho oficial, e ainda menos frequente é vê-las à frente de uma loja ou ter carta de ofício. Se isso acontecia em alguns locais, exactamente em relação à tecelagem, mas do linho, não era essa a realidade no ramo que nos interessa agora, o dos tecidos do estreito. Aqui, a corporação, de que lamentavelmente não estão recolhidos os estatutos³¹, parece excluir liminarmente as mulheres. Vemo-las no inquérito de 1814 como proprietárias, mas porque são viúvas de proprietários/mestres. Não trabalhavam, podiam (ou deviam) ter mestres a dirigir as fábricas. Muitas empregam os filhos, que certamente se deseja sucedessem ao pai logo que possível.

Estas fábricas em que só se anotam nomes no masculino, não deixavam de empregar mulheres, para trabalhos considerados menores e para tarefas preparatórias da matéria-prima. Quem fazia renda eram as mulheres, como eram elas que fiavam ou dobavam. Trabalhando em casa ou em compartimentos separados, não estavam na oficina. Mas não eram estes casos em que desempenham tarefas subsidiárias os que incomodam a corporação.

As reacções que abaixo transcrevemos têm a ver com situações em que este limiar entre o que era próprio de cada género se encontrava ameaçado ou ultrapassado. Uma forma de precaução contra futuros problemas ficou ilustrada pelo requerimento de João António da Silva que, querendo em 1789 empregar mulheres na sua fábrica, optou primeiro por pedir para isso licença à Junta, ainda que soubesse que ela não era obrigatória, mas com este documento sentir-se-ia protegido contra as arremetidas da corporação. O argumento para querer mulheres era do seguinte teor: «visto que os artifices as não podem fazer as ditas fittas por serem demenudos os seus feitios, por cujo motivo as mulheres hé que se applicão a este trabalho». Estamos novamente perante uma tarefa pouco valorizada.

²⁹ PEREIRA, Miriam Halpern - Artesãos, operários e o liberalismo - dos privilégios corporativos para o direito ao trabalho (1820-1840). *Ler histórias*. Lisboa, 14 1988, p. 44.

³⁰ MADUREIRA, Nuno Luís - *Mercado e privilégios. A indústria portuguesa entre 1750 e 1834*. Lisboa, 1997, p. 79 e segs.

³¹ A acreditar em Acúrsio das Neves esta corporação nunca os passara a escrito: «Na cidade do Porto também existem desde tempo antigo corporações distintas do largo e do estreito, sujeitas a inspectores e aprendizagens, mas sem Estatutos. O inspector do estreito Francisco José de Moraes tentou obtê-los, pedindo providências contra o que chamava abuso de muitos mestres admitirem maior número de aprendizes do que deviam, e se contentarem com três anos de aprendizagem, o que era muito pouco, e a Junta do Comércio consultou sobre este requerimento em 16 de Dezembro de 1766, propondo o estabelecimento de uma corporação que compreendesse os fabricantes de todas as qualidades de estofos de seda largos e estreitos da cidade do Porto e seus subúrbios, e mesmo de toda a província do Minho, a que se dessem Estatutos próprios, e que ficasse anexa à real fábrica do Rato; mas esta consulta não desceu resolvida». NEVES, José Acúrsio das - *Variedades sobre objectos relativos às artes, comércio e manufacturas, consideradas segundo os princípios da economia política* in Obras completas de José Acúrsio das Neves, v. 3, Porto, Edições Afrontamento, p. 192. A consulta referida por Acúrsio das Neves temos motivos para pensar que será talvez a de Dezembro de 1777 mencionada na nota 3 deste trabalho.

Uma mulher visada por esta restrição (1792) explicou melhor a situação: «*Diz D. Anna Joaquina filha de Joze da Costa Moreira da freguesia de Campanham Rua Senhor do Bom Fim da cidade do Porto, que por ter dois irmaons das corporacoens de sedas do largo, e estreito se applicou a fazer fitas lisas, em que trabalha com toda a perfeição, e como os procuradores daquela corporação embaraçao que a supplicante continue com o trabalho do seo tear sem licença deste Tribunal, pertende a supplicante que V Magestade lhe mande passar provizão da licença para continuar com a dita manufactura que he propria ao seo sexo, e uzualmente a ella se applicão e trabalham muitas outras mulheres nesta cidade para os Mestres da Corporação sobredita e ainda mezmo por sua conta para maiz bem poderem subsiztir*». Estamos no ano em que se fez correição e mesmo os homens foram obrigados a regularizar a sua situação, ainda que antiga.

Uma régia resolução de 20 de Dezembro de 1792 isentava as mulheres de exame como argumentará anos depois (1806) outra queixosa, mas a corporação parecia esquecer-se desse direito adquirido: «*Antonia Maria viuva da cidade do Porto, que por fallecimento de seu marido Manoel de Souza ficou em estado de pobreza, e que a supplicante já na vida de seu marido se empregava na manufactura do estreito, e os Procuradores actuaes da respectiva corporação se embaraçao com ella, e a não deixão trabalhar com o fundamento de ser mulher, quando he certo que pela regia resolução de 20 de Dezembro de 1792 expedida à Superintendencia do Norte se declarou que as mulheres que se empregão na manufactura do estreito sejam izemptas de exame e que se possão empregar nella, independentemente de provizão por assim o pedir a utilidade publica, e se dever favorecer hum tão louvavel trabalho e exercicio...*».

O falecimento de pai ou marido e consequente redução a estado de pobreza foi o grande argumento para as mulheres terem de continuar a trabalhar num ofício que habitualmente já antes exerciam. Mas a falta do homem, titular da profissão, fazia com que a invisibilidade do seu trabalho deixasse agora de ser possível, tornando-as vulneráveis à repressão corporativa. Neste sentido vão os requerimentos de Maria Roza, que em 1792 pede para, com a mãe e a irmã, fazer fitas lisas; o de o de Maria Gertrudes da Conceição (1803), filha de um mestre do estreito, que pede para manter a fábrica e assim sustentar os seus cinco irmãos menores; o de Quitéria Maria (1806), viúva de João Teixeira Alves, que com as suas filhas se dedicava e queria continuar a fazer fitas de galão para debruar sapatos e fitas lisas; semelhante é a queixa de António Luiz, oficial do estreito, que ensinou o ofício à mulher, Maria Roza, e agora que ele estava doente não a queriam deixar exercer.

Anotemos, por fim, mais um lamento de uma mulher em dificuldades: «*Diz Anna de Jezus Maria Joze Souza Silva da Cidade do Porto, que ella supplicante, he donzella e muito recolhida de exemplar procedimento, e por cauza de le falecerem seus pays, e de padecer muitas molestias, que a reduzirão em endigencia e necessidade se vio obrigada a exercer a occupação de tecer fitas, e galões, e ataduras, conforme a variedade das módas, a cuja habelidade aprenddêo a força de necessidade para se poder alimentar com honra.....dos lucros dos mesmos thiares, e porque tem noticia que os procuradoresdos Expector costumão empedir o exercicio do referido, e cortarem os tiares...*» (1796).

Contra autoridades corporativas intransigentes só restava a estas gentes recorrer para o poder central, para a Junta do Comércio, clamando pelo direito ao trabalho, desde que feito com qualidade e utilidade para o público. Até os mais desprotegidos pareciam saber jogar com a ambiguidade de poderes paralelos criada na segunda metade de setecentos, e se o poder local os oprimia, havia que colocar-se sob a protecção de uma autoridade maior. De pouco valerão os protestos da corporação do estreito que se queixava do estado de decadência da sua actividade, atribuído à entrada no reino de mercadoria estrangeira mas também ao facto de muito do seu trabalho ser agora (1820) dado a mulheres³². De facto

³² IAN/TT - Real Fábrica das Sedas 392 Alvarás, decretos e avisos, fl.20v., 13 de Dezembro de 1820

muitas tarefas sempre haviam sido desempenhadas por elas, mas informalmente, como auxiliares desqualificadas e camufladas. As novas necessidades da indústria farão emergir esta reserva de mão de obra, descomprometida em relação às caducas corporações e ainda por cima representando uma redução de custos³³.

Porto, 2000

³³ PEDREIRA, Jorge Miguel Viana - *Estrutura industrial e mercado colonial. Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa, 1994, p. 172.

As imagens que ilustram este trabalho encontram-se em: *Encyclopedie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des metiers. Recueil de planches*. Paris 1762-1772. Opícios de passementerie e rubanier.

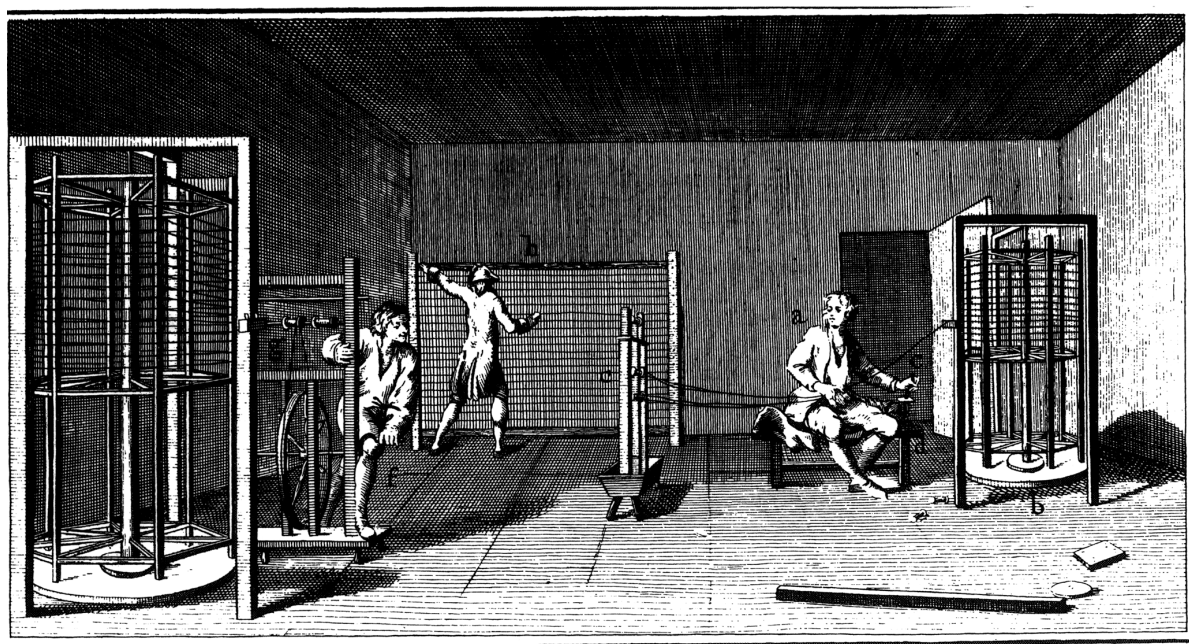


Fig. 1 - Urdidura, para preparação da teia.

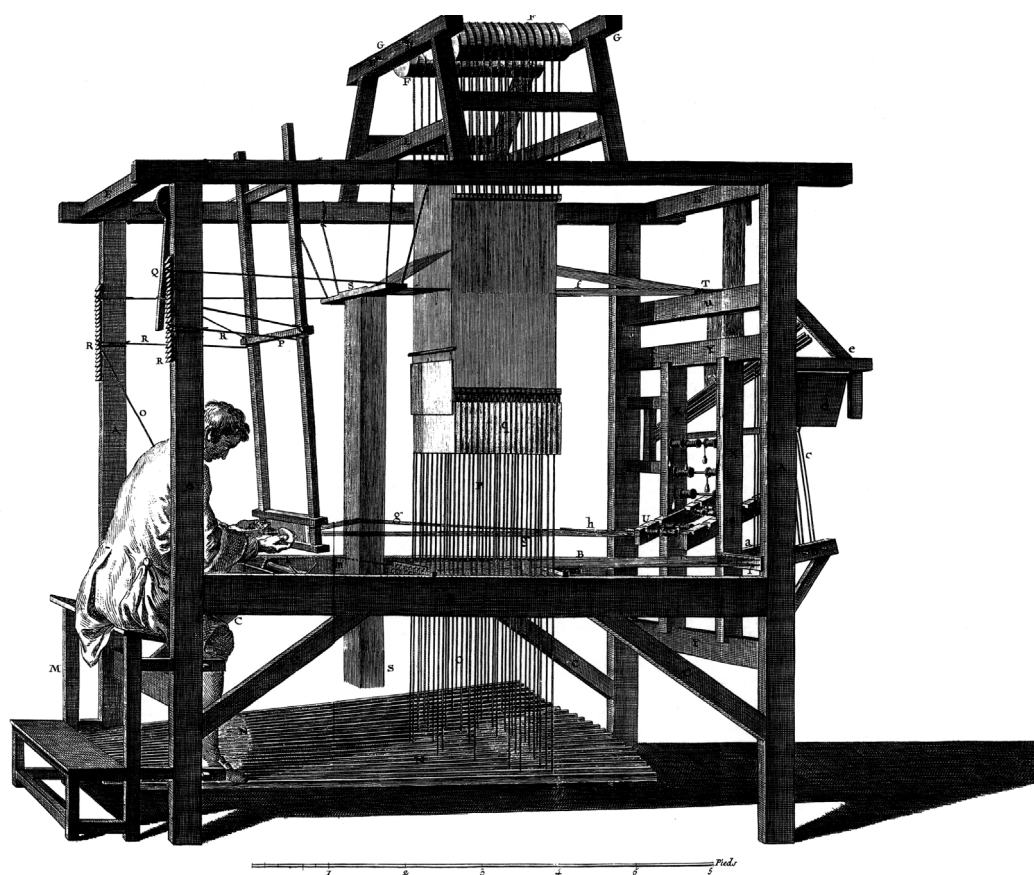


Fig. 2 - Tear de galão.

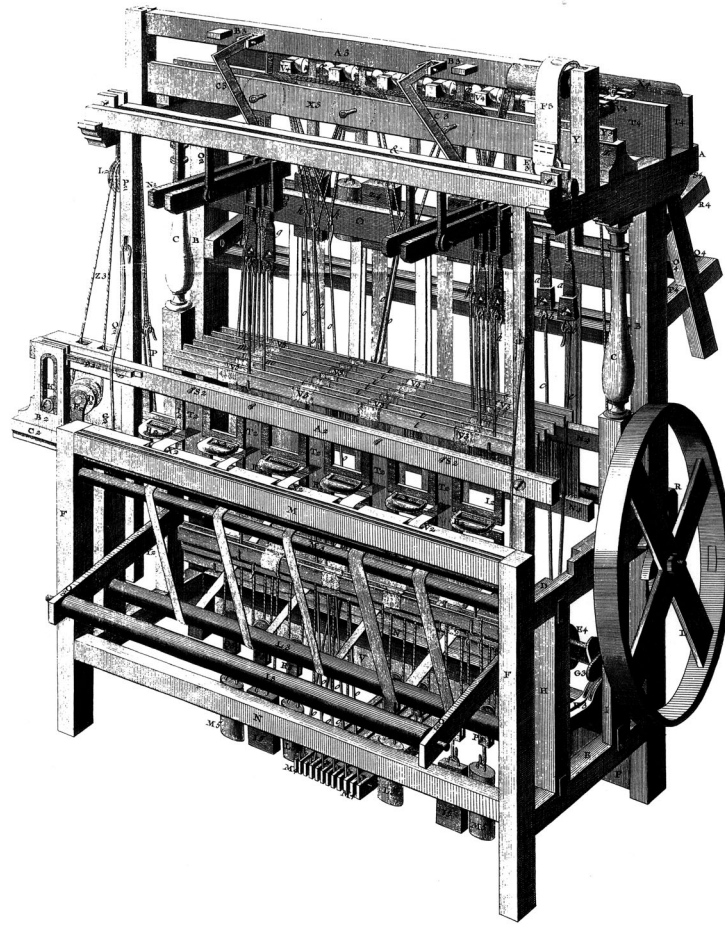


Fig. 3 - Tear de máquina, para tecer simultaneamente múltiplas fitas.

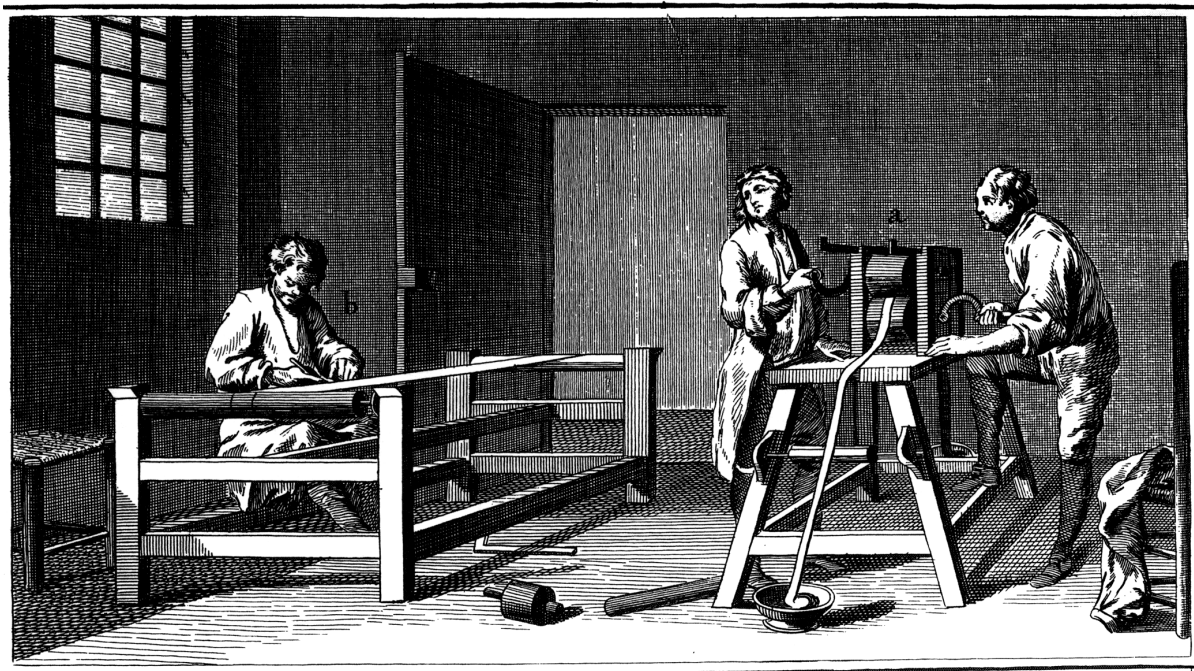


Fig. 4 - Acabamento da obra de passamanaria.

Contribución de Carlos Alberto Ferreira de Almeida ó coñecemento da Cultura Castrexa¹

Francisco Calo Lourido

ABSTRACT:

This paper is an approach to the methodologies followed by Carlos Alberto Ferreira de Almeida in his researches of History of Art, Archeology and Anthropology. It shows his evolution and the essential contribution that he made to the knowledge of "Cultura Castreja".

Quizais por tratarse dun traballo moi laborioso, que precisa dunha boa formación metodolóxica en xeral e sobre Cultura Castrexa en particular, así como dispor do maior número posible de publicacións, dispersas moitas delas en revistas locais desaparecidas, aínda non contamos cunha historia da historia do Castrexo. Aproveitando o nome do amigo e, para o que agora interesa, relevante estudoso desta cultura, decidín que a miña colaboración ó seu congreso versaría sobre a súa obra, incardinándoa, a xeito de primeiro chanzo, nesa futura historia que, aínda que levante ronchas como tódalas antoloxías e obras desta caste, xa vai sendo tempo de encarar.

A miña intención primeira foi a de enfocar a análise na liña da corrente antropolóxica posmoderna de Clifford Geertz e seguidores, metodoloxía que analiza a obra a partir do coñecemento que se ten sobre o autor; pero boteime atrás porque, aínda sabendo moito da peripecia vital de Ferreira de Almeida, algunhas etapas importantes na súa formación non me son totalmente evidentes e, para que o método de Geertz sexa fiable, non debe de haber zonas significativas en sombra ou penumbra. Reducirei, pois, ó mínimo imprescindible as alusións á vida do autor.

As súas inquiredanzas intelectuais levárono a investigar en diferentes eidos do saber, sobre todo en historia, historia da arte, antropoloxía e arqueoloxía, e, nesta última disciplina, nas etapas castrexa e romana do Noroeste, sen renunciar a algunha incursión no mundo medieval.

O primeiro que pode resultar rechamante para calquera que saiba da súa liña de traballo é comprobar que se trata dun autor que ven sendo coñecido pola súa obra arqueolóxica sobre protohistoria e romanización (e este congreso está a evidencialo), mentres que tódolos seus traballos académicos (tese

¹ Esta colaboración foi elaborada para o Coloquio de Homenaxe a Carlos Alberto Ferreira de Almeida celebrado en Santiago do 2 ó 4 de outubro de 1997. O Departamento de Historia I da Universidade de Santiago foi demorando a súa publicación ata, sen devolver os orixinais nin comunicalo ós autores, decidir que non se publicaba. Agradezo que fora aceptada, íntegra e sen modificación, no presente volume.

de licenciatura, tese de doutoramento e proba de agregación) xiran ó redor de importantes e variados asuntos da Idade Media. Se no primeiro se encara co tema das vías, glosará no segundo aspectos históricos e artísticos para, no terceiro, desenrolar un tema estritamente de historia da arte. Non debemos perder de vista que, desde o punto de vista académico, era Doutor en Historia da Arte e que, administrativamente, era Catedrático desa disciplina. Por todo o anterior, considero que non debo de entrar sen máis nos seus traballos sobre Cultura Castrexa, xa que todo investigador debe de ser valorado e comprendido na súa globalidade. Considero, xa que logo, necesario dedicar unha parte desta comunicación a analizar o Ferreira de Almeida historiador, antropólogo e historiador da arte.

Se observamos cunha certa atención o conxunto da súa obra, logo nos decatamos de que estamos diante dun estudoso perfectamente catalogable dentro dunha tradición común a Galicia e ó Norte de Portugal. Os etnógrafos dunha banda e doutra do Miño, o mesmo os do Seminario de Estudos Galegos, que non vou citar por ben coñecidos, como os moitos portugueses, ós que rindo homenaxe no meu sempre particularmente admirado Leite de Vasconcelos, traballaron apaixonadamente na reconstrución (como xeito de explicación) do pasado do noso pobo, traumática e estupidamente divorciado. Etnografía e historia eran para todos eles cousas idénticas, ou cando menos camiños complementarios para chegar a unha explicación totalizadora do ser galego, do ser miñoto. É por iso polo que todos serán historicistas e polo que todos subirán ó carro da escola histórico-cultural vienesa. Investigar cos presupostos desta escola require moito amor e complicidade co obxecto de estudo. Os que tivemos a fortuna de traballar e convivir con Carlos Alberto Ferreira de Almeida sabemos do seu profundo amor, da súa intensa comuñón con esta nosa terra común. Os lectores das súas obras non terán moito traballo para percibir o mesmo.

Que a escola histórico-cultural centroeuropea será o seu punto de partida, el mesmo nolo fai constar explicitamente no seu primeiro traballo de arqueoloxía: *“Seguimos por posição, como afinal o autor em questão (refírese a Jorge Dias), a escola histórico-cultural. Procuramos por principio uma origem histórica para todo o fenómeno de cultura”* (ALMEIDA, 1965). Cando se ocupe da supervivencia do paganismo, insistirá na importancia da *“formação historicista que marca profundamente a nossa cultura europeia”* (ALMEIDA, 1974a). Tódolos seus traballos están a testemuñar que nunca renunciou a esta metodoloxía, nin tan sequera cando descubre novos vieiros de interpretación e mesmo dá a impresión de que se deixa engaiolar por eles. Vai suceder isto a raíz de lle ter sido encomendadas unhas clases de antropoloxía na Universidade. Prepáraas con toda a profesionalidade, o que lle obriga a ler os máis diferentes autores de tódalas escolas e quedará impresionado - desto temos falado os dous en moitas ocasións - por Lévi-Strauss e o estruturalismo. Gustáballe moito a Almeida lembra-las *Mitolóxicas*, facendo uso da comparación co *Bolero* de Ravel.

Pero, aínda que daba a impresión de que quería selo, nunca foi un estruturalista exclusivo. Eu nunca dubidei de que as escolas sempre teñen unha grande cabeza e uns seguidores máis ou menos brillantes ou escuros; pero os grandes, ou crean escola propia, se lles dan oportunidade, ou cando menos funcionan por libre, aproveitando o mellor de cada unha de xeito ecléctico. O noso autor, na súa obra antropolóxica, móstrase as máis das veces como estruturalista, pero nos mesmos traballos aparecen citas de autoridade de Dumézil, o que non resulta discordante, mesmo pola conxunción de estruturalismo con aproximación histórica; nun mesmo nivel atopamos a Ruth Benedict cos seus modelos culturais, a antropoloxía económica de Herskovits (discípulo de Boas, como a anterior) ou, por suposto, a Godelier e a Redfield, a quen debemos a acuñación de *Cultura de Folk* aplicada a pequenas comunidades; tamén aparecerá Mircea Eliade, para quen os mitos eran historias exemplares, que, *“como sabemos, garantem o acerto dos padrões culturais”*, como dixo no sentido traballo no que compara a Santos Graça con Jorge Dias e mesmo cos dous autores que seguen (ALMEIDA, 1982d); non faltarán os grandes representantes da antropoloxía social inglesa, caso de Evans-Pritchard ou, por rematar o listado, Malinowski. Certamente, o funcionalismo foi outra das metodoloxías gratas a Almeida, e repetidamente emprega nas súas análises argumentos do autor dos *Argonautas do Pacífico* (Cfr. ALMEIDA, 1979a)

Nos seus traballos sobre a parroquia (ALMEIDA, 1981a e 1986a), aínda que el mesmo di que segue directamente a Lévi-Strauss, aprécianse outras moitas lecturas, sobre todo da xeografía humanística francesa, que, por certo, ven tamén poñendo énfase nos estudos nucleares e, concretamente, parroquiais.

Nos traballos sobre arte, atopamos un eclecticismo semellante ó que vimos de referir. A carón dun renovador do estudo das fontes da Historia da Arte, como Schlosser, atopamos un declarado marxista, como Hadjinicolaou, autor de *Historia da Arte e loita de clases*. Aparecerán os grandes estudosos das formas como Wölfflim ou Focillón; autores que mesturan a investigación simbólica coa análise formal, como Schapiro; sociólogos como Hauser; psicólogos da percepción -entre moitas outras cousas- como Gombrich, que soubo conxugar os presupostos da escola de Viena coa iconoloxía da escola de Warburg e, falando de Aby Warburg, non podían faltar, entre as lecturas e citas de Almeida, Wittkower e Panofsky, sendo precisamente os seus mellores traballos, segundo o meu criterio, os derradeiros, nos que segue a este último. Non faltará tampouco o francés Francastel ou, xa para rematar, outro investigador moi querido para o autor, quizais pola procura do intre histórico (sempre acompañará a Almeida o historicismo) no que aparecen as iconografías. Trátase naturalmente de André Grabar.

A historia, aínda que fora como presentación ou ambientación doutro tipo de estudos, estará tamén moi presente na obra do noso autor. Como sempre, ímolo atopar manexando moitos e grandes investigadores da talla de Braudel, Duby ou Le Goff. Nas súas introducións históricas, aparecerán repetidamente a escola de Annales de Marc Bloch e Lucien Febvre e os membros máis significados da École des Hautes Études en Sciences Sociales.

As lecturas de Ferreira de Almeida foron moitas e ben escollidas, como acabamos de ver polos seus traballos, e algúns incluso podemos dar fe de que os libros inundaban tódolos espazos da súa morada. Pero unha cousa son as lecturas e mesmo a admiración por determinados autores e outra moi distinta a aceptación intelectual da ideoloxía que subxace ou xera as súas metodoloxías. A formación inicial do noso autor foi a carreira eclesiástica; sendo sacerdote en zona rural, estuda historia, fai as diferentes probas, dá clases na Facultade de Letras e chega a Catedrático en Historia da Arte. El nunca compartiu o marxismo, nin tan sequera como teoría e, en longas conversacións comigo, o único socialismo que aceptaba, con reservas, era o utópico, o de Owen, Saint-Simon ou Fourier. Era, de ter que escoller, máis partidario de Bakunin que de Marx. Quéirase ou non, unha boa parte dos investigadores que veño de citar, porque el os emprega, navegan, ou cando menos iniciaron a súa singradura, en augas máis ou menos salpicadas ideoloxicamente por Hegel e Marx e así chegamos ás contradicións de Ferreira de Almeida. Por obvias razóns de brevidade non podo exemplificar en detalle, conformándome co seguinte.

É habitual nel anunciar consecuencias sociais, políticas, culturais e económicas, pero logo non se tratan estes temas. Vemos isto xa na súa tese de licenciatura sobre as vías medievais, traballo por outra banda magnífico, onde amosa xa unha grande erudición; pero no que esas consecuencias, das que fala, non aparecen (ALMEIDA, 1968). A tese de doutoramento versou sobre arte románica e consta de dous tomos. O primeiro deles está integramente dedicado a presentar a zona de Entre-Douro-e-Minho nos séculos do románico. Podo asegurar que a súa lectura é engaiolante. Trátase dunha visión antropolóxica do territorio na que vemos toda a vida latexando; é unha panorámica cultural dentro do máis logrado da *historia total*, da vida cotiá; lembra o estruturalismo, lembra o argumento envolvente do *Bolero*, lembra mesmo un funcionalismo harmónico malinowskiano. É mágoa que permaneza inédito este tomo. Pero cando rematamos a súa lectura e recapacitamos, notamos que falta algo imprescindible. Se me retiran as moitísimas datas dos documentos e me piden unha ubicación cronolóxico-cultural, non sei dicir que estou nun recanto da Europa Occidental do Medioevo. Podería tratarse dunha comunidade campesiña de calquera época, nun nivel económico de autoconsumo, dentro dun territorio de clima oceánico.

¿Que fallou aquí? O autor presenta unha sociedade idílica, sen conflitos, sen opresores e oprimidos, sen *oratores*, *bellatores* e *laboratores*, sen señores que se apropian da forza de traballo duns colonos e duns servos. Dito doutro xeito: é imposible saber onde e en que época estamos. ¿Pesaba tanto a condición do cura sobre a do científico como para evitar meterse no esforzo tremendo que para os campesiños

supuxo o florecemento da arte medieval? Entramos no segundo tomo, xa todo dedicado ás obras románicas, e o primeiro autor co que tropezamos, na introdución, é nada menos que Hadjinicolaou, seguido de Francastel e boa parte dos xa citados; Almeida chega a dicir que “a arte románica é pura ideología”; pero remata o capítulo introdutorio e todo o que segue é unha mera descrición formal das obras, sen outro tipo de análise, xustamente o que Hadjinicolaou (nunha cita diferente) criticaba nas teses de doutoramento. Fala longo e tendido de marcas de canteiro, dá unha verdadeira clase de epigrafía..., en suma, dedícase a tocar temas colaterais con respecto á historia da arte; pero ningún dos autores citados na introdución se vería reflectido neste traballo, unicamente descritivo (ALMEIDA, 1978a).

Na lectura que fixen desta tese, non atopei (o que non quere dicir, necesariamente, que non estea) a palabra feudalismo. Como complemento das probas de doutoramento presentou un traballo sobre casteloloxía medieval, no mesmo territorio da tese (ALMEIDA, 1978b), e aí, xa no preámbulo, se fala do “nosso feudalismo”, ó que máis adiante lle chamará peculiar e tardío. Novamente boto a faltar algo elemental: ¿Quen fixo estes castelos? ¿Co suor de quen se fixeron? Xusto cando remata, di que, se tivera tempo, trataría sobre os aspectos sociais, económicos, etc. Honradamente, penso que non o fixo porque nunca tivo intención, nin aquí nin en ningún outro traballo, de facelo.

Ás probas de agregación presenta outro tema de arte, concretamente sobre os nacementos ou *presépios*. Coido que este estudo (ALMEIDA, 1982a), totalmente distinto do da súa tese doutoral en canto á metodoloxía, é unha magnífica contribución na que o autor se mostra decididamente panofskiano, incorporando o aspecto histórico de Grabar. No ano seguinte, aparecerán outros dous traballos dentro da mesma liña: un sobre a Anunciación (ALMEIDA, 1983a) e outro sobre un díptico-relicario (ALMEIDA, 1983b). Naquela época, temos mantido os dous longas e frutíferas discusións, entre outros aspectos, sobre o simbolismo na arte, e gardo con respecto, como todo o demais de Carlos Alberto, un destes traballos coa dedicatoria. “Ao Calo Lourido. Imaginário, isto é, simbólico sempre”. Nos seus últimos artigos sobre Arte, vese que Almeida se sinte integrado e cómodo nesta corrente que arranca de Aby Warburg.

Tratándose este dun congreso de Arqueoloxía é moi probable que a algúns dos presentes todo o que veño de dicir lles resulte novo, pois, pola súa especialidade, saberán tan só do Ferreira de Almeida arqueólogo. Imos ver agora cal foi o seu papel no coñecemento da Cultura Castrexa, pero ignorando o anterior non é posible comprender a súa evolución e contribución ó mesmo. Certamente, nos límites dunha comunicación non se poden esmiuzar as tres decenas de traballos que publicou sobre o tema, polo que me conformarei con ir sinalando posicionamentos, cambios e fitos na evolución do seu pensamento.

O seu primeiro traballo neste eido versou sobre as casas redondas castrexas (ALMEIDA, 1965). A súa formación é a de cura e está a principiar a de historia, o que se nota inmediatamente, pois o artigo semella un traballo de curso feito por un bo alumno; non hai investigación de campo, reducíndose todo a unha recopilación bibliográfica, polo que recolle e transmite os saberes tópicos da época: xustifica cousas castrexas con outras do Bronce I do Levante español e dos construtores de megálitos, considera que Sanfins e Sabroso non teñen nada de romano e, seguindo a Blanco Freijeiro, defende a non celticidade dos castros. Fai unha longa cita de Balil (anos despois non o considerará arqueólogo, senón historiador, e deixará de citalo) e parécelle aceptable a súa teoría de que estas construcións redondas proveñen do Mediterráneo. Ó ano seguinte, defende a continuidade ocupacional dos castros ó longo da Idade Media e insiste en que, cando a documentación medieval fala de *castellum*, aínda hai que pensar e traducir *castro* (ALMEIDA, 1966).

Xa licenciado en Historia, temos dous traballos, de 1969 e 1970, nos que hai datos moi interesantes, pero tamén certas contradicións entre eles. Se nun di que Augusto conquista o Noroeste, encomezando así o punto cero da romanización, no outro asegura que non houbo loitas neste territorio nesa época. Moitos anos despois, nun dos seus últimos traballos sobre Cultura Castrexa, volveremos a atoparnos co “punto zero”, especificando que se emprega no senso de Malinowski, pero o tal inicio será ubicado en cronoloxía moi diferente. Asegura que a romanización foi moi tardía e lenta ó norte do Douro,

pero os materiais de Alvarelos fanlle dicir, pouco máis adiante, que este castro “*foi muito cedo e intensamente romanizado*” (ALMEIDA, 1969), o que entra en contradición co que defende no outro artigo, no que di que os sinais de romanización de Alvarelos son dos S. III-IV d.C. (ALMEIDA, 1970).

No seguinte traballo, estuda unha escultura, seguindo para isto a liña discursiva da época: en ocasións, os guerreiros galaicos non teñen as pernas completas, as cabezas son trofeos e “*parecem de tradição celta*”, non hai certeza de que esta peza sexa castrexa, pero “*tem um aspecto muito rudimentar*”; vemos, pois, tódolos lugares comúns empregados naquel tempo e, por algúns, aínda hoxe; pero, con respecto á peza obxecto de estudo, presúpón que ten unha cronoloxía, posiblemente, de época galaico-romana. Esta é unha apreciación ou intuición importante, como anos despois se puido verificar (ALMEIDA, 1971).

Ata o de agora, pode argumentarse que os traballos se contradín e mesmo teñen incorreccións, o cal é certo; pero Almeida atópase nunha etapa inicial de formación no mundo da arqueoloxía castrexo-romana, e podo asegurar que non está dicindo nada que sexa peor co que dicían tódolos especialistas peninsulares sobre Cultura Castrexa, nesos mesmos anos. Pero nesta década dos 70, veremos que case tódolos demais, ou non din nada ou seguen a dici-lo mesmo, mentres que vai ser agora cando Almeida sente as bases arqueolóxicas sólidas dunha nova visión desta cultura. A bibliografía está aí para demostrar isto e eu, nunha ocasión, falando do traballo de Carlos Alberto, dixen que, despois de feita a escaleira, hai quen presume de subila de costas ou choutando. Decidín nesta comunicación non citar máis bibliografía ca do autor, polo que non vou facer excepcións cos meus traballos, nin tan sequera co que contén a frase anterior. Aplicarei o mesmo criterio a uns artigos, do pouco que hai aproveitable da década dos 70, da autoría de Maluquer e Balil.

No ano 72, atoparémonos cun traballo sobre a Póvoa de Varzim que non deixa de ser unha escusa para expor tódalas súas ideas e coñecementos sobre a Cultura Castrexa, nesas datas. Preocúpase pola paleopaisaxe e segue aínda a López Cuevillas e Blanco Freijeiro, pero incide en dúas cousas mas que xa insistira Blanco: nas influencias meridionais, que sitúa non moito antes do S. IV a.C., e na non celticidade desta cultura. Di que a Cultura Castrexa é residual, acepta que hai enterramentos dentro dos poboados, considera as arracadas de Laundos coevas das primeiras influencias romanas e fala, por vez primeira, de barrios, no senso de unidades familiares, tema este que será desenrolado con especial énfase nos seus derradeiros traballos. Por último, presenta a primeira tentativa seria de clasificación da cerámica castrexa, baseándose, non en pezas illadas nos museos, senón nos materiais de cinco xacementos, e fai referencia a unha que “*agora vamos conhecendo melhor e que designamos com o nome de ‘cerâmica bracarense*” (ALMEIDA, 1972).

No ano 73, publica un par de artigos nos que se amosa xa como un tipólogo pulcro e un escavador preciso (ALMEIDA, 1973a e 1973b) e, nun terceiro traballo, aínda que caía nunha contradición, unhas páxinas despois, para poder xustificar a tardía entrada do cristianismo no Noroeste, parte da afirmación de que a romanización comezou cedo: “*Nos tempos de Augusto esta região é, política e administrativamente, organizada*” (ALMEIDA, 1973c). Fala tamén de castros que se reocupan, deixando atrás a continuidade lineal que defendera ó primeiro. Podo dicir que estes traballos de 1972 e 1973 están a mostrar xa un verdadeiro arqueólogo, que dubida, pero que avanza no emprego de bibliografía, de método e de interpretacións; pola contra, no artigo sobre as influencias do sur na Cultura Castrexa, penso que teñen máis valor os datos que aporta que as interpretacións, bastante desiguais (ALMEIDA, 1974c). Mentres tanto, Almeida está a realizar escavacións, entre outros xacementos, no Monte Mozinho e, neste mesmo ano, aparecerá a primeira memoria da súa autoría deste castro para, tres anos despois, publicar a segunda (ALMEIDA, 1974b e 1977). Unha vez máis, debo confesar que este castro ten para min unha significación especialísima, pois nel aprendín, da man de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, como se debía de facer unha escavación arqueolóxica, e aínda hai agora dous meses que, fiel á cita anual, desde vai en 20 anos, estiven alí nos traballos da Doutora Soeiro, continuadora dos do *mestre*, como entre nós era e é coñecido Ferreira de Almeida.

Da primeira das publicacións sobre este xacemento, direi tan só que, por fin, temos un castro, no que se fai unha escavación e se incardinan todos e cada un dos achados no seu respectivo nivel e na súa precisa cronoloxía. Con só este traballo de 1974, xa a comunidade científica dedicada a esta cultura tería que ter a Almeida como referente obrigado. Pero, cando lemos o de 1977, atopamos algo novo no quefacer arqueolóxico do autor. El mesmo chega a dicir do seu traballo: “*este relatorio ficará a ser uma pedra fundamental na teorização da cultura castreja*”. Vai dedicar varias páxinas a conclusións, páxinas das que soamente quero dicir que deberan de ser de lectura obrigada para os estudosos do castrexo. Entre o primeiro e o segundo *Mozinho*, Almeida foi encargado de clases de antropoloxía na facultade e descubre que tódalas súas lecturas son aplicables ó que está a facer desde hai anos, e así empregará frases de Ortega: “*A casa é a expresión do cotidiano*”; ou falará da identidade do eu en oposición á alteridade do outro. A partir de aquí, xa non será o arqueólogo en senso puro e estrito, senón que se achegará sempre ós xacementos, procurando atopar os homes que os habitaron.

No 1975, apareceu unha magnífica publicación na que fai unha tentativa de clasificación cronolóxica e formal da cerámica castrexa. Fallou no inicio por partir do tipo Penha, pero aínda hoxe segue a ser válida na súa meirande parte (ALMEIDA, 1975a). Tamén este ano, dá a coñecer os resultados da primeira escavación dun monumento con forno e, aínda que non foi el o primeiro en dicir isto, pois xa Conde-Valvís - el non o cita - opinaba así 20 anos antes, defende que se trata dun recinto termal. Do que non hai dúbida, despois da súa escavación, é de que foi feito no S. I d.C., eliminando así tódalas hipóteses de prerromanismo destes monumentos (ALMEIDA, 1975b). Veñen logo dúas publicacións, compartidas con Vítor Oliveira Jorge, que, persoalmente, non considero ningunha contribución ós coñecementos da Cultura Castrexa, e as conclusións ás que chegan non me lembran en absoluto a Ferreira de Almeida (ALMEIDA e JORGE, 1979b e JORGE e ALMEIDA, 1980a); el sempre falou (antes e despois destes traballos) de guerreiros galaico-minhotos, mentres que aquí do que se fala é de guerreiros lusitanos e fanse pertencer á Idade do Ferro, cando el sabía que os do Monte *Mozinho* eran de época augústea. Certamente, non sei que fai na portada o seu nome.

De 1980, temos un estudo estritamente arqueolóxico-tipolóxico sobre un posible templo no Monte *Mozinho* (ALMEIDA, 1980b), outro tamén tipolóxico sobre uns achados do Castelo de Neiva (ALMEIDA, 1980c), traballo que reaparecerá, o ano seguinte, noutra revista. De 1981, será a memoria de escavación do castro de Santo Estêvão da Facha, dirixida por el e publicada en colaboración. Dou fe, xa que participei nos traballos, como consta na primeira nota, da finura coa que Ferreira de Almeida diseccionaba estratos e niveis, nun espazo reducidísimo, desde o mundo medieval ata os inicios do castrexo, con cerámicas tipo Alpiarça, áticas e de tradición púnica (ALMEIDA et alii, 1981b). Ó ano seguinte, publicará o mesmo grupo unhas datacións de C14 do xacemento. Posiblemente foran mal calibradas e eles mesmos esperaban, polos materiais, uns 100 anos máis de antigüidade para as mesmas (ALMEIDA et alii, 1982b).

Publica, en 1981, unha estatua de guerreiro galaico que, pouco despois do seu achado, examinamos, nunha visita conxunta, colegas das dúas bandas do Miño. Obviamente, tendo en consideración o tema da miña tese doutoral, da que tanto falei, discutín e intercambiei ideas con el, concordo coa meirande parte do que dixo dela (ALMEIDA, 1981c). Non podo dici-lo mesmo do que sobre esta peza e o que representa opina ó ano seguinte, no decurso dunha polémica con Silva, xa que entra en contradición con case todo o que tiña dito o ano antes (ALMEIDA, 1982c).

Imos chegar agora á derradeira fase de Ferreira de Almeida como arqueólogo. Variadas razóns farán que o autor dedique máis tempo ós estudos de arte en detrimento dos de arqueoloxía. Pero antes de deixar este eido da investigación, fará aínda unha enorme contribución ó mesmo. En 1983, vai publicar un pequeno artigo, no que condensa todo o que para el é a Cultura Castrexa, na que valorará, sobre todo, o poboado como definatorio, por riba da especificidade de artefactos ou enterramentos. Acuñará o título de “*Primeira civilização de pedra*” do NO. Fará unha periodización do castrexo, diferente ó que tiña dito noutras ocasións e coa que concordo, agás co que considero un pequeno desvío cara ó presente, no que el chama “*Castrejo Antigo*”, desvío que procede da calibración das datas de C₁₄ da Facha. Sen lugar a

dúbidas, esta publicación representa un fito para o coñecemento da Cultura Castrexa. Está escrita a xeito de ensaio ou traballo de opinión, sen citar bibliografía (ALMEIDA, 1983c).

Catro traballos seguirán a este, pero realmente non son máis que repeticións, mesmo con textos idénticos. Nun deles, que redacta para un curso sobre Castrexo e Historia Antiga (ALMEIDA, 1983d), veremos pequenas variantes, sobre todo no emprego de bibliografía, e máis concretamente históricas e antropolóxicas (volvemos a atopar a Malinowski e ó seu punto cero). Temos outro, no que practicamente tan só cambia o título, amais de mencionar por primeira vez, nos seus traballos, o tema da *origo*, algo que semella non entusiasmarlle, quizais pola alusión a *castella* e non a *castra*. Non hai que esquecer que el sempre defendeu a tradución de *castellum* por castro, mesmo en época medieval (Cfr. o traballo citado de 1966). Só hai dúas citas bibliográficas (unha del, e non precisamente a de 1965, con tema semellante e tratamento totalmente distinto, e outra de Mergelina) (ALMEIDA, 1984). Se o anterior foi escrito para un curso en Oviedo, para outro, de Donostia, volverá a facer unha case repetición, na que, como novidade, atoparemos unha serie de cadros, explicables moi posiblemente por un cambio no seu estado civil. Rebaixa, sen xustificación, a cronoloxía da petrificación das casas con respecto ós traballos anteriores, e fai unhas apreciacións sobre a gramática decorativa castrexa e o seu papel na sociedade que considero absolutamente erradas (ALMEIDA, 1985). E chegamos ó derradeiro traballo sobre Cultura Castrexa e romanización, no que volve a cambiar o título, pero non o contido. O texto é case que idéntico e repítense cadros e mapa do anterior (ALMEIDA, 1986b).

Se ó primeiro traballo de 1983 lle engadira os cadros destes dous últimos, non precisaba facer cinco publicacións, pero dá a impresión de que Ferreira de Almeida perdeu o interese por seguir a investigar no eido da Cultura Castrexa e decidiu escribir unha a xeito de despedida, de manda testamentaria científica; pero diferentes cursos seguen a reclamálo e el vai co que ten feito; agora as súas inxerencias camiñan noutras direccións.

Miramos, ó primeiro, as fontes e os métodos de Ferreira de Almeida en Antropoloxía, Historia e Arte. ¿Que podo dicir agora sobre o arqueólogo? Por suposto, manexou todo tipo de autores, aínda que nos últimos anos decidira non citar a ningún; pero a súa grande contribución ó coñecemento da Cultura Castrexa deriva da súa condición irrenunciábel de labrego, o que lle proporcionou un saber preciso das terras (lembro as veces que me demostrou unha diferenza de estrato, de cor e textura idéntica, só pola variedade do seu cheiro); xunto a isto, posuirá un raciocinio absolutamente lóxico e un coñecemento inmediato e familiar dos materiais. Cando, na década dos 70, empecei a traballar con el, impresionoume como clasificaba numericamente, e case sen mirar, calquera fragmento de sixilata ou bracarense por pequeno que fora, e non quero lembrar o que sucedía naquel tempo nas escavacións de Galicia. Xa por último, estou a ver a Carlos Alberto, paleta en man, limpando persoalmente aquel punto difícil que a súa intuición (baseada na ciencia e na experiencia) lle insinuaba que contería a clave para interpretar unha secuencia estratigráfica. E, cando vía algo con claridade, non dubidaba en expoñelo á colectividade científica, sen medo ó que se puidera dicir diante dun plantexamento absolutamente novo. Só facendo isto, avanza a ciencia, pois o cómodo é continuar a traballar coa cosmoloxía ptolomaica, sen se decatarse da revolución copernicana.

Puiden facer unha apoloxía do *mestre*, pero a el, científico por riba de todo, non lle gustaría. Foi tan importante o seu labor (eu diría decisivo) que as pequenas críticas ou discrepancias que fixen notar tan só testemuñan que, por fortuna, era humano. Grazas unha vez máis, Carlos, polo teu maxisterio e a túa amizade.

BIBLIOGRAFÍA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de

(1965): "O problema das casas redondas castrejas". *Actas do III Colóquio Portuense de Arqueologia. Lucerna*. Vol. IV. Porto, 196-204.

(1966): "O Documento 13 dos 'Diplomata et Chartae'". *Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia. Lucerna*. Vol. V. Porto, 635-642.

(1968): *Vías Medievais I. Entre-Douro-e-Minho*. Dissertação de Licenciatura. Faculdade de Letras. Porto. Ed. multicopiada.

(1969): *Romanização das terras da Maia*. "Estudos sobre a Terra da Maia". Vol. IV, Maia.

(1970): "Algumas notas sobre o processo de romanização da zona de Entre Douro e Ave. Separata das *Actas das I Jornadas Arqueológicas*. Lisboa.

(1971): "Uma escultura castreja de Calheiros, Ponte de Lima. Duas considerações". *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra, 293-297.

(1972): "A Póvoa de Varzim e o seu aro na antiguidade". Separata do *Boletim Cultural Póvoa de Varzim*, vol. XI, nº 1. Póvoa de Varzim.

(1973a): "Cerâmica Romana de Fiães". Separata da *Revista da Faculdade de Letras. Série de História*, vol. III. Faculdade de Letras. Porto.

(1973b): "O Castro de Fiães (II)". Separata da *Revista da Faculdade de Letras. Série de História*, vol. III. Faculdade de Letras. Porto. (En colaboración con Eugénio dos Santos).

(1973c): "Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal". Separata da *Revista da Faculdade de Letras. Série de História*, vol. III. Faculdade de Letras. Porto.

(1974a): "Paganismo - sua sobrevivência no ocidente peninsular". *In memóriam António Jorge Dias*. Separata do vol II. Lisboa.

(1974b): *Escavações no Monte Mozinho (1974)*. Centro Cultural Penafidelis. Penafiel.

(1974c): "Influências Meridionais na Cultura Castreja". Separata da *Revista da Faculdade de Letras. Série de História*, vol. IV. Faculdade de Letras. Porto.

(1975a): "Cerâmica Castreja". Separata da *Revista de Guimarães*, vol. LXXXIV. Guimarães.

(1975b): "O monumento com forno de Sanfins e as escavações de 1973". *Archaeologica Opuscula. Miscelânea de Arqueologia Nortenha*. Porto, 5-28.

(1977): *Escavações no Monte Mozinho II. 1975-1976*. Centro Cultural Penafidelis. Penafiel.

1978a): *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras. Porto. Ed. multicopiada.

(1978b): *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Desde as origens a 1220*. Trabalho complementar de Doutoramento. Porto. Ed. multicopiada.

(1979a): "O culto a Nossa Senhora, no Porto, na época moderna. Perspectiva antropológica". Separata da *Revista de História*, vol. II. Faculdade de Letras. Porto.

(1979b): *A estátua-menir de Faiões (Chaves)*. Trabalhos do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, nº 2. Porto. (En colaboración con Vítor Oliveira Jorge).

(1980a): *A estátua-menir fálica de Chaves*. Trabalhos do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, nº 6. Porto. (En colaboración con Vítor Oliveira Jorge).

(1980b): "O templo do Mozinho e o seu conjunto". *Portugalia*. Nova Série, vol. I. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras. Porto, 51-56.

- (1980c): "Importantes objectos de bronce de Castelo de Neiva". *Arqueologia*, nº 2. Grupo de Estudos Arqueolóxicos do Porto. Porto, 45-49.
- (1981a): "Territorio parroquial de Entre-Douro-e-Minho. Sua sacralización". *Nova Renascença*. Vol. I, nº. 2. Porto, 202-212.
- (1981b): "Escavações arqueológicas em Santo Estêvão da Facha". Separata de *Arquivo de Ponte de Lima*, vol. 3, Ponte de Lima. (En colaboración con Carlos A. Brochado de Almeida, Teresa Soeiro e António José Baptista.).
- (1981c): "Nova estátua de guerreiro galaico-minhoto (Refojos e Basto)". *Arqueologia*, nº 3. Grupo de Estudos Arqueolóxicos do Porto. Porto, 111-116.
- (1982a): "Iconografía do Presépio Medieval". *Arqueologia*, nº 6. Grupo de Estudos Arqueolóxicos do Porto. Porto, 137-151.
- (1982b): "Duas datações de C14 para o castro de Santo Estêvão da Facha". *Arqueologia*, nº. 6. G.E.A.P. Porto, 79. (En colaboración con Teresa Soeiro, Carlos Alberto Brochado de Almeida e António José Baptista).
- (1982c): "Correspondência. Resposta". *Arqueologia*, nº. 5. G.E.A.P. Porto, 82-84.
- (1982d): "Santos Graça, antropólogo". *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, vol. XXI, nº 2. Póvoa de Varzim, 281-294.
- (1983a): *A Anunciação na Arte Medieval em Portugal. Estudo iconográfico*. Instituto de História da Arte. Faculdade de Letras. Porto.
- (1983b): *O Díptico-Relicário de Arouca*. Instituto de História da Arte. Faculdade de Letras. Porto.
- (1983c): "Cultura Castreja. Evolução e problemática". *Arqueologia*, nº. 8. Grupo de Estudos Arqueolóxicos do Porto. Porto, 70-74.
- (1983d): "O Castrejo sob o domínio romano: a sua transformação". PEREIRA MENAUT (Ed.): *Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*. Universidade de Santiago-Instituto de Estudios Galegos Padre Sarmiento. Santiago, 187-198.
- (1984): "A casa castreja". *Memorias de Historia Antigua*, vol. VI. Oviedo, 35-42.
- (1985): "Arquitectura e arte castreja. A sua lição para os fenómenos e assimilação e resistência". *Asimilación y resistencia a la romanización en el norte de Hispania*. IV Cursos de Verano en San Sebastián. Universidad del País Vasco. Vitoria.
- (1986a): "A paróquia e o seu territorio". *Cadernos do Noroeste*, vol. 1. Universidade do Minho. Braga, 113-130.
- (1986b): "Arte castreja. A sua lição para os fenómenos de assimilação e resistência à romanidade". *Arqueologia*, nº 13. Grupo de Estudos Arqueolóxicos do Porto. Porto, 161-172.

ÍNDICE

RESULTADOS DA ESCAVAÇÃO DA MAMOA DA ALAGOA (TOUBRES - JOU) - MURÇA (TRÁS-OS-MONTES)	
Maria de Jesus Sanches, Susana Andreia Nunes	5
ANTRACOLOGIA E MEGALITISMO NA REGIÃO CORGO/TUA (NE PORTUGAL): AS MAMOAS DA ALAGOA E DO CASTELO	
Isabel Figueiral	43
REFLEXÕES PRELIMINARES A PROPÓSITO DE FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E DE TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO EM SÍTIOS PRÉ-HISTÓRICOS RECENTES (CALCOLÍTICO/I. BRONZE) DO TIPO DE CASTELO VELHO E DE CASTANHEIRO DO VENTO (VILA NOVA DE FOZ CÔA) - SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS EM RELAÇÃO ÀS CONSTRUÇÕES MEGALÍTICAS E AFINS	
Susana Oliveira Jorge <i>et alii</i>	53
SONDAGENS ARQUEOLÓGICAS NO MONTE DA OLA, VILA FRIA, VIANA DO CASTELO (NORTE DE PORTUGAL)	
António Dinis e Ana Bettencourt	75
A ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA DAS BOUCINHAS, REGUEIRA, VITORINO DOS PIÃES, PONTE DE LIMA (NORTE DE PORTUGAL)	
Ana Bettencourt <i>et alii</i>	91
BALNEÁRIOS CASTREJOS DO NOROESTE PENINSULAR. NOTÍCIA DE UM NOVO MONUMENTO DO CASTRO DE ROQUES	
Armando Coelho F. Silva e Tarcísio Daniel P. Maciel	115
NOVOS DADOS SOBRE O TESOURO DO MONTE DO SENHOR DOS PERDIDOS (PENACOVA, FELGUEIRAS)	
Rui M. S. Centeno e José Marcelo Mendes Pinto	133
A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NO LARGO CAMÕES - PONTE DE LIMA	
Carlos Alberto Brochado de Almeida	141
FORTIFICAÇÕES E POVOAMENTO NO NORTE DE PORTUGAL (SÉC. IX A XI)	
Mário Jorge Barroca	181
AS FÁBRICAS DE TECIDO DO ESTREITO NO PORTO SEGUNDO O INQUÉRITO DE 1814	
Teresa Soeiro	205
CONTRIBUCIÓN DE CARLOS ALBERTO FERREIRA DE ALMEIDA Ó CONHECIMENTO DA CULTURA CASTREXA	
Francisco Calo Lourido	225
RECENSÕES CRÍTICAS	235

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A publicação de um artigo na Revista PORTVGALIA, quando não solicitada pela Direcção da Revista, é condicionada ao parecer do seu Conselho Redactorial. A Revista não se responsabiliza pela devolução dos originais.

Os textos devem ser enviados em versão impressa e em disquete (Word para PC ou Mac) acompanhados dos originais das ilustrações. Na etiqueta da disquete será indicado o nome do(s) autor(es), título do artigo, programa e versão utilizados, tipo de computador (PC ou Mac).

Os textos deverão ser apresentados indicando título, autor(es), indicando-se em nota a instituição a que pertence(m) e o cargo que desempenha(m). A abrir o artigo deverá ser apresentado um resumo em inglês, com a extensão máxima de cinco linhas. A revista PORTVGALIA não aceita artigos que não venham acompanhados do resumo em inglês.

As citações ao longo do texto deverão seguir as seguintes normas:

a) Artigo em revista:

APELIDO em maiúscula, Iniciais do Nome (ano), Título do artigo, *Revista*, série, volume (fascículo ou número indicado entre parêntesis), local de edição, editora, páginas.

b) Artigo em obra colectiva:

APELIDO em maiúsculas, Iniciais do Nome (ano), Título do artigo, In APELIDO do Coordenador, Iniciais do Nome (Coord. de), *Título da Obra*, volume, Local de edição, editora, páginas.

c) Livro:

APELIDO em maiúsculas, Iniciais do Nome (ano de edição) - *Título do livro*, volume, local de edição, editora, páginas. O ano indicado reporta-se à edição utilizada. No caso de haver mais do que uma edição indica-se, no fim, entre parêntesis o local e ano da 1ª edição.

Qualquer texto com mais de três autores será citado pelo APELIDO do primeiro autor, Iniciais do Nome, seguido da expressão "et al."

Todas as ilustrações (desenhos, fotografias) serão designadas por «Fig.». Se dentro da mesma figura coexistirem diferentes ilustrações serão distinguidas por numeração em árabe. Cada artigo não poderá exceder, no máximo, as 16 páginas de figuras, dependendo o número de ilustrações da sua extensão. O autor facultará os originais das ilustrações devendo, no verso destas, ser indicado o respectivo número e, com seta, a sua orientação. A *PORTVGALIA* não publica desdobráveis nem fotografias as cores.

Não serão aceites artigos que não cumpram as presentes Normas.

A revisão das primeiras provas é feita pelos autores, aos quais é dado um prazo de cinco dias úteis (a contar a partir da data de carimbo do correio) para o fazer. Findo esse prazo, a Revista poderá dar andamento ao processo tipográfico.

Em fase de revisão de provas não são permitidas alterações de conteúdo. Apenas se aceitam correcções de gralhas tipográficas. Estas deverão ser assinaladas na margem das provas, a vermelho e de maneira clara e inequívoca.

A *PORTVGALIA* oferece um exemplar da revista e 25 separatas ao(s) autor(es) de cada artigo de fundo.

Os artigos devem ser enviados para o Coordenador da revista, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Apartado 55038 - 4150-564 PORTO.